Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXIX - Edição nº 17.347

Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br

SÁBADO, 20, DOMINGO, 21 E SEGUNDA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 2024

A remuneração por trabalho, sem outras fontes, chegou a R$ 2.979

Renda da população mais pobre sobe 12,6%

O rendimento dessa camada de brasileiros, no entanto, ainda é baixo. Por dia, em média, ficou em R$ 17,50 no ano passado, contra R$ 15,60 em 2022

Os programas sociais do governo fizeram a diferença em 2023 para a camada mais pobre da população, mostrou a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Continua) 2023: Rendimento de todas as fontes, divulgada na sexta-feira, 19, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O rendimento médio mensal real per capita dos 40% da população com menores rendimentos cresceu 12,6% de um ano para outro, atingindo o maior valor da série histórica. Levando em conta os valores pagos aos trabalhadores por todas as fontes - trabalho e outros rendimentos -, a renda média mensal no Brasil ficou em R$ 2.846, crescimento de 7,5% em relação a 2022, e de 0,4% contra 2019, se aproximando do valor máximo da série histórica, em 2014, de R$ 2.850,00. "Além do reajuste do Bolsa Família, houve maior expansão do número de domicílios que receberam o benefício, e também uma melhoria no mercado de trabalho, com 4 milhões de pessoas a mais. Por fim, o aumento real do salário mínimo, que tem um efeito menor, mas impacta também", explicou o analista do IBGE Gustavo Fontes. Se analisados os rendimentos por regiões, o Nordeste registrou em 2023 o menor valor médio mensal, de R$ 1.885, enquanto o Centro-Oeste liderou com R$ 3.335. Entre 2022 e 2023, todas as grandes regiões registraram aumento de rendimentos, segundo o IBGE, com a maior elevação ocorrendo na região Norte, de 9,9%. **PÁGINA 2**

X

Marcelo S. Camargo - Governo do Estado de SP

O FUNDO PHOENIX, ADMINISTRADO PELA TRUSTEE DTVM, e que tem entre seus cotistas o empresário Nelson Tanure, venceu o primeiro leilão de privatização do governador do Estado de São Paulo Tarcísio de Freitas. Com deságio de 33,68%, o fundo arrematou a estatal Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) por R$ 1,04 bilhão. O vencedor do certame passará a gerir um ativo com 906 megawatts (MW) em geração hidrelétrica suficiente para abastecer 825 mil residências na Grande São Paulo. A hidrelétrica de Henry Borden (889 MW) é o principal ativo da empresa, inaugurada em 1920 e localizada no pé da Serra do Mar. **PÁGINA 8**

IRÃ

Israel inicia retaliação com ataque a base militar

Israel iniciou a retaliação ao Irã pelo ataque do sábado, 13, segundo uma fonte com conhecimento do assunto. O movimento agrava o risco de uma guerra entre os dois países. A ofensiva teve como alvo uma área ao redor de Isfahan, ao sul de Teerã, onde o Irã mantém uma base militar, uma fábrica de drones e instalações nucleares. O país ativou os sistemas de defesa aérea em diversas províncias, após detectar objetos voadores suspeitos. **PÁGINA 5**

MENSSAGENS

China pede que Apple retire aplicativos do país

A China ordenou que a Apple retire alguns dos mais populares aplicativos de mensagens do mundo de sua loja de aplicativos no país, no mais recente exemplo da censura exigida para a fabricante do iPhone em seu segundo maior mercado. O WhatsApp e o Threads foram retirados da loja de aplicativos chinesa na sexta-feira. A Apple afirmou que foi orientada a retirar certos aplicativos por preocupações de segurança nacional. **PÁGINA 6**

DÍVIDA

Credores aprovam plano que injeta R$ 3,4 bi na Oi

Os credores da Oi aprovaram o plano de recuperação judicial da companhia que busca solucionar uma dívida de R$ 44,3 bilhões. A proposta contou com o apoio de 79,87% dos credores quirografários (cujas dívidas não têm garantias), detentores de 56,15% do valor da dívida. A espinha dorsal do plano é a injeção de recursos na Oi para sustentar suas operações até a realização da venda de ativos. Foi acertado um novo financiamento de até US$ 655 milhões. **PÁGINA 3**

ORÇAMENTO

Paiva: previsibilidade é fundamental para defesa

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, classificou como "fundamental" a previsibilidade orçamentária para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa e para aumentar a capacidade de dissuasão em um "mundo multipolar". A declaração ocorre dias depois de comandantes das Forças Armadas terem participado de audiência na Câmara para reclamarem dos cortes de orçamento. **PÁGINA 7**

PODERES

Dino pede explicações sobre orçamento secreto

O ministro Flávio Dino, do STF, instou o presidente Lula e os presidentes do Senado e da Câmara, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira, a se manifestarem sobre um suposto descumprimento da decisão que derrubou o chamado orçamento secreto. Eles terão 15 dias para prestar esclarecimentos à Corte. A petição destaca como essas emendas operam à margem dos princípios constitucionais. **PÁGINA 7**

IBOVESPA 125.124,30 ↑ 0,75%

Maiores Altas	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PETZ ON NM	4.80	+37.14%	+1.30
ALPARGATAS PN N1	9.00	+5.88%	+0.50
CVC BRASIL ON NM	1.92	+6.67%	+0.12
REDE D OR ON NM	24.450	+4.85%	+1.130
P.ACUCAR-CBDON NM	2.47	+4.66%	+0.11

Maiores Baixas	PREÇO - R$	%	OSCIL.
EMBRAER ON NM	30.92	−2.86%	−0.91
TRAN PAULISTPN N1	25.25	−2.66%	−0.69
AZUL PN N2	9.94	−1.29%	−0.13
BRADESCO PN N1	13.64	−0.94%	−0.13
JBS ON NM	22.12	−1.38%	−0.31

Mais Negociadas	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	40.53	+1.71%	+0.68
VALE ON NM	63.36	+1.64%	+1.02
EQUATORIAL ON NM	31.15	+0.29%	+0.09
ITAUUNIBANCOPN N1	31.55	−0.57%	−0.18
PETROBRAS ON N2	42.72	+4.07%	+1.67

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	37.986,40	+0,56%
S&P 500	4.967,23	-0,88%
NASDAQ	15.282,01	-2,05%
DAX 30	17.737,36	-0,56%
FTSE 100	7.895,85	+0,24%
IBEX 35	10.729,50	-0,33%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	↓ -0,96%
5,199	5,199	

PESO		
COMPRA	VENDA	↓ -1,10%
0,006	0,006	

EURO		
COMPRA	VENDA	↓ -0,86%
5,539	5,539	

LIBRA		
COMPRA	VENDA	↓ -1,19%
6,433	6,437	

OURO	
BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R$ 402,60	2.390,86

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

BOLSA FAMÍLIA

Renda da população mais pobre bate recorde e avança 12,6%

A desigualdade no Brasil subiu em 2023. O rendimento dos 10% mais ricos saltou 10,4%, enquanto a fatia dos 10% com menor rendimento na população teve avanço de 1,8% frente ao ano anterior

Os programas sociais do governo fizeram a diferença em 2023 para a camada mais pobre da população, mostrou a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Continua) 2023: Rendimento de todas as fontes, divulgada na sexta-feira, 19, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O rendimento médio mensal real per capita dos 40% da população com menores rendimentos cresceu 12,6% de um ano para outro, atingindo o maior valor da série histórica.

Mesmo assim, o rendimento dessa camada de brasileiros ainda é baixo. Por dia, em média, o rendimento ficou em R$ 17,50 no ano passado, contra R$ 15,60 em 2022. A maior cifra foi registrada no Sul, de R$ 26 por dia, enquanto a menor foi no Nordeste, de R$ 11,4 por dia. Segundo o IBGE, contribuíram para o aumento de renda o valor maior do programa Bolsa Família ao longo do ano, a melhoria no mercado de trabalho e o aumento real do salário mínimo.

"Além do reajuste do Bolsa Família, houve maior expansão do número de domicílios que receberam o benefício, e também uma melhoria no mercado de trabalho, com 4 milhões de pessoas a mais. Por fim, o aumento real do salário mínimo, que tem um efeito menor, mas impacta também", explicou o analista do IBGE Gustavo Fontes.

Levando em conta os valores pagos aos trabalhadores por todas as fontes - trabalho e outros rendimentos -, a renda média mensal no Brasil ficou em R$ 2.846, crescimento de 7,5% em relação a 2022, e de 0,4% contra 2019, se aproximando do valor máximo da série histórica, em 2014, de R$ 2.850,00.

Divulgação

População de baixa renda: o rendimento ficou em R$ 17,50 no ano passado, contra R$ 15,60 em 2022. A maior cifra foi registrada no Sul, de R$ 26 por dia

Levando em conta apenas a remuneração por trabalho, sem outras fontes, o rendimento médio em 2023 chegou a R$ 2.979, 7,2% a mais do que em 2022 e 1,8% se comparado a 2019.

Já considerando apenas o pagamento de outras fontes, o valor médio do rendimento mensal do brasileiro subiu 6,1% em 2023 contra 2022, para R$ 1.837, mas caiu 2,9% em relação ao período pré-pandemia, quando registrou R$ 1.892.

Ao abrir os componentes das outras fontes de pagamento - aposentadoria e pensão; aluguel e arrendamento; pensão alimentícia, doação e mesada de não morador; e outros rendimentos mensais, onde se incluem os programas sociais do governo -, o crescimento desse último item em relação a 2022 foi de 11,4%, para R$ 947, e na comparação com 2019 a alta chegou a 26,8%. Em 2023, o componente outros rendimentos atingiu o maior valor da série histórica.

"Houve um aumento significativo tanto em relação a 2023, como em relação a 2019. Isso se deve, sobretudo, ao maior valor médio do Bolsa Família no ano passado. O valor médio do benefício aumentou em 2022 contra 2021 e voltou a crescer em 2023", disse Fontes.

Se analisados os rendimentos por regiões, o Nordeste registrou em 2023 o menor valor médio mensal, de R$ 1.885, enquanto o Centro-Oeste liderou com R$ 3.335. Entre 2022 e 2023, todas as grandes regiões registraram aumento de rendimentos, segundo o IBGE, com a maior elevação ocorrendo na região Norte, de 9,9%.

"Na comparação com 2019, apenas as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram crescimento, ou seja, as outras regiões não tinham recuperado o rendimento médio das fontes na comparação com o ano que antecedeu a pandemia (2019)", informou o analista.

A desigualdade no Brasil subiu em 2023 puxada pelo aumento da renda de trabalhadores com nível superior. O rendimento dos 10% mais ricos saltou 10,4%, enquanto a fatia dos 10% com menor rendimento na população teve avanço de 1,8% frente ao ano anterior.

"Em 2023, o décimo da população ocupada com melhores rendimentos teve maior expansão em relação à média, enquanto o décimo da população com menores rendimentos teve o menor crescimento em relação a 2022. Mesmo assim, o Gini continua abaixo do período pré-pandemia", informou o analista do IBGE Gustavo Fontes.

O índice Gini do trabalho - indicador que mede a desigualdade de renda, numa escala de 0 a 1, em que, quanto mais perto de 1 o resultado, maior é a concentração de riqueza -, atingiu 0,494 em 2023, depois de ter caído para 0,486 em 2022, menor índice da série histórica. Em 2019, antes da pandemia, o indicador estava em 0,506.

A região Sul permaneceu com o menor índice, de 0,432, enquanto a região Nordeste apresentou o maior patamar, de 0,509, mantendo-se como a região com a distribuição de rendimentos de trabalho mais desigual no País.

"Principalmente na comparação com 2022, houve uma recuperação do rendimento da população com nível superior completo e dos empregadores. A gente observou que o mercado de trabalho, nesse último ano, de certa forma, favoreceu a população com nível superior completo", explicou Fontes.

Segundo o pesquisador, a camada da população de nível superior teve queda de rendimento no período da pandemia, mas no ano passado se beneficiou com a recuperação geral do mercado de trabalho, sendo que o setor que mais cresceu foi o de serviços mais sofisticados, como financeiro, comunicação, informação e administrativo, cujo rendimento médio do trabalho é maior.

Entre os cinco estados com o maior índice de Gini estão Piauí (0,587), Paraíba (0,584) e Rio Grande do Norte (0,517), no Nordeste, mas a lista também inclui o Distrito Federal (0,540) e o Rio de Janeiro (0,519), destacou Fontes. "São UFs (Unidades Federativas) que têm rendimento médio elevado, mas que também tem o nível mais alto de desigualdade no mercado de trabalho", ressaltou.

Já Santa Catarina apresentou o menor índice Gini de rendimento de trabalho (0,395), seguida de Rondônia (0,426), Mato Grosso (0,434), Paraná (0,438) e Acre (0,448). São Paulo registrou um índice perto da média, com 0,487, informou o IBGE.

VENDAS MAIORES

Lucro da P&G cresce e chega a US$ 3,75 bilhões no 3º trimestre

A Procter & Gamble (P&G) registrou lucro líquido de US$ 3,75 bilhões em seu terceiro trimestre fiscal, ou US$ 1,52 por ação diluída, um avanço ante o resultado de US$ 1,37 de igual período do ano anterior. O resultado superou a expectativa de US$ 1,41 dos analistas ouvidos pela FactSet.

As vendas da empresa, por sua vez, ficaram em US$ 20,2 bilhões, uma alta de 1% na comparação anual. Neste caso, porém, analistas estimavam US$ 20,44 bilhões. Após o balanço, o papel da empresa recuava 0,48% no pré-mercado em Nova York, às 8h40 (de Brasília)

As vendas orgânicas, que excluem o efeito do câmbio e vendas e aquisições, tiveram crescimento de 3%, na mesma comparação anual.

A companhia americana de bens de consumo disse que espera agora crescimento em seu lucro fiscal ajustado por ação de 10% a 11% no ano fiscal de 2024. Anteriormente, projetava alta de 8% a 9%. Ela ainda manteve sua projeção de crescimento nas vendas para todo o ano de 2% a 4% e a de crescimento de 4% a 5% nas vendas orgânicas.

O fluxo de caixa operacional foi de US$ 4,1 bilhões e sua produtividade foi de 87%, excluindo despesas de capital, como percentual do lucro líquido. A empresa devolveu US$ 3,3 bilhões em dinheiro aos acionistas por meio de aproximadamente US$ 2,3 bilhões em pagamentos de dividendos e US$ 1 bilhão em recompras de ações.

O aumento de dividendos declarado no início deste mês marca o 68º ano consecutivo em que a P&G aumentou os seus dividendos e o 134º ano consecutivo em que a P&G pagou dividendos desde a sua constituição em 1890.

"Apresentamos vendas sólidas e um forte crescimento de lucros no terceiro trimestre, apesar de vários ventos contrários, o que nos permitiu aumentar nossa orientação de crescimento de lucro por ação e manter nossa perspectiva de faturamento para o ano fiscal", disse Jon Moeller, Presidente do Conselho, Presidente e Chefe Diretor Executivo. "Continuamos comprometidos com nossa estratégia integrada de um portfólio de produtos focado em categorias de uso diário, onde o desempenho impulsiona a escolha da marca, a superioridade – em desempenho do produto, embalagem, comunicação da marca, execução no varejo e valor para o consumidor e cliente – produtividade, ruptura construtiva e uma abordagem ágil e organização responsável. Estamos aumentando os investimentos em superioridade para impulsionar o crescimento do mercado e manter um forte impulso. Temos confiança de que esta continua a ser a estratégia certa para proporcionar um crescimento equilibrado e a criação de valor."

As vendas líquidas no terceiro trimestre do ano fiscal de 2024 foram de US$ 20,2 bilhões, um aumento de 1% em relação ao ano anterior. As vendas orgânicas, que excluem os impactos cambiais e aquisições e desinvestimentos, aumentaram três por cento. O aumento das vendas orgânicas foi impulsionado por um aumento de três por cento devido ao aumento dos preços. Mix e volume tiveram impacto neutro nas vendas do trimestre.

Diário Comercial
Propriedade de *Editora Diário Comercial Ltda*
Filiado à: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

Acesse nossa edição digital:

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

AQUECIMENTO

Produção industrial retoma expansão e emprego cresce

Os empresários da indústria demonstraram insatisfação com a situação financeira e o indicador de satisfação caiu 1,6 ponto em relação ao último trimestre de 2023

A produção industrial retomou o crescimento em março e o emprego do setor segue em alta. É o que mostra a Sondagem Industrial de março, divulgada na sexta-feira, 19, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a pesquisa, grandes e médias empresas industriais recuperaram o ritmo de produção no mês passado e o indicador de evolução da produção chegou a 51,0 pontos, um crescimento de 2,5 pontos em relação a fevereiro, quando o índice estava em 48,5 pontos.

O índice de evolução do número de empregados atingiu 50,4 pontos em março e segue dois pontos acima da média para o período do ano, segundo a CNI.

"A indústria começou 2024 com o mercado de trabalho aquecido e as pesquisas mostram que essa tendência continua. Entretanto, apesar das altas na produção e no emprego, a demanda interna ainda é um problema para os empresários industriais", afirma o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Apesar da melhora no indicador de produção, os empresários da indústria demonstraram insatisfação com a situação financeira no início deste ano. O indicador de satisfação caiu 1,6 ponto em relação ao último trimestre de 2023, de 51,1 pontos em fevereiro para 49,4 pontos em março deste ano. Na Sondagem, os indicadores variam de zero a 100 pontos, sendo que resultados abaixo de 50 pontos indicam queda, ou no caso específico de indicação de satisfação, significa que os empresários mudaram a percepção para insatisfação em relação ao lucro.

Divulgação

A indústria começou 2024 com o mercado de trabalho aquecido, mas a demanda interna ainda é um problema para os empresários industriais

O índice de evolução do preço de matérias-primas subiu 2 pontos, de 54,8 para 56,8 pontos, em março, indicando uma percepção de alta de preços mais intensa e disseminada. Dessa forma, destaca a CNI, a falta ou alto custo da matéria-prima voltou ao ranking de principais problemas apontados pela indústria. O item ficou em terceira posição entre os obstáculos apontados pelos entrevistados, com 19,6% das respostas. No último trimestre de 2023, essa adversidade estava em sexta posição.

O principal item apontado como entrave pela indústria continua sendo a elevada carga tributária, com 35,7% dos apontamentos. Em segundo, segue a demanda interna insuficiente, assinalada por 30,6%.

A Sondagem mostra que a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) em março se manteve estável em 68%, pelo segundo mês consecutivo. Na comparação com a série histórica, esse porcentual é o esperado para o mês.

O levantamento mostrou ainda alta dos estoques na passagem de fevereiro para março. O índice de evolução dos estoques ficou em 50,4 pontos. Mesmo com a alta dos estoques, assina a CNI, eles estão abaixo do nível esperado pela indústria, o que mostra o índice de estoque efetivo em relação ao planejado, que ficou em 49,8 pontos. Segundo os dados da Sondagem, este é o quarto mês consecutivo em que não é registrado excesso de estoque.

A Sondagem mostra que, em abril, os indicadores de expectativa de quantidade exportada, de compras de matérias-primas e de demanda avançaram. Já a expectativa do número de empregados na indústria se manteve estável. O indicador de intenção de investimento chegou a 57,0 pontos este mês, um avanço de 0,5 ponto em relação a março.

A Sondagem Industrial entrevistou 1.576 empresas de pequeno, médio e grande porte por mês. As entrevistas foram feitas entre os dias 1º e 9 de abril.

ROUANET

Agência Brasil

Notredame fez evento restrito

Notredame é multada em R$ 9,3 milhões por shows privados

A Controladoria-Geral da União (CGU) multou em R$ 9,3 milhões a operadora de saúde Notredame Intermédica por irregularidades no apoio financeiro a eventos culturais via Lei Rouanet. Segundo a autoria, a operadora recebeu contrapartidas ilegais para o financiamento dos projetos, como a realização de shows privados para colaboradores da empresa em detrimento dos eventos aprovados no âmbito da Rouanet. Entre as irregularidades identificadas pela CGU, há um show da banda Jota Quest realizado na confraternização de fim de ano da Notredame em 2015. O evento foi restrito aos colaboradores da operadora e foi pago à revelia do que estava previsto no termo de colaboração assinado via Rouanet.

Nos mesmos moldes, para a confraternização de fim de ano em 2016, estava previsto um show do cantor Thiaguinho. A apresentação nunca ocorreu pois, em junho de 2016, foi deflagrada pela Polícia Federal (PF) a Operação Boca Livre, que investigou irregularidades do gênero e impediu a continuidade da fraude. A auditoria da CGU foi realizada com elementos coletados pela Boca Livre.

A Notredame Intermédica, em nota, afirmou que a investigação é relativa a "fatos ocorridos sob gestão de outra diretoria". Outras duas empresas, apontadas pela auditoria como intermediadoras da irregularidade, também foram multadas pela CGU. A Notredame também deve divulgar a decisão em veículos de comunicação e na página institucional da empresa na internet. Cabe recurso da decisão e a operadora vai recorrer.

A Rouanet é destinada ao financiamento de projetos culturais, mas não realiza aportes diretos do governo aos artistas. O que ocorre é um sistema de mediação com o setor privado: ao obter o aval da Rouanet, o artista é autorizado a buscar empresas interessadas em financiar o projeto. O aporte pode ocorrer ou por doação, sem demais contrapartidas, ou por patrocínio, obtendo, em troca, publicidade ou produtos relacionados ao evento.

Outra contrapartida possível às empresas ao financiar projetos via Rouanet é deduzir o valor transferido ao projeto cultural da declaração de imposto de renda, integral ou parcialmente. A irregularidade apontada pela CGU indica que a Notredame, deliberadamente, assinou termos de financiamento com o objetivo de receber mais contrapartidas, à margem do previsto em lei.

Os auditores apontam que as empresas do grupo Notredame pagaram R$ 715 mil para o projeto "Jornada Instrumental", que previa quatro espetáculos de música clássica em uma cidade do interior de São Paulo. Segundo o relatório da CGU, a contrapartida da empresa intermediadora para que a Notredame financiasse o "Jornada Instrumental" foi a realização de um show da Jota Quest na confraternização de fim de ano do grupo.

Da mesma forma, o projeto "Celebração Musical", cuja proposta previa a realização de espetáculos de orquestra sinfônica, obteve R$ 296 mil.

RECUPERAÇÃO

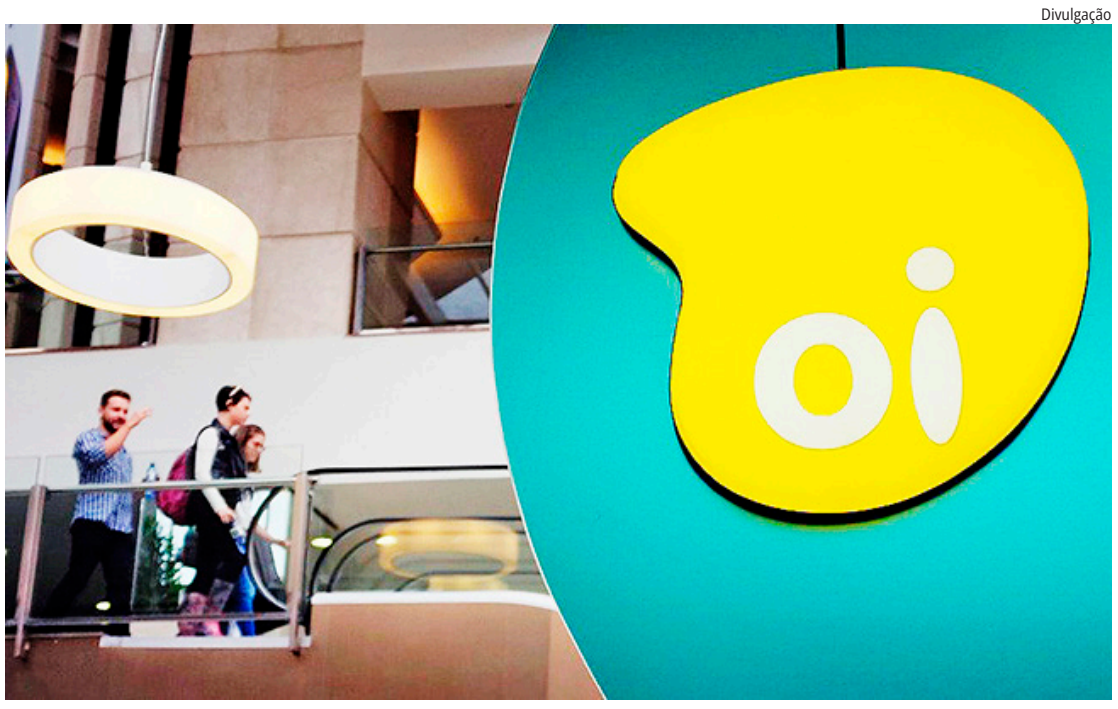
Credores aprovam plano que injetará R$ 3,4 bilhões na Oi

Os credores da Oi aprovaram o plano de recuperação judicial da companhia que busca solucionar uma dívida de R$ 44,3 bilhões. A proposta contou com o apoio de 79,87% dos credores quirografários (cujas dívidas não têm garantias), detentores de 56,15% do valor da dívida. O resultado veio após quase 14 horas de duração da assembleia geral de credores, que começou pouco depois das 14h da quinta-feira, 18, e seguiu até as 4h da madrugada de sexta-feira, 19, em um hotel na zona oeste do Rio.

A tele apresentou a nova versão do plano de recuperação por volta do meio-dia de quinta e, ao longo do dia, apresentou aos poucos 32 documentos anexos que dão suporte ao processo. As sessões tiveram seis interrupções para os credores analisarem os dados. A despeito do ritmo lento, o encontro não teve brigas.

A espinha dorsal do plano é a injeção de recursos na Oi para sustentar suas operações até a realização da venda de ativos. Foi acertado um novo financiamento de até US$ 655 milhões, o equivalente a cerca de R$ 3,4 bilhões no câmbio atual. Desse total, os credores financeiros vão colocar US$ 505 milhões, enquanto a empresa de infraestrutura de telecomunicações V.tal, controlada pelo BTG Pactual, aportará de US$ 100 milhões a US$ 150 milhões.

Divulgação



Oi: os credores concordaram em adiantar uma parte desse total, na forma de um empréstimo no valor de US$ 135,8 milhões

Os recursos vão entrar até 15 de julho na tele, com pagamento em 2027. Os credores concordaram em adiantar uma parte desse total, na forma de um empréstimo-ponte cujo novo valor será de US$ 135,8 milhões.

Em troca, a Oi apresentou um amplo pacote de garantias. Entram aí a participação minoritária na V.tal; o negócio de banda larga, chamado Oi Fibra; 100% dos recursos líquidos que a Oi espera receber no seu processo de arbitragem contra a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em que pleiteia um total de R$ 60 bilhões; um grupo selecionado de imóveis; e equipamentos operacionais.

O plano aprovado cortará a dívida financeira da Oi em cerca de 70% mediante descontos e parcelamentos de saldos devedores no longo prazo. Também está prevista a conversão de dívidas em capital social, o que vai diluir os atuais acionistas em 80%, conforme previsto. "A empresa terá um endividamento bem menor. Então, estamos falando de ficar com 20% de uma empresa com muito mais qualidade", apontou o diretor jurídico da Oi, Thalles Paixão.

Uma perna importante do plano é a venda de ativos avaliados em mais de R$ 15 bilhões para abater as dívidas. Entre os ativos à venda está a Oi Fibra e a participação na V.tal, além de imóveis espalhados pelo País. No passado, a Oi já se desfez do negócio de internet móvel, da infraestrutura de redes de fibra ótica, além de imóveis e torres.

Após a nova liquidação, sobrará na Oi, essencialmente, a divisão de internet e TI para empresas (chamada Oi Soluções) e as subsidiárias de call center e serviços de manutenção em campo.

Neste momento, a venda da Oi Fibra é a que está mais adiantada, com o recebimento de propostas em andamento. O plano prevê levantar R$ 7,3 bilhões com o ativo, mas tem flexibilidade para receber valores menores ou até mesmo a entrega de ativos como forma de pagamento.

O plano costurado pela Oi ficou distante de ser unanimidade entre os credores. O apoio foi dado principalmente por credores financeiros e fornecedores, como empresas de torres e satélites. Os credores foram assessorados pelo banco Houlihan Lockey.

Parte dos bancos locais foi avessa à proposta. Houve discussão até mesmo dentro do próprio conselho da tele. O conselheiro Raphael Manhães Martins foi contra o plano por entender que a Oi deve virar uma "companhia esvaziada" após a venda dos últimos ativos de peso e que a proposta de renegociação prevê a oferta de garantias em excesso em troca de financiamento.

A Oi entrou em recuperação judicial pela primeira vez em 2016, com R$ 65 bilhões em dívidas, e concluiu no fim de 2022. No entanto, a tele seguiu com dívida de R$ 44,3 bilhões, o que a levou a pedir proteção judicial novamente poucos meses depois, no início de 2023.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

GANHO DE ESCALA

Petz assina MoU com Cobasi para possível combinação de negócios

A companhia combinada terá uma rede de 483 lojas e alcançará um faturamento de R$ 6,9 bilhões

A Petz confirmou na manhã de sexta-feira, 19, que celebrou memorando de entendimentos não vinculante (MoU) para a possível combinação de negócios com a Cobasi.

A proposta para celebrar o MoU já havia sido aprovada em reunião do conselho de administração da última segunda-feira, 15, segundo ata da reunião divulgada na sexta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Segundo fato relevante, "com a implementação da operação, a companhia combinada terá uma rede de 483 lojas, e alcançará um faturamento bruto de aproximadamente R$ 6,9 bilhões e um Ebitda ajustado IAS17 de R$ 464 milhões (considerando o ano de 2023)".

A operação implicará na união de duas companhias com modelos de negócios e direcionamentos estratégicos similares, com o fortalecimento da omnicanalidade na plataforma combinada, ganho de escala e potencialização da estratégia comercial.

A relação de troca entre as companhias foi calculada considerando o preço por ação de R$ 7,10 de emissão da companhia, valor 102% maior do que o do fechamento da ação no pregão de quinta-feira.

Divulgação

A Petz e a Cobasi se comprometem a negociar de forma exclusiva visando a conclusão da operação, se abstendo de tratar com terceiros quaisquer transações

O memorando prevê ainda que, quando do fechamento da operação, o capital social da sociedade combinada será representado por 50,0% de acionistas da companhia e por 50,0% de acionistas da Cobasi; e uma distribuição em moeda corrente nacional no valor total de R$ 450 milhões para os acionistas da companhia, sujeitos a determinados ajustes.

O MoU também determina que a Petz e a Cobasi se comprometem a negociar de forma exclusiva visando a conclusão da operação, se abstendo de tratar com terceiros quaisquer transações similares à operação.

A consumação da operação está sujeita à negociação e à celebração dos documentos definitivos, ao cumprimento de determinadas condições precedentes, tais como a aprovação da pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e à realização de diligências legal, operacional, contábil e financeira.

A companhia engajou como assessor financeiro o Itaú BBA e como assessor jurídico o escritório Lefosse Advogados. A Cobasi engajou como assessor financeiro o Morgan Stanley e como assessor jurídico o escritório Pinheiro Neto Advogados.

O MOU estabelece, ainda, princípios gerais que deverão reger a governança da sociedade combinada, e a celebração de um Acordo de Acionistas entre o Sr. Sergio Zimerman, acionista de referência da Companhia, e os acionistas controladores da Cobasi. O acordo de acionistas terá regras para a escolha e eleição de membros para do Conselho de Administração da sociedade combinada e regras para a escolha e nomeação do Presidente do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria da sociedade combinada, incluindo seu Presidente.

SEGUROS

Câmara debate relação entre seguradora e os desastres naturais

Em audiência pública na Câmara dos Deputados realizada no dia 17 de abril, em Brasília, importantes figuras do setor segurador discutiram estratégias para abordar desafios relacionados às mudanças climáticas e desastres naturais no Brasil.

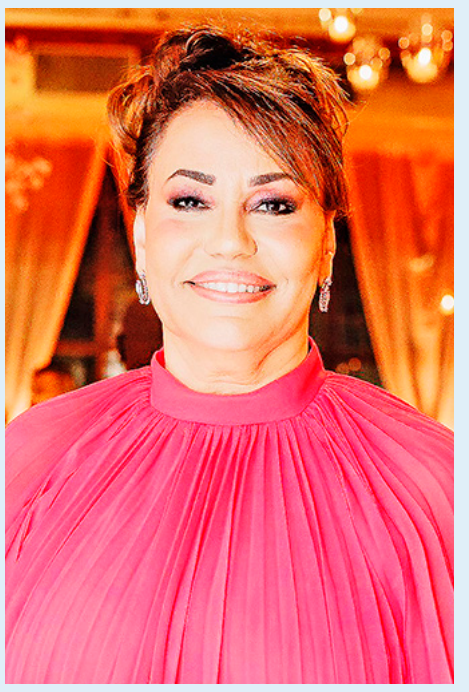
A reunião, organizada pela Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais, contou com a participação de lideranças de seguradoras, resseguradoras e corretoras de resseguros, além de parlamentares.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, abriu o debate destacando a baixa adesão ao seguro contra riscos climáticos no Brasil. Ele ressaltou a importância de aumentar a resiliência das cidades e áreas rurais diante de enchentes e inundações frequentes. Oliveira também apresentou propostas para melhorar a resposta a desastres naturais e acelerar a recuperação de infraestruturas e atividades econômicas afetadas.

Uma das iniciativas destacadas foi o Seguro Social de Catástrofe, proposto pela CNseg, que visa fornecer apoio financeiro rápido às vítimas de desastres através de um sistema de indenizações acessíveis.

Além disso, Dyogo Oliveira discutiu a importância de expandir o seguro rural e a criação de um Fundo do Seguro Rural (FSR) para estabilizar os prêmios diante das flutuações climáticas.

Fotos: Divulgação



Elisabete Prado, presidente da Delphos, Joffre Nolasco, presidente da Aconseg-RJ, e Jaqueline Rocha, diretora da Aconseg-RJ

Aconseg-RJ presta homenagem às mulheres do mercado segurador

No mercado de seguros brasileiro, o avanço das mulheres em postos de chefia é visível.

Segundo estudo recente da Escola de Negócios de Seguros (ENS), elas são maioria nas empresas (aproximadamente 57%) e estão presentes em 31% dos cargos executivos.

A Associação das Empresas de Assessoria e Consultoria de Seguros do Rio de Janeiro (Aconseg-RJ) prestou uma homenagem especial às mulheres do mercado de seguros pelo seu dia nas pessoas da diretora da entidade, Jaqueline Rocha, e da presidente da Delphos, tradicional empresa de prestação de serviços do setor, Elisabete Prado.

Segundo o presidente da Aconseg-RJ, Joffre Nolasco, a longa trajetória de lutas traçada pelas mulheres resultou em êxito e reconhecimento por toda a sociedade.

"Ainda há gargalos a serem vencidos, mas será uma questão de tempo. Parabéns ao quadro feminino do setor que vem contribuindo de forma efetiva, inteligente e criativa para o crescimento do nosso mercado", frisou Nolasco.

A diretora da entidade, Jaqueline Rocha, destacou que "é uma honra participar da diretoria da Aconseg/RJ. Mostra o quanto as mulheres são participativas e atuantes no mercado segurador, agregando valor e conhecimentos. Com o passar dos anos, vejo o número de mulheres qualificadas e competentes na ocupação de cargos que por muitos anos foram privilegiados por homens", pontuou Jaqueline, primeira mulher a ocupar espaço na alta direção da Aconseg-RJ.

Por sua vez, a presidente da Delphos, empresa que presta serviços terceirizados no mercado segurador, Elisabete Prado, revelou que "vem de uma carreira bastante longeva na empresa.

"A minha ascensão ocorreu de forma gradativa e natural. Fui galgando cargo a cargo, até chegar à posição de CEO. São mais de quatro décadas, e hoje é raro encontrar pessoas que fiquem tanto tempo em uma mesma organização. Foi uma escalada que dependeu exclusivamente das minhas competências em relação aos negócios, que envolvem toda a empresa, aliadas ao meu conhecimento do mercado", narrou a líder da Delphos.

CVG-RJ realizará café da manhã com palestra no próximo dia 25

Dando continuidade a sua programação de eventos que tem como objetivo atualizar e levar conhecimento aos profissionais de seguros, o Clube Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ), convida para o café da manhã que será realizado na sua sede, no Centro, na próxima quinta-feira, dia 25 abril.

Na ocasião, as especialistas da SulAmérica, Ester Teixeira, Superintendente Comercial (Saúde e Odonto) e Evelin Sampaio, Gerente Comercial (Vida, Previdência e Investimentos), farão uma palestra sobre o tema "Saúde+Vida", segmentos da maior relevância para o bem-estar da população e o desenvolvimento do mercado de seguros.

Ao todo, o CVG-RJ tem mais de 1.200 associados, que participam de sua programação. Em cursos de formação profissional, foram capacitados milhares de alunos, que hoje desempenham funções importantes nas empresas do mercado de seguros.

Café da Manhã do CVG-RJ –
Tema: *Saúde+Vida*
Data: *25/04 - quinta-feira*
Horário: *9h30 às 12h*
Onde: *Sede do CVG-RJ – Rua da Quitanda, 159 – 12 º andar – Centro -Rio*
Informações:
cvgrj@cvgrj.com.br
(21) 2203-0393 ou (21) 96428-4607
Inscrições: *www.cvgrj.rds.land/cvgrj-eventos.*
As vagas são limitadas

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

RESPOSTA

Israel inicia retaliação ao Irã com ataques a base militar

A ofensiva teve como alvo uma área ao redor de Isfahan, ao sul de Teerã, onde o Irã mantém uma base militar, uma fábrica de drones e instalações nucleares. Os voos comerciais foram suspensos

Israel iniciou na madrugada de sexta-feira, 19, a retaliação ao Irã pelo ataque do sábado, 13, segundo uma fonte com conhecimento do assunto. O movimento agrava o risco de uma guerra entre os dois países.

A ofensiva teve como alvo uma área ao redor de Isfahan, ao sul de Teerã, onde o Irã mantém uma base militar, uma fábrica de drones e instalações nucleares. O país ativou os sistemas de defesa aérea em diversas províncias, após detectar objetos voadores suspeitos.

A agência de notícias estatal IRNA informou não ter registrado quaisquer danos ou explosões em grande escala em qualquer parte do país e que nenhum incidente foi relatado nas instalações nucleares iranianas. Os voos comerciais foram suspensos pelo Irã na noite da quinta-feira, 18, mas retomados na manhã de sexta.

Não há informações precisas sobre a extensão ou o impacto da ação israelense, que foi entendida como uma resposta ao ataque do Irã, que envolveu mais de 300 drones e mísseis - a maioria dos artefatos foi abatida pela defesa antiaérea de Israel. A ofensiva iraniana, por sua vez, foi uma resposta a um ataque atribuído a Israel que matou altos oficiais iranianos em Damasco, na Síria.

Israel está sob pressão dos Estados Unidos e da Europa para moderar a resposta ao Irã. Já o governo iraniano fez diversos alertas, nos últimos dias, de que responderia agressivamente a qualquer ataque israelense.

Reuters

Não há informações sobre a extensão ou o impacto da ação israelense, que foi entendida como uma resposta ao ataque do Irã, que envolveu mais de 300 drones

O G7 está muito preocupado com a contínua guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e com a sua retórica e ações nucleares irresponsáveis, bem como com o avanço contínuo da Coreia do Norte e do Irã nos programas de mísseis nucleares e balísticos. Em comunicado emitido após reunião de ministros das Relações Exteriores do grupo, a visão é de que "estes desenvolvimentos colocam sérios desafios à paz e à segurança internacionais e exigem a nossa determinação unida na defesa dos regimes globais de desarmamento e de não-proliferação".

Além disso, o G7 condena nos termos mais veementes a crescente cooperação militar entre a Coreia do Norte e a Rússia, incluindo a exportação pela Coreia do Norte e a aquisição de mísseis balísticos norte-coreanos pela Rússia, bem como a utilização destes mísseis pela Rússia contra a Ucrânia.

"Estamos também profundamente preocupados com a possibilidade de qualquer transferência de tecnologia relacionada com mísseis nucleares ou balísticos para a Coreia do Norte. Reiteramos o nosso compromisso de combater a evasão de sanções e reforçar a aplicação", afirma o grupo.

A Agência Internacional de Energia (AIE), braço da Organização das Nações Unidas, confirmou na sexta-feira, 19, em mensagem no X (ex-Twitter), que não há estragos a instalações nucleares do Irã. A AIEA ainda pede "máxima cautela" a todos os envolvidos nas tensões no Oriente Médio "e reitera que as instalações nucleares nunca devem ser alvo em conflitos militares". "A AIEA monitora a situação muito de perto", acrescenta a mensagem.

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, pediu na sexta-feira, 19, no Twitter que sejam interrompidas as hostilidades no Oriente Médio. "É a hora de interromper o perigoso ciclo de retaliação no Oriente Médio. Eu condeno qualquer ato de retaliação e apelo à comunidade internacional para trabalhar juntos e impedir qualquer acontecimento a mais que poderiam levar a consequências devastadoras para toda a região e para além dela", afirma a mensagem.

O chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, divulgou na sexta-feira também uma breve mensagem no X (ex-Twitter), no qual reforça a importância de que seja evitada uma escalada nas tensões entre Israel e o Irã. O comentário é veiculado horas após um aparente ataque israelense contra a cidade iraniana de Isfahan, aparentemente com efeitos modestos e sem sinal de retaliação de Teerã, ao menos por enquanto.

"Em relação à nova situação no Irã: pedimos a todos que continuem a contribuir para a desescalada no futuro. Desescalada continua a ser a ordem do dia. Falaremos sobre isso com todos nossos amigos e aliados e trabalhamos junto com eles nessa direção", afirmou Scholz.

PROTEÇÃO

Lawlor garante que quem preserva os biomas defende os direitos humanos

O que marca o Brasil é uma "impunidade endêmica". E, apesar de serem "criminalizados" e "destruídos por autoridades", defensores de direitos humanos são quem preserva biomas no país e também quem cobra a atuação da Justiça em casos de violência do Estado e oferece uma alternativa de "dignidade, solidariedade e respeito a todos".

Essas foram algumas das colocações feitas na sexta (19), por Mary Lawlor, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação das pessoas defensoras de direitos humanos, apresentadas em coletiva de imprensa.

A porta-voz da ONU chegou ao Brasil em 8 de abril de 2024 e se encontrou com autoridades do governo brasileiro, da Esplanada dos Ministérios, e nomes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União e do Conselho Nacional de Justiça. O ponto central de sua agenda, porém, como é de praxe em visitas oficiais de representantes da entidade, são as reuniões com líderes que articulam reações às violações de direitos socioambientais e, como consequência disso, ficam em evidência e sofrem perseguições.

Mary Lawlor também esteve na Bahia, no Pará, em São Paulo e no Mato Grosso, estados que identificou como sendo "particularmente graves", em relação aos perigos que se impõem diante daqueles que lutam em defesa dos direitos humanos e de biomas. A especialista da ONU disse que, por todo o país, há pessoas que protegem a vida, a terra e a natureza sob cerco ou mesmo sendo mortas e que acabam tendo que enfrentar um sistema que reforça injustiças.

O cenário, acrescentou ela, é de desigualdades e abandono por parte das instituições que deveriam protegê-las. Ao ler seus apontamentos, Mary Lawlor explicou que muitas lideranças têm medo de retaliação após denunciarem os casos de violações que chegam ao seu conhecimento e que muitas delas, além de serem criminalizadas pelo papel que exercem, lidam, com frequência, "com ameaças de morte na porta de casa".

"Líderes indígenas repetidamente disseram que tiveram que deixar seus territórios, com medo de serem mortos", ressaltou ela, em sua fala aos jornalistas, afirmando, em alusão ao Dia dos Povos Indígenas, comemorado hoje, que os povos originários "devem ser celebrados e protegidos", e citando o caso de uma guarani kaiowá que teve que deixar tudo para trás, depois de um familiar ser executado e ela receber um aviso de que seria a próxima a ser assassinada.

UN Photo - Evan Schneider

Lawlor explicou que muitas lideranças têm medo de retaliação após denunciarem os casos de violações

Para a porta-voz da ONU, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser questionado quanto à discussão em torno do marco temporal, tese jurídica que restringia o direito às terras indígenas aos seus respectivos povos originários àqueles que as ocupassem em outubro de 1988, na promulgação da Constituição Federal. No entendimento de Mary Lawlor, a corte deveria ter se empenhado mais em assegurar o direito aos indígenas, acelerando a derrubada da tese.

Um dos ministros com quem esteve foi Silvio Almeida, da pasta de Direitos Humanos e da Cidadania, que teria explicitado a ela as ações já implementadas ou em vias de aplicação, no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), que, em 2024, completa 20 anos, sob a batuta do ministério. No que concerne a esse aspecto, a crítica foi em relação ao orçamento e à falta de efetividade.

"Raramente as políticas que estão sendo desenvolvidas pelo governo federal foram levantadas comigo pelos defensores dos direitos humanos. A principal exceção a isso foi o trabalho realizado no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania através do Grupo de Trabalho (GT) Sales Pimenta. O estabelecimento do Grupo de Trabalho é positivo e necessário. No entanto, ouvi repetidamente preocupações de defensores de direitos humanos sobre sua falta de progresso e a falta de investimento por parte do governo federal. O GT precisa ter um orçamento adequado para que consiga desenvolver aquilo que foi encarregado de fazer e deve contar com a participação genuína de todos os ministérios relevantes, bem como dos próprios defensores dos direitos humanos que estão em risco. Em suma, precisa ser politicamente priorizado e devidamente financiado", resumiu Mary.

Um dos aspectos abordados no relatório que produziu foi a cota de responsabilidade pela qual devem responder o empresariado, em seus diversos segmentos, e o governo brasileiro, no que diz respeito à manutenção da atmosfera de "violências extremas". Nesse sentido, seu argumento é de que o governo federal precisa barrar companhias que devastam os territórios e cometem violações de direitos vários.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

ATENTADO

Consulado do Irã em Paris é isolado após supeita de bomba

Uma testemunha relatou que um homem entrou no consulado, tirou o casaco e vestia um colete feito à mão no qual, aparentemente, havia explosivos

A polícia da França isolou na sexta-feira, 19, o consulado do Irã em Paris após um homem supostamente ter entrado com material explosivo na sede diplomática. De acordo com a imprensa local, o suspeito foi detido e uma unidade de elite foi acionada para o consulado, que solicitou por intervenção.

Uma testemunha relatou que um homem entrou no consulado por volta das 11h (6h de Brasília) e que ele tirou o casaco e vestia um colete feito à mão no qual, aparentemente, havia explosivos. O jornal Le Parisien destacou que o indivíduo colocou diversas bandeiras no chão e garantiu que o seu objetivo era vingar a morte do irmão.

Segundo a emissora de televisão BFMTV, ele saiu do consulado por vontade própria e foi detido pelas forças de segurança, não tendo sido encontrado qualquer artefato explosivo. O veículo em que ele chegou ao local também foi revistado.

Um oficial da polícia de Paris disse à Associated Press que os policiais estavam verificando a identidade do homem e tentando determinar se ele tinha armas. O funcionário disse que o homem foi localizado por volta das 11h e que a polícia lançou uma operação especial assim que foi alertada. Os motivos do homem não ficaram imediatamente claros. Nenhuma explosão foi relatada.

O comandante da polícia de Paris, Laurent Nuñez, mobilizou uma unidade de elite e destacou que o consulado fez o pedido de intervenção. Agentes antiterroristas franceses solicitaram a entrada no consulado, mas os funcionários do edifício diplomático negaram, segundo a BFMTV.

Reuters

Consulado do Irã: agentes antiterroristas franceses solicitaram a entrada no consulado, mas os funcionários do edifício diplomático negaram

O bairro onde fica o consulado iraniano, o XVI Arrondissement, no oeste da capital francesa, está completamente fechado ao tráfego. As linhas 6 e 9 do metrô, que passam pela estação Trocadero, a mais próxima do consulado iraniano, também foram paralisadas segundo a empresa RATP.

O incidente ocorre em meio a uma tensão crescente no Oriente Médio, no mesmo dia em que o Irã foi alvo de um ataque retaliatório de Israel e poucos dias depois de Teerã ter atacado diretamente o território israelense pela primeira vez na história. O consulado iraniano em Paris não tem um alto nível de atividade, devido à frieza entre os dois países, o que faz com que sejam emitidos poucos vistos.

O governo brasileiro informou na sexta-feira também que acompanha, "com grave preocupação", mais um episódio da escalada de tensão entre Israel e o Irã. O posicionamento foi divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Mais cedo, a imprensa internacional informou que foram registradas explosões na província iraniana de Isfahan. De acordo com agências internacionais de notícias, as explosões foram provocadas por Israel em resposta aos ataques iranianos ao território israelense na semana passada.

"O Brasil continua a acompanhar, com grave preocupação, episódios da escalada de tensões entre o Irã e Israel, desta vez com o relato de explosões na cidade iraniana de Isfahan. O Brasil apela a todas as partes envolvidas que exerçam máxima contenção e conclama a comunidade internacional a mobilizar esforços no sentido de evitar uma escalada", declarou o Itamaraty.

De acordo com a pasta, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, transmitiu a preocupação do governo brasileiro pessoalmente ao chanceler do Irã, Hossein Amir-Abdollahian, durante encontro bilateral ocorrido na manhã de sexta na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

O governo do Irã negou, por meio de sua agência estatal de notícias, a ocorrência das explosões. Segundo a agência Irã Fars News, os sons foram, na verdade, de baterias antiaéreas que dispararam contra "objetos suspeitos".

RISCOS

Reuters

Bolsas variam com o petróleo

Bolsas da Europa fecham sem sinal único, com as tensões

As bolsas da Europa fecharam sem sinal único na sexta-feira, em uma sessão que começou com aversão a riscos por conta das tensões no Oriente Médio, mas que foi abandonando a cautela aos poucos, na medida em que prevaleceu a visão de que uma eventual escalada do conflito seria contida. Além disso, houve a declaração de dirigentes de bancos centrais da região, com destaque para a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, que falou sobre corte de juros diante do processo de desinflação.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em baixa de 0,11%, a 499,16 pontos. Em Paris, o CAC 40 caiu 0,01%, a 8.022,41 pontos. Em Lisboa, o PSI 20 teve queda de 0,51%, a pontos. Em Madri, o Ibex 35 recuou 0,33%, a 10.729,50 pontos.

Lagarde afirmou que a instituição poderá cortar juros à frente, se ampliar a confiança de que a inflação converge à meta de 2% na zona do euro. De qualquer forma, ela reforçou o compromisso da entidade em seguir guiada pela evolução dos dados econômicos. "O Conselho não está pré-comprometido com uma trajetória particular para a taxa", afirmou. Outro dirigente do BCE, Edward Scicluna avaliou que junho é o mês "mais provável" em que o comando do BCE concordará em começar a cortar os juros. Segundo ele, não há motivo para manter as taxas nos níveis atuais, já que a inflação caminha para a meta de 2%.

O dirigente do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) Dave Ramsden expressou ter ficado menos preocupado com progresso na inflação no Reino Unido nos últimos meses. Ramsden contou que temia, durante boa parte de 2023, que a economia britânica estivesse descolada dos EUA e zona do euro em termos de desinflação. Agora, porém, ele disse que o Reino Unido se parece mais como um player "atrasado". Em Londres, o FTSE 100 fechou em alta de 0,24%, a 7.895,85 pontos.

Na agenda de indicadores, o índice de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês) da Alemanha recuou 2,9% em março, na comparação anual, quando analistas ouvidos pela FactSet previam baixa de 3,0%. A Reuters ainda reportou, a partir de fonte, que o governo da Alemanha elevaria levemente a projeção de crescimento do país neste ano e cortaria a de inflação, em suas projeções atualizadas que saem na próxima semana. Em Frankfurt, o DAX recuou 0,53%, a 17.742,36 pontos. No Reino Unido, as vendas no varejo ficaram estagnadas em março ante fevereiro, enquanto analistas projetavam alta de 0,5%.

Segundo a Reuters, o BCE está prestes a emitir uma ordem vinculativa ao UniCredit da Itália para cortar seus negócios na Rússia, seguindo uma abordagem semelhante à aplicada ao Raiffeisen Bank International da Áustria. Isso reflete a pressão crescente sobre os bancos europeus para diminuir suas operações financeiras com Moscou devido à persistência do conflito na Ucrânia. Em Milão, a ação do Unicredit avançou 0,56%, enquanto o FTSE MIB subiu 0,12%, a 33.922,16 pontos.

SEGURANÇA NACIONAL

China determina que Apple retire do país os seus aplicativos de mensagem

A China ordenou que a Apple retire alguns dos mais populares aplicativos de mensagens do mundo de sua loja de aplicativos no país, no mais recente exemplo da censura exigida para a fabricante do iPhone em seu segundo maior mercado. O WhatsApp e o Threads, da Meta Platforms, e o Signal e o Telegram foram retirados da loja de aplicativos chinesa na sexta-feira, 19. A Apple afirmou que foi orientada a retirar certos aplicativos por preocupações de segurança nacional, não especificadas.

"Somos obrigados a seguir as leis nos países em que operamos, mesmo quando discordamos", afirmou um porta-voz da Apple. Os aplicativos de mensagens somados têm cerca de 3 bilhões de usuários no mundo. Eles podem ser acessados na China apenas por meio de redes virtuais privadas que podem ser usadas fora do grande controle imposto por Pequim, mas ainda são comumente utilizados.

Pequim em vários momentos já viu essas plataformas com cautela, temendo a possibilidade de que os aplicativos possam ser usados para disseminar conteúdo negativo ou causar distúrbios sociais. Uma fonte ligada ao assunto disse que a Administração do Ciberespaço da China pediu à Apple para retirar os aplicativos pois eles possuem conteúdo político com menções problemáticas ao presidente chinês. O porta-voz da Apple disse que isso não foi parte do motivo informado.

Reuters

A Apple afirmou que foi orientada a retirar certos aplicativos da China por preocupações de segurança nacional

A medida restringe o número de aplicativos estrangeiros que os usuários chineses podem usar para se comunicar com o exterior, em mais um aperto nos controles da internet por Pequim. Ocorre também em momento de tensões no setor de tecnologia com os EUA, enquanto o Congresso americano conduz um esforço para pressionar o TikTok, o qual poderia levar à aprovação de uma lei neste mês para forçar a controladora chinesa do aplicativo de compartilhamento de vídeos a ser vendida nos EUA ou correr o risco de um banimento.

O G7 está preocupado também com o fato de as políticas e práticas não mercantis da China estarem conduzindo a um excesso de capacidade, que prejudica os "nossos trabalhadores, as nossas indústrias e a resiliência econômica". Em comunicado, o grupo das sete economias mais desenvolvidas do mundo diz que uma China em crescimento que cumpra as regras internacionais seria de interesse global. "Não estamos nos dissociando ou nos voltando para dentro", afirma o documento, publicado após reunião dos ministros das Relações Exteriores do G7.

Reiteramos a importância de garantir condições de concorrência equitativas e um ambiente de negócios transparente, previsível e justo, aponta o G7. "O respeito pelo sistema comercial multilateral baseado em regras e em princípios de mercado tem de ser a marca das nossas relações, para proteger os nossos trabalhadores e empresas de políticas e práticas injustas e não mercantis, incluindo a transferência forçada de tecnologia ou a divulgação ilegítima de dados, que distorcem a economia global e prejudicam a concorrência leal", diz o documento.

"Protegeremos os nossos trabalhadores e comunidades empresariais de práticas injustas, incluindo aquelas que levam ao excesso de capacidade, criam vulnerabilidades na cadeia de abastecimento e aumentam a exposição à coerção econômica, uma vez que reconhecemos que a resiliência econômica exige redução de riscos e diversificação sempre que necessário", afirma o grupo.

"Reafirmamos a necessidade de defender os princípios da Carta das Nações Unidas na sua totalidade. A este respeito, apelamos à China"

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

INVESTIMENTO

Paiva diz que previsibilidade orçamentária é fundamental

O comandante do Exército afirmou que a previsibilidade orçamentária é fundamental para fortalecer a defesa e aumentar a capacidade de dissuasão

Agência Brasil

O presidente Lula e o comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Paiva, durante celebração do Dia do Exército, em solenidade no Quartel-general do Exército

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, classificou como "fundamental" a previsibilidade orçamentária para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa e para aumentar a capacidade de dissuasão em um "mundo multipolar". A declaração ocorre dias depois de comandantes das Forças Armadas terem participado de audiência na Câmara para reclamarem dos cortes de orçamento.

"Estar preparado para o futuro envolve, sobretudo, aprimorar o valor do soldado por meio do treinamento eficaz e da dotação de materiais de emprego militar modernos. Dessa forma, a previsibilidade orçamentária é fundamental para fortalecer a Base Industrial de Defesa e aumentar a capacidade de dissuasão em um mundo multipolar, no qual os conflitos bélicos são uma realidade", disse o general, em discurso durante cerimônia em alusão ao Dia do Exército nesta sexta-feira, 19, no Quartel-General em Brasília.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no evento. De ministros, participaram o da Defesa, José Múcio, do Gabinete da Segurança Institucional (GSI), Marcos Antonio Amaro dos Santos, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. No evento, autoridades e instituições civis e militares que tenham prestado relevantes serviços ao Exército são condecoradas com a "Ordem do Mérito Militar" e a medalha "Exército Brasileiro".

"A constante evolução tecnológica nos obriga a priorizar a atração, a capacitação e a retenção de recursos humanos, formando os líderes do amanhã por intermédio de um consagrado sistema de ensino, que preserva e difunde princípios éticos, valores e tradições militares", disse Tomás Paiva.

Na quarta-feira, 17, o ministro da Defesa e os comandantes das Forças Armadas participaram de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara. Na sessão, os militares reclamaram dos cortes no Orçamento. Marcos Sampaio Olsen, da Marinha, por exemplo, alertou que o valor alocado para munição e combustível está abaixo do que é necessário ou do mínimo aceitável.

"A Defesa é um importante setor que carece de atenção e investimento", afirmou Múcio na quarta-feira. Já Olsen apontou que houve um índice de perda de 46% na capacidade orçamentária no setor de Defesa nos últimos dez anos. "A Marinha tem adotado uma redução de efetivo de maneira a tornar o orçamento mais eficiente", disse Olsen. Ele argumenta que alguns desses programas afetados poderiam produzir empregos diretos e indiretos.

No discurso de sexta, o comandante do Exército ressaltou que a Força integra uma "instituição de Estado, alicerçada na hierarquia e na disciplina, que se mantém coesa pelo culto a valores imutáveis". "Estamos sempre prontos para garantir a soberania do País, protegendo nossas fronteiras e guardando nossas riquezas em todos os quadrantes deste imenso território, bem como conduzindo ações subsidiárias que contribuem para o desenvolvimento nacional, que ajudam na preservação ambiental e que aliviam o sofrimento da população em meio a desastres naturais", acrescentou.

Tomás Paiva também reafirmou o "eterno compromisso" da Força Terrestre com a defesa da pátria e "dos mais caros ideais democráticos, mesmo com o sacrifício da própria vida".

Lula também participou do evento em comemoração à data em 2023. A presença, contudo, ocorreu em meio à revelação de um novo episódio envolvendo os ataques golpistas do 8 de Janeiro desencadear uma crise que culminou no pedido de demissão do então ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Gonçalves Dias. Na época, o presidente disse não guardar rancor dos militares pelo 8 de janeiro e enfatizou que "o Exército não é mais o Exército de Bolsonaro".

"Hoje (sexta) foi o Dia do Exército brasileiro e todo mundo sabe o quanto eu andava magoado com os militares deste País por conta de tudo o que aconteceu. Fiquei a noite inteira pensando 'vou ou não vou?'. Tomei a decisão de ir e acho que Deus me ajudou a decidir. Fui para mostrar 'eu não guardo rancor'. Esse Exército não é mais o Exército de Bolsonaro, é o Exército de Caxias, é o Exército com compromisso constitucional", disse o petista em evento após ter participado da celebração no ano passado.

O contexto da participação de Lula na cerimônia em 2024, porém, é um pouco diferente. A relação entre o governo federal e as Forças Armadas está mais amena. O episódio mais recente que representa o novo relacionamento se refere às manifestações do golpe militar de 1964. Sob pressão de apoiadores, o presidente desautorizou ações da gestão federal que relembrassem a data para evitar atritos com as Forças.

O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, era um dos principais defensores de que houvesse eventos públicos de rejeição à ditadura militar. A pasta havia programado um ato para 1º de abril, mas, a pedido de Lula, cancelou o evento. Na data, o petista esperava que tanto militares da ativa como seus auxiliares civis deixassem de falar do golpe militar para não acirrar ainda mais os ânimos entre o governo e as Forças Armadas.

EMENDAS

Dino pede explicação sobre descumprimento do orçamento

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, instou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes do Senado e da Câmara, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira, a se manifestarem sobre um suposto descumprimento da decisão que derrubou o chamado orçamento secreto. Eles terão 15 dias para prestar esclarecimentos à Corte.

O despacho foi assinado por Dino na quinta, 18, após duas entidades 'amigas da corte' narrarem suposta 'persistência de descumprimento' de decisão do STF.

A Associação Contas Abertas e a Transparência Internacional Brasil pediram, inclusive, uma manifestação célere do STF sobre o tema evocando as eleições municipais. Segundo elas, com a chegada do pleito 'aumentam os riscos de que recursos capturados do orçamento público sejam destinados para beneficiar candidaturas específicas apoiadas por parlamentares federais, violando o direito de livre escolha pelos eleitores e eleitoras'.

As entidades questionam três pontos: 'uso indevido de emendas do relator-geral do orçamento para efeito de inclusão de novas despesas públicas ou programações no projeto de lei orçamentária anual da União; emendas individuais na modalidade transferência espécie, as emendas PIX, com alta opacidade, baixo controle; e descumprimento da determinação de publicar informações relativas à autoria' das emendas do orçamento secreto e sua aplicação.

Segundo as entidades, as duas primeiras questões - sobre a inclusão de novas despesas no orçamento e as emendas PIX - envolvem 'elaboração e execução orçamentária que perpetua a violação dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência e comprometem sobremaneira o planejamento orçamentário e a responsabilidade na gestão fiscal'.

O Contas Abertas e a Transparência Internacional Brasil sustentam, por exemplo, que a PEC da Transição teria afrontado decisão do STF ao autorizar que o relator do Orçamento de 2023 apresentasse emendas para a ampliação de dotações orçamentárias

Para as entidades o Supremo assentou que as emendas do relator se restringem à correção de eventuais erros e omissões.

"Na prática, a execução das emendas feitas pelo relator-geral à Lei Orçamentária de 2023 sob essa normativa estabelece uma dinâmica similar à do chamado Orçamento Secreto para a distribuição de R$ 9,85 bilhões", argumentam.

Com relação às emendas PIX é apontado um 'notável salto' no uso das mesmas, após a decisão do STF sobre a inconstitucionalidade do orçamento secreto.

A petição destaca como essas emendas também 'operam à margem dos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência'.

"É praticamente impossível rastrear na totalidade como foram aplicados os recursos da União distribuídos por emendas PIX (mais de R$ 6 bilhões só em 2023), mesmo se cada ente federativo beneficiado cumprisse a rigor as exigências legais de transparência ativa e publicassem, em seus portais de transparência, dados detalhados sobre a aplicação das emendas (o que sequer é o caso)", frisa o documento.

O último ponto elencado pela Transparência e Contas Abertas é o suposto 'descumprimento sistemático' da determinação para que o Executivo dê transparência às emendas declaradas inconstitucionais.

CORRUPÇÃO

Grampo pega vereador de Ferraz cobrando propina

No rastro de fraudes em licitações sob influência do PCC, que infiltrou uma quadrilha em prefeituras e câmaras municipais do interior e da Grande São Paulo, os investigadores da Operação Muditia, do Ministério Público estadual, grampearam mensagens que revelam a suposta combinação de propina entre o suposto 'cabeça' do esquema, o cantor de pagode Vagner Borges Dias, o 'Latrell Britto', e o vereador Flávio Batista de Souza (Podemos), o 'Inha', de Ferraz de Vasconcelos, município da região metropolitana. Os diálogos mostram detalhes sobre o acerto de valores e também como o pagamento seria feito.

'Inha' foi preso na semana passada. Ele está no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Mogi das Cruzes - onde tem recebido a visita de servidores graduados da prefeitura e da câmara de Ferraz. Exerce seu terceiro mandato de vereador. Já foi vice-prefeito (2008/2012) e secretário municipal de Transportes (2014/2016), período em que, segundo a oposição, brecava qualquer projeto de licitação para concessão de transportes.

Uma conversa que reforça as suspeitas sobre o vereador data de junho de 2020. Após ligação de 'Inha', o pagodeiro diz: "Verdade, tinha esquecido. Pega 7 aqui, fica faltando 500 que mando mês que vem". Antes, 'Latrell Britto' teria encaminhado ao vereador o valor de R$ 267 mil, referentes, segundo a Promotoria, a montantes pagos mensalmente pela Prefeitura por contratos de serviços de limpeza - 'Latrell' é dono da Vagner Borges Dias ME.

"Os valores repassados ao agente político são claro percentual do contrato das empresas investigadas com a prefeitura", ressaltaram os promotores ao pedirem à Justiça autorização para abertura da Operação Muditia.

O cálculo do repasse é descrito pelo próprio 'Latrell Britto' em uma mensagem interceptada, destacam os promotores. O suposto operador fala em 7% de propina. Os investigadores cruzaram os valores descritos na conversa e identificaram que o montante citado pelo pagodeiro correspondia a exatos 7% do valor das notas pagas pela prefeitura à sua empresa.

A Operação Muditia, aberta no último dia tal, levou à prisão de três vereadores.

ESCLARECIMENTOS

Comissão do Senado quer audiência com influenciador

A Comissão de Segurança Pública do Senado vai ouvir o influenciador português Sérgio Miguel de Gomes Tavares em audiência pública na próxima terça-feira, 23. Tavares foi retido pela Polícia Federal (PF) no Aeroporto de Guarulhos no dia 25 de fevereiro, ao desembarcar no Brasil para participar do ato em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na Avenida Paulista.

O requerimento, de autoria do senador Eduardo Girão (Novo-CE), diz que Tavares foi convidado a comparecer no Senado para que ele possa "elucidar as diversas dúvidas decorrentes do acontecimento em que esteve envolvido na sede da PF no aeroporto".

O texto afirma que o influenciador teve que responder a perguntas sobre suas opiniões político-partidárias e ideológicas, além de ser confrontado sobre declarações que havia feito sobre os ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

"Tais atitudes dos membros da Polícia Federal lotados do aeroporto internacional de São Paulo, se assemelham a uma evidente transgressão aos direitos à liberdade de expressão e livre manifestação de pensamento, insculpidos no Art. 5º da Carta Magna da República", afirmou Girão no requerimento.

Em março, o colegiado recebeu o diretor de Polícia Administrativa da PF, delegado Rodrigo de Melo Teixeira, para falar sobre o caso. Na ocasião, Teixeira disse que quem "flerta com a criminalidade" e "ataca a honra" de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) está sujeito a ser questionado pelo órgão ao entrar no País.

"Ele (Sérgio Tavares), questionado sobre ataque à honra de ministros da Suprema Corte que ele faz na rede social dele... Não é questão só de ser ministro da Suprema Corte. Eu não posso fazer um ataque à honra do senhor, que é senador, ou de qualquer cidadão, ou contra mim, que sou delegado. Ataque à honra considera-se crime no nosso ordenamento legal. Outra questão, quando ele critica a urna eletrônica e diz que é fraudada. Tangencia em uma situação que a gente sabe que não tem nenhuma ilegalidade nesse procedimento, e ele critica. Ele apoia o movimento golpista que teve no 8 de Janeiro", afirmou o delegado

Para Girão, a revelação do oficial causou "estranheza" e "inquietação". Segundo texto, Teixeira apontou que milhares de cidadãos são monitorados nas suas redes sociais de uma maneira seletiva, sem esclarecer os critérios desse monitoramento. "O que demonstra, cada vez mais, que o nosso País pode estar submetido a um inquietante regime de exceção", afirmou o senador

Na época, o influenciador português postou um vídeo em seu perfil no X (antigo Twitter) para dizer que estava sendo retido e que seu passaporte havia sido apreendido. "Todos os passageiros tiveram autorização para sair, menos eu. A Polícia Federal tem o meu passaporte retido e dizem-me que o superior me quer fazer questões. Tudo porque vim divulgar a manifestação pela democracia convocada por Bolsonaro", escreveu o influenciador.

Em nota, a PF informou que a alegação de Tavares de ter sido "indevidamente impedido de entrar no Brasil" era falsa.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

LEILÃO

Fundo Phoenix arremata Emae por R$ 1,04 bilhão

O vencedor do certame passará a gerir um ativo com 906 megawatts em geração hidrelétrica suficiente para abastecer 825 mil residências na Grande São Paulo

O Fundo Phoenix, administrado pela Trustee DTVM, e que tem entre seus cotistas o empresário Nelson Tanure, venceu o primeiro leilão de privatização do governador do Estado de São Paulo Tarcísio de Freitas. Com deságio de 33,68%, o fundo arrematou a estatal Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) por R$ 1,04 bilhão.

As ações da empresa, que se mantinham estáveis até o início do leilão, despencou durante a disputa. Até as 16h38, os papéis derretiam 32,89%.

Além do Fundo Phoenix, participaram da disputa a Matrix Energy - ligada à comercializadora Matrix Energia, empresa detida pela DXT International S.A. (50,01%), parte do Grupo Duferco, e por fundos de investimento sob gestão da Prisma Capital (49,99%) - e o grupo francês EDF. A disputa ocorreu na tarde de sexta-feira, na B3, na capital paulista.

Marcelo S. Camargo - Governo do Estado de SP

O governador de São Paulo participa do leilão da Empresa Metropolitana de Águas e Energia, na B3: o Fundo Phoenix arrematou a empresa com deságio de 33,68%

O vencedor do certame passará a gerir um ativo com 906 megawatts (MW) em geração hidrelétrica suficiente para abastecer 825 mil residências na Grande São Paulo. A hidrelétrica de Henry Borden (889 MW) é o principal ativo da empresa, inaugurada em 1920 e localizada no pé da Serra do Mar.

O portfólio conta ainda com outras três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), oito barragens e duas usinas elevatórias. A empresa também tem papel importante no controle das cheias no Estado, regulando os níveis dos rios Pinheiros e Tietê e ajudando a prevenir alagamentos. Para isso, é feito o bombeamento das águas do rio para o Reservatório Billings.

Outro serviço prestado pela Emae é a travessia por meio de balsa A empresa transporta diariamente pessoas e veículos nas travessias Bororé, Taquacetuba e João Basso. "Mensalmente, o serviço da Emae realiza uma média de 14 mil viagens e transporta gratuitamente 161 mil passageiros e 158 mil veículos", informou o Governo do Estado.

Embora seja uma empresa pequena, a privatização da Emae tem grande significado para Tarcísio de Freitas, que consegue avançar com um processo que vinha sendo considerado um teste para a privatização da Sabesp.

No ano passado, a Emae teve receita líquida de R$ 603 milhões e valor de mercado, de R$ 2,3 bilhões. Além do governo paulista, participam da composição acionária da estatal a Companhia Metropolitana de São Paulo, a Eletrobras e uma parcela minoritária com outros acionistas. A fatia à venda corresponde às participações do governo e do Metrô, que somam quase 40% da empresa.

O Fundo Phoenix, que arrematou a estatal paulista EMAE, pretende fazer a empresa crescer e alcançar um patamar maior do que o verificado hoje, disse o presidente do Banco Máster de Investimento, Mauricio Quadrado.

"Estamos pegando uma empresa arrumada, acho que nossa responsabilidade aumenta agora, para fazê-la crescer mais ainda, gerar mais emprego, essa é nossa ideia", disse Quadrado, em discurso pouco antes de bater o martelo para marcar a finalização do leilão. O banco atuou como corretora do fundo.

Ele disse também que o grupo de investidores que compõe o Fundo Phoenix já está no setor elétrico, "conhece muito o setor e vai conseguir trazer a empresa para um patamar melhor que já esta hoje".

Os investidores do Fundo Phoenix não foram anunciados oficialmente, mas o empresário Nelson Tanure está entre os cotistas. O executivo é um dos acionistas de referência da Light.

O fundo ofereceu R$ 70,65 por ação da EMAE, com ágio de 33,68% em relação ao preço mínimo R$ 52,85/ação, superando outros dois concorrentes, a francesa EDF e a comercializadora Matrix. Considerando o montante total de ações à venda pelo governo paulista - 14,7 milhões que o Estado detém diretamente e outras 350 mil que pertencem ao Metrô - a operação totaliza R$ 1,04 bilhão, acima do preço mínimo de R$ 780 milhões.

AMAZÔNIA

Cerca de 77% do garimpo está a menos de 500 m de cursos d'água

Levantamento do MapBiomas revelou que 77% das áreas de garimpo na Amazônia brasileira estão a menos de 500 metros de algum corpo d'água, como rios, lagos e igarapés. Os dados, referentes a 2022, mostram ainda que o bioma concentrava 92% de toda a área garimpada no país, um total de 241 mil hectares (ha), ou seja, 186 mil ha ficavam a menos de meio quilômetro de cursos d'água. A MapBiomas é uma rede colaborativa, formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia.

O coordenador técnico do mapeamento de mineração no MapBiomas, Cesar Diniz, alerta que toda a ilegalidade em torno da atividade garimpeira na região reforça a gravidade dos resultados encontrados. "O garimpo amazônico quase sempre é ilegal de alguma maneira, seja porque não tem licença, seja porque a licença que tem é inapropriada para a existência do garimpo, seja porque faça uso de substâncias proibidas, como o mercúrio e o cianeto", disse.

Com a proximidade aos rios, a dispersão dos poluentes relacionados ao garimpo é amplificada. "Essa atividade é de alto impacto e alto risco na sua essência. Na Amazônia, ainda pior, porque 77% dela está literalmente ao lado de um grande rio, que é um dispersor dos problemas trazidos pelo garimpo".

Segundo o técnico, o assoreamento gerado pela movimentação de terra na proximidade das bordas de rios e igarapés e a contaminação da água pelo mercúrio, e mais recentemente por cianeto, alcançam áreas muito maiores do que os locais específicos de atuação dos garimpeiros.

Divulgação

O garimpo amazônico quase sempre é ilegal de alguma maneira, seja porque não tem licença, seja porque a licença que tem é inapropriada para sua existência

"Do jeito que a gente tem o garimpo hoje na Amazônia, ele é ilegal, está em franca expansão, faz uso de substâncias proibidas, é danoso ao meio ambiente, é danoso ao garimpeiro, é danoso aos ribeirinhos e aos índios e aumenta a mortalidade infantil. Está tudo errado", ressaltou.

Para Diniz, a questão do garimpo ilegal não se resolve por falta de vontade política e de prioridade para a situação. "A postura precisa mudar, o senso de urgência e de critério precisa mudar. Se quiser resolver verdadeiramente o problema, precisa colocar a invasão garimpeira nas terras indígenas, unidades de conservação e proteção permanente como prioridade na agenda política brasileira", disse.

"A gente já sabe onde estão os garimpeiros, qual é o tamanho do problema, que tipo de substâncias eles usam, quem os financia, a gente já sabe de muita coisa. Não é por falta de informação que não se faz algo mais adequado. É verdadeiramente por falta de prioridade", acredita.

O levantamento do MapBiomas identificou também a quantidade de pistas de pouso em terras indígenas na Amazônia. A TI Yanomami lidera, com 75 pistas de pouso, seguida por Raposa Serra do Sol (58), Kayapó (26), Munduruku e Parque do Xingu (com 21 pistas cada). As imagens de satélite mostram que no interior delas há proximidade entre as pistas e o garimpo.

No caso Yanomami, um terço das pistas - 28 do total de 75, ou 33% - está a menos de 5 quilômetros de alguma área de garimpo. Percentual semelhante (34%) foi encontrado na terra Kayapó (nove de 26 pistas). Já no caso da TI Munduruku, 80% das pistas (17 de 21) estão a menos de 5 quilômetros de áreas de garimpo.

O garimpo está intrinsecamente relacionado aos cursos d'água e ao uso de substâncias químicas proibidas, porque esses elementos levam à redução dos custos da operação. Para o ouro, isso significa minerar em superfície, nos primeiros metros de sedimentos carregados e depositados pelos rios, os chamados depósitos aluvionares.

"Por isso que os garimpeiros estão onde estão. Se eles tentassem recuperar ouro de outra forma, o custo da operação seria muito maior, e não teria como uma rede de garimpeiros operacionalizar essa extração. É uma questão de lucro. Só se faz o que se faz porque é ali que se gasta menos na operação de extração", explicou.

Diniz reforça que o garimpo é uma atividade de risco e sempre terá. No entanto, a atividade não é ilegal, mas, segundo ele, precisa haver uma extração responsável. "Existem normas para garimpar. Não se pode garimpar com o uso de substâncias proibidas, por exemplo, mercúrio e cianeto; nem dentro de terras indígenas, porque é uma ilegalidade espacial. Não se pode dizer que está na fase de pesquisa do garimpo e já estar extraindo ouro, é um uso inapropriado de licença", apontou.

"Quem faz a mineração é responsável pelos seres humanos que ali estão trabalhando e pelos seres humanos que provavelmente, em algum grau de risco, poderão vir a se contaminar. E é responsável pelo meio ambiente. Esse é o problema do garimpo no Brasil. Ninguém é responsável por nada. Todo mundo faz o que quer de acordo com a sua cabeça e o seu método de extração", lamentou.

Diniz afirma que águas e regiões próximas ao garimpo que estejam contaminadas por mercúrio ou cianeto são impróprias para a vida humana. "Para indígenas e ribeirinhos, e para os próprios garimpeiros, a contaminação é um desafio à vida futura deles. Eles vão ter a diminuição da capacidade de se manter vivos e plenos por muito mais tempo", disse.

Da área garimpada na Amazônia, 10% fica dentro de terras indígenas (TI), ou seja, 25,1 mil hectares. Os territórios indígenas mais ocupados por garimpeiros são as TI Kayapó, Munduruku e Yanomami, que concentram 90% da área garimpada dentro de terras indígenas.

Nas terras Kayapó, a área garimpada ocupa 13,79 mil hectares - dos quais 70% (9,6 mil) ficam a menos de 500 metros de algum curso d'água. Na Munduruku, o garimpo ocupa 5,46 mil hectares - 39% dos quais (2,16 mil) a menos de 500 metros da água. Na Yanomami, são 3,27 mil hectares de garimpo e 2,10 mil hectares (64%) a menos de meio quilômetro dos cursos d'água.

No Brasil, de 1985 a 2022, as TI perderam menos de 1% de sua vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas 26%.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET-Rio I CNPJ n.º 31.976.434/0001-55

REALIZAÇÕES 2023

A Companhia de Engenharia de Tráfego – CET-Rio, em 2023, direcionou suas atividades privilegiando a Engenharia de Tráfego, com ênfase no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico, destacando-se neste contexto a publicação do Plano de Segurança Viária (PSV), com a participação de diversos órgãos municipais. O PSV prevê a implantação de políticas e ações com o objetivo principal de redução da taxa de óbitos em acidentes de trânsito. Além disso, vale observar ainda que, à semelhança dos anos anteriores, a CET-Rio planejou e implementou ações operacionais em grandes eventos na cidade, esportivos, religiosos, culturais e de entretenimento (shows internacionais), com destaque para o Réveillon, o Carnaval na Marquês de Sapucaí, e Ernani Cardoso, os desfiles de blocos por toda a cidade, e os grandes jogos e shows no Maracanã e Engenhão. Outro destaque entre as ações da CET-Rio foram os esforços para a conclusão das obras do BRT Transbrasil, que consistiram tanto de ações operacionais para a execução das obras quanto a instalação de sinalização gráfica horizontal e vertical, e de equipamentos de fiscalização. Por fim, destacam-se os esforços para a melhoria dos acessos ao Aeroporto do Galeão, com a modernização da sinalização gráfica e a implantação de faixa exclusiva na Linha Vermelha.

ATIVIDADES POR SETOR:

CET-RIO/PRE/CTRTs
Coordenadorias Técnicas Regionais de Tráfego das APs 1; 2.1; 2.2 e 3 N1; 3 N2; 4 e 5

Serviços de sinalização gráfica vertical realizados
• Manutenção/limpeza de placas: 8.215 unidades
• Implantação/retirada de placas: 29.376 unidades
• Galhardetes implantados: 4.008 unidades
• Postes tipo G7 implantados/retirados: 5.264 unidades

Planejamentos operacionais elaborados: 7.542 planejamentos

Projetos de sinalização/circulação desenvolvidos: 2.319 projetos

CET-RIO/PRE/DTE – Diretoria Técnica
Gerência de Informação e Segurança Viária, Gerência de Tecnologia e Sistemas, Gerência de Análise e Estudos, Gerência de Modos Motorizados e Gerência de Modos Ativos

• Análise de 748 (setecentos e quarenta e oito) novos documentos/processos referentes ao impacto viário pela implantação de Polos Geradores de Viagens;
• Desenvolvimento de 6 projetos de corredores exclusivos de ônibus (BRS);
• Acompanhamento e desenvolvimento de projetos de sinalização para o corredor BRT Transbrasil;
• Desenvolvimento de projetos de infraestrutura cicloviária para conexões da rede atual com 12 (doze) estações de transporte de média e alta capacidade;
• Implantação de infraestrutura cicloviária para conexões da rede atual com 1 (uma) estação de média e alta capacidade;
• Desenvolvimento e publicação do Plano de Segurança Viária;
• Implementação de novas funcionalidades na Plataforma de Informações de Tráfego – PIT;
• Aprimoramento de novos sistemas para atendimento a necessidades da Companhia como: SIGOM (otimização do atendimento de manutenção semafórica) e SISPGV (otimização e controle de processos de Polos Geradores de Viagem);
• Montagem e implantação do *Datacenter (Site B)*, localizado em Laranjeiras, na base do Túnel Santa Bárbara;
• Elaboração de estudos de acidentes de trânsito, inclusive com georreferenciamento dos mesmos de forma a justificar a necessidade das implantações de equipamentos de Fiscalização Eletrônica;
• Execução de 237 (duzentos e trinta e sete) pesquisas de tráfego para dar suporte a projetos, em atendimento a demandas de diversos setores da CET-Rio;
• Elaboração de 5.393 (cinco mil, trezentos e noventa e três) pareceres relativos às diligências em processos de recursos de multas, para análise técnica dos fundamentos dos recorrentes e/ou instrução processual com laudos;
• Desenvolvimento de novos painéis e funcionalidades da plataforma de BI (SAVE) – interna da Gerência de Informação e Segurança Viária – para análise, apresentação e projeção (simulação) dos dados referentes à Fiscalização Eletrônica (equipamentos, emissão, receita, viabilidade e projetos específicos).

Coordenadoria de Educação e de Relacionamento com o Cidadão

• Projeto Favela com Dignidade
O projeto acontece uma vez por mês em comunidades da cidade e reúne diversos órgãos da Prefeitura que ofertam, no local, praticamente todos os serviços disponibilizados ao cidadão, pelo município. Nossa Coordenadoria participa com a distribuição de material educativo.

• Maio Amarelo
A CET-Rio, através da Coordenadoria de Educação para o Trânsito, em parceria com a Rio Luz, iluminou monumentos públicos na cidade para chamar a atenção para o movimento. Em parceria com o DETRAN foram realizadas Blitz Educativas com distribuição de material impresso.
Nos dias 23 e 25 de maio, a CET Rio, em parceria com o DETRAN, a Rio Ônibus, a Secretaria Municipal de Saúde e o SEST/SENAT, distribuiu 430 kits com coletes retrorrefletivos e aparadores de linha em ações educativas no Sambódromo e no Parque Olímpico, que contou também com simulação de resgate aéreo de acidente de trânsito realizada pelo CBMERJ.

• Semana Nacional de Trânsito
Na semana de 18 a 25 de setembro a Coordenadoria de Educação para o Trânsito realiza diversas atividades em comemoração à SNT (Semana Nacional de Trânsito).
Em 2023, no dia 20 de setembro, a CEDUT participou, em conjunto com o DETRAN, a Rio Ônibus e o SEST/SENAT de ação educativa no Parque Madureira, com distribuição de material gráfico educativo e kits com coletes retrorrefletivos e aparadores de linha.

• Dia Mundial Sem Carro
Campanha para discutir sobre o uso racional do automóvel e estimular outras formas de deslocamento. Todo ano são realizados no dia 22 de setembro, eventos com a participação de vários órgãos municipais, estaduais e da sociedade civil para a promoção da mobilidade sustentável. No ano de 2023 foi realizada pedalada pela ciclovia, com percurso saindo da Quinta da Boavista e chegando ao MAM.

• Faixas e Galhardetes – (152 faixas e 3146 galhardetes)
A CET-Rio contrata empresas, por meio de licitações, realizadas pela Imprensa da Cidade, a confecção de material gráfico educativo que é utilizado nas diversas campanhas de educação para o trânsito, realizadas pela Companhia.

• Busdoors – (2792 cartazes)
A CET-Rio contrata empresas, por meio de licitações, realizadas pela Imprensa da Cidade, para a veiculação de campanhas de educação para o trânsito nas linhas de ônibus da Cidade, em cartazes do tipo busdoor.

• Palestras Educativas
A Coordenadoria de Educação para o Trânsito atende solicitações de entidades da sociedade civil, empresas públicas e privadas para ministrar palestras com conteúdos educativos relacionados ao trânsito nas SIPATS (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho).

• A Caminho da Escola 2.0 (intervenções 20/ações 157)
Na versão 2.0, o programa, que nesse ano fez parte do acordo de metas da Prefeitura, ampliou o número de implantações viárias a partir das solicitações da comunidade escolar. Foram elaborados 20 projetos e realizadas 20 entregas de intervenções urbanísticas em unidades escolares e 157 ações da parte teatral e lúdica do Programa em 100 escolas atendidas.

• Oficimob (61 ações)
O game que faz parte do Projeto Circuito Digital Trânsito Cidadão esteve em 43 unidades escolares em 2023. Os alunos do segundo segmento, que são público alvo do projeto, com a utilização de tablets, navegam pelo jogo digital que busca colocar diversas questões relacionadas ao trânsito durante a jogabilidade do mesmo, fazendo com que o jogador tome decisões importantes no espaço urbano local, como se fosse gestor do mesmo.

• Motobox
Distribuição de material gráfico educativo com foco no motociclista, nas diversas ruas da Cidade que possuem motobox, visando chamar a atenção dos motociclistas para a conduta segura no trânsito.

CET-RIO/PRE/CGO
Coordenadoria Geral de Operações

Operação de tráfego rotineira nas principais vias da cidade, prestando 46.170 atendimentos de diferentes tipos como enguiços mecânicos e auxílio em acidentes, por exemplo.
Monitoramento das reversíveis da cidade e análise contínua quanto à necessidade de implantação ou retorno de faixas reversíveis.
• Reversíveis em funcionamento:
• Av. Lucio Costa
• Av. Niemeyer
• Av. Prefeito Luiz Mendes de Moraes
• Linha Amarela
• Orla da Zona Sul (Av. Delfim Moreira, Av. Vieira Souto, Av. Atlântica, Av. Princesa Isabel)
• Rua Jardim Botânico
• Apoio de Tráfego e participação no planejamento operacional para mitigação de impactos gerados por obras de grande porte na cidade, destacando-se:
• Asfalto Liso em diversas vias
• Av. Borges de Medeiros – diferentes obras SECONSERVA e SMI
• Av. Niemeyer – diversas intervenções
• BRT Transbrasil
• BRT Transcarioca
• BRT Transoeste Lote I e Lote II
• Anel viário de Campo Grande
• GEO-Rio na Estrada Menezes Cortes (Grajaú-Jacarepaguá)
• Terminal Intermodal Gentileza
• Túnel Rebouças – modernização
• Túnel Zuzu Angel – modernização
• Túnel Santa Bárbara – modernização
• Planejamento e Operação de Grandes Eventos na Cidade, entre os quais:
• Spanta
• Pré-Carnaval – Blocos
• Carnaval
• Imagine Dragons
• Coldplay
• Tardezinha
• Web Summit
• Alicia Keys
• Mita
• Maratona do Rio
• L'Etape
• Meia Maratona Asics
• Numanice
• Ironman
• Meia Maratona S-21K
• Marcha para Jesus
• Garota Vip
• Meia Maratona Internacional
• Show Alok
• Bienal do Livro
• Desfile cívico
• Final da Copa do Brasil
• Inauguração do terminal de Deodoro
• Corrida Soldado do Bope
• The Weeknd
• Rio Parada Funk
• Roger Waters
• Roberto Carlos
• Final da Libertadores
• Red Hot Chili Peppers
• RBD
• Taylor Swift
• Parada LGBTI+
• Up Hill Marathon
• Paul MacCartney+
• Show da Ivete 3.0
• Réveillon
• Aumento do número de equipes de manutenção semafórica, passando de 15 para 16 equipes, melhorando o tempo de atendimento;
• Realização de 26.878 atendimentos de manutenção semafórica durante o ano;
• Implantação de 22 novos semáforos;
Implantação de Base Operacional no Trevo das Margaridas.

METAS PARA 2024: NOSSOS DESAFIOS

Para 2024, a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET-Rio continuará centrando suas atividades em ações relacionadas ao Plano Estratégico, à mobilidade sustentável e ao Plano de Segurança Viária, visando cumprir a missão de garantir a fluidez e a segurança no trânsito, nas vias da cidade. Dentre as ações operacionais, além dos eventos rotineiros, cabe destacar a participação da CET-Rio na organização de dois grandes eventos previstos para o segundo semestre: o Rock in Rio, que estará comemorando 40 anos de sua primeira edição e a realização da Cúpula de Líderes do G20, agendada para os dias 18 e 19 de novembro de 2024, com a presença das lideranças dos 19 países membros, além da União Africana e da União Europeia.
Por fim, como os compromissos assumidos no Plano Estratégico são extremamente desafiadores, a continuidade dos serviços de sinalização é fator determinante para que a CET-Rio atinja tais objetivos. Além dos esforços na implantação de sinalização gráfica horizontal e vertical, está prevista a adoção de um conjunto de ações fundamentadas no tripé da segurança viária (engenharia de tráfego, educação e fiscalização) com ênfase nos projetos voltados ao transporte público e na aplicação eficiente da fiscalização eletrônica.

ORDENADOR DE DESPESA NO EXERCÍCIO DE 2023

HÉLIO BORGES DE FARIA – Chefe de Gabinete, por delegação de competência, através da PORTARIA "P" Nº 165, de 29 de Junho de 2021, publicada no Diário Oficial de 30/06/2021.
O valor total ordenado no Exercício de 2023 foi de R$ 251.150.773,76 (duzentos e cinquenta e um milhões, cento e cinquenta mil, setecentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos), nas unidades orçamentárias CET-Rio e FEOP.
Concluindo, a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET-Rio, através de sua Diretoria Executiva, agradece a todo o seu quadro funcional as conquistas alcançadas, bem como expressa aos acionistas e colaboradores seus agradecimentos pela participação ativa no contínuo desenvolvimento da Empresa.

JOAQUIM DINÍS AMORIM DOS SANTOS -
Diretor-Presidente
HÉLIO BORGES DE FARIA -
Chefe de Gabinete
MODESTO RODRIGUES FERNANDES FILHO -
Diretor da Diretoria Técnica
ALINE FIGUEIRA DA SILVA -
Diretora da Diretoria de Administração e Finanças

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO: 2023 (Em R$)

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	139.107,48	116.505,45
Créditos a Curto Prazo	238.303,03	261.150,74
Demais Créditos e valores a Curto Prazo	49.690.314,27	36.249.976,89
Estoques	637.171,84	483.161,77
Total do Ativo Circulante	**50.704.896,62**	**37.110.794,85**
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	28.300.677,98	27.945.865,95
Imobilizado	48.401.547,32	37.005.726,03
Total do Ativo Não Circulante	**76.702.225,30**	**64.951.591,98**
TOTAL DO ATIVO	**127.407.121,92**	**102.062.386,83**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	8.712.907,97	7.046.295,39
Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo	36.012.954,91	22.733.936,10
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.493.030,39	2.493.030,39
Demais Obrigações a Curto Prazo	7.188.321,42	7.774.844,04
Total do Passivo Circulante	**54.407.214,69**	**40.048.105,92**
Passivo Não Circulante		
Fornecedores e Contas a pagar a Longo Prazo	9.028.854,63	10.424.071,73
Provisões a Longo Prazo	130.396.460,78	125.928.309,95
Demais Obrigações a Longo Prazo	2.609.539,38	2.276.019,65
Resultado Diferido	923.922,91	1.259.894,95
Total do Passivo Não Circulante	**142.958.777,70**	**139.888.296,28**
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social	96.511.687,17	96.511.687,17
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	16.328.314,38	22.159.739,36
Resultados Acumulados	(182.798.872,02)	(196.545.441,90)
Total do Patrimônio Líquido	**(69.958.870,47)**	**(77.874.015,37)**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**127.407.121,92**	**102.062.386,83**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - EXERCÍCIO: 2023 (Em R$)

ESPECIFICAÇÃO	DEZEMBRO/2023	DEZEMBRO/2022
Receita Bruta	**223.327.593,92**	**182.055.920,06**
Receita Econômica com Exploração de Bens e Serviços	335.972,04	373.045,80
Subvenções	222.991.621,88	181.682.874,26
Deduções da Receita Bruta	**0,00**	**(4.951,28)**
Impostos e Contribuições	0,00	(4.951,28)
Receita Líquida de Vendas e Serviços	**223.327.593,92**	**182.050.968,78**
Lucro / (Prejuízo) Bruto	**223.327.593,92**	**182.050.968,78**
Despesas Administrativas e Tributárias	**(222.725.907,93)**	**(179.626.556,35)**
Pessoal e Encargos	(60.364.680,79)	(47.438.418,18)
Uso de Material de Consumo	(2.041.372,19)	(2.558.031,08)
Contratação de Serviços	(160.143.742,77)	(129.305.228,39)
Tributárias	(176.112,18)	(324.878,70)
Resultado Financeiro Líquido	**1.182.124,06**	**549.750,10**
Receitas Financeiras	1.454.809,38	830.940,97
Despesas Financeiras	(272.685,32)	(281.190,87)
Resultado com Avaliação Patrimonial	**5.838.498,37**	**20.004.154,58**
Depreciação, Amortização e Exaustão	(5.793.340,64)	(5.147.529,06)
Desvalorização e Perda de Ativos	0,00	(113.231,76)
Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas	11.631.839,01	25.264.915,40
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**(22.713.028,57)**	**(80.265.042,26)**
Outras Receitas Opercionais	371.975,37	54.993,02
Outras Despesas Opercionais	(23.085.003,94)	(80.320.035,28)
Resultado Operacional	**(15.090.720,15)**	**(57.286.725,15)**
Outras Receitas e Outras Despesas	**527.327,82**	**0,00**
Outras Receitas	527.327,82	-
Lucro / (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(14.563.392,33)**	**(57.286.725,15)**
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Período	**(14.563.392,33)**	**(57.286.725,15)**
Quantidade de Ações	5.352.835	5.352.835
Lucro / (Prejuízo) por Ação - R$	**(2,7207)**	**(10,7021)**

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO - EXERCÍCIO: 2023

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transporte	(227.638.808,76)	(200.174.251,04)
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**(227.638.808,76)**	**(200.174.251,04)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO: 2023 (Em R$)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ingressos	**200.059.913,44**	**183.542.945,84**
Receita Patrimonial	15.135,53	1.679.860,00
Receita de Serviços	-	53.527,20
Remuneração das Disponibilidade	-	91.368,85
Outras Receitas Derivadas e Originárias	371.975,25	47.725,57
Repasses recebidos	199.398.103,39	177.144.989,57
Outros ingressos operacionais	274.699,27	4.525.474,65
Desembolsos	**(200.037.311,41)**	**(184.843.633,23)**
Pessoal e demais despesas	(199.711.373,36)	(178.014.511,68)
Outros desembolsos operacionais	(325.938,05)	(6.829.121,55)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	**22.602,03**	**(1.300.687,39)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos	**(27.927.435,40)**	**(22.159.739,36)**
Aquisição de ativo não circulante	(27.927.435,40)	(22.159.739,36)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	**(27.927.435,40)**	**(22.159.739,36)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	27.927.435,40	22.159.739,36
Repasses recebidos	27.927.435,40	22.159.739,36
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	**27.927.435,40**	**22.159.739,36**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**22.602,03**	**(1.300.687,39)**
Caixa e Equivalente de caixa inicial	116.505,45	1.417.192,84
Caixa e Equivalente de caixa final	139.107,48	116.505,45
CONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**(14.563.392,33)**	**(57.286.725,15)**
AJUSTES DE CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO COM OS FLUXOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	**14.585.994,36**	**55.986.037,76**
ITENS DE RESULTADO QUE NÃO AFETAM OS FLUXOS OPERACIONAIS	**14.222.395,40**	**57.671.270,01**
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.793.340,64	5.147.529,06
Provisão para Contingências e Perdas de Créditos	22.363.867,48	79.756.521,41
Bens do Imobilizado recebidos em doação	(527.327,82)	-
Reversão de Provisão para Contingências	(11.631.839,01)	(25.264.915,40)
Variações Monetárias ativas	(1.439.673,85)	(707.970,11)
Receita Diferida	(335.972,04)	(1.259.894,95)
ACRÉSCIMOS/REDUÇÕES POR VARIAÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	**15.396.446,82**	**11.693.403,14**
Ativo Circulante	**15.041.634,79**	**10.800.044,85**
Créditos a Curto Prazo (Exceto Empr.e Financ.Concedidos)	(22.847,71)	(10.965,53)
Demais créditos e valores a curto prazo	14.910.472,43	10.518.236,49
Estoques	154.010,07	292.773,89
Ativo Não Circulante	**354.812,03**	**893.358,29**
Realizável a Longo Prazo	354.812,03	893.358,29
ACRÉSCIMOS/REDUÇÕES P/VARIAÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	**(15.032.847,86)**	**(13.378.635,39)**
Passivo Circulante	**(13.823.182,99)**	**(11.576.164,37)**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.a Pagar a C/Prazo	1.876.857,07	227.804,34
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	(15.113.517,44)	(13.158.137,54)
Demais Obrigações a Curto Prazo	(586.522,62)	1.354.168,83
Passivo Não Circulante	**(1.209.664,87)**	**(1.802.471,02)**
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	(1.395.217,10)	(2.035.870,51)
Demais Obrigações a Longo Prazo	185.552,23	233.399,49
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS CONCILIADOS	**22.602,03**	**(1.300.687,39)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO: 2023 (Em R$)

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais do exercício anterior	96.511.687,17	3.426.485,45	0,00	0,00	0,00	0,00	(148.571.152,52)	0,00	(48.632.979,90)
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.885.950,32	0,00	5.885.950,32
Aumento de capital	0,00	18.733.253,91	0,00	0,00	0,00	0,00	3.426.485,45	0,00	22.159.739,36
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(57.286.725,15)	0,00	(57.286.725,15)
Saldos finais do exercício anterior / Saldos iniciais do exercício atual	**96.511.687,17**	**22.159.739,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**(196.545.441,90)**	**0,00**	**(77.874.015,37)**
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.298.190,35	0,00	6.298.190,35
Aumento de capital	0,00	(5.831.424,98)	0,00	0,00	0,00	0,00	22.011.771,86	0,00	16.180.346,88
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(14.563.392,33)	0,00	(14.563.392,33)
Saldos finais do exercício atual	**96.511.687,17**	**16.328.314,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**(182.798.872,02)**	**0,00**	**(69.958.870,47)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em R$)

1. Contexto Operacional
A Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CET-RIO é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, pessoa jurídica de direito público, tendo a sua sede administrativa situada à Rua Dom Marcos Barbosa nº 2 – 3º andar, Cidade Nova, RJ. Em 15 de junho de 2022, foi assinado um contrato de locação de imóvel nº 014/2022 de aluguel com a empresa SC Rio Cidade Nova Empreendimentos e Participações, ocorrendo a mudança da sede no decorrer de 2022 para o novo endereço, com valor mensal de aluguel de R$ 71.421,70 com prazo contratual de 60 meses, sofrendo reajuste a cada 24 meses conforme a variação de índice IPCA-E e o primeiro pagamento ocorrerá após 9 meses do início da vigência conforme a quarta cláusula, do contrato de 15 de junho de 2022, não estando incluso os encargos locatícios, tendo a CET-Rio o ônus dos encargos tributários, prêmios de seguro contra incêndio, despesas ordinárias do condomínio, FUNESBOM e IPTU que incidam ou venham incidir sobre o imóvel, conforme o parágrafo terceiro da quinta cláusula. Foi criada pelo Decreto nº 6.918, de 04 de setembro de 1987, vinculada à Secretaria Municipal de Transportes conforme Lei Municipal nº 881 de 11 de julho de 1986 e Decreto RIO nº 48.340 de 01 de janeiro de 2021. A sua missão institucional é basicamente a engenharia de tráfego da Cidade do Rio de Janeiro, atuando fundamentalmente na descentralização administrativa dos serviços prestados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro à população carioca. A CET-RIO recebe, regularmente, recursos financeiros para cumprir os compromissos assumidos na execução das atividades fins da entidade, provenientes das dotações orçamentárias do Orçamento Anual da PCRJ, se configurando como uma empresa estatal dependente, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as orientações estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações; pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª ed., aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18/12/2018 e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018), que consolida os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e define normas contábeis aplicáveis ao Setor Público; Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's), emitidas pela STN; Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições legais complementares vigentes. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações de execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pela entidade no Sistema Corporativo de Contabilidade e Execução Orçamentária (FINCON) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sendo de responsabilidade do gestor da entidade as operações realizadas, bem como a ratificação das informações contidas nas demonstrações contábeis. As demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, sendo compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil.
3. Principais Práticas Contábeis Adotadas
Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes: **3.1. Receitas:** Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade. Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº. 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa. **3.2. Despesas:** Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária. Pelo enfoque orçamentário, de acordo com o art. 35 da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício. **3.3. Restos a Pagar:** Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício posterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar não processados liquidados. Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro. **3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** As aplicações financeiras e demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimonial. Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos próprios e recursos do Tesouro Municipal. **3.5. Créditos a Curto Prazo:** Destacam-se os valores relativos aos créditos orçamentários a receber da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para pagamento de custeio/investimento, reconhecidos simultaneamente as obrigações no Passivo da entidade. Os valores a receber por serviços prestados são reconhecidos como créditos a receber (mensurados pelo valor original), sendo os com riscos de recebimentos, reconhecidos em contas de ajustes para perdas. **3.6. Estoques:** Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes. **3.7. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou produção, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes. São atualizados por ajustes de depreciação, amortização e reavaliação, considerando as taxas divulgadas na Nota 4.3.5. **3.8. Reconhecimento de Passivos:** Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência. As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela área jurídica da entidade de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas e/ou cíveis e/ou fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4 – Informações Complementares

4.1 – Balanço Orçamentário

Despesas por Tipo de Crédito:

Detalhamento	Dotação Inicial R$	Créditos Suplementares Abertos R$	Cancelamentos R$	Dotação Atualizada R$
Pessoal e Encargos	54.556.000,00	7.242.964,41	-	61.798.964,41
Outras Despesas Correntes	111.207.737,00	65.126.309,28	12.686.780,81	163.647.265,47
Investimentos	16.058.955,00	18.960.931,60	8.787.575,39	26.232.311,21
Total	**181.822.692,00**	**91.330.205,29**	**21.474.356,20**	**251.678.541,09**

Execução das Receitas e Despesas: As receitas geradoras de recursos financeiros da CET-RIO constituem-se fundamentalmente pelas subvenções recebidas através das dotações orçamentárias da Prefeitura e pelas prestações de serviços de estacionamento, entre outros, tendo a seguinte composição em 31/12/2023:

Detalhamento	31/12/2023 R$	%	31/12/2022 R$	%
Receita Patrimonial	15.135,53	3,91	1.771.228,85	94,59
Receita de Serviços	-	-	53.527,20	2,86
Transferências Correntes	371.975,25	96,09	-	-
Outras Receitas	-	-	47.725,57	2,55
Total	**387.110,78**	**100,00**	**1.872.481,62**	**100,00**

As principais despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2023, de acordo com a sua fonte de custeio foram:

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET-Rio I CNPJ n.º 31.976.434/0001-55

Detalhamento	Valor Empenhado R$	%	Valor Liquidado R$	%	Valor Pago R$	%
Pessoal e Encargos	58.607.694,62	24,41	57.788.105,82	27,38	53.892.211,13	26,77
Serviços operacionais	138.884.313,89	57,84	118.224.142,51	56,02	113.717.665,19	56,48
Sentenças Judiciais	5.925.257,00	2,47	1.577.154,10	0,75	1.577.154,10	0,78
Outras Despesas Correntes	10.508.823,70	4,38	10.332.971,51	4,90	9.676.097,06	4,81
Investimentos	26.186.026,93	10,91	23.122.459,83	10,96	22.490.098,19	11,17
Total	**240.112.116,14**	**100,00**	**211.044.833,77**	**100,00**	**201.353.225,67**	**100,00**

4.2 – Balanço Financeiro: A Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, estabeleceu a padronização das fontes e destinações de recursos de forma obrigatória a partir de 2023 para todos os entes da federação. No Município do Rio de Janeiro, a Resolução Conjunta SMFP/CGM nº 24, de 11 de agosto de 2022, estabeleceu a classificação das fontes e destinações de recursos a serem utilizadas a partir de 2023. Considerando que a alteração da classificação das fontes e destinações de recursos dificultou a apresentação comparativa das informações orçamentárias apresentadas no Balanço Financeiro, esta demonstração está sendo divulgada apenas com as informações referentes ao exercício de 2023 (em conformidade com itens 44, 55 e 56 da NBC-TSP 1 - Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público). Entretanto, para fins de transparência estão sendo apresentados na tabela a seguir a composição comparativa das informações sintéticas do Balanço Financeiro.

Ingressos	Exercício Atual
Receita Orçamentária	**387.110,78**
Ordinária	387.110,78
Vinculada	-
Transferências Financeiras Recebidas	**227.325.538,79**
Recebimentos Extraorçamentários	**39.033.589,74**
Saldo do Exercício Anterior	**116.505,45**
Total	266.862.744,76
Dispêndios	**Exercício Atual**
Despesa Orçamentária	**240.112.116,14**
Ordinária	142.982.196,93
Vinculada	97.129.919,21
Transferências Financeiras Concedidas	-
Pagamentos Extraorçamentários	**26.611.521,14**
Saldo do Exercício Seguinte	**139.107,48**
Total	**266.862.744,76**

4.2.1 – Transferências Financeiras Recebidas : Os valores das Transferências Recebidas para a execução orçamentária são registrados no Balanço Financeiro na coluna ingressos, sendo provenientes da dependência financeira com o Tesouro Municipal, alcançando o valor de R$ 227.325.538,79 em 31/12/2023. **4.2.2 – Restos a Pagar:** Os valores inscritos em Restos a Pagar em 31/12/2023 são demonstrados no Balanço Financeiro na coluna de ingressos, como recebimentos extraorçamentários, para fins de ajuste financeiro da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada, demonstrada na coluna de dispêndios. A composição por natureza da despesa dos valores inscritos no exercício está apresentada no quadro a seguir:

Detalhamento	RPN inscrito em 31/12/2023 R$	%	RPP inscrito em 31/12/2023 R$	%
Pessoal e Encargos Sociais	819.588,80	2,82	3.895.894,69	40,20
Serviços Operacionais	19.592.824,99	67,41	3.849.464,92	39,72
Sentenças Judiciais	4.348.102,90	14,96	–	0,00
Outras Despesas Correntes	1.243.198,58	4,28	1.313.886,85	13,56
Investimentos	3.063.567,10	10,54	632.361,64	6,52
Total	29.067.282,37	100	9.691.608,10	100

4.3 – Balanço Patrimonial : Neste capítulo são apresentados os detalhamentos dos principais grupos desta Demonstração. **4.3.1 – Créditos a Curto Prazo:** Compreende os valores a receber por empréstimos, realizáveis até 31/12/2023, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R$	31/12/2022 R$
Empréstimos Concedidos – Terceiros	238.303,03	261.150,74
Total	**238.303,03**	**261.150,74**

A partir do exercício findo em 31/12/22 foram apresentados, em nota explicativa específica, os saldos das rubricas classificadas no PCASP no grupo 113 - Demais Créditos a Curto Prazo, conforme recomendado pelo MCASP 9ª ed. **4.3.2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:** Os saldos registrados neste grupo referem-se aos demais créditos não recebidos até 31/12/2023, com expectativa de recebimento até 31/12/2024, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R$	31/12/2022 R$
Adiantamentos Concedidos	479.746,72	476.320,17
Tributos a Recuperar	177.926,60	173.303,77
Tributos a Compensar	3.033,55	210.985,15
Créditos por Danos ao Patrimônio	3.617.481,66	3.617.481,66
Depósitos e Cauções	-	-
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	61.030,41	12.824,26
Subvenções a Receber - Intra	45.351.095,33	31.759.061,88
Total	**49.690.314,27**	**36.249.976,89**

Os Créditos por Danos ao Patrimônio referem-se as ações judiciais com sequestro nas contas bancárias da CET-Rio onde os pedidos de crédito suplementar não foram deliberados conforme Processo.Rio CET-EIO-2022/000049. **4.3.3 – Estoques:** Compreende o valor dos bens adquiridos, para utilização própria no curso normal das atividades. Os bens que compõem este grupo apresentam-se da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R$	31/12/2022 R$
Almoxarifado	637.171,84	483.161,77
Total	**637.171,84**	**483.161,77**

4.3.4 – Realizável a Longo Prazo: Compreende os valores a receber por fornecimento de serviços e com expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 R$	31/12/2022 R$
Depósitos Judiciais - Ações Trabalhistas	13.524.965,06	12.150.525,70
Depósitos Judiciais - Ações Cíveis	3.193.612,46	2.912.973,42
Subvenções a Receber - Permanentes	8.893.232,52	10.193.498,89
Outros Créditos e Valores a Longo Prazo - Intra	2.688.867,94	2.688.867,94
Total	**28.300.677,98**	**27.945.865,95**

O valor apresentado em "Subvenções Permanentes" refere-se ao saldo de créditos pelo parcelamento dos restos a pagar de 2020 em 10 (dez) parcelas anuais, na ordem de 8/10 avos do parcelamento. **4.3.5 – Imobilizado:** Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, conforme quadro demonstrativo.

Detalhamento	Taxa Anual Deprec. %	Custo de aquisição em 31/12/2023 R$	Depreciação em 31/12/2023 R$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023 R$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022 R$
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10/20	1.438.885,00	1.404.312,39	34.572,61	26.689,99
Equipamentos de Processamento de Dados	20	2.597.058,43	2.365.698,23	231.360,20	166.533,33
Mobiliário em Geral	10	324.424,70	300.225,01	24.199,69	30.296,41
Equipamento e Projetos para Sinalização	10/9/7,5	109.347.215,34	61.235.800,52	48.111.414,82	36.782.207,30
Total Bens Móveis		**113.707.583,47**	**65.306.036,15**	**48.401.547,32**	**37.005.726,03**

Com relação as taxas de depreciação do grupo que compreende os equipamentos e projetos de sinalização, a Portaria "N" n°. 013/CET-Rio, de 10/07/2020, criou o Grupo de Trabalho com a finalidade de atualizar as especificações técnicas dos materiais e equipamentos utilizados na sinalização semafórica e de identificar e estabelecer o tempo de vida útil dos equipamentos utilizados na sinalização semafórica. Como resultado deste estudo, foram estabelecidas as novas taxas de depreciação para serem aplicadas nos seguintes equipamentos de sinalização semafórica:

TEMPO DE VIDA ÚTIL E TAXA (%) DE DEPRECIAÇÃO SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA E SINALIZAÇÃO VERTICAL		
Blocos Semafóricos	10 anos	09% ao ano
Controladores	10 anos	09% ao ano
Postes S1 a S5	10 anos	09% ao ano
Central de Área	10 anos	09% ao ano
Coluna Cônica	12 anos	7,5% ao ano
Braço Projetado	12 anos	7,5% ao ano

4.3.6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar
Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito e encargos a pagar, benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo 31/12/2023 R$	31/12/2022 R$
Pessoal a Pagar	3.058.031,11	1.749.524,30
Férias	3.345.118,09	3.008.687,89
Encargos Sociais	2.309.758,77	2.288.083,20
Total	**8.712.907,97**	**7.046.295,39**

4.3.7 – Fornecedores e Contas a Pagar: Compreende as obrigações junto a fornecedores de materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da prestação de serviços e todas as outras contas a pagar, decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo 31/12/2023 R$	Curto Prazo 31/12/2022 R$	Longo Prazo 31/12/2023 R$	Longo Prazo 31/12/2022 R$
Fornecedores e Contas a Pagar – Intra	232.063,40	431.709,55	–	–
Fornecedores e Contas a Pagar – Terceiros	32.883.828,94	20.675.314,66	–	–
Renegociação de Dívidas com Fornecedor	1.501.845,47	113.319,79	–	–
Contas a Pagar – Parcelamento	1.395.217,10	1.513.592,10	9.028.854,63	10.424.071,73
Total	**36.012.954,91**	**22.733.936,10**	**9.028.854,63**	**10.424.071,73**

Foi realizado o parcelamento das obrigações inscritas em Restos a Pagar até 31/12/2020, estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Municipal nº 235 de 3 de novembro de 2021, regulamentada pelo Decreto RIO nº 49831 de 26/11/2021 e Resolução Conjunta SMFP/PGM/CGM nº 18 de 13/12/2021. O parcelamento dessas obrigações está refletido na conta "Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais", tendo o montante sido reclassificado do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente e considerado como Dívida Consolidada, sendo o valor de R$ 1.395.217,10, amortizável até 31/12/2024 e R$ 9.028.854,63 amortizável após encerramento do exercício seguinte.
4.3.8 – Obrigações Fiscais : Compreende as obrigações exclusivamente a curto prazo da entidade com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo 31/12/2023 R$	31/12/2022 R$
Obrigações Fiscais - Intra	2.493.030,39	2.493.030,39
Total	**2.493.030,39**	**2.493.030,39**

4.3.9 – Provisões: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, referentes as ações judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis, que representam exclusivamente obrigações correntes de longo prazo provenientes de eventos já ocorridos, e apresentam possibilidade de perdas, consideradas como provável de desembolsos de recursos, registrados com base nas informações prestadas pela Assessoria Jurídica e, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Longo Prazo 31/12/2023 R$	31/12/2022 R$
Riscos Trabalhistas	31.018.639,20	18.198.356,03
Riscos Fiscais - COFINS	142.261,93	142.261,93
Riscos Fiscais - PIS/PASEP	239.722,02	239.722,02
Riscos Cíveis	98.995.837,63	107.347.969,97
Total	**130.396.460,78**	**125.928.309,95**

A provisão de riscos referentes as ações cíveis tiveram um aumento significativo em função da mudança de "status" de uma única ação civil pública na qual o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO propôs em face de CONSÓRCIO SISTEMA BRT TRANSOESTE e outros, objetivando a nulidade de contratos e seus eventuais aditivos e/ou prorrogações relacionados às ilegalidades descritas na inicial, com a consequente dispensa dos terceirizados, além do ressarcimento integral dos danos sofridos pelo patrimônio público, que no exercício de 2021, foi destacada em Nota Explicativa por se tratar naquela ocasião de uma causa "possível" e no exercício em curso, ter mudado para uma causa "provável". **4.3.10 – Demais Obrigações:** Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo 31/12/2023	31/12/2022	Longo Prazo 31/12/2023	31/12/2022
	R$	R$	R$	R$
Pensão Alimentícia	27.014,80	26.583,25	–	–
Consignações sobre Folha de Pagamento – Diversas	249.305,17	210.075,73	–	–
Consignações sobre Folha de Pagamento – IRRF/INSS	1.465.588,73	1.369.814,71	–	–
Retenções Diversas – Intra	419.707,59	739.992,59	–	–
Retenções Diversas – Terceiros	2.583.994,22	3.022.658,28	–	–
Depósitos e Cauções	830.120,31	793.128,88	–	–
Receita a Apropriar – Terceiros	335.972,04	335.972,04	–	–
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Intra)	–	–	2.609.539,38	2.276.019,65
Outras Obrigações – Intra	1.276.618,56	1.276.618,56	–	–
Total	**7.188.321,42**	**7.774.844,04**	**2.609.539,38**	**2.276.019,65**

Os valores relativos a receita a apropriar referente ao período de janeiro a dezembro de 2023, referem-se ao montante ainda não apropriado com base em receita (referente a curto prazo), dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta estão evidenciados no saldo deste grupo de contas. As parcelas a partir de janeiro 2024 serão reconhecidas no resultado em seus períodos de competência futura, estando o valor evidenciado no "Resultado Diferido"
4.3.11 – Resultado Diferido: Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da CET-RIO. O saldo dessa conta está formado basicamente pelo montante ainda não apropriado em receita, dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta, que serão reconhecidos no resultado em seus períodos de competência futura. Os valores referentes a curto prazo, encontram-se no grupo Demais Obrigações – Receita a Apropriar.

Detalhamento	Objeto do Termo de Contrato	Parte contratada	Prazo total remanescente	Longo Prazo 31/12/2023 R$	Longo Prazo 31/12/2022 R$
Contrato SMFP nº 104/2022	Pagamento dos Servidores	Banco Santander	33 meses	923.922,91	1.259.894,95
Total				**923.922,91**	**1.259.894,95**

4.3.12 – Patrimônio Líquido: O Capital Social é de R$ 96.511.687,17, representado por 5.352.835 ações ordinárias nominativas, cada uma com valor nominal de R$ 18,03, integralizado pelo Sócio Controlador - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Os principais sócios e acionistas, suas respectivas participações, constando números de ações, respectivas espécies, classes e quantidade, assim como o valor total integralizado no encerramento do exercício corrente e anterior estão demonstradas na tabela a seguir:

Sócios/Acionistas	Posição em 31/12/2023 Ações Ordinárias Qtde	%	Total de ações Qtde	%	Ações integralizadas Qtde	Capital Social Integralizado R$	31/12/2022 Ações integralizadas Qtde	Capital Social Integralizado R$
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	5.352.835	99,999925	5.352.835	99,999925	5.352.835	96.511.615,05	5.352.835	96.511.615,05
SMTR - Maina Celidonio de Campos	1	0,000019	1	0,000019	1	18,03	1	18,03
CET Rio - Joaquim Dinis Amorim dos Santos	1	0,000019	1	0,000019	1	18,03	1	18,03
Hélio Borges de Faria	1	0,000019	1	0,000019	1	18,03	1	18,03
André Luis Ferreira Lima	1	0,000019	1	0,000019	1	18,03	1	18,03
Total	**5.352.839**	**100**	**5.352.839**	**100**	**5.352.839**	**96.511.687,17**	**5.352.839**	**96.511.687,17**

O detalhamento do Resultado do Exercício e Acumulado está apresentado no quadro a seguir:

Detalhamento	31/12/2023 R$	31/12/2022 R$
Resultado do Exercício	(14.563.392,33)	(57.286.725,15)
Resultado de Exercícios Anteriores	(174.533.670,04)	(145.144.667,07)
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.298.190,35	5.885.950,32
Total	**(182.798.872,02)**	**(196.545.441,90)**

Foram realizados os seguintes ajustes de exercícios anteriores, tendo sido provocados por retificação de erros de registros feitos em exercícios anteriores (não atribuíveis a fatos subsequentes), conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2022	Detalhamento do Ajuste Fato	R$	Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2023
Ativo Circulante		Retificação em Depósitos Judiciais - Ações Trabalhistas, por não ter ocorrido as baixas em exercícios anteriores.	(69.833,65)	
		Retificações em Subvenções a Receber Processadas, pagas com fonte de recurso próprio	(46.207,09)	
	(5.949.037,22)	Retificação em Subvenções a Receber Processadas	-	
	(307.626,56)	Retificação em Subvenções a Receber Não Processadas, por cancelamentos de RPN.	(1.354.094,31)	
		Retificação em Subvenções a Receber Permanentes, por ajustes nas Despesas Incorridas e não inscritas em RP de exercícios anteriores.		(7.726.798,83)
Ativo Não Circulante	147.967,50	Relatório da Comissão Especial de Avaliação	-	147.967,50
Passivo Circulante	103.680,18	Retificação de salários não reconhecido no exercício anterior.		
	(70.529,95)	Retificação de INSS sobre Salários por não utilização de saldo de RPN reconhecido no exercício anterior.	-	
	6.009.305,01	Retificação de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais por ajustes nos saldos de exercício anterior.	-	
		Retificação de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais.		
		Retificação de fornecedores, por cancelamentos de RPN.	1.356.480,26	
	5.952.191,36	Conforme Resolução CGM nº 27 Dez/22	-	13.351.126,86
Passivo Não Circulante		Relatório da Comissão Especial de Avaliação	147.967,50	
		Retificação Contingência dos parcelamentos reconhecidos no fornecedor	**6.263.877,64**	6.411.845,14
		Efeito Líquido	**6.298.190,35**	

4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais: As principais variações ocorridas durante o período de 2023 estão demonstradas na tabela a seguir:

Detalhamento	31/12/2023 R$	31/12/2022 R$	Variação
VPA			
Transferências e Delegações recebidas (Repasses)	223.518.949,70	181.682.874,26	23,03%
VPD´s			
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	167.978.455,60	137.010.788,53	
Prestação de Serviços Públicos e de Utilidade Pública	120.190.507,08	76.688.849,12	56,72%
Serviços de Func. e Manut.da Adm. Municipal	34.729.584,99	40.548.215,48	(14,35)%
Sentenças Judiciais - PJ	1.577.154,10	7.417.041,55	(78,74)%
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.793.340,64	5.147.529,06	12,55%
Demais Variações Patrimoniais Diminutivas	5.687.868,79	7.209.153,32	(21,10)%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	23.085.003,94	80.320.035,28	
Provisão de Riscos Trabalhistas	16.278.809,46	7.756.634,88	109,87%
Provisão de Riscos Cíveis	6.085.058,02	67.126.375,29	(90,93)%
Provisão de Riscos Fiscais	-	4.873.511,24	(100,00)%
Demais Variações Patrimoniais Diminutivas	721.136,46	563.513,87	27,97%

4.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa: O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias incluindo as aplicações financeiras de alta liquidez. Integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2023, os valores extraorçamentários, estão vinculados a finalidade específica, inclusive com a possível obrigação de devolução. Estão contemplados na linha "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, os valores apreendidos por decisão judicial e os pagamentos sem respaldo orçamentário. **4.6 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido da entidade variou positivamente em 10,16%, resultando no valor de - R$ 69.958.870,47 ao final de 2023 (- R$ 77.874.015,37 em 2022). Os ajustes de exercícios anteriores, fruto de retificação de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, aumentaram o patrimônio líquido em R$ 6.298.190,35, conforme evidenciado na Nota 4.3.12

5. Outras Informações
Contingências: São apresentadas no quadro a seguir as contingências não registradas em contas patrimoniais:

Detalhamento	31/12/2023 R$
Contingências Passivas	
Riscos Trabalhistas	2.404.669,12
Riscos de Ações Cíveis	1.000,00
Total	**2.405.669,12**

Garantias e Contra garantias Recebidas/Concedidas: A empresa recebeu garantias de terceiros – Fianças no valor de R$ 27.588.031,04 por conta de obrigações regulares, eventuais ou contingentes.

Detalhamento	31/12/2023 R$
Garantias e Contragarantias Recebidas	
Fianças	27.588.031,04
Total	**27.588.031,04**

Segundo informações do departamento de assessoria jurídica da CET, não constam bens penhorados. A execução foi extinta por decadência, não subsistindo mais as penhoras.
Conciliação do Superávit/ Déficit Financeiro: No quadro seguinte é apresentada a conciliação entre os valores evidenciados nos quadros do Balanço Patrimonial que servem de auxílio para apuração do superávit ou déficit financeiro do exercício.

Balanço Patrimonial - Conciliação	31/12/2023 R$
Ativo Financeiro	42.788.090,97
Passivo Financeiro	42.883.746,57
Superávit/Déficit Financeiro	(95.655,60)
Demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Bal. Patrimonial	2.685.222,34
Pagamento orçamentário em 2023, a regularizar financeiramente em 2024.	3.063.890,82)
Valor pago financeiramente em 2023 e será regularizado orçamentariamente em 2024	260.584,32
Liquidação anulada sem retorno empenho.	3.291,00
Pendência de repasse de anos anteriores.	19.137,56
Superávit/ Déficit Financeiro	(95.655,60)

Conciliação da Receita Bruta: Apresentada a seguir a conciliação a partir do resultado operacional evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício para chegar à receita tributária para finalidades fiscais em conformidade com o previsto na NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Detalhamento	31/12/2023 R$	31/12/2022 R$
Receita da Venda de Bens e Serviços	335.972,04	373.045,80
(-) Cancelamentos/Devoluções	-	-
Subvenções PCRJ	222.991.621,88	181.682.874,26
Receita Financeira	1.454.809,38	830.940,97
Reversão de Provisões e Ajuste de perdas	11.631.839,01	25.264.915,40
Outras Receitas Operacionais	371.975,37	54.993,02
Receita Total	236.786.217,68	208.206.769,45
(-) Reversão de Provisões e Ajuste de perdas	(11.631.839,01)	(25.264.915,40)
Receita Tributável	225.154.378,67	182.941.854,05

6. Partes Relacionadas
A Empresa mantém em suas transações comerciais e operacionais as seguintes ligações com: - O acionista controlador, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na relação orçamentária, que corresponde a principal fonte de receitas para custeio das atividades; - A Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A, pelos serviços de publicações oficiais no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro; - A Secretaria Municipal de Transportes, pelo contrato de aluguel celebrado referente ao imóvel da Rua Bela, gerando um débito da SMTR com a CET-RIO, pois de acordo com o termo de compra e venda nº 574/99-F/SPA, que menciona que o comprador, o Município do RJ, diante de sua cláusula 6ª, diz que tal despesa deverá ser ressarcida à CETRIO. Este crédito da empresa alcança o valor de R$ 2.651.867,94 em 31/12/2023 e 31/12/2022; e - A Secretaria Municipal de Transportes, pelo contrato de aluguel celebrado referente ao imóvel da Rua Bela, gerando um débito da CET-RIO com a SMTR, pois a partir de fevereiro/2011, o contrato de aluguel do prédio localizado à rua Dona Mariana foi firmado com a SMTR, porém a CET-RIO não recebeu a cobrança de ressarcimento pela sua ocupação dos quatro andares, nem tampouco orientação quanto a compensação (encontro de contas) a fim de quitação da dívida. Este débito monta o valor de R$ 1.276.618,56 em 31/12/2023 e 31/12/2022.

Joaquim Dinis Amorim dos Santos
Diretor Presidente
Matr. 66/1.556.109-7
CPF 913.515.457-87

Aline Figueira da Silva
Diretor Administração e Finanças
Matr. 56/1.556.116-4
CPF 089.194.077-46

Andréa Zuin
Gerente Financeiro
Matr. 45/1.551561-0 CET-RIO
CRC/RJ 106825/O-5

Marcelo Peixoto Dias Lins
Subgerente de Contabilidade
Matr. 69/1.557140-6 CET-RIO
CRC/RJ 119792/O-0

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O Conselho de Administração da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET-Rio, cumprindo o disposto no item V, do art. 142, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, apreciou o Relatório da Diretoria Executiva e as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
Com base nos exames efetuados e à vista do Parecer do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração, registra que acompanha o Relatório de Auditoria Geral no que concerne às peças examinadas, excetuando-se as ressalvas ali constantes e, por isto, entende que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária.
Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024.

MAÍNA CELIDONIO DE CAMPOS
Presidente do Conselho de Administração – Secretária Municipal de Transportes

JOAQUIM DINÍS AMORIM DOS SANTOS
Conselheiro – Diretor-Presidente da CET-Rio

HÉLIO BORGES DE FARIA
Conselheiro – Chefe de Gabinete da CET-Rio

ANDRÉ LUÍS FERREIRA LIMA
Conselheiro – Representante dos Empregados da CET-Rio

PARECER DO CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO 2023
O Conselho Fiscal da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CET-RIO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis, que compreendem o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, as Demonstrações das Variações Patrimoniais, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas e a minuta do Relatório da Auditoria Geral – RAG n.º 035/2024 - sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao Exercício findo em 31/12/2023, cujo parecer apresentou a opinião que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
O Conselho Fiscal, com base nos exames efetuados e à vista do Relatório da Auditoria Geral do Município, opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos a serem submetidos à discussão e votação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CET-RIO, ressalvado o fato apresentado no citado RAG, cujo achado identificado foi "Problemas tributários – impossibilidade de emissão de certidão negativa", o qual não impacta em distorções nas Demonstrações Contábeis.
Rio de Janeiro, 04 de abril de 2024

ADERALDO DE CASTRO LIRA FILHO

CESAR MAURICIO GOMES SOARES

MÁRCIA MARIA OLIVEIRA REVOREDO

As Demonstrações Financeiras também estão disponíveis no site:
https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

3R Petroleum Offshore S.A.

CNPJ: 02.857.854/0001-14

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: a) https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	354.293	106.781
Contas a receber de terceiros	9	133.103	48.520
Contas a receber - partes relacionadas	21	1.363	18
Estoque	11	206.941	158.331
Adiantamentos	10	42.294	67.809
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		200	–
Outros impostos a recuperar	12	10.046	1.154
Despesas antecipadas		13.623	39.167
Outros ativos		1.182	65
Total do ativo circulante		**763.045**	**421.845**
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	8.1	4.680	4.150
Depósitos judiciais		1.052	1.050
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		–	2.442
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	418.486	418.339
Outros impostos a recuperar	12	122	–
Outros ativos		4.583	–
		428.923	**425.981**
Imobilizado	14	731.350	689.051
Intangível	15	322.700	373.486
Direito de uso	24	6.511	359
Total do ativo não circulante		**1.489.484**	**1.488.877**
Total do ativo		**2.252.529**	**1.910.722**

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	16	390.517	58.687
Empréstimos e financiamentos	17	2.387	108.223
Arrendamentos	24	1.657	237
Obrigações trabalhistas		17.856	13.659
Contas a pagar - partes relacionadas	21	666	8
Dividendos a pagar	21	41.091	–
Valores a pagar por aquisições	19	155.388	237.526
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18.1	8.741	–
Outros impostos a recolher	18.2	20.647	5.250
Provisão para pagamento de Royalties		12.232	5.641
Debêntures - partes relacionadas	21	147.652	5.134
Derivativos	31	–	32.734
Outras obrigações	20	15.005	23.074
Total do passivo circulante		**813.839**	**490.173**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	100.000	–
Arrendamentos	24	5.149	154
Provisão para contingências	23	–	424
Valores a pagar por aquisições	19	432.391	408.160
Provisão para abandono	22	306.592	369.574
Debêntures - partes relacionadas	21	107.143	250.000
Outras obrigações	20	3.065	–
Total do passivo não circulante		**954.340**	**1.028.312**
Patrimônio líquido	25		
Capital social		284.062	284.062
Reserva de lucros		200.288	108.175
Total do patrimônio líquido		**484.350**	**392.237**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.252.529**	**1.910.722**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	26	1.295.822	118.825
Custo dos produtos vendidos	27	(931.669)	(72.722)
Lucro bruto		**364.153**	**46.103**
Despesas gerais e administrativas	28	(41.517)	(53.404)
Outras despesas operacionais, líquidas	29	6.587	(70.395)
Provisão no valor recuperável de ativos	29.1	(42.752)	(123.318)
		(77.682)	**(247.117)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		**286.471**	**(201.014)**
Receitas financeiras	30	106.200	18.528
Despesas financeiras	30	(202.390)	(188.799)
		(96.190)	**(170.271)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**190.281**	**(371.285)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(57.224)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	147	418.339
Lucro líquido do exercício		**133.204**	**47.054**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	133.204	47.054
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**133.204**	**47.054**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022		**164.062**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**61.121**	**225.183**
Lucro líquido do exercício	25	–	–	–	–	–	–	47.054	47.054
Aporte de capital	25	120.000	–	–	–	–	–	–	120.000
Reserva legal	25	–	2.353	–	–	–	–	(2.353)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	25	–	–	11.175	–	–	–	(11.175)	–
Dividendos adicionais propostos	25	–	–	–	–	–	94.647	(94.647)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**284.062**	**2.353**	**11.175**	**–**	**–**	**94.647**	**–**	**392.237**
Lucro líquido do exercício	25	–	–	–	–	–	–	133.204	133.204
Reserva legal	25	–	6.660	–	–	–	–	(6.660)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	25	–	–	(11.175)	–	–	–	(29.916)	(41.091)
Reserva de incentivo fiscal	25	–	–	–	6.881	–	–	(6.881)	–
Reserva de investimento e expansão	25	–	–	–	–	89.747	–	(89.747)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**284.062**	**9.013**	**–**	**6.881**	**89.747**	**94.647**	**–**	**484.350**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		133.204	47.054
Ajustado por:			
Resultado de aplicações financeiras	30	(9.861)	(1.263)
Juros sobre arrendamentos e depósitos judiciais	30	521	(8)
Juros sobre debêntures, empréstimos e valores a pagar por aquisições	30	100.456	19.331
Ajuste a valor presente	30	26.494	(1.494)
Derivativos não realizados		–	131.948
Variação cambial não realizada		(51.183)	5.437
Provisões para contingências constituídas / (revertidas)		(424)	(269)
Provisão no valor recuperável de ativos	14	42.752	123.318
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		(6.096)	5.558
Atualização da provisão para abandono	22	25.624	7.650
Depreciação do imobilizado	14	87.323	24.089
Amortização do intangível	15	68.683	15.966
Depreciação do direito de uso	24	1.151	225
Despesas antecipadas apropriadas no exercício		24.865	6.290
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(147)	(418.339)
		443.362	**(34.507)**
Variação em ativos e passivos			
Contas a receber de terceiros		(84.583)	(48.520)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.242	638
Outros impostos a recuperar		(9.014)	(478)
Estoque		(6.868)	(100.698)
Outros ativos		(5.700)	1.713
Imposto de renda e contribuição social a recolher		56.566	–
Outros impostos a recolher		15.397	2.672
Adiantamentos		25.515	(67.809)
Fornecedores		331.830	56.383
Depósitos judiciais		2	1.500
Despesas antecipadas		679	(45.457)
Obrigações trabalhistas		4.197	11.112
Royalties		6.591	5.641
Derivativos		(32.734)	(134.677)
Contas a receber e a pagar com partes relacionadas		(687)	(10)
Outras obrigações		(5.004)	749
Caixa (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais		**741.791**	**(351.748)**
Impostos pagos sobre o lucro		(47.827)	–
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais		**693.964**	**(351.748)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		9.861	35.028
Aquisição de imobilizado	14	(303.516)	(2.054)
Aquisição de intangível		(45.378)	(42.809)
Aplicações em caixa restrito		(530)	(297)
Aquisições de ativos de óleo e gás		(54.577)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		**(394.140)**	**(10.132)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	17	(21.194)	(1.644)
Pagamento de passivo de arrendamento	24	(1.411)	(276)
Emissão de debêntures parte relacionadas		37.500	250.000
Amortização principal - empréstimo e debêntures	17	(167.207)	–
Aumento de capital social		–	120.000
Empréstimos captados	17	100.000	100.000
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades de financiamento		**(52.312)**	**468.080**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**247.512**	**106.200**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	106.781	581
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	354.293	106.781
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		**247.512**	**106.200**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **1. Contexto operacional:** A 3R Petroleum Offshore S.A. ("3R Offshore" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social o exercício de atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; assessoramento, coordenação, organização, desenvolvimento e construção de projetos de engenharia e montagem de equipamentos e instalações destinadas à indústria de hidrocarbonetos; pesquisa e desenvolvimento de estudos geológicos e geofísicos, dados de aquisição, processamento, interpretação, negociação em compra, venda e licenciamento de dados sísmicos e informações; perfuração de campos de petróleo e desenvolvimento de outras atividades e serviços relacionados com exploração, desenvolvimento e produção de campos de petróleo e gás natural; venda, aquisição e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural; transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, por qualquer forma, incluindo dutos, bem como pela exploração de embarcações próprias ou afretadas, inclusive plataformas, em via ou localidade marítima ou fluvial; geração, transmissão e distribuição de eletricidade e energia. A 3R Offshore tem sede no município do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 186, 15º e 16º andar e é controlada pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R OG" ou "Controladora"). Em 09 de julho de 2021 a Companhia assinou contrato para a aquisição da participação de 62,5% da Petrobras no campo de Papa-Terra, sendo o restante detido pela Nova Técnica Energy Ltda ("NTE"). O campo Papa-Terra encontra-se localizado em águas profundas na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro e sua descoberta ocorreu em 2003 e o início de sua produção em novembro de 2013. O campo é composto da FPSO (3R-3) e a plataforma do tipo TLWP (3R-2). Em 02 de agosto de 2022 a 3R Offshore concluiu a aquisição de 100% dos direitos nos campos de produção de Peroá e Cangoá e do Bloco BM-ES-21 (Malombe) da Petrobras, denominados conjuntamente Polo Peroá, após aprovação de transferência dos contratos de concessão pela ANP. Cabe ressaltar que a Companhia está habilitada a ser operador "A" perante a ANP podendo operar blocos e concessões em terra (onshore) e em mar (offshore), inclusive em águas ultra profundas. Em 23 de dezembro de 2022 a 3R Offshore concluiu a transferência da participação de 62,5% dos direitos da concessão sobre o campo de produção de Papa Terra da Petrobras, após aprovação de transferência dos contratos de concessão pela ANP. Os ativos adquiridos não foram identificados como combinação de negócios e a Companhia reconheceu a transação como aquisição de ativo. Além das operações acima, a 3R Offshore detém 100% de participação no campo de Camarão, oriundo do bloco BM-CAL-4. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Administração em 18 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativa e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as alterações são reconhecidas prospectivamente. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. ***Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 13 - Imposto de renda e contribuição social diferido (existência de probabilidade de lucro tributável futuro); • Nota explicativa nº 22 - Provisão de abandono (extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental necessário no abandono futuro, bem como os prazos de abandono baseados nos volumes de reservas existentes e nos planos de produção da Companhia); • Nota explicativa nº 19 - Valores a pagar por aquisições (pagamentos contingentes, atrelados ao preço de referência do óleo (brent) e certificações de reservas); • Nota explicativa nº 29.1 - *Impairment* (existência de indicativo para perda ou reversão de impairment). ***Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 14 - Imobilizado (depreciação e impairment - principais premissas: volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção ("OPEX"), gastos com investimentos ("CAPEX") e premissas econômicas como as taxas de desconto e as taxas câmbio); • Nota explicativa nº 15 - Intangível (amortização e impairment - principais premissas: volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção ("OPEX"), gastos com investimentos ("CAPEX") e premissas econômicas como as taxas de desconto e as taxas câmbio); • Nota explicativa nº 22 - Provisão para abandono (principais premissas: prazo do abandono, custo estimado, taxa de desconto e inflação); • Nota explicativa nº 23 - Provisão de contingências (principais premissas: probabilidade de perda das causas em aberto); • Nota explicativa nº 13 - Imposto de renda e contribuição social diferido (principais premissas: preço do petróleo do tipo brent, taxa de cambio e opex total). **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • os pagamentos contingentes assumidos em uma aquisição de ativos ou em uma combinação de negócios mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. **b) Caixa e equivalente de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **c) Caixa restrito:** São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de curto e longo prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. **d) Contas a receber de terceiros:** As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo e gás, fornecidos no curso normal das atividades da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos. **e) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda. **f) Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas dos tributos vigentes na data do balanço. **g) Imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: – diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; – diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e – diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **h) Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás. Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts method of accounting). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros. Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado ao resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas. Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "Ativos de Óleo e Gás". Na fase de desenvolvimento, os investimentos para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento) são capitalizados como "Ativos de Óleo e Gás". Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Depreciação: Os "Ativos de Óleo e Gás", incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas e ativos que beneficiarão a totalidade da vida econômica útil do campo, como dutos de gás e óleo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas, limitada ao prazo de vida útil técnica remanescente da infraestrutura de cada campo. O ativo imobilizado, com exceção dos gastos exploratórios capitalizáveis mencionados acima, é depreciado pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Estes são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, de acordo com as taxas e critérios mencionados na nota explicativa 14. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment): Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata (veja nota explicativa 14). Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. **i) Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. A amortização de softwares e licenças são calculadas utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A vida útil estimada para esses bens é de 5 anos. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **j) Fornecedores:** As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços. **k) Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. A mensuração subsequente é feita pelo método de custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos pro rata temporis e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os fluxos de caixa referentes a juros pagos são apresentados separadamente. A Administração classifica de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de financiamento. **l) Provisão de contingências:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na avaliação da Administração e dos assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. **m) Provisão de abandono:** A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. **n) Provisões:** As provisões, incluindo os earn-outs compromissados nas aquisições dos ativos, são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **o) Instrumentos financeiros:** Um ativo ou passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Reconhecimento inicial: No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados a valor justo. Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser por alterações no modelo de negócio para gestão de ativos financeiros. No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Alterações que necessitem de mensuração subsequente são reconhecidas no resultado. Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Impairment de ativos financeiros: De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

continuação

3R Petroleum Offshore S.A.

CNPJ: 02.857.854/0001-14

ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. **p) Receita líquida**: Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento continuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada liquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente. **q) Resultado financeiro líquido:** As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos, atualizações monetárias de créditos ativos e variações cambiais ativas e passivas. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **7. Novas normas contábeis:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

Matheus Dias de Siqueira - Diretor-Presidente
Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro Braz Rocha - Controller
Wagner Pinto Medeiros - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560/O-4

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço a seguir: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 18 de abril de 2024, sem modificações.

GPC QUÍMICA S.A.

CNPJ/MF nº 90.195.892/0001-16 - NIRE 33.3.0028844-9

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da GPC Química S.A. ("GPC Química") realizada em 18 de abril de 2024, ficam os Senhores Acionistas da companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da GPC Química, na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar – parte, CEP 20021-290, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, em respeito ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 9:00 horas do dia 10 de maio de 2024 ("Assembleia Geral Extraordinária"), a fim de deliberar sobre: (i) aprovar a ratificação da nomeação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.273.230/0001-88 ("Merithum" e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras"), como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química S.A. ("GPC Química") e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") a serem incorporadas pela Dexxos Participações S.A. ("Dexxos") pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporações de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela Dexxos ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, a ser efetivada com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; e (v) autorizar à Diretoria da GPC Química a realizar todos os atos necessários para implementar as deliberações acima. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, incluindo os Laudos de Avaliação, balanços e demais documentos, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da GPC Química, localizada na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024. **Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares -** *Presidente do Conselho de Administração.*

APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 33.017.088/0001-03
NIRE nº 33.3.0004299-7

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") realizada em 18 de abril de 2024, ficam os Senhores Acionistas da companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada excepcionalmente fora da sede da Apolo, na sede da sua controladora Dexxos Participações S.A., na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, em respeito ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 10:00 horas do dia 10 de maio de 2024 ("Assembleia Geral Extraordinária"), a fim de deliberar sobre: (i) aprovar a ratificação da nomeação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.273.230/0001-88 ("Merithum" e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras"), como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química S.A. ("GPC Química") e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") a serem incorporadas pela Dexxos Participações S.A. ("Dexxos") pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporações de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela Dexxos ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, a ser efetivada com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; e (v) autorizar à Diretoria da Apolo a realizar todos os atos necessários para implementar as deliberações acima."; Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, incluindo os Laudos de Avaliação, balanços e demais documentos, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Apolo, localizada na Av. Chrisóstomo Pimentel de Oliveira, nº 2.651, Pavuna, Rio de Janeiro/RJ. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024. **Antonio Joaquim Peixoto de Castro Palhares -** *Presidente do Conselho de Administração.*

DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A.
COMPANHIA ABERTA

CNPJ/ME nº 02.193.750/0001-52
NIRE 33 3 0016624-6

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Dexxos Participações S.A. ("Companhia"), realizada em 18 de abril de 2024, ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, excepcionalmente fora da sede da Companhia, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, no Hotel Windsor Guanabara, na Av. Presidente Vargas, nº 392 – 3º andar, Sala Madri V, Centro, CEP: 20071-000, em respeito ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 15 horas do dia 13 de maio de 2024 ("Assembleia Geral Extraordinária"), a fim de deliberar sobre: (i) ratificar a nomeação e contratação da (a) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20 ("PwC"), (b) Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31 ("EY"), e da (c) Merithum Avaliação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.273.230/0001-88 ("Merithum" e, em conjunto com a PwC e a EY, as "Empresas Avaliadoras"), como empresas responsáveis pela elaboração dos laudos de avaliação das ações de emissão da GPC Química S.A. ("GPC Química") e da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo") a serem incorporadas pela Companhia pelo seu valor contábil, considerando a metodologia de Patrimônio Líquido a Preço de Mercado (PLA) para fins de relação de troca (os "Laudos de Avaliação"); (ii) aprovar os Laudos de Avaliação; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da GPC Química e da Apolo pela Companhia ("Protocolo") ("Incorporações de Ações"); (iv) aprovar as Incorporações de Ações, com base na proposta da administração e no Protocolo que contou com o parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Companhia, a serem efetivadas com a satisfação das condições estabelecidas no Protocolo; (v) aprovar, em virtude das Incorporações de Ações, o aumento de capital no valor de R$ 131.132.541,54 (cento e trinta e um milhões, cento e trinta e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), com a emissão de 15.297.103 (quinze milhões, duzentas e noventa e sete mil, cento e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (vi) aprovar a alteração do art. 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia; (vii) aprovar e consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (viii) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da verificação das condições resolutivas (ou renúncia a elas, conforme o caso) e da eficácia das Incorporações de Ações. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária, incluindo os Laudos de Avaliação, balanços e demais documentos, encontram-se à disposição dos acionistas (i) na sede da Companhia, localizada na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar (parte), e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (https://www.dexxos.com.br/).

Os acionistas deverão apresentar à Companhia com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia Geral Extraordinária com o número de ações da Companhia de sua titularidade; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024.
PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES
Presidente do Conselho de Administração

MJP RECREIO RESTAURANTE LTDA.

CNPJ/MF nº 27.368.390/0001-03 - NIRE 33210325426

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO GERAL
EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS

Ficam os Senhores Sócios da Sociedade convocados para a Reunião Geral Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 14h00, em primeira convocação, na sede administrativa do Grupo Noz, situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Alterações na administração da Sociedade, com a consequente modificação da Cláusula 9ª do Contrato Social da Sociedade, a ser formalizada em instrumento próprio. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **MJP RECREIO RESTAURANTE LTDA. -** Marcelo da Silveira Werneck - Administrador.

SANFEBRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ 03.612.436/0001-20

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os sócios e seus representantes legais da sociedade **SANFEBRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, CNPJ 03.612.436/0001-20, convocados para reunião de sócios a se realizar presencialmente no dia 26 de abril de 2024, em sua sede à Av. Av. Almirante Barroso, n°. 63, sala 1901 - Centro Rio de Janeiro - RJ, às 10:30 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Reforma do Contrato Social; 2) Aprovação da Consolidação do novo Contrato Social; e 3) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 17 de Abril de 2024 **Lawrence Randal Pebbles** - sócio administrador.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL
CNPJ/MF 33.127.002/0001-03 - NIRE 33.3.0033600-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL** ("Companhia") para, com base no disposto no parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, regulamentado pelo Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, participar da Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2024, às 16:00 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Zoom, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** exame das contas da administração e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** proposta de constituição da reserva legal; **(iii)** proposta de distribuição de dividendos, incluindo a parcela de juros sobre capital próprio; **(iv)** proposta de destinação do saldo do lucro líquido do exercício de 2023; e **(v)** fixação da remuneração anual e global da administração para o ano calendário de 2024. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que pretenderem participar da AGO por meio da Plataforma Zoom deverão enviar à Companhia (por meio dos e-mails a.baroncini@norsul.com , rodrigo.cuesta@norsul.com fernando.lacerda@norsul.com e maria.sanches@norsul.com), com antecedência mínima de 48h em relação ao horário marcado para o início da AGO, ou seja, até às 16:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2024, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando toda a documentação necessária para a representação dos acionistas na respectiva AGO, observado o disposto na regulamentação aplicável. Os acionistas que se fizerem representar por procurador, deverão enviar cópia digitalizada dos instrumentos de mandato, acompanhados do documento de identificação do mandatário com foto e demais documentos comprobatórios dos poderes necessários à outorga do mandato, aos e-mails acima indicados, com a mesma antecedência acima mencionada. Uma vez recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados, a Companhia enviará ao acionista as instruções para cadastro no sistema eletrônico de participação da AGO. Informações Gerais: A participação por meio de tal sistema digital conjugará áudio e imagem, sendo que os acionistas que desejarem participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGO com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, bem como a segurança, a confiabilidade e a transparência do conclave, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da Plataforma Zoom. A AGO será integralmente gravada. As imagens e áudios assim obtidos poderão ser utilizados com a finalidade de identificar os acionistas presentes à AGO e computar os votos proferidos em relação a cada uma das deliberações. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia, previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas que desejarem ter acesso aos documentos relativos à AGO por meio digital poderão solicitá-los aos e-mails: a.baroncini@norsul.com, rodrigo.cuesta@norsul.com e fernando.lacerda@norsul.com e maria.sanches@norsul.com, devendo indicar um e-mail para que lhe sejam enviados tais documentos.

Luciano Puccini Medeiros
Presidente do Conselho de Administração

AUTO VIAÇÃO ABC S.A.

CNPJ/MF: 31.694.813/0001-52 - NIRE: 33.3.0028789-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Auto Viação ABC S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto, 136, Alcântara, CEP: 24.730-590 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B12; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

AUTO ÔNIBUS ALCÂNTARA S.A.

CNPJ/MF: 31.520.745/0001-05 - NIRE: 33.3.0027348-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Auto Ônibus Alcântara S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio, 363, Boassu, CEP 24467-110 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 04 de abril de 2024, na pág. B5; e 05 de abril de 2024, na pág. B4, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 133; 04 de abril de 2024, na pág. 24; e 05 de abril de 2024, na pág. 8. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

MJP BOTAFOGO RESTAURANTE LTDA.

CNPJ/MF nº 29.982.219/0001-15 - NIRE 33210512471

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO GERAL
EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS

Ficam os Senhores Sócios da Sociedade convocados para a Reunião Geral Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 13h00, em primeira convocação, na sede administrativa do Grupo Noz, situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Alterações na administração da Sociedade, com a consequente modificação da Cláusula 9ª do Contrato Social da Sociedade, a ser formalizada em instrumento próprio. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **MJP BOTAFOGO RESTAURANTE LTDA. -** Marcelo da Silveira Werneck - Administrador.

VIAÇÃO MAUÁ S.A.

CNPJ/MF: 31.688.609/0001-29 - NIRE: 33.3.0027347-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Viação Mauá S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio, 363, Boassu, CEP 24.467-110 ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B12; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF: 12.979.051/0001-96 - NIRE: 33.3.0029479-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Regata Imob Empreendimentos S.A., sociedade anônima com sede social localizada na Cidade Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel de Frias, 77, sala 1701, Centro ("Companhia") que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B12; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 133; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGO ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

ICARAÍ AUTO TRANSPORTES S.A.

CNPJ/MF: 28.547.537/0001-95 - NIRE: 33.3.0028793-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Icaraí Auto Transportes S.A., sociedade anônima com sede social localizada no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto, 166, Alcântara, CEP 24.730-590 ("Companhia") que serão realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social da Companhia encerrado 31.12.2023; (ii) analisar, discutir e deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31.12.2023; (iii) aprovar a eleição dos Diretores da Companhia; e (v) aprovar a remuneração global e anual dos membros da Diretoria da Companhia para o ano de 2024; e Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre a alteração da sede da Companhia. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, se encontram disponibilizados na sede da Companhia, conforme indicado em Aviso aos Acionistas publicado no Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. B66; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. B4; e 02 de abril de 2024, na pág. B1, assim como no Site do Jornal Diário Comercial nos dias 28 de março de 2024, na pág. 144; 29 de março a 01 de abril de 2024, na pág. 20; e 02 de abril de 2024, na pág. 12. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, serão publicados na forma e no prazo previstos na Lei das Sociedades Anônimas. A AGOE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "Zoom" e será gravada. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail vmaua@vmaua.com.br. São Gonçalo, 18 de abril de 2024. **DOMENICO EMMANUELE SIQUEIRA LORUSSO -** Diretor-Presidente.

COMUNICADO

Comunicamos que se encontra à disposição dos senhores cotistas do SHOPPING CENTER DO MÉIER, à Rua Dias da Cruz, 255, subsolo, o rendimento da cota do mês corrente no valor de R$ 2,00 (dois reais) a partir do dia 20/04/2024. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.

Shopping Center do Brasil S/A. Síndico

ESCOLA BRETANHA E JARDIM TIO CARECA LTDA.
CNPJ/MF: 34.156.620/0001-36
ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE SÓCIOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os sócios da **ESCOLA BRETANHA E JARDIM TIO CARECA LTDA.**, com sede na Rua Miritiba, n° 317, CEP: 21.911-120 e Rua Maraú, n° 96 e n° 122, CEP: 21.911-130, Freguesia - Ilha do Governador, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 34.156.620/0001-36, a reunirem-se em Assembleia de Sócios a ser realizada na forma exclusivamente digital (art. 1.080-A, p. único, do Código Civil), por meio de plataforma digital da *Easy Vote* cujos *links* de acesso serão os seguintes: https://us06web.zoom.us/webinar/register/WN_wFy0MYZOQKi6JnvHBJHIBQ (videoconferência) e https://voto.easyvote.com.br/app/bretanha/login (votação). A Assembleia se instalará com a presença de titulares de, no mínimo, % (três quartos) do capital social (art. 1.074 do Código Civil), em primeira convocação, no dia **06 de maio de 2024**, às **15 horas**, e em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no dia **14 de maio de 2024**, às **15 horas**, com os seguintes itens de pauta: **a)** deliberação e aprovação das contas da administração e do balanço patrimonial do exercício de 2023; **b)** deliberação e aprovação da distribuição de lucros referentes ao exercício de 2023; **c)** deliberação e aprovação do nivelamento do pró-labore do cargo de administrador à remuneração relativa ao cargo do coordenador pedagógico da Escola; e **d)** deliberação e aprovação da venda dos veículos já depreciados de propriedade da Escola aos sócios que estiverem na posse, com deságio de até 60% do valor constante da Tabela FIPE. Solicita-se que os sócios ou seus representantes que desejarem participar da assembleia enviem, para os e-mails sonia@bretanha.com.br, tiemy@tavaresborba. com.br, raia@easyvote.com.br e cristiano@easyvote.com.br, com antecedência de, pelo menos, **120 (cento e vinte) minutos** ao horário previsto de início da assembleia, a documentação com a prova da identificação do sócio e, se for o caso, do instrumento de mandato com firma reconhecida daqueles sócios que desejarem se fazer representar por procurador, juntamente com documento de identificação deste. Esclarecemos que o contador da sociedade estará presente na assembleia para responder eventuais dúvidas dos sócios sobre temas relacionados à contabilidade da Escola. Por fim, quaisquer dúvidas que os sócios eventualmente tenham poderão ser sanadas por meio do seguinte e-mail: sonia@bretanha.com.br. Quaisquer dúvidas relacionadas ao acesso e utilização da plataforma digital poderão ser sanadas com o suporte da *Easy Vote* por meio do seguinte link de *WhatsApp*: https://wa.me/message/UWVXZJZCCIZAF1.

SÔNIA MARIA BRETANHA FREIRE
Administradora

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

CNPJ: 26.072.786/0001-46

Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas: Cumprindo determinação da Legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	5
Despesas antecipadas	6	1.085	1.085
Total do ativo circulante		**1.087**	**1.090**
Não circulante			
Investimentos	7	–	–
Total do ativo não circulante		–	–
Total do ativo		**1.087**	**1.090**

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	8	13	2
Obrigações Previdenciárias e Sociais	9.a	7	21
Obrigações Tributárias	9.b	8	27
Total do passivo circulante		**28**	**50**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	6.917	4.522
Total do Não Circulante		**6.917**	**4.522**
Patrimônio líquido			
Capital social	11	61.027	69.509
(–) Capital social a integralizar		(60.909)	(69.391)
Prejuízos acumulados		(5.976)	(3.600)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(5.858)**	**(3.482)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**1.087**	**1.090**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas pré-operacionais	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	12.a	(1.300)	(1.501)
Despesas gerais e administrativas	12.b	(486)	(1.648)
Despesas comerciais	12.c	(1)	(157)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(1.787)**	**(3.306)**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(589)	(294)
Resultado financeiro, líquido		**(589)**	**(294)**
Prejuízo do exercício		**(2.376)**	**(3.600)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(2.376)	(3.600)
Resultado abrangente do exercício	**(2.376)**	**(3.600)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	(–) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em 31/12/2021		**73.626**	**(73.508)**	**–**	**118**
Redução de capital	10.a	(4.117)	4.117	–	–
Prejuizo do exercício		–	–	(3.600)	(3.600)
Em 31/12/2022		**69.509**	**(69.391)**	**(3.600)**	**(3.482)**
Redução de capital	10.a	(8.482)	8.482	–	–
Prejuizo do exercício		–	–	(2.376)	(2.376)
Em 31/12/2023		**61.027**	**(60.909)**	**(5.976)**	**(5.858)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(2.376)**	**(3.600)**
Ajustes por:		
Despesa com juros	587	290
	(1.789)	**(3.310)**
Variações de ativos e passivos:		
Despesas Antecipadas	–	(1.085)
Fornecedores	11	2
Obrigações Previdenciárias e Sociais	(14)	21
Obrigações Tributárias	(19)	27
Caixa líquido consumido pelas atividades pré operacionais	**(1.811)**	**(4.345)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Mútuo com partes relacionadas - Captações	1.808	4.232
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**1.808**	**4.232**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3)**	**(113)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	118
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2	5
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3)**	**(113)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços	–	–
Outras receitas	–	–
	–	–
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	–	–
Outros	–	–
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia	–	–
Valor total adicionado distribuído	**–**	**–**
Distribuição do valor adicionado	**2.376**	**3.600**
Empregados	**1.300**	**1.500**
Remuneração direta	1.005	1.174
Benefícios	94	94
Encargos trabalhistas	201	232
Outras	**464**	**1.789**
Outras Despesas	464	1.789
Remuneração de capitais de terceiros	**589**	**290**
Juros	589	290
Tributos	**23**	**21**
Federais	23	16
Estaduais	–	1
Municipais	–	4
Remuneração de capitais próprios	**(2.376)**	**(3.600)**
Prejuízo do exercício	(2.376)	(3.600)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). **1. Informações Gerais:** A Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. ("Companhia" ou "Qestra") foi constituída em 07 de julho de 2016, sendo uma "*shelf company*", não operacional e, subsequentemente, em maio de 2017, foi integralmente adquirida pela Gulf Gestão de Recursos Ltda. ("Gulf"), que figurou como sua única acionista até a implementação da reorganização societária ocorrida em 2021 que culminou com a entrada de novos sócios. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha a condição de companhia pré-operacional. O mercado brasileiro de softwares e de serviços de tecnologia da informação ("Mercado Alvo") é bastante fragmentado e possui condições favoráveis para a realização de uma consolidação, o que pode gerar aumento no valor das empresas participantes da consolidação ("Consolidação"). A Consolidação ocorrerá, inicialmente, pela transferência para a Qestra do controle das Empresas Participantes (abaixo identificadas), e tem como primeiro objetivo a captação de recursos financeiros no mercado de capitais. Os recursos captados no mercado de capitais serão prioritariamente destinados para a aquisição de outras empresas do Mercado Alvo, para a melhoria no desempenho operacional (aumento na taxa de crescimento da receita e/ou aumento na margem operacional), para o desenvolvimento de produtos e serviços, para o apoio ao planejamento e execução das atividades comerciais das Empresas Participantes ou das novas empresas do mercado alvo a serem adquiridas. Dentre os objetivos da Companhia, o principal deles é implementar sua estratégia de crescimento inorgânico, com a aquisição de outras empresas do Mercado Alvo. As aquisições podem ocorrer diretamente pela Companhia ou pelas Empresas Participantes, dependendo do que for estrategicamente mais indicado. Não obstante, a Companhia tem como objetivo auxiliar na aceleração do crescimento orgânico das Empresas Participantes e das novas empresas a serem adquiridas, para que elas mantenham sua posição de relevância nas atividades e setores que atuam, logo, parte dos recursos captados na Operação de IPO ("Oferta Pública Inicial de Ações") será disponibilizada para a realização de investimentos na melhoria e desenvolvimento de produtos e na abertura de novos mercados/segmentos. A Companhia também criará departamentos de apoio às atividades operacionais das Empresas Participantes e das novas empresas a serem adquiridas, objetivando a melhora operacional de cada uma delas. **Situação operacional /financeira e continuidade operacional.** A Companhia atua em um portfólio de empresas de software e serviços de tecnologia, todas rentáveis e com boas taxas de crescimento. O modelo de negócio foi inspirado na Constellation Software, com sede em Toronto no Canadá, que já realizou a aquisição de mais de 1.000 empresas de software e serviços de tecnologia da informação e tem valor de mercado de +/- US$60 bilhões. Dentre as características em destaque: (i) multiplicidade de segmentos de atuação das empresas adquiridas, (ii) empresas de pequeno e médio porte (receita média por empresa abaixo de US$10 milhões), (iii) não integração entre as empresas adquiridas, (iv) gestão "independente", (v) empresas maduras, ou seja, de produto e mercados de atuação bem definidos, e (vi) empresas geradoras de caixa e taxas de crescimento não extravagantes. **Cenário Brasil:** O Brasil possui o mercado de capitais mais amplo da América Latina, representado por mais 450 Companhia listadas na B3. Dentre as empresas listadas apenas 9 estão enquadradas na categoria de empresas de tecnologia da informação. O Brasil possui um número relevante de empresas de software e serviços de tecnologia da informação de ótima qualidade. As pesquisas conduzidas pelo IDG indicam existir +/- 6.000 empresas de software e +/- 20.000 empresas de serviços de tecnologia da informação. **Cenário do Mercado:** O cenário para o mercado de capitais brasileiro para o ano de 2024 é de uma gradual abertura do mercado de capitais, ou seja, o retorno dos investidores em busca de novos negócios em ações. A conjuntura internacional pode favorecer a entrada de capitais externos no Brasil, queda dos juros nos USA, desaceleração do crescimento na Europa, BRICs "impossibilidade" de investir na Rússia e China, preços muito elevados na Índia, na África do Sul um mercado ainda pouco desenvolvido. Brasil e México podem ser as alternativas de mercados em desenvolvimento interessantes e de melhor estabilidade econômica e política. **Investidores:** Atualmente a Companhia está mantendo conversas exploratórias com 4 investidores de *Private Equity* de médio/grande porte e com um investidor estratégico internacional. Essas conversas ainda não indicam que realizaremos com algum deles o Evento de Liquidez, mas são indicações de que pode haver o retorno do apetite dos investidores. **IPO:** A Qestra é uma Companhia listada no Brasil e, portanto, tem a conveniência de poder realizar um IPO em prazo mais curto e direcionado para um grupo seleto de investidores, caso haja, o que chamamos de "janela de mercado". **Novas Empresas Participantes no grupo da Companhia:** Atualmente a Qestra mantém o relacionamento com +/- 50 empresas de software e serviços de tecnologia da informação com o objetivo de analisar os seus negócios e o interesse em tê-las conosco na Qestra. Isso está em harmonia com a nossa estratégia de sermos a maior empresa consolidadora (veículo de investimento) no segmento de tecnologia. Por decisão da Companhia, a entrada de novas empresas no capital social da Qestra será prorrogada até o momento que entendermos ser o adequado para a preparação para o Evento de Liquidez, quando então uma série de providências deverão ser tomadas, entre elas a correta distribuição das ações da Qestra entre seus acionistas (Empresários Participantes), preparação dos documentos da oferta, engajamento de bancos e advogados entre outros. **Viabilidade financeira da Companhia à curto prazo (até o Evento de Liquidez):** A Gulf Capital Partners Administração e Participações S.A. é a patrocinadora da Qestra e garantirá a sua necessidade de capital até que seja realizado o Evento de Liquidez. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de março de 2024. **2. Informações Societárias:** Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, foram realizados investimentos em determinadas empresas do Mercado Alvo, que ocorreram por meio de dois aumentos de capital nas referidas datas, os quais serão integralizados pelos subscritores mediante a transferência de participações societárias nas sociedades listadas a seguir: (i) A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.; (ii) ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.; (iii) Doc Security Serviços de Informática Ltda.; (iv) Ikhon Gestão, Conhecimentos e Tecnologia Ltda.; (v) Integra Consultoria S.A.; (vi) ItSource Serviços e Soluções em TI Ltda.; (vii) Nexo CS Informática S.A.; (viii) Pluris Mídia Ltda.; (ix) Plusoft Informática S.A.; (x) SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.; (xi) SKA Automação de Engenharias Ltda.; (xii) SSX Tecnologia da Informação S.A.; (xiii) TEFTI Armazém Logística Ltda.; (xiv) TPV Inova Soluções em Informática S.A.; (xv) W3K Tecnologia Ltda. (todas acima reunidas denominadas) (xvi) BTB Group Inc; (xvii) First Tech Tecnologia Ltda.; (xviii) GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A.; (xix) Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A." ("Empresas Participantes"). As Empresas Participantes possuem históricos operacionais sólidos e são administradas por experientes executivos e funcionários-chave, que detêm amplo conhecimento do negócio, com compromisso de longo prazo com o crescimento das respectivas empresas. As Empresas Participantes englobam 6 (seis) diferentes verticais, a saber: (i) Software de Aplicativo de Negócios; (ii) Implementação e Customização de Software; (iii) Cibersegurança; (iv) Infraestrutura & Nuvem; (v) Serviços de TI; e (vi) Serviços Baseados em Softwares. A entrada dos novos acionistas no capital da Companhia foi realizada com base em atos societários regulados por Acordo de Acionistas, em 30 de setembro de 2021, onde foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor de R$ 67.824, passando o capital social da Companhia de R$ 101 para R$ 67.925, por meio da emissão de 404.800 (quatrocentas e quatro mil e oitocentas), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As contribuições de ações foram realizadas por aumento de capital, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizada nas respectivas datas e pelos respectivos valores abaixo indicados: • A5 *Solutions* Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda. ("A5 *Solutions*"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 9.543, equivalentes a 28.397 ações da Qestra; • ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda. ("ADN"), conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 4.201, equivalentes a 15.160 ações da Qestra; • Doc Security Serviços de Informática Ltda. ("DocSecurity"), conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 4.200, equivalentes a 11.136 ações da Qestra; • Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda. ("IKhon"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 1.200, equivalentes a 25.041 ações da Qestra; • Integra Consultoria S.A. ("Integra"), conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 10.857, equivalentes a 21.618 ações da Qestra; • ITSource Serviços e Soluções em TI Ltda. ("IT Source"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 5.670, equivalentes a 38.723 ações da Qestra; • Nexo CS informática S.A. ("Nexo CS"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 600, equivalentes a 8.887 ações da Qestra; • Pluris Mídia Ltda. ("Pluris"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 200, equivalentes a 12.694 ações da Qestra; • Plusoft Informática S.A ("Plusoft"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 16.765, equivalentes a 47.286 ações da Qestra; • SKA Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda. ("SKA Sistemas"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 80, equivalentes a 3.693 ações da Qestra; • SKA Automação de Engenharias Ltda. ("SKA Automação"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 2.144, equivalentes a 98.977 ações da Qestra; • SSX Tecnologia da Informação S.A., em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 3.246, equivalentes a 17.908 ações da Qestra; • Tefti Armazém e Logística Ltda. ("Tefti"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 8, equivalentes a 48.632 ações da Qestra; • TPV Inova Soluções em Informática S.A. ("Thinc"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 8.688, equivalentes a 12.389 ações da Qestra; • W3K Tecnologia Ltda. ("W3K"), em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 380, equivalentes a 8.292 ações da Qestra; e • BTB Group Inc em 30 de setembro de 2021, no montante de R$ 44, equivalentes a 5.967 ações da Qestra. Em 31 dezembro de 2021, foi aprovado novo aumento de capital da Companhia no valor de R$ 5.701. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R$ 67.925 para R$ 73.626, por meio da emissão de 87.360 (oitenta e sete mil trezentos e sessenta), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As contribuições de ações foram assim distribuídas pelas partes: • First Tech Tecnologia Ltda. ("First Tech"), em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 637, equivalentes a 31.004 ações da Qestra; • Gulf Capital Partners ("Gulf"), em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 17, equivalentes a 17.472 ações da Qestra; • GWCLoud Tecnologia e Serviços S.A. ("GWCloud"), em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 2.640, equivalentes a 17.898 ações da Qestra; • Integra Consultoria S.A. ("Integra"), em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 1.572, equivalentes a 5.873 ações da Qestra; • Nexo CS informática S.A. ("Nexo CS"), em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 200, equivalentes a 2.963 ações da Qestra; e • Dínamo Networks Serviços, Desenvolvimento. e Participações em Consórcios e ou Empresas S.A. ("Dínamo"), conforme aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 633, equivalentes a 12.150 ações da Qestra. A Companhia tem como objeto a administração de sociedades do setor de tecnologia, e possui participações nas Empresas Participantes, conforme a seguir:

Investidas	% Participação 31/12/2023	% Participação 31/12/2022
A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.	80,00%	80,00%
ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.	80,00%	80,00%
Doc Security Serviços de Informática Ltda.	60,00%	60,00%
First Tech Tecnologia Ltda.	75,00%	75,00%
ITSource Serviços e soluções em TI Ltda. (i)	–	80,00%
Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.	60,00%	60,00%
Integra Consultoria S.A.	80,00%	80,00%
Pluris Mídia Ltda.	–	80,00%
Plusoft Informática S.A. (i)	80,00%	80,00%
SKA Sistemas Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda. (i)	–	80,00%
SKA Automação de Engenharias Ltda. (i)	–	80,00%
SSX Tecnologia da Informação S.A.	80,00%	80,00%
Tefti Armazém e Logística Ltda. (i)	–	80,00%
TPV Inova Soluções em Informática S.A.	78,70%	78,70%
W3K Tecnologia Ltda. (i)	–	70,00%

(i) As Empresas participantes em questão, deixaram de fazer parte do acordo de consolidação ao longo do exercício de 2023, distratando os acordos até então celebrados junto à Companhia. **3. Políticas Contábeis Materiais: 3.1. Declaração de Conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **3.2. Base de elaboração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Estas demonstrações contábeis foram preparadas em reais (R$), sendo essa moeda funcional e de apresentação da Companhia. A Companhia preparou essas demonstrações contábeis com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o se valor de mercado ou de realização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.4. Capital social.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.5. Novas normas e interpretações.** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações contábeis, as quais a Companhia não espera impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2) - Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto; • Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) - Classificação do passivo como circulante ou não circulante/ Passivo não circulante com Covenants; • Alterações à IAS 7/ CPC 03 e IFRS 7/ CPC 40 - Acordos de financiamento de fornecedores; • Alterações à IFRS 16/ CPC 06 - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"; e • Iterações à IAS 21/ CPC 02 - Ausência de conversibilidade. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia. **3.6. Demonstração dos fluxos de caixas:** A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A elaboração das Demonstrações contábeis é realizada em conformidade com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e com a norma internacional IAS 01 – *Presentation of Financial* Statements, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis na elaboração das demonstrações contábeis que exige o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de ativos e passivos e de receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes de julgamento e estimativas contábeis.

5. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	2	5
Total	**2**	**5**

6. Despesas antecipadas: As despesas antecipadas referem-se aos custos de transação conforme previsto na NBC TG 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. A Companhia considera os recursos a que se referem os custos da transação enquanto não captados como pagamento antecipado. Em 31 de dezembro de 2023, o montante é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Honorários de auditoria	744	744
Honorários jurídicos	29	29
Taxa e registros	312	312
Total	**1.085**	**1.085**

7. Investimentos:

Empresas participantes	Percentual de participação em 31/12/2023	Investimento em 31/12/2023	Investimento em 31/12/2022
A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.	80,00%	9.543	9.543
ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.	80,00%	4.201	4.201
Doc Security Serviços de Informática Ltda.	60,00%	4.200	4.200
First Tech Tecnologia Ltda.	75,00%	637	637
ITSource Serviços e soluções em TI Ltda.	–	–	5.670
Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.	60,00%	1.200	1.200
Integra Consultoria S.A.	80,00%	12.429	12.429
Pluris Mídia Ltda.	–	–	200
Plusoft Informática S.A.	80,00%	16.765	16.765
SKA Sistemas Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda.	–	–	80
SKA Automação de Engenharias Ltda.	–	–	2.144
SSX Tecnologia da Informação S.A.	80,00%	3.246	3.246
Tefti Armazém e Logística Ltda.	–	–	8
TPV Inova Soluções em Informática S.A.	78,70%	8.688	8.688
W3K Tecnologia Ltda.	–	–	380
(-) Investimento a integralizar		(60.909)	(69.391)
Total		–	–

Conforme descrito na nota explicativa nº 11 "Patrimônio líquido", antes do Evento de Liquidez, as Empresas participantes detêm o controle sobre as suas operações, e respondem isoladamente pelos resultados auferidos até que ocorra o Evento de Liquidez, não sendo atribuído à Companhia, nenhum resultado oriundo das operações das Empresas participantes. Dessa forma, a operação não se configura como uma combinação de negócios, uma vez que não houve, até a data de apresentação das presentes demonstrações contábeis, a transferência de controle (o que depende da ocorrência do Evento de Liquidez). Dessa forma, os efeitos da integralização dos investimentos nas Empresas participantes pela Companhia somente ocorrerão mediante a conclusão do Evento de Liquidez. Não obstante, a operação realizada não se configura como uma aquisição reversa, seja pela própria caracterização da Companhia enquanto adquirente contábil no âmbito da combinação de negócios, seja pelo próprio contexto da operação de consolidação de mercado (*roll up*), o qual evidencia o papel da Companhia como adquirente das Empresas Participantes, e não o contrário. Ademais, o mero fato de não haver contrapartida em dinheiro, apenas a troca de instrumentos patrimoniais (ações e quotas), não torna a operação como um pagamento baseado em ações, sujeita à disciplina da norma NBC TG 10 (R3) – "Pagamento Baseado em Ações", notadamente por se tratar de combinação de negócios. **8. Fornecedores:**

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços nacionais (a)	13	2
Total	**13**	**2**

(a) Refere-se à contratação de serviços de contabilidade e auditoria.

9. Obrigações trabalhistas e tributárias: a) Obrigações sociais e trabalhistas:

	31/12/2023	31/12/2022
INSS a recolher	7	21
Total	**7**	**21**

b) Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a recolher	8	27
Total	**8**	**27**

10. Partes relacionadas: Em 20 de janeiro de 2022, a Companhia celebrou contrato de mútuo junto à Gulf Capital Partners Administração e Participações S.A. remunerado pela taxa do CDI, voltado para o financiamento do plano de negócios relacionado à operação de oferta pública inicial de ações ("IPO") atualmente em curso. Em 31 de dezembro de 2023, o montante a ser pago a Gulf Capital Partners Administração e Participações S.A. pela Companhia é de R$ 6.917. A totalidade do mútuo ora contratado deverá ser pago pela Qestra à Gulf em até 30 (trinta) dias da realização do Evento de Liquidez, limitado ao prazo de 12 (doze) meses, com remuneração pela taxa CDI, calculados a partir da data de cada liberação até seu efetivo pagamento. A seguir está demonstrado a movimentação dos mútuos:

Saldo em 01/01/2022	–
Captações	4.242
Pagamentos	(10)
Juros incorridos	290
Saldo em 31/12/2022	4.522
Captações	1.808
Juros incorridos	587
Saldo em 31/12/2023	**6.917**

11. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R$ 69.301, sendo a parcela subscrita e integralizada do capital social na data base de 31 de dezembro de 2023 de R$ 118. Até que ocorra o Evento de Liquidez, as participações societárias das Empresas Participantes integralizadas pelos novos acionistas na Companhia não geram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme Nota Explicativa "7. Investimentos" acima. A Companhia avaliou os aspectos da norma NBC TG 15 (R4) "Combinação de Negócios", sob a necessidade de identificação de um adquirente, em relação a configuração da aquisição do controle. A definição de controle consta na norma NBC TG 36 (R3) "Demonstrações Consolidadas" (R3), que trata da apresentação de informações contábeis intermediárias consolidadas, a norma determina que a avaliação quanto a existência de controle demanda aferição da existência dos seguintes requisitos: (i) poder sobre a investida. (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, e (iii) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. O Acordo de Acionistas valido para o período até a realização do Evento de Liquidez confere aos acionistas originários das Empresas Participantes (minoritários) a capacidade de dirigir as Empresas Participantes até o Evento de Liquidez, tendo em vista que este acordo de acionistas prevê que: (i) a administração/gestão das Empresas Participantes cabe aos acionistas/quotistas minoritários, (ii) a Qestra acompanhará o voto dos acionistas/quotistas minoritários nas assembleias gerais e reuniões de sócios das Empresas Participantes, com exceções às matérias protetivas previstas neste Acordo de Acionistas. Caso o Evento de Liquidez não for efetivado até 30 de junho de 2024, seja qual for a condicionante, o Acordo de Acionista poderá ser resilido por decisão da Qestra ou de qualquer Empresa Participante e a operação de investimento realizada pela Qestra na respectiva Empresa Participante poderá ser desfeita sem ônus para ambas as partes. Cabe à Qestra e a cada uma das Empresas Participantes individualmente resolverem se há interesse mútuo em prorrogar o prazo limite acima indicado. **b) Distrato da transação: Ocorridos no exercício de 2022:** Em razão do interesse da BTB Group Inc. em se retirar da operação, foi celebrado em 09 de junho de 2022 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R$ 44 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da Nexo CS informática S.A. em se retirar da operação, foi celebrado em 22 de novembro de 2022 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R$ 800 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da GW Cloud Tecnologia e Serviços S.A. em se retirar da operação, foi celebrado em 19 de dezembro de 2022 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R$ 2.640 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da Dínamo Networks Serviços, Desenvolvimento. e Participações em Consórcios e ou Empresas S.A. em se retirar da operação, foi celebrado em 20 de dezembro de 2022 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa,

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.

CNPJ: 26.072.786/0001-46

o referido distrato perfaz uma redução de R$ 633 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. **Ocorridos no exercício de 2023:** Em razão do interesse da Tefti Armazém e Logística Ltda em se retirar da operação, foi celebrado em 05 de maio de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R$ 8 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da Pluris Mídia Ltda em se retirar da operação, foi celebrado em 23 de junho de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R$ 200 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da ITSource Serviços e soluções em TI Ltda. em se retirar da operação, foi celebrado em 23 de novembro de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R$ 5.670 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da SKA Sistemas Desenvolvimento e Licenciamento de Sistemas Ltda. em se retirar da operação, foi celebrado em 23 de novembro de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R$ 80 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da SKA Automação de Engenharias Ltda. em se retirar da operação, foi celebrado em 23 de novembro de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R$ 2.144 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. Em razão do interesse da W3K Tecnologia Ltda. em se retirar da operação, foi celebrado em 23 de novembro de 2023 o distrato da transação, sem ônus ou qualquer consequência para a Companhia ou para a empresa, o referido distrato perfaz uma redução de R$ 380 no Capital Social e Capital social a integralizar da Companhia. **c) 1º Aditamento sobre o Acordo de Consolidação:** Às demais Empresas Participantes optaram de comum acordo com a Companhia, por celebrar o aditamento sobre o Acordo de Consolidação, conforme aditivos celebrados entre a Companhias e Empresas Participantes, e fixar nova data limite para a realização do Evento de Liquidez, em 31 de abril de 2023. **d) 2º Aditamento ao Acordo Geral de Consolidação:** Durante o segundo trimestre de 2023 a Companhia firmou o 2° Aditamento ao Acordo Geral de Consolidação de Empresas de Tecnologia e Outras Avenças com as Empresa Participantes, no qual as Partes, de comum acordo, resolvem alterar a data limite para realização do Evento de Liquidez de 31 de abril de 2023 para 30 de junho de 2024. A seguinte Empresa Participante, não concluiu a assinatura do aditivo até a data de aprovação e divulgação das presentes demonstrações contábeis: TPV Inova Soluções em Informática S.A. Em razão dos aumentos (reduções) de capital descritos anteriormente, o capital social da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. passou a ser distribuído através da seguinte proporção relativa às participações dos negócios na Companhia:

Investidas	% Representatividade da participação societária.
Gulf Capital Partners (sócios)	31,76%
A5 Solutions Serviços e Comércio em Telecomunicações Ltda.	8,98%
ADN Projetos em Tecnologia da Informação Ltda.	4,79%
Doc Security Serviços de Informática Ltda.	3,52%
First Tech Tecnologia Ltda.	9,80%
Ikhon Gestão, Conhecimento e Tecnologia Ltda.	7,92%
Integra Consultoria S.A.	8,69%
Plusoft Informática S.A.	14,95%
SSX Tecnologia da Informação S.A.	5,66%
TPV Inova Soluções em Informática S.A.	3,92%

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 300.000.000 (trezentas milhões) de ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

12. Despesas pré-operacionais: a) Despesas com pessoal

	31/12/2023	31/12/2022
Pró-Labore	(1.005)	(1.174)
INSS Empresa - Pró-Labore	(201)	(232)
Assistência médica e odontológica	(94)	(95)
Total	**(1.300)**	**(1.501)**

b) Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços tomados junto a terceiros (i)	(349)	(1.428)
Viagens e estadias	(64)	(203)
Outras despesas	(50)	(-)
Despesas tributárias	(23)	(17)
Total	**(486)**	**(1.648)**

(i) Refere-se a serviços contábeis e processamento de dados. **c) Despesas comerciais:**

	31/12/2023	31/12/2022
Publicidade e propaganda	(1)	(157)
Total	**(1)**	**(157)**

13. Resultado financeiro:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com juros	(587)	(290)
Outras despesas	(2)	(4)
Total	**(589)**	**(294)**

14. Gestão de risco: Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações contábeis, por categoria, são os seguintes:

Ativos financeiros	Classificação	Hierarquia de valor justo	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	2
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	5

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos; Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. Os passivos financeiros são reconhecidos por custo amortizado, exceto o instrumento financeiro derivativo, mensurado a valor justo. De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de derivativos com fins especulativos. Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias: **i) Risco de crédito:** Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras de primeira linha, considerando os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados; **ii) Risco de taxas de juros:** A Companhia e as Empresas Participantes obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e as Empresas Participantes estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (hedge de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros; **iii) Risco de gestão de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros. **Análise de sensibilidade:** Com a finalidade de atender aos requisitos da CPC 40 (R1) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros. Os contratos de mútuos junto a partes relacionadas se trata de contratos pós-fixados, cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da contratação. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI.

Instrumento financeiro	Indexador	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/23	Cenário razoavelmente possível	Exposição
Partes relacionadas - Mútuos	CDI	13,57%	(6.917)	5%	(346)
Exposição			**(6.917)**		**(346)**

Eduardo Arroxellas Villela - Diretor - CPF: 075.269.237-21

Francisco Wellington Barrozo Sales

Diretor Contador - CRC: 1SP185201/O-7 - CPF: 099.524.928-80

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Qestra Tecnologia Administração e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Evento de liquidez e continuidade operacional da Companhia:** Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1, 7 e 11 às demonstrações contábeis, que indicam que a continuidade operacional da Companhia considera a concretização do evento de liquidez até 30 de abril de 2024 e respectivos planos de negócios a serem implementados de forma subsequente pela Companhia. No caso de não concretização do evento de liquidez até 30 de abril de 2024, havendo falta de interesse por parte das empresas participantes em fixar nova data limite para a realização do mesmo, o pressuposto de continuidade operacional da Companhia deverá ser revisto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria (PAA):** Com exceção do assunto descrito na seção "Ênfase - Evento de liquidez e continuidade operacional da Companhia", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 28 de março de 2024. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/O-1. Jefferson Coelho Diniz - Contador CRC 1SP-277.007/O-8

NOVA NARITA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 08.784.745/0001-09

Relatório da Diretoria: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras da Nova Narita Investimentos e Participações S.A., relativas ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Niterói, 28 de março de 2024. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Valores em reais (R$)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e bancos	215,17	215,17
Aplicações financeiras	24.944,73	89.058,04
Unidades imobiliárias para venda (nota 1)	1.488.295,90	-
Adiantamento para compra de imóvel (nota 1)	800.000,00	800.000,00
Impostos a recuperar	216,93	377,20
Total do circulante	2.313.672,73	889.650,41
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Outras contas a receber	633.570,03	633.570,03
Total do realizável a longo prazo	633.570,03	633.570,03
Investimentos		
Investimentos em controlada e coligadas (nota 4)	11.778.911,35	12.312.095,42
Outros investimentos (nota 5)	10.078.607,20	14.011.943,84
Total dos investimentos	21.857.518,55	26.324.039,26
Imobilizado	9.000,00	9.000,00
Intangível (nota 6)	4.786.322,99	4.786.322,99
Total do não circulante	27.286.411,57	31.752.932,28
Total do ativo	29.600.084,30	32.642.582,69

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Impostos e encargos a recolher	738,73	647,92
Outras contas a pagar	79.730,00	-
Total do circulante	80.468,73	647,92
Não circulante		
Exigível a longo prazo		
Contas com acionista, coligadas e controlada	4.638.304,05	7.658.174,86
Total do não circulante	4.638.304,05	7.658.174,86
Patrimônio líquido		
Capital social (nota 7)	37.971.916,95	37.971.916,95
Reserva de lucros - reserva legal	750.317,75	750.317,75
Prejuízos acumulados	(13.840.923,18)	(13.738.474,79)
Total do patrimônio líquido	24.881.311,52	24.983.759,91
Total do passivo e patrimônio líquido	29.600.084,30	32.642.582,69

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 - Valores em reais (R$)

	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais		
Receitas financeiras	3.435,03	3.117,21
Resultado de equivalência patrimonial (nota 4)	118.269,84	(3.156.510,95)
Resultado na alienação/baixa de outros investimentos	(2.468.416,17)	-
Dividendos de investimentos avaliados ao custo	2.299.615,09	825.811,50
Despesas administrativas	(52.343,10)	(648.766,00)
Despesas financeiras	(1.807,47)	(2.356,24)
Despesas tributárias e outras	(1.201,61)	(3.559,01)
Prejuízo do exercício	(102.448,39)	(2.982.263,49)
Prejuízo por ação	(0,01)	(0,08)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 - Valores em reais (R$)

	Capital Social	Reserva de Lucros/ Reserva legal	Prejuízos Acumulados
Saldos em 31/12/2021	37.971.916,95	750.317,75	(10.756.211,30)
Prejuízo do exercício de 2022	-	-	(2.982.263,49)
Saldos em 31/12/2022	37.971.916,95	750.317,75	(13.738.474,79)
Prejuízo do exercício de 2023	-	-	(102.448,39)
Saldos em 31/12/2023	37.971.916,95	750.317,75	(13.840.923,18)

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Valores em reais (R$)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(102.448,39)	(2.982.263,49)
Ajuste:		
Dividendos de investimentos avaliados pelo custo de aquisição	(2.299.615,09)	(825.811,50)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 4)	(118.269,84)	3.156.510,95
	(2.520.333,32)	(651.564,04)
Aumento de unidades imobiliárias em estoque	(1.488.295,90)	-
Diminuição em outras contas a receber	-	603.202,89
Diminuição em impostos a recuperar	160,27	2.433,68
Aumento (diminuição) em impostos e encargos a recolher	90,81	(29,03)
Aumento em outras contas a pagar	79.730,00	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(3.928.648,14)	(45.956,50)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	2.299.615,09	1.026.763,31
(Aumento) diminuição de investimentos	4.584.790,55	(90.042,62)
Caixa gerado nas atividades de investimentos	6.884.405,64	936.720,69
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Diminuição nas contas com acionista/ coligadas/controladas	(3.019.870,81)	(1.020.663,65)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(3.019.870,81)	(1.020.663,65)
Diminuição de caixa e equivalente de caixa	(64.113,31)	(129.899,46)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	89.273,21	219.172,67
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	25.159,90	89.273,21

Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022

Nota 1 - Constituição da Companhia, Denominação Social e Objeto Social: A Companhia foi constituída em 31 de janeiro de 2007, com a denominação social de EDRJ76 Participações S.A., alterada em 23 de julho de 2007 para a atual denominação. Seu objeto social tinha por, exclusivamente, participar, direta ou indiretamente, no capital de outras sociedades no país ou no exterior. A maioria das participações da Companhia era em empresas, ou sociedades em conta de participação, voltadas para a atividade imobiliária. Tendo em vista os anos de crises nesse setor, a Companhia vislumbra que ela própria possa explorar esse ramo de negócios, que se projeta com reativação em curto espaço de tempo. Assim sendo, decidiu incluir nos seus objetivos sociais a atuação direta no ramo imobiliário, decisão que foi amadurecida ao longo do tempo e formalizada por Assembleia Geral Extraordinária de 26 de janeiro de 2021. Diante dessa decisão, um adiantamento efetuado em anos anteriores para aquisição de terreno objeto de possível incorporação de unidades residenciais no local, no valor de R$ 800.000,00, foi transferido, já no Balanço Patrimonial de 2020, de rubrica própria no Ativo Imobilizado para rubrica no Ativo Circulante. Em 2023, a Companhia alienou sua parte na sociedade de propósito específico, MS 141 Empreendimento Imobiliário Ltda., classificada no Balanço Geral como "Outros Investimentos", a qual foi criada para incorporar um prédio misto, residencial e comercial, e cuja construção está em andamento na Rua Mem de Sá, em Icaraí, Niterói-RJ. Como forma de pagamento da alienação de sua participação receberá, ao final da construção, seis unidades residenciais no local. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976 e alterações promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis:** Os investimentos permanentes em controlada e coligadas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial; outros investimentos foram avaliados pelo custo de aquisição. Os ágios em investimentos foram originados por expectativas de lucros futuros nas empresas investidas. **Nota 4 - Investimentos Permanentes em Controladas e Coligadas:** Esses investimentos eram assim compostos em 31.12.2023 e 31.12.2022, em reais:

Empresas	2023	2022
Pinto de Almeida Investimentos S.A.	1,00	1,00
Serra e Mar Transmissões Ltda.	420.665,29	419.630,53
Rádio Norte Rio FM Ltda.	381.565,05	379.972,39
Igarapé Agropecuária Ltda.	10.061.489,64	10.061.489,64
Sonoda Participações S.A.	915.189,37	1.451.000,86
Berna Empreend. Imobiliário Ltda.	1,00	1,00
	11.778.911,35	12.312.095,42

As avaliações desses investimentos produziram os seguintes resultados de equivalência patrimonial:

	2023	2022
Igarapé Agropecuária Ltda.	-	(3.849.901,26)
Sonoda Participações S.A.	115.642,42	685.741,44
Serra e Mar Transmissões Ltda.	1.034,76	2.658,77
Rádio Norte Rio FM Ltda.	1.592,66	4.990,10
Resultado nas avaliações	118.269,84	(3.156.510,95)

Nota 5 - Outros Investimentos: Essa rubrica era composta, em sua maioria, por participações em Sociedades em Conta de Participação (SCP), constituídas para incorporar empreendimentos imobiliários, nas quais a Companhia atua apenas como sócia de capital, bem como aplicações em Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), empresas criadas para operações determinadas, nas quais a Companhia também atua meramente como sócia minoritária de capital. Como a influência na administração desses investimentos não vem se mostrando significativa, a partir de 2021 passou-se a avaliá-los pelo custo registrado na contabilidade, sendo os dividendos recebidos creditados diretamente em resultados, em conta de receita específica. **Nota 6 - Intangível:** O grupo do Intangível era composto, exclusivamente, pelos saldos dos ágios apurados por ocasião da aquisição ou subscrição de investimentos, e compunham-se dos seguintes valores:

	Saldos dos ágios - R$ 2023	2022
Pinto de Almeida Investimentos S.A.	3.084.971,65	3.084.971,65
Igarapé Agropecuária Ltda.	1.701.267,70	1.701.267,70
Berna Empreends. Imobiliários Ltda.	83,64	83,64
	4.786.322,99	4.786.322,99

Os ágios decorreram das segregações determinadas pelas legislações societárias e fiscais e pelos princípios contábeis. Havia uma expectativa de evolução dos negócios na atividade imobiliária, área principal de atuação da Pinto de Almeida Investimentos S.A., superadas a crise porque passa a economia e, portanto, a Companhia não considerava necessário efetuar qualquer amortização do ágio, entendendo haver a possibilidade de retorno de, pelo menos, valores iguais aos demonstrados. Como tal melhora foi quase imperceptível, a Companhia decidiu, em 2021, conservadoramente, promover uma amortização no ágio de tal investimento, de modo que ela refletisse as perdas ocorridas naquela empresa, correspondentes ao seu percentual de participação no patrimônio contábil da investida. Em 2022 e 2023 a Companhia entendeu não serem necessárias quaisquer novas amortizações. **Nota 7 - Capital Social:** O capital social é dividido em 37.971.916 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Nota 8 - Demonstrações dos Resultados Abrangentes:** As Demonstrações dos Resultados Abrangentes não foram apresentadas nos exercícios de 2023 e 2022 por não existirem transações registradas como "outros resultados abrangentes", não havendo diferenças em relação aos números já apresentados nas Demonstrações dos Resultados.

Diretoria: Naum Roberto Ryfer; Eduardo Ryfer; Nina Ester Palatnik Ryfer.
Ana Lucia Teixeira de Azevedo - Téc. Contabilidade - CRC/RJ-27031/O-8

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

ALERTA

Casos de febre oropouche disparam no Brasil e preocupam Ministério da Saúde

O número de casos de febre oropouche quadruplicaram no Brasil. Enquanto em 2023 foram registrados 832 casos da doença, o Ministério da Saúde (MS) contabilizou 3.354 apenas nas quinze primeiras semanas de 2024.

Do total deste ano, 2.538 dos casos são em residentes dos Amazonas, seguidos por Rondônia (574), Acre (108), Pará (29) e Roraima (18). Fora da região Norte, Bahia (31), Mato Grosso (11), São Paulo (7) e Rio de Janeiro (6) foram os Estados com maior número de registros da doença.

De acordo com o MS, a descentralização do diagnóstico laboratorial para detecção do vírus nos Estados da região amazônica, onde a febre é considerada endêmica, é o principal motivo por trás do aumento no número de casos.

A situação, contudo, é mais complexa. Enquanto locais da Amazônia têm maior disponibilidade de exames, há outras regiões do Brasil sem possibilidade de detecção, o que sugere que o número de casos de febre oropouche seja muito superior ao registrado.

Além disso, outro fator que colabora com a subnotificação é a semelhança entre os sintomas da oropouche com a dengue. Além de serem arboviroses - grupo de doenças virais transmitidas principalmente por artrópodes, como mosquitos e carrapatos -, os dois quadros costumam causar dor de cabeça, nos músculos e articulações, além de náusea e diarreia.

Na análise da infectologista do Hospital Israelita Albert Einstein, Emy Gouveia, o ritmo atípico da febre oropouche, assim como de dengue, também pode ser associado ao fenômeno El Niño e às mudanças climáticas, que resultam em temperaturas elevadas e chuvas irregulares, condições ideais para a reprodução dos mosquitos transmissores e, consequentemente, disseminação da doença.

Como o nome sugere, a febre oropouche é uma doença causada pelo vírus oropouche. Transmitido aos seres humanos principalmente pela picada do Culicoides paraensis, conhecido como maruim ou mosquito-pólvora, esse vírus foi detectado no Brasil na década de 1960 a partir de amostra de sangue de um bicho-preguiça capturado durante a construção da rodovia Belém-Brasília.

Desde então, casos isolados e surtos foram relatados no Brasil, principalmente nos Estados da região Amazônica. Também já foram relatados casos e surtos em outros países das Américas Central e do Sul (Panamá, Argentina, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela).

Segundo Emy, a transmissão ocorre quando um mosquito pica primeiro uma pessoa ou animal infectado e, em seguida, pica uma pessoa saudável, passando a doença para ela.

Existem dois tipos de ciclos de transmissão da doença: Ciclo silvestre: nesse ciclo, os animais como bichos-preguiça e macacos são os hospedeiros do vírus. Alguns tipos de mosquitos, como o Coquilletti diavenezuelensis e o Aedes serratus, também podem carregar o vírus, mas o maruim é considerado o principal transmissor nesse ciclo.

Ciclo urbano: já no ciclo urbano, os humanos são os principais hospedeiros do vírus. O maruim também é o vetor principal, porém, alguns casos também podem estar associados ao Culex quinquefasciatus, comumente encontrado em ambientes urbanos.

"A diversidade de mosquitos envolvidos na transmissão do vírus é uma das preocupações mais sérias em relação ao aumento de casos no Brasil, especialmente em regiões além da Amazônia, uma vez que a disseminação pode ocorrer de maneira mais rápida, considerando que as pessoas também são hospedeiras", afirma Emy.

Além da diferença entre os mosquitos vetores, que, no caso da dengue, é o Aedes aegypti, as doenças se diferenciam pela evolução do quadro clínico.

O paciente diagnosticado com dengue pode começar a sentir dores abdominais intensas e, no pior dos casos, pode apresentar hemorragias internas, o que não acontece na oropouche.

Uma característica específica da oropouche é a apresentação de ciclo bifásico. Geralmente, a pessoa tem febre e dores por alguns dias e eles desaparecem em seguida. Após uma semana, o quadro da doença retorna, até sumir novamente.

Segundo Emy, não há casos de mortalidade pela doença. Porém, uma outra característica marcante é que nos casos mais graves pode haver comprometimento do sistema nervoso central, com quadros como meningite asséptica e meningoencefalite, principalmente em pacientes imunocomprometidos.

Vale ressaltar também que, diferente da dengue, ainda não há imunizantes específicos para a febre oropouche.

MJ VENTURES S.A.

CNPJ/MF nº 37.695.284/0001-98 - NIRE 33300335170

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 9h00, em primeira convocação, na sede administrativa do Grupo Noz, situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Ratificação das deliberações havidas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de abril de 2024; e **(ii)** Orientação de voto a ser proferido pela Companhia com relação às alterações na administração de suas sociedades investidas **(ii.a) MJD Barra Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.048.854/0001-10), **(ii.b) MJP Niterói Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 32.159.250/0001-65), **(ii.c) MJP Plaza Niterói Ltda.** (CNPJ/MF nº 36.345.663/0001-95), **(ii.d) MJP Rio Design Barra Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.423.394/0001-63), e **(ii.e) MJP Tijuca Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 33.226.202/0001-05), a serem também formalizadas no dia 30 de abril de 2024. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **MJ VENTURES S.A.** Alexandre Silveira Cardoso - Diretor.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70 - NIRE: 33.3.0030675-7 - Cia. Fechada

Edital de Convocação. Ficam convocados os acionistas da Grupo Salta Educação S.A. ("Cia.") na forma prevista no art. 124 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA") a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 10h, na sede da Cia., situada na Rua Rodrigo de Brito, 13, Botafogo/RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (1) Em Assembleia Geral Ordinária: (a) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. (2) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) deliberar sobre o limite do valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Os documentos enunciados estarão disponíveis para cópias na sede da Cia. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à AGOE portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da LSA, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. RJ, 22 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos**, Presidente do Conselho de Administração.

PUBLIBANCA BRASIL S.A.

CNPJ 24.120.261/0001-03

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Ativo/Circulante	**36.927**	13.813
Caixa e equivalentes de caixa	**7.377**	5.076
Contas a receber	**9.568**	7.886
Tributos a recuperar	**724**	797
Despesas antecipadas	**49**	37
Dividendos a receber	**17.813**	–
Outros créditos	**1.396**	17
Não circulante	**646.650**	599.449
Realizável a longo prazo: Depósitos judiciais	**186**	185
Tributos diferidos	**21.289**	8.835
Outros créditos	**7.409**	7.409
Despesas antecipadas	**6**	–
Investimentos	**607.095**	576.488
Imobilizado	**10.509**	6.333
Intangível	**156**	199
Total do ativo	**683.577**	613.262

Balanços patrimoniais	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**29.367**	31.811
Fornecedores	**7.007**	4.108
Obrigações trabalhistas	**1.285**	319
Obrigações tributarias	**1.682**	460
Adiantamentos de clientes	**1.326**	771
Dividendos a pagar	**915**	436
Obrigações com partes relacionadas	**1.690**	5.122
Contas a pagar por aquisição de empresa	**15.462**	20.595
Não circulante	**14.479**	37.105
Obrigações tributárias	**466**	689
Contas a pagar por aquisição de empresa	**8.044**	30.100
Obrigações com partes relacionadas	**5.521**	2.500
Outras obrigações	**448**	3.816
Patrimônio líquido	**639.731**	544.346
Capital social	**363.897**	363.897
Reserva de capital	**137.275**	137.275
Reserva de lucros	**138.559**	43.174
Total do passivo e do patrimônio líquido	**683.577**	613.262

Demonstração dos fluxos de caixa	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Lucro líquido antes dos tributos	**84.384**	**39.184**
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos tributos ao caixa operacional		
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	**5.536**	4.780
Reversão para perdas de crédito esperadas	**(1)**	(74)
Perdas efetivas em créditos	**189**	97
Depreciação e amortização	**36.873**	27.136
Equivalência patrimonial	**(75.003)**	(56.682)
Ajuste de preço sobre valores devidos por aquisição de empresa	**(31.153)**	–
Provisão participação dos empregados nos lucros	**869**	99
	21.694	**14.540**
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	**(1.870)**	847
Tributos a recuperar	**73**	878
Adiantamentos a fornecedores	**6**	22
Depósitos judiciais	**–**	(68)
Outros ativos	**(1.404)**	(1)
Fornecedores	**2.899**	1.368
Obrigações trabalhistas	**97**	(75)
Obrigações tributarias	**977**	(1.784)
Adiantamento de clientes	**555**	771
Receitas antecipadas	**–**	(325)
Partes relacionadas	**(411)**	4.117
Outras contas a pagar	**(2.679)**	2.903
Caixa líquido originado das atividades operacionais	**19.937**	**23.193**
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(516)**	(1.851)
Juros pagos	**(262)**	(767)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais depois do IR, CS e juros pagos	**19.159**	**20.575**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição Otima, líquido de caixa adquirido	**(9.062)**	(356.954)
Pagamento de aquisição de controladas	**(2.000)**	(12.290)
Aquisição de imobilizado e intangível	**(5.361)**	(7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(16.423)**	**(369.251)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	**–**	343.600
Dividendos pagos a acionistas	**(435)**	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(435)**	**343.600**
Aumento (redução) líquido de caixa	**2.301**	**(5.076)**
Caixa no início do exercício	**5.076**	10.152
Caixa no final do exercício	**7.377**	5.076

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros: Total de reserva de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021 (Não auditado)	20.297	–	–	–	–	(2.168)	18.129
Aumento de capital social	343.600	–	–	–	–	–	343.600
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	45.777	45.777
Participação de não controladores	–	137.275	–	–	–	–	137.275
Destinação do resultado do exercício							
Constituição da reserva legal	–	–	2.288	–	2.288	(2.288)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(435)	(435)
Retenção de lucros	–	–	–	40.886	40.886	(40.886)	–
Saldos em 31/12/2022 (Não auditado)	363.897	137.275	2.288	40.886	43.174	–	544.346
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**96.300**	**96.300**
Destinação do resultado do exercício							
Constituição da reserva legal	**–**	**–**	**4.815**	**–**	**4.815**	**(4.815)**	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(915)**	**(915)**
Retenção de lucros	**–**	**–**	**–**	**90.570**	**90.570**	**(90.570)**	**–**
Saldos em 31/12/2023	**363.897**	**137.275**	**7.103**	**131.456**	**138.559**	**–**	**639.731**

Demonstração do resultado

	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Receita operacional líquida	**35.077**	37.619
Custos dos serviços prestados	**(14.741)**	(13.899)
Lucro bruto	**20.336**	23.720
Receitas (despesas) operacionais	**66.783**	22.651
Despesas comerciais	**(628)**	(57)
Despesas gerais e administrativas	**(37.991)**	(27.332)
Outras receitas (despesas) operacionais	**30.399**	(6.642)
Resultado de equivalência patrimonial	**75.003**	56.682
Lucro operacional	**87.119**	46.371
Resultado financeiro	**(2.735)**	(7.187)
Receitas financeiras	**300**	694
Despesas financeiras	**(3.035)**	(7.881)
Resultado antes do IR e CS	**84.384**	39.184
IR e CS - corrente	**(538)**	(627)
IR e CS - diferido	**12.454**	7.220
Lucro líquido do exercício	**96.300**	45.777

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**96.300**	45.777
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Total do resultado abrangente do exercício	**96.300**	45.777

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais: A Publibanca Brasil S.A. ("PBSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Benedito Otoni, nº 71. O objeto social da Companhia compreende a montagem de painéis em grandes formatos e veiculação de mídia OOH (*out-of-home* ou "fora de casa"), através de painéis digitais e estáticos em bancas de jornal. A Companhia tem como controladora a Eletromidia S.A. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

Diretoria: Alexandre Guerrero Martins - Diretor Presidente

Ricardo de Almeida Winandy - Diretor Financeiro

Contador: Pedro Christovam - Controller - CRC: SP-270879/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas **Publibanca Brasil S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Publibanca Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Publibanca Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2024

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC-SP034519/O
Lazaro Angelim Serruya
Sócio
Contador - CRC DF015801/O

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS CMTC Rio - MOBI Rio

CNPJ: 44.520.687/0001-61

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R$)

ATIVO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa Equivalente de Caixa	18.178.495,34	6.830.759,65
Créditos Realizáveis a Curto Prazo	29.700.340,24	2.594.066,18
Outros Créditos	2.090.057,14	263.676,99
Estoques	25.127.156,63	21.344.603,89
Total do Ativo Circulante	**75.096.049,35**	**31.033.106,71**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	225.704,15	–
Imobilizado de terceiros	1.120.158.686,58	
Total Ativo Não Circulante	**1.120.384.390,73**	**–**
TOTAL DO ATIVO	**1.195.480.440,08**	**31.033.106,71**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	17.235.933,56	10.317.431,63
Fornecedores e contas a Pagar Curto Prazo	24.615.141,36	20.876.919,20
Obrigações Fiscais Curto Prazo	3.816.954,50	828.538,13
Demais Obrigações a Curto Prazo	295.776,15	–
Outras Obrigações	–	168.030,25
Total Passivo Circulante	**45.963.805,57**	**32.190.919,21**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Provisões para contingências	3.238.469,57	1.282.365,95
Provisão estoque BRT	16.661.079,65	16.784.418,68
Convênio Prefeitura	2.464.576,85	8.213.558,19
Bens recebidos em Cessão de Uso	1.173.847.803,78	–
Total Passivo Não Circulante	**1.196.211.929,85**	**26.280.342,82**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	89.000.000,00	89.000.000,00
Capital Social a Integralizar	–	–
Resultados Acumulados	(135.695.295,34)	(116.438.155,32)
Total do Patrimônio Líquido	**(46.695.295,34)**	**(27.438.155,32)**
TOTAL DO PASSIVO	**1.195.480.440,08**	**31.033.106,71**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R$)

	2023	2022
Receita Operacional Bruta	**455.061.064,37**	**166.415.124,15**
Vendas de produtos ou mercadorias	–	–
Receita de transporte de passageiros	223.331.110,66	149.724.083,17
Receita com locação de espaço	1.197.880,88	2.012.262,66
Subsídio Prefeitura	227.960.754,60	13.511.000,00
Outras receitas operacionais	2.571.318,23	1.167.778,32
Deduções da Receita Bruta	**(10.470.131,08)**	**(3.258.685,39)**
Impostos incidentes sobre vendas	(10.470.131,08)	(3.258.685,39)
Receita Operacional Líquida	**444.590.933,29**	**163.156.438,76**
Custo Operacional da Receita	**(456.621.134,57)**	**(275.906.048,32)**
Custo com pessoal	(137.207.297,37)	(78.230.825,12)
Custo com veículos	(142.033.401,90)	(104.141.732,04)
Outros custos operacionais	(177.380.435,30)	(93.533.491,16)
Lucro ou Prejuízo Operacional Bruto	**(12.030.201,28)**	**(112.749.609,56)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(8.532.763,57)**	**(3.581.159,55)**
Despesas gerais e administrativas	(9.716.388,15)	(4.419.410,12)
Despesas financeiras	(346.302,66)	(245.633,54)
(-) Receitas financeiras	1.529.927,24	1.083.884,11
Outras despesas operacionais	–	
Lucro ou Prejuízo Operacional Líquido	**(20.562.964,85)**	**(116.330.769,11)**
Resultado Não Operacional	**–**	**–**
Receitas Não Operacionais	–	–
(-) Despesas Não Operacionais	–	–
Resultado Líquido do Exercício antes do IR e CS	**(20.562.964,85)**	**(116.330.769,11)**
Provisão para IR e CS	–	–
Resultado Líquido do Exercício após IR e CS	**(20.562.964,85)**	**(116.330.769,11)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Capital social a integralizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros e Prejuízos acumulados	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício Anterior	**(27.438.155,32)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(27.438.155,32)**
Ajustes de Exercícios Anteriores	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.305.824,83**	**1.305.824,83**
Aumento de Capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Adiantamento para Aumento de Capital	–	–	–	–	–	–
Resultado do Exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**(20.562.964,85)**	**(20.562.964,85)**
Lucros e prejuízos acumulados	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Saldo Final Exercício Atual	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(46.695.295,34)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R$)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Ingressos	**455.061.064**	**200.696.268**
Receita de Serviços	451.291.865	152.904.124
Remuneração das Disponibilidades	–	1.083.884
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.769.199	13.511.000
Transferências recebidas	–	33.197.259
Desembolsos	**(456.621.135)**	**(282.865.508)**
Pessoal e demais despesas	(115.002.421)	(78.230.825)
Fornecedores	(306.395.233)	(202.204.536)
Impostos	(35.223.480)	(2.430.147)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	**(1.560.070)**	**(82.169.240)**
Ingressos	**–**	**80.100.000**
Outros ingressos de financiamento	–	80.100.000
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	**–**	**80.100.000**
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	**(1.560.070)**	**(2.069.240)**
Caixa e Equivalente de caixa inicial	6.830.760	8.900.000
Caixa e Equivalente de caixa final	5.270.690	6.830.760

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Conciliação entre o Resultado Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações		
Resultado do Exercício	**(20.690.374)**	**(116.330.769)**
Ajustes de Conciliação do Resultado do Exercício Com os Fluxos de Atividades Operacionais	**19.130.304**	**34.161.529**
Itens de Resultado que não afetam os Fluxos Operacionais	**(53.712.746)**	**80.100.000**
Depreciação, Amortização e Exaustão	(53.712.746)	–
Integralização de Capital	–	80.100.000
Acréscimos/Reduções por Variação nos Ativos Operacionais	**128.808.796**	**289.127.716**
Ativo Circulante	**75.096.049**	**289.127.716**
Créditos a Curto Prazo (Exceto Empr.e Financ. Concedidos)	49.968.893	152.825.050
Estoques	25.127.157	135.196.107
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	–	1.106.558
Ativo Não Circulante	**53.712.746**	**–**
Realizável a Longo Prazo	53.712.746	–
Acréscimos/Reduções p/Variação nos Passivos Operacionais	**(55.965.745)**	**(335.066.187)**
Passivo Circulante	**(36.066.196)**	**(293.298.167)**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a C/Prazo	(7.228.846)	(49.504.212)
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	(24.615.141)	(237.781.592)
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	(3.816.955)	(5.961.103)
Demais Obrigações a Curto Prazo	(405.254)	(51.260)
Passivo Não Circulante	**(19.899.549)**	**(41.768.020)**
Provisões a Longo Prazo	(19.899.549)	(41.768.020)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais Conciliados	**(1.560.070)**	**(82.169.240)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023. 1. Contexto Operacional: A Companhia Municipal de transportes Coletivos CMTC Rio é uma Empresa pública, pessoa jurídica de direito público/privado, tendo a sua sede administrativa situada na Avenida das Américas, SN, CCO Terminal Alvorada, Barra da Tijuca, Rio de janeiro, RJ. Foi criada pela Lei nº 881, de 11 de julho de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 49940, 07/12/2021. A sua missão institucional é a prestação de serviços de operação de transporte públicos coletivos, incluindo o sistema BRT (Bus Rapid Transit), dos corredores Transoeste, Transolímpica, Transcarioca, Transbrasil e outros na cidade do Rio de Janeiro, atuando fundamentalmente na descentralização administrativa dos serviços prestados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro à população carioca. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as orientações estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações; pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª ed., aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18/12/2018 e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018), que consolida os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e define normas contábeis aplicáveis ao Setor Público; Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's), emitidas pela STN; Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições legais complementares vigentes. As demonstrações são compostas por: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil. **3. Principais Práticas Contábeis Adotadas:** Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes: **3.1. Receitas.** Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade. **3.2. Despesas.** Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária. **3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa.** As aplicações financeiras e demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimonial. **3.4. Créditos a Curto Prazo.** Os valores a receber por serviços prestados, alugueis e demais serviços relacionados com a atividade da empresa, são reconhecidos como créditos a receber (mensurados pelo valor original). **3.5. Estoques.** Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio das compras, em conformidade com as determinações legais. **3.6. Imobilizado.** Em 16 de fevereiro a prefeitura através do decreto nº 50.199 decretou a caducidade parcial dos contratos de concessão nº 02/2010, 03/2010 e 04/2010, ficando assim encerrada a intervenção determinada no Decreto nº 48.645, de 22 de março de 2021, e prorrogada pelo Decreto nº 49.412, de 17 de setembro de 2021, ficando ainda parcialmente extintos os Termos de Permissão de uso nº 02/2014 e 04/2014, assinados em 15 de outubro de 2014, com as alterações promovidas pelos termos aditivos firmados em 29 de dezembro de 2016, restando devolvidos ao Município do Rio de Janeiro os terminais e as estações do sistema BRT. Da mesma forma em relação aos bens móveis, conforme resolução SMTR de 16/02/2022 nºs 3.498 e 3499 fica determinada a requisição e reversão para a continuidade da prestação do serviço do sistema Bus Rapid Transit – BRT, os bens e serviços em uso pela BRT RIO S.A, apurados na data de edição das resoluções, ficando a indenização devida pelo Município do Rio de Janeiro, em decorrência da requisição prevista sendo quantificada na forma do inciso XXV, do art.5º, da Constituição Federal. Em face do exposto acima e da continuidade do serviço à população, mediante a caducidade decretada, bem como a requisição dos bens móveis e imóveis pela Prefeitura, os referidos itens, foram destinados à prestação do serviço de transporte coletivo pela empresa, ora responsável pela prestação do serviço, Companhia Municipal de Transportes Coletivos CMTC RIO, todos os bens pertencentes a antiga concessionária, BRT RIO S.A. A Companhia Municipal de transporte coletivo CMTC Rio, juntamente com a Prefeitura da Cidade do Rio de janeiro, está em fase final da elaboração dos Termos de Cessão dos bens requisitados pela Prefeitura, a saber: **Bens Imóveis. Termo nº 14/2023-FP/SUBEX/SUPPA. Termo de cessão de uso, lavrado entre 1) Município do Rio de Janeiro e 2) Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC-Rio. De 15/02/2023.** Cláusula Primeira: - (Objeto) - Constitui objeto da presente Cessão de Uso os imóveis situados nos lotes 04, 05 e 06 do PAL 22.664, na Rua Leonardo Vilas Boas, descritos e caracterizados nas matrículas n° 184.388, 166.844 e 165.849 do 9º Ofício de Registro de Imóveis, cadastrados sob os N.C.s 14.982.001, 14.982.002 e 14.982.003 do SINGEO; **- G2CURICICA. Termo nº 116/2022-FP/SUBEX/SUPPA. Termo de cessão de uso, lavrado entre 1) Município do Rio de Janeiro e 2) Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC-Rio. De 07/10/2022.** Cláusula Primeira: - (Objeto) - Constitui objeto da presente Cessão de Uso os seguintes imóveis: 1) Rua Barreiros, n° 21 e respectivo terreno, Ramos, descrito e caracterizado na matrícula n° 94.177 do 6º Serviço Registral de Imóveis, cadastrado sob o N.C. 14.941.000 do SINGEO; - G3 RAMOS. 2) Rua Miguel Rangel, n° 493 e respectivo terreno, Cascadura, descrito e caracterizado na matrícula n° 1.743-A do 8° Serviço Registral de Imóveis, cadastrado sob o N.C. 19.942.000 do SINGEO. G4 CASCADURA. **Termo nº 13/2023-FP/SUBEX/SUPPA. Termo de cessão de uso, lavrado entre 1) Município do Rio de Janeiro e 2) Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC-Rio. De 15/02/2023.** Cláusula Primeira: - (Objeto) - Constitui objeto da presente Cessão de Uso o imóvel situado na Avenida Cesário de Mello, n° 11.800, e seu respectivo terreno, Paciência, descrito e caracterizado na matrícula n° 192.617 do 4º Ofício de Registro de Imóveis, cadastrado sob o N.C. 15.002.000 do SINGEO. G5 PACIÊNCIA. **Veículos novos. Termo de Cessão de Uso SMTR nº 04/2022. Termo de cessão de uso de veículos tipo ônibus, lavrado entre o 1) Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Transportes e a 2) Companhia Municipal de Transportes Coletivos CMTC Rio.** Cláusula Primeira: - (Objeto) – Constitui objeto da presente Cessão de Uso os seguintes veículos tipo ônibus: (vide relação anexa ao termo de cessão ora mencionado). Cláusula Segunda: - (Uso) – Os Veículos tipo ônibus objeto deste TERMO destinam-se exclusivamente à prestação dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus no Sistema Bus Rapid Transit – BRT vedado qualquer outro uso, constituindo o desvio de finalidade de causa de extinção do presente TERMO, na forma do artigo 242 da LOMRJ. **Termo de cessão de uso SMTR nº 10/2022. Termo de cessão de uso de veículos tipo ônibus, lavrado entre o 1) Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Transporte e a 2) Companhia Municipal de Transportes Coletivos CMTC Rio.** Cláusula Primeira: - (Objeto) – Constitui objeto da presente Cessão de Uso os seguintes veículos tipo ônibus: (vide relação anexa ao termo de cessão ora mencionado). Cláusula Segunda: - (Uso) – Os Veículos tipo ônibus objeto deste TERMO destinam-se exclusivamente à prestação dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus no Sistema Bus Rapid Transit – BRT vedado qualquer outro uso, constituindo o desvio de finalidade causa de extinção do presente TERMO, na forma do artigo 242 da LOMRJ. **Termo de cessão de uso SMTR nº 53/2023. Termo de cessão de uso de veículos tipo ônibus, lavrado entre o 1) Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Transportes e a 2) Companhia Municipal de Transportes Coletivos CMTC Rio.** Cláusula Primeira: - (Objeto) – Constitui objeto da presente Cessão de Uso os seguintes veículos tipo ônibus: (vide relação anexa ao termo de cessão ora mencionado). Cláusula Segunda: - (Uso) – Os Veículos tipo ônibus objeto deste TERMO destinam-se exclusivamente à prestação dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus no Sistema Bus Rapid Transit – BRT vedado qualquer outro uso, constituindo o desvio de finalidade causa de extinção do presente TERMO, na forma do artigo 242 da LOMRJ. **3.7. Depreciação.** Os bens próprios da empresa são depreciados pela depreciação fiscal, feita pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens, conforme legislação fiscal e taxas anuais de depreciação fixadas por espécie conforme demonstrado a seguir:

Espécies	Taxa
Veículos	20% a.a
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Equipamentos de informática	20% a.a

Em relação aos bens de terceiros recebidos por meio de Termo de Cessão referente aos veículos (ônibus articulados e padron), a empresa se utiliza, da Depreciação Econômica pelo método linear, com base em estudos sobre a vida útil desses bens, tendo como estimativa do período que pretende se utilizar do ativo e do valor residual estipulado, segue abaixo demonstrando período e taxa praticada.

Espécie	Taxa	Valor residual
Ônibus articulado	10% a.a	10%
Ônibus padron	10% a.a	15%

3.8. Reconhecimento de Passivos. Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência. As provisões jurídicas são registradas pelos valores estimados, informados pela Consultoria Jurídica, de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **4 – Informações Complementares: 4.1 – Balanço Patrimonial.** Neste capítulo são apresentados os detalhamentos dos principais grupos desta Demonstração. **4.1.1 – Créditos a Curto Prazo.** Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, alugueis e demais serviços relacionados com a atividade da empresa créditos tributários, realizáveis até 31/12/2024, sendo apresentados da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Riocard/Fetranspor	1.942.610,97	1.296.231,47
Taxa Fetranspor	814.461,95	644.666,89
Locação Espaços	778.835,71	446.681,32
Locação espaços antenas - telecom	201.052,46	84.258,50
Venda de sucatas	–	122.228,00
Subsídio a Receber	25.819.511,68	–
Jaé - Bilhetagem Eletrônica	143.867,47	–
	29.700.340,24	2.594.066,18

4.1.2. – Estoques. Os bens que compõem este grupo apresentam-se da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2023 - R$	31/12/2022 - R$
Ferramentas	370.579,47	208.394,09
Combustíveis	1.978.996,62	1.451.114,98
Lubrificantes	1.021.734,51	559.222,42
Materiais de Pintura	267.244,72	303.277,32
Materiais de Recapagem	97.901,86	54.549,15
Materiais de Infraestrutura	3.400.038,48	3.757.705,74
Material de Limpeza	31.627,59	54.775,11
Material de TI	1.784.099,59	681.733,93
Peças e Acessórios	14.368.357,06	13.092.757,82
Pneus e Câmaras Novos	419.088,92	400.971,88
Pneus e Câmaras Recapados	181.237,67	58.202,55
EPI	13.545,20	689,44
Material Recondicionado	814.029,30	651.980,27
Material Ativo imobilizado	80.420,03	11.730,67
Outros materiais de Almoxarifado	298.255,00	57.498,52
Almoxarifado em trânsito	0,61	-
Total	25.127.156,63	21.344.603,89

4.1.3 – Imobilizado. Compreende os bens materiais essenciais e duradouros ao funcionamento e gerenciamento das atividades, bens próprios e de terceiros, sendo apresentados da seguinte forma:

	Imobilizado	
	31/12/2023 - R$	31/12/2022 - R$
Veículos de apoio	30.600,00	–
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	107.646,61	–
Ferramentas duráveis	1.600,00	–
Móveis e utensílios	109.486,62	–
Edificações	95.829.803,78	–
Veículos de passageiros - articulados	993.703.000,00	–
Veículos de passageiros - padron	84.315.000,00	–
	1.174.097.137,01	–

4.1.4 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar
Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, encargos a pagar e benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo, inexistindo valores a serem demonstrados relativo a longo prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

	Curto Prazo	
Detalhamento	31/12/2023 - R$	31/12/2022 - R$
Salários, Pró-Labore e Gratificações	4.609.072,97	2.810.933,00
INSS	1.177.525,68	958.417,05
FGTS	740.403,49	425.358,57
Rescisões	79.032,17	–
IRRF s/Folha a Recolher	392.168,09	391.943,56
Pensão Alimentícia	1.323,46	14.473,36
Total	6.999.525,86	4.601.125,54

4.1.5– Fornecedores e Contas a Pagar. Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da prestação de serviços e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo, sendo apresentados da seguinte forma:

	Curto Prazo	
Detalhamento	31/12/2023 - R$	31/12/2022 - R$
Fornecedores e contas a pagar	24.615.141,36	20.876.919,20
Total	24.615.141,36	20.876.919,20

4.1.6 – Obrigações Fiscais. Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições no curto prazo, inexistindo obrigações fiscais de longo prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

	Curto Prazo	
Detalhamento	31/12/2023 - R$	31/12/2022 - R$
Obrigações fiscais - União	3.691.212,71	781.054,88
Obrigações fiscais - Municipal	125.741,79	47.483,25
Total	3.816.954,50	828.538,13

4.1.7 – Provisões. Compreende os passivos de prazo ou de valores incertos, referentes as ações administrativas e judiciais trabalhistas, fiscais, cíveis e outras, que representam obrigações correntes provenientes de eventos já ocorridos, e apresentam possibilidade de perdas, consideradas como provável de desembolsos de recursos, registrados com base nas informações prestadas pela Consultoria Jurídica, não tendo valores a serem considerados a curto prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

	Longo Prazo	
Detalhamento	31/12/2023 - R$	31/12/2022 - R$
Causas Cíveis	2.255.660,00	285.660,00
Causas Trabalhistas	982.809,57	996.705,95
Total	3.238.469,57	1.282.365,95

4.1.8 – Demais Obrigações. Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, sendo apresentadas da seguinte forma:

	Longo Prazo	
Detalhamento	31/12/2023 - R$	31/12/2022 - R$
Provisão de estoque BRT	16.661.079,65	16.784.418,68
PCRJ - Convênio Prefeitura	2.464.576,85	8.213.558,19
Total	19.125.656,50	24.997.976,87

Destacamos que os valores referentes a Provisão de estoque BRT, tratam-se dos valores requisitados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, conforme decreto nº 50.200 de 16/02/2022 e colocados à disposição da Companhia Municipal de Transporte Coletivo CMTC RIO, para a continuidade dos serviços de operação de transporte público coletivo, incluindo o sistema BRT (Bus Rapid Transit), dos corredores Transoeste, Transolímpica, Transcarioca, Transbrasil e outros. Em relação aos valores referentes a rubrica PCRJ – Convênio Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, destaca-se que os valores são os recursos recebidos pelo convênio firmado com a Prefeitura, onde a empresa figura como intermediadora pagadora dos serviços de reforma das estações do sistema BRT. **4.1.9 – Bens recebido em cessão de uso.** Compreende os valores dos veículos e dos imóveis cedidos pela Prefeitura, conforme Termos de Cessão de uso já mencionados, sendo apresentados da seguinte forma:

	31/12/2023 - R$	31/12/2022 - R$
Veículos Articulados	993.703.000,00	–
Veículos Padron	84.315.000,00	–
Cessão de uso imóvel de terceiros	95.829.803,78	–
Total	1.173.847.803,78	–

4.1.10 – Patrimônio Líquido. Capital Social. O Capital Social é de R$ 89.000.000,00, representado por 89.000.000 (oitenta e nove milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, integralizado pelo Município do Rio de Janeiro e pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET RIO. **4.1.11 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.** O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias incluindo as aplicações financeiras de alta liquidez. Integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2023, os valores, das cauções recebidas totalizando o montante de R$ 295.776,15. **4.1.12– Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.** O Capital Social da empresa no valor de R$ 89.000.000,00 foi totalmente integralizado no decorrer do exercício. O patrimônio líquido da empresa variou negativamente em função do resultado negativo da atividade no exercício, resultando no valor de (R$ 46.695.295,34) ao final de 2023. **5. Outras informações: Contingências.** Abaixo relacionamos um prognóstico emitido pelos nossos advogados quanto a possibilidade de perda no desfecho das ações, sejam elas trabalhistas ou cíveis, sendo que a empresa não apresenta riscos fiscais; tais informações, de acordo com a posição jurídica, encontram-se na situação de possíveis ou remotas. As provisões intituladas prováveis já foram contabilizadas e demonstradas em item anterior. Seguem a seguir as contingências não registradas em contas patrimoniais:

Detalhamento		R$	R$
Contingências Passivas	Provável	Possível	Remota
Riscos Trabalhistas	982.809,57	5.924.954,19	17.022.832,58
Riscos Fiscais	–	–	–
Riscos de Ações Cíveis	2.255.660,00	16.312.559,03	11.953.518,77

Garantias e Contragarantias Recebidas/Concedidas
As garantias recebidas por terceiros por conta de obrigações regulares, eventuais ou contingentes são apresentadas da seguinte forma:

	Longo Prazo	
Detalhamento	31/12/2023 - R$	31/12/2022 - R$
Valores restituíveis (Caução)	295.776,15	16.803.000
Total	295.776,15	168.030,00

Conciliação da Receita Bruta. Apresentada a seguir a conciliação a partir do resultado operacional evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício para chegar à receita tributária para finalidades fiscais, em conformidade com o previsto na NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Detalhamento	31/12/2023 - R$	31/12/2022 - R$
Receita de Venda de Bens e Serviços		
Receita de transportes de passageiros	223.331.110,66	149.724.083,17
Receita com locação de espaço	1.197.880,88	2.012.262,66
Subsídio Prefeitura	227.960.754,60	13.511.000,00
Outras receitas operacionais	2.571.318,23	1.167.778,32
Imposto incidentes sobre venda	(10.470.131,08)	(3.258.685,39)
Total	444.590.933,29	163.156.438,76
Custo operacional		
Custo com pessoal	(137.207.297,37)	(78.230.825,12)
Custo com veículos	(142.033.267,90)	(104.141.732,01)
Depreciação	(53.710.191,18)	-
Outros custos operacionais	(123.670.378,12)	(93.533.491,16)
Total	(456.621.134,57)	(275.906.048,29)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(9.716.388,15)	(4.419.410,12)
Despesas financeiras	(346.302,66)	(245.633,54)
(-) Receitas financeiras	1.529.927,24	1.083.884,11
Total	(8.532.763,57)	(3.581.159,55)
Resultado do exercício	(20.562.964,85)	(116.330.769,08)

6. Partes Relacionadas: Quanto ao relacionamento com partes relacionadas, em função do Convênio nº 32 entre a SMTR (Secretaria municipal de transporte) e CMTC RIO (Companhia Municipal de Transporte Coletivos – CMTC), a CMTC RIO é intermediadora, contratante, pagadora dos contratos.

Claudia Antunes Secin - Diretora-Presidente

Mônica Andréa da Costa Santoro
Diretora – DAF

Valdir Pinheiro dos Santos
Contador
CRC/RJ 080394/O-4

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

REAJUSTE

Professores da UFRJ fazem ato por mais verbas e melhores salários

Agência Brasil

A Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ) organizou na sexta-feira (19) um ato por salários, mais bolsas de pesquisa e melhores condições de trabalho.

A Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ) organizou na sexta-feira (19) um ato por salários, mais bolsas de pesquisa e melhores condições de trabalho. Sob o lema de "Eu amo a UFRJ", os manifestantes estenderam faixas e balões coloridos nas escadarias do Ministério da Fazenda, na avenida Presidente Antônio Carlos, no centro do Rio.

"O ato cumpriu o propósito de fazer uma manifestação pública em defesa da universidade, indicando que ela é um espaço importante para a construção de um Brasil mais solidário, com produção científica e acadêmica", disse a presidenta da ADUFRJ, Mayra Goulart.

Segundo os professores, a UFRJ tem um orçamento que não cobre os gastos do cotidiano da universidade, os salários de terceirizados estão atrasados, serviços de manutenção e limpeza deficientes e obras paradas. Além disso, as instalações apresentam problemas graves de manutenção e sistema elétrico precário.

Os manifestantes também cobram mais bolsas de pesquisa, bandejões abertos e ampliação de alojamentos, para garantir que os estudantes consigam permanecer nos cursos.

"O próximo passo agora é aguardar a mesa de negociação e analisar a proposta do governo, para decidir sobre novas estratégias. Acreditamos em uma nova proposta do governo federal e a gente espera que seja algo que contemple, de alguma forma, os anseios da categoria", disse a presidenta da ADUFRJ.

Nessa quinta-feira (18), os professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) aprovaram uma greve com início para o dia 29 de abril. A assembleia terminou com 239 votos favoráveis e 138 contrários. Os debates ocorreram de forma descentralizada, com participações simultâneas nos campi de sete cidades: Niterói, Rio das Ostras, Friburgo, Campos, Pádua, Angra e Volta Redonda.

Até o dia 29, a categoria decidiu se manter em estado de greve. Entre as muitas pautas, foram destacados a necessidade de aumento no orçamento da universidade, melhorias na assistência estudantil, estrutura, cotas para docentes negros e indígenas, e bolsas automáticas.

"Foi muito importante esse movimento para lidarmos com os próximos desafios. Queremos nos somar aos professores do ensino superior e mobilizar todas as nossas bases, e pautarmos a reestruturação da carreira e a recomposição salarial. Vamos juntos, docentes, discentes e técnicos construir essa greve. E esperamos que todos se unam nessa luta pela educação e pelo serviço público federal", disse a professora Maria Cecília Castro, presidenta da Associação dos Docentes da UFF (Aduff), em vídeo postado nas redes sociais da instituição.

Com a decisão, a UFF vai aderir ao movimento nacional liderado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), que teve início na última segunda-feira (15).

No estado do Rio de Janeiro, professores do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) já tinham decidido aderir à greve a partir do dia 2 de maio. Na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) os docentes estão mobilizados em estado de greve.

Em todo o país, o Andes informa que docentes de 24 instituições federais estão em greve e que há indicativos de greve em outras 11 instituições. Nesta tarde, está marcada uma reunião entre representantes dos sindicatos e membros do Ministério da Educação e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para uma nova rodada de negociação.

MADONNA

Ocupação de hotéis no alto e pico no preço da passagem aérea

Quem ainda não comprou passagens aéreas para assistir ao show gratuito da cantora Madonna na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, pode ter uma surpresa com os valores dos voos na sexta, 19. O preço de ida e volta do trajeto de São Paulo à capital fluminense registrou o maior valor dos últimos 60 dias, segundo informações do Google Flights.

Madonna se apresenta com a The Celebration Tour, que celebra 40 anos de carreira da artista, no dia 4 de maio, um sábado. O valor mínimo para adquirir uma passagem que sai da capital paulista na sexta, dia 3 de maio, e volta do Rio no domingo, dia 5, é de R$ 1.673. Aqueles que se arriscarem a embarcar no dia do show para retornar no dia seguinte podem encontrar valores, ligeiramente, mais em conta: R$ 1.418.

A apresentação da diva pop provocou uma altíssima demanda dos hotéis entre os dias 3 e 5 de maio na cidade, especialmente nos bairros de Copacabana e Leme. Segundo uma prévia da pesquisa do HotéisRIO divulgada na quinta, 83,38% dos hotéis nos dois bairros já estão ocupados.

O Copacabana Palace, famoso hotel de luxo que costuma receber grandes artistas, já está com as vagas completamente esgotadas. A informação foi confirmada pela assessoria do hotel na sexta. A equipe, porém, afirmou que não tem informações se Madonna irá se hospedar no local.

Conforme a organização do show no Rio, o palco da cantora será montado em frente ao hotel, voltado para a avenida Princesa Isabel. A estrutura inclui 16 torres de som e ao menos 8 telões.

Ainda conforme a pesquisa do HotéisRIO, 67,95% das hospedagens no centro da capital fluminense já estão ocupadas. A porcentagem também é alta nos bairros de Ipanema e Leblon, que registram uma ocupação de 67,53%.

Segundo Alfredo Lopes, presidente da empresa, a expectativa é que o bairro de Copacabana seja o primeiro a se aproximar da lotação máxima, seguido por bairros próximos que ofereçam opção de transporte. O show, que terá início por volta das 21h45, terá 2 horas de duração e contará com uma transmissão ao vivo. Ele tem patrocínio do banco Itaú.

A última passagem da cantora no Brasil ocorreu em 2012 com a turnê MDNA Tour. Ela também já realizou apresentações no País em 1993, com The Girlie Show, e 2008, com Sticky & Sweet.

Em coletiva de imprensa realizada no final de março, Luiz Oscar Niemeyer, sócio da BonusTrack, produtora do evento, afirmou que o show em Copacabana terá estrutura "muito maior" do que as outras apresentações da Celebration Tour. "Ela está fazendo shows em arenas para 20 mil pessoas, aqui no Rio é um show para um milhão de pessoas, então o palco será maior, a estrutura será diferente", comentou.

Daniela Maia, Secretária Municipal de Turismo do Rio, disse que o esquema de segurança será "pelo menos o mesmo" do último réveillon na cidade. A apresentação será a única da turnê da artista na América do Sul.

PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.
Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ n.º 08.310.839/0001-38
NIRE 33.3.031005-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os acionistas da **PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (em conjunto, "Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, em primeira convocação, às 15h00 horas, de forma semipresencial, podendo o voto ser proferido por meio do (i) *link* do aplicativo de videoconferência Zoom, a ser disponibilizado pela Companhia, (ii) envio de boletim de voto à distância; ou (iii) presencialmente, na sede da Companhia, conforme autorizado pela Lei n.º 14.030 de 28 de julho de 2020 e regulamentado pela Instrução Normativa n.º 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI n.º 81/2020"), para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) As contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) A proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) A fixação da remuneração anual global dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2024; (iv) A eleição ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) A autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários para implementar as deliberações aprovadas na Assembleia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar o orçamento anual da Companhia para o exercício de 2024. **Informações Gerais:** Para participação na Assembleia, o acionista deverá solicitar o cadastro para a secretaria societária da Companhia, o qual deverá ser feito impreterivelmente até 15:00 horas do dia 28 de abril de 2024, por meio do endereço eletrônico secretariasocietaria@portosudeste.com ("Cadastro"). A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de *e-mail* do acionista para envio das informações para participação, acompanhada dos documentos comprobatórios para permitir a participação do acionista na Assembleia, nos termos abaixo. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma digital Zoom para participação e votação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a secretaria societária da Companhia, por meio do *e-mail* secretariasocietaria@portosudeste.com, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da secretaria societária – secretariasocietaria@portosudeste.com –, até o dia 28 de abril de 2024, via digitalizada dos seguintes documentos: **(i)** documento de identidade oficial com foto de seu titular; **(ii)** atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; e **(iii)** cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes de representação, caso aplicável. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia simples digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: **(i)** contrato ou estatuto social; e **(ii)** ato societário de eleição do administrador que **(ii.a)** comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou **(ii.b)** assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia autenticada digitalizada do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação e voto por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§1º e 2º da Lei n.º 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou ter sido assinada por certificado digital emitido por autoridade certificadora autorizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. A Companhia reforça ainda que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. A documentação pertinente à ordem do dia está à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia.

Itaguaí/RJ, 22 de abril de 2024.
Oscar Pekka Fahlgren - Presidente do Conselho de Administração

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE. CNPJ/ME nº 01.685.053/0001-56 - NIRE 3330027441-3. **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2024. Data, Hora e Local:** Em 11 de abril de 2024, às 9h, por meio de videoconferência. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Raquel Reis Correa; Secretária: Sofia Lemos Antunes Maciel. **Deliberações:** Matérias aprovadas pela totalidade das acionistas da Companhia, sem quaisquer emendas ou ressalvas. I. Aprovar o Relatório de Aspectos de Controle e Gestão, o Relatório de Análise e Monitoramento Econômico-Financeiro e o Relatório de Análise e Monitoramento de Risco da Companhia e seus respectivos anexos, que dispõem sobre a adoção das práticas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, com data-base 31/12/2023, em observância à Resolução Normativa ANS nº 518/2022. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata no livro próprio, em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024. **Assinaturas:** Raquel Reis Correa, Presidente da Assembleia; Sofia Lemos Antunes Maciel, Secretária da Assembleia. **Acionistas**: Traditio Companhia de Seguros, representada por sua procuradora Sofia Lemos Antunes Maciel e Rede D'Or São Luiz S.A., representada por seu Diretor Rodrigo Gavina da Cruz. JUCERJA nº 00006193300 em 18/04/2024. Secretário Geral - Gabriel Oliveira de Souza Voi.

G. NOZ EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ/MF nº 32.010.133/0001-35 - NIRE 33210651749
Edital de Convocação - Reunião Geral Extraordinária de Sócios

Ficam os Senhores Sócios da Sociedade convocados para a Reunião Geral Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10h00, em primeira convocação, na sede social da Sociedade, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3500, Bloco 01, Sala 0216, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Alterações na administração da Sociedade, com a consequente modificação da Cláusula 7ª do Contrato Social da Sociedade, a ser formalizada em instrumento próprio; e **(ii)** Orientação de voto a ser proferido pela Sociedade com relação às alterações na administração de suas sociedades investidas **(ii.a) Cascais do Jardim Botânico Pizzaria Ltda.** (CNPJ/MF nº 10.736.680/0001-60), **(ii.b) LM Rio Sul Ltda.** (CNPJ/MF nº 30.264.692/0001-46), **(ii.c) MJD Barra Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.048.854/0001-10), **(ii.d) MJD Catete Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 42.735.147/0001-70), **(ii.e) MJD Gávea Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 45.487.924/0001-00), **(ii.f) MJD Ipanema Delivery Ltda.** (CNPJ/MF nº 33.063.440/0001-47), **(ii.g) MJP Barra Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 21.556.406/0001-25), **(ii.h) MJP Botafogo Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 29.982.219/0001-15), **(ii.i) MJP Campinas Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 40.621.291/0001-50), **(ii.j) MJP Franqueadora Ltda.** (CNPJ/MF nº 32.144.649/0001-72), **(ii.k) MJP Niterói Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 32.159.250/0001-65), **(ii.l) MJP Plaza Niterói Ltda.** (CNPJ/MF nº 36.345.663/0001-95), **(ii.m) MJP Recife Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 45.247.631/0001-48), **(ii.n) MJP Recreio Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 27.368.390/0001-03), **(ii.o) MJP Rio Design Barra Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 38.423.394/0001-63), e **(ii.p) MJP Tijuca Restaurante Ltda.** (CNPJ/MF nº 33.226.202/0001-05), a serem também formalizadas no dia 30 de abril de 2024. Rio de Janeiro/RJ, 20 de abril de 2024. **G. NOZ EMPREENDIMENTOS LTDA.** Marcelo da Silveira Werneck e Alexandre Silveira Cardoso - Administradores.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ABEC

CNPJ nº 60.982.352/0001-11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	41.489	243.935
Mensalidades e Outros Recebíveis	5	725.341	652.361
Estoques	6	–	13.493
Ativo Biológico	7	–	585
Tributos a Recuperar	8	973	968
Adiantamentos	9	11.332	10.457
Partes Relacionadas	10	221	971
Outros Créditos	11	1.606	4.229
Despesas Antecipadas	12	319	1.810
		781.281	**928.809**
Não Circulante			
Mensalidades e Outros Recebíveis	5	522	68
Depósitos Judiciais	27	1.251	1.289
Outros Créditos	11	345	1.124
Despesas Antecipadas	12	887	1.187
Investimentos	13	16.172	132.056
Imobilizado	14	218.861	240.126
Ativo Biológico	15	–	981
Intangível	16	20.712	23.853
Direito de uso de arrendamento	17	9.604	13.490
		268.354	**414.174**
Total do Ativo		**1.049.635**	**1.342.983**

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	18	17.256	28.124
Arrendamento Mercantil	19	4.070	4.456
Contratos a Apropriar	20	703.380	628.113
Empréstimos e Financiamentos	21	6.171	6.655
Adiantamento de Clientes		2.569	2.436
Impostos e Contribuições a Recolher	22	256	465
Obrigações Sociais e Trabalhistas	23	46.270	43.868
Receitas Antecipadas	24	66.807	66.293
Subvenções a Realizar	25	10.983	7.385
Outras Obrigações		62	35
		857.824	**787.830**
Não Circulante			
Fornecedores	18	9.047	10.448
Arrendamento Mercantil	19	7.589	11.027
Empréstimos e Financiamentos	21	19.194	25.320
Receitas Antecipadas	24	2.629	3.324
Obrigações Tributárias	26	131	127
Provisões para Contingências	27	2.223	2.035
		40.813	**52.281**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		1.327.828	1.238.005
Cisão Parcial		(1.314.254)	(858.563)
Incorporação Parcial	28.1	33.591	33.591
Ajustes de Avaliação Patrimonial		13	16
Superávit do Período		103.820	89.823
		150.998	**502.872**
Total do Passivo		**1.049.635**	**1.342.983**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Receita Operacional Líquida	29	691.825	580.499
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	30	(352.438)	(310.932)
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gastos com Pessoal e Encargos		(81.170)	(64.725)
Despesas Administrativas		(108.124)	(94.358)
Depreciação/Amortização/Impairment		(18.300)	(14.246)
Equivalência Patrimonial		1.313	5.051
Despesa com Subvenção		(7.687)	(7.820)
Outras Receitas e Despesas	31	(40.346)	(34.898)
		(254.314)	**(210.996)**
Resultado Operacional antes dos Efeitos Financeiros		**85.073**	**58.571**
Receitas Financeiras		26.504	39.190
Despesas Financeiras		(7.757)	(7.938)
Resultado Financeiro	32	**18.747**	**31.252**
Superávit do Período		**103.820**	**89.823**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Superávit do Período	103.820	89.823
Outros Resultados Abrangentes (ORA) Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros disponíveis para venda - reclassificação para o resultado	13	16
Outros componentes do resultado abrangente	**13**	**16**
Resultado abrangente do período	**103.833**	**89.839**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Receitas		
Serviços Educacionais	746.636	646.821
Outras Receitas	92.029	63.647
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.262)	(3.749)
	833.403	**706.719**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	114.143	(69.350)
Materiais, Energia e Serviço de Terceiros	(108.216)	(95.379)
Outras	(187.186)	(164.867)
	(181.259)	**(329.596)**
Valor Adicionado Bruto	**652.144**	**377.123**
Depreciação e Amortização	**(18.300)**	**(14.246)**
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**633.844**	**362.877**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.313	5.051
Receitas Financeiras	26.504	39.190
	27.817	**44.241**
Valor Adicionado a Distribuir	**661.661**	**407.118**
Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho		
Remuneração Direta	459.629	258.427
Benefícios	47.808	24.247
FGTS	40.314	23.633
	547.751	**306.307**
Impostos, Taxas e Contribuições		
Impostos e Taxas	209	(288)
	209	**(288)**
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	7.757	7.938
Aluguéis	2.124	3.338
	9.881	**11.276**
Remuneração de Capitais Próprios		
Superávit do Período	103.820	89.823
Valor Adicionado Distribuído	**661.661**	**407.118**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações			
Superávit do Período		103.820	89.823
Ajustes para Reconciliar o Resultado do Exercício com			
Recursos Provenientes de Atividades Operacionais:			
Depreciação e Amortização (arrendamento)		24.814	21.156
Equivalência Patrimonial		(1.313)	(5.051)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	5	5.262	3.749
Provisão para Contingências	27	188	(1.335)
Ganho na Alienação do Imobilizado		(221)	(703)
		132.550	**107.639**
Redução (Aumento) nos Ativos:			
Mensalidades e Outros Recebíveis		(78.696)	(104.209)
Estoques		13.493	(6.291)
Ativo Biológico		585	(244)
Adiantamentos		(875)	(1.530)
Partes Relacionadas		750	(806)
Tributos a Recuperar		(5)	(461)
Despesas Antecipadas		1.791	567
Outros Ativos Circulantes		3.402	(527)
Depósitos Judiciais		38	978
Processo de Cisão - Ativos	28.1	(275.035)	–
		(334.552)	**(112.523)**
Aumento (Redução) nos Passivos:			
Fornecedores		(12.269)	5.693
Adiantamento de Clientes		133	33
Tributos Retidos a Recolher		(209)	288
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.402	6.297
Receitas Antecipadas		(181)	45.866
Outras Obrigações		27	13
Subvenções a Realizar		3.598	2.936
Obrigações Tributárias		4	6
Contratos a Apropriar		75.267	93.835
Arrendamento Mercantil		(3.824)	501
Incorporação de Passivos		555	–
		65.503	**155.468**
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais		**(136.499)**	**150.584**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimentos			
Investimentos		117.197	3.818
(Adições) e Baixas ao Ativo Imobilizado e Intangível		(187)	(115.923)
Ativo Biológico		981	74
Investimentos Temporários		(3)	(16)
Direito de uso de arrendamento		3.886	(58)
Investimento Processo de Cisão	28.1	(118.853)	–
Imobilizado Processo de Cisão	28.1	(62.358)	–
Recursos Líquidos Provenientes nas Atividades de Investimentos		**(59.337)**	**(112.105)**
Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Financiamentos			
Captação e (Pagamento) de Empréstimos e Financiamentos	21	(6.610)	(6.632)
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades de Financiamentos		**(6.610)**	**(6.632)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		**(202.446)**	**31.847**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período		243.935	212.088
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período		41.489	243.935
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(202.446)**	**31.847**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de Dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio Social	Cisão Parcial	Incorporação Parcial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/ (Déficit) do Período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.195.754**	**(858.563)**	**33.591**	**32**	**42.251**	**413.065**
Aumentos de Patrimônio Social Com Superávit	42.251	–	–	–	(42.251)	–
Venda de ativos financeiros		–	–	(32)	–	(32)
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	16	–	16
Superávit Líquido do Período	–	–	–	–	89.823	89.823
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.238.005**	**(858.563)**	**33.591**	**16**	**89.823**	**502.872**
Aumentos de Patrimônio Social Com Superávit	89.823	–	–	–	(89.823)	–
Venda de ativos financeiros	–	–	–	(16)	–	(16)
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	13	–	13
Superávit Líquido do Período	–	–	–	–	103.820	103.820
Parcela Cindida	–	(455.691)	–	–	–	(455.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.327.828**	**(1.314.254)**	**33.591**	**13**	**103.820**	**150.998**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

Fundada em 1958, a Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), com sede na cidade de São Paulo (SP), é uma associação civil de direito privado, filantrópica, com orientação religiosa de um instituto de vida consagrada, de caráter não econômico, e tem por finalidade criar, congregar, dirigir e manter instituições que visem à cultura, à beneficência, à assistência social, à promoção humana, à educação, ao ensino e à formação religiosa. A ABEC se dedica primordialmente a atividades de educação e ensino formal e informal em seus diversos níveis e, para isso, mantem colégios, creches, residências-comunidade, centros de formação da juventude, centros comunitários e sociais, prestando assistência social a quem dela necessitar, com assessoramento, garantia, defesa e promoção dos direitos e atendimentos correlatos. Pode, ainda, atuar em outros ramos, tais como atividades agropecuárias, desportivas e hospedarias. Desenvolve suas atividades nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Para atingir seus objetivos filantrópicos, no desenvolvimento de suas atividades, a ABEC atende aos seguintes requisitos: I - Não remunera os membros do seu Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, nem seus associados, pelo exercício de suas funções; II - Não tem fins lucrativos; III - Não distribui dividendos, tampouco receitas e/ou parcelas de seu patrimônio, sob forma alguma; IV - Aplica, integralmente, no país, o superávit apurado em seus exercícios financeiros, na manutenção e no desenvolvimento de suas finalidades institucionais; V - Mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão. Declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto n° 53.489, de 24 de janeiro de 1964 até a revogação da Lei n° 91, de 28 de agosto de 1935 e certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS desde 19 de junho de 1959 (registro n° 11.088/59 no CNAS) tendo seus processos de renovação, enviados tempestivamente, com os seguintes status: Para o período 2010-2012, sob protocolo n° 71010.004026/2009-01, foi deferido pelo MEC conforme Portaria n° 480, de 26 de outubro de 2010, para o período 2013-2015, sob protocolo n° 23000.009084/2012-94, foi deferido pelo MEC conforme Portaria n° 1.231, de 30 de novembro de 2017, para o período 2016-2018, sob o protocolo n° 23000.025310/2015-27, foi deferido pelo MEC conforme Portaria n° 963, de 2 de setembro de 2021, para o período 2019-2021, sob o protocolo n° 23000.039916/2018-92, está aguardando análise pelo MEC desde 06/12/2018, para o período 2022-2024, sob o protocolo n° 23000.030130/2021-13, está aguardando análise pelo MEC desde 17/11/2021. A certificação CEBAS permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado conforme prevê o § 2°, Art. 37, Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021 e Art. 14, Decreto n° 11.791, de 21 de novembro de 2023. **Fato Relevante:** Em 17/04/2023 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, a intenção da administração em realizar a cisão parcial da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, relativo a valores de caixa e equivalentes de caixa, mensalidades e Outros Recebíveis, Adiantamentos, Estoques, Ativo Biológico, Outros Créditos, Investimentos, Imobilizado e Intangível, assim como do Grupo do Passivo, Fornecedores, Imposto e Contribuições a Recolher, Obrigações sociais e Trabalhistas, Obrigações Tributárias e Outras Obrigações na data de evento de 31/05/2023. O Patrimônio vertido foi incorporado pela Associação Paranaense de Cultura - APC e a União Catarinense de Cultura - UCE. Em complemento ao processo de reestruturação, em 29/09/2023 foi deliberado nova cisão parcial, sendo a data do evento 30/11/2023, onde ocorreram movimentações patrimoniais complementares vertendo Ativos relativos a Investimentos e intangível os quais foram incorporados pela União Catarinense de Educação - UCE. Os efeitos patrimoniais da cisão parcial encontram-se demonstrados na nota 28.1.

2. Principais Políticas Contábeis

2.1. Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando-se as alterações introduzidas nas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, contempladas as peculiaridades de nomenclatura de contas dada pela Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 aplicável às entidades sem finalidade de lucros, e para as situações não previstas nesta norma, a aplicação integral dos pronunciamentos técnicos emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Entidade é o real e todas as informações contábeis apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que tais estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas em relação a premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • Nota 14 - Imobilizado; • Nota 16 - Intangível; • Nota 27 - Provisões de riscos (contingências); • Nota 34 - Instrumentos financeiros. **2.5. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria em 20 de março de 2024, considerando-se os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

3. Principais Julgamentos na Aplicação das Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, empregadas de maneira consistente e uniforme nos períodos apresentados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de se atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera "equivalentes de caixa" a aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.2. Mensalidades e outros recebíveis:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos boletos emitidos com base em contrato educacional curricular e complementar, além de seus aditivos, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. Esses índices são periodicamente revisados, buscando-se uma adequada estimativa para a mensuração desses valores. **3.3. Estoques:** Os estoques de café e rebanhos avaliados ao custo médio de aquisição. **3.4. Despesas antecipadas:** São compostas por apropriações de prêmios de seguros, licenças de uso de *softwares* e aluguéis pagos antecipadamente. **3.5. Investimentos:** As participações em controladas foram registradas pelo método da equivalência patrimonial, com a contrapartida desses valores reconhecida em outras receitas operacionais. A participação na Empresa Editora FTD S/A. São avaliadas apurando-se as demonstrações financeiras dessas sociedades ajustadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.6. Imobilizado:** a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessárias. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas/despesas no resultado. b) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente revertam para a Entidade e que seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. c) Depreciação: Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando-se o método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Edificações	25 a 60
Equipamentos	10
Móveis	10
Veículos	5
Acervo	10
Equipamentos de Informática	5
Ativo Biológico	5
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	0 a 25

3.7. Intangível: O ativo intangível refere-se basicamente aos gastos com implantação de sistemas e aplicativos de *softwares* da Entidade e suas licenças. Esses ativos são amortizados de forma linear pelo período de 5 (cinco) anos. **3.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes e não circulantes. **3.9. Operações de Arrendamento Mercantil:** A Associação optou por utilizar o expediente prático de transição conforme o CPC 06 R2/IFRS 16 não reconhecendo os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (conforme política institucional contraprestações mensais até R$ 1.200,00 reais). A Associação reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Associação descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental aplicada de 2023 sendo a taxa média ponderada de 12,31% a.a. e 2022 14,07% a.a. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetárias e cambiais e amortizações, conforme previstos contratualmente, incorridos até a data do balanço. **3.11. Receita antecipada:** Composta por mensalidades de alunos recebidas antecipadamente, apropriadas mensalmente em conformidade com o princípio da competência, incorridas até a data do balanço. **3.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo-se como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados nos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão de suas características operacionais, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados nos valores conhecidos exigíveis ou acrescidos dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, utilizando-se o ajuste a valor presente, quando aplicável. **3.14. Patrimônio Social:** O resultado da Associação é incorporado ao patrimônio social, após aprovação das demonstrações financeiras, a fim de se aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, conforme estabelecido no Estatuto Social. **3.15. Subvenções, contribuições e doações:** O recebimento de subvenções, contribuições e doações, quando essas se destinam a cobrir custos ou perdas já incorridas, ou com o propósito de dar imediato suporte financeiro, sem custos futuros relacionados, é reconhecido em contas de receitas. Quando se destinam a projetos específicos, os recursos são ingressados em bancos, conta movimento ou aplicações financeiras, tendo como contrapartida recursos de projetos no passivo circulante. Tais recursos são utilizados para pagamento dos gastos previstos nos respectivos projetos e, enquanto não utilizáveis, são aplicados no mercado financeiro; a totalidade das receitas financeiras é revertida, quando permitido, para o próprio projeto. **3.16. Apuração do superávit/déficit:** As receitas, o custo e as despesas da Entidade encontram-se registradas aos valores originais e de acordo com o regime de competência. **3.17. Aspectos fiscais:** A Associação, na condição de Entidade de fins filantrópicos, goza da imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, sua renda e seus serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram tal imunidade, estando sujeita a inspeção e aceitação pelas autoridades competentes, por períodos variáveis de tempo, e a eventuais lançamentos adicionais. **3.18. Trabalho voluntário:** A Associação não possuía adeptos ao trabalho voluntário no decorrer do exercício de 2023. **3.19. Demonstração do resultado abrangente:** As transações registradas em resultados abrangentes referem-se a ações negociadas em bolsa de valores, ou seja, ativos financeiros, mensurados a valor justo e registrados no patrimônio líquido. **3.20. Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado está apresentada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. A demonstração de valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, fundamentada em conceitos macroeconômicos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados como segue:

Descrição	2023	2022
Caixa e Bancos		
Recursos Livres (a)	63	137
Recursos com restrição - Subvenções (b)	1.484	1.846
Aplicações Financeiras		
Recursos Livres (a)	31.305	67.469
Recursos com restrição - Subvenções (b)	8.637	4.838
Recursos com Fundo de Investimento (c)	–	58.108
Recursos com Fundo de Risco (d)	–	111.537
Total	**41.489**	**243.935**

As disponibilidades da Associação só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma agência de risco ou dois ratings AA, no longo prazo. As aplicações em bancos controlados pelo governo federal, independente de seus "ratings" também são liberadas. São vetadas aplicações em participações acionárias, hedge funds, multimercados e operações de swap cambial, fundos não lastreados em papeis de governo e bancos abaixo do rating. A associação deve manter no máximo 40% de suas aplicações em uma mesma instituição financeira e todas as aplicações, exceto as de fundos específicos, terão disponibilidade imediata. Em 31 de Dezembro de 2023 a Associação mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal, Citibank, Banco Safra S.A, Banco Itaú, Bradesco e Banco Votorantim. As aplicações da Associação possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Associação. Essas aplicações financeiras referem-se a: **(a)** Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 12,70% (102,30% do CDI) em 2023 e 12,17% (103,69% do CDI) em 2022; **(b)** Aplicações automáticas (recursos creditados no último dia útil, fora do expediente bancário), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 1,89 % (15,22% do CDI) em 2023 e 2,35 % (20 % do CDI) em 2022; **(c)** Os recursos com fins específicos (subvenções) aplicados em poupança, obtiveram rentabilidade média no período de 8,12% (65,45% do CDI) em 2023 e 7,32% (62,36% do CDI) em 2022, outras aplicações de recursos de terceiros estão investidas em renda fixa e fundos de investimentos com rentabilidade média no período de 11,73% (91,60% do CDI) em 2023 e 5,99% (51,05% do CDI) em 2022. Os recursos com fins específicos referem-se aos recursos recebidos de terceiros para aplicação em projetos.

5. Mensalidades e outros recebíveis

As mensalidades de alunos estão representadas como segue:

Descrição	2023 Circulante	2023 Não Circulante	2022 Circulante	2022 Não Circulante
Mensalidades Escolares	746.612	522	666.740	68
Mensalidades Escolares Anteriores	–	–	20	-
Clientes a Receber	2.601	–	6.716	-
(–) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.872)	–	(21.115)	-
Total	**725.341**	**522**	**652.361**	**68**

O cálculo do ajuste a valor presente aplicado em 2023 na carteira de clientes em renegociação e contas a receber não resultou na ocorrência de juros e/ou encargos para registro. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é composta como segue:

Descrição	2023	2022
Saldo no Início do Exercício	(21.115)	(20.993)
Provisões	(6.023)	(4.398)
Reversões	761	649
Baixa de carteira	2.505	3.627
Saldo Final do Exercício	**(23.872)**	**(21.115)**

A Administração entende que o saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é suficiente para refletir as reais perdas na realização de suas contas a receber. A provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das receitas. Como critério para constituição da PECLD, utilizamos a provisão dos valores das mensalidades a receber vencidas há mais de 365 dias e todos os demais créditos vencidos há mais de 180 dias. No ano de 2023, conforme política interna, a empresa efetuou o processo de baixa da carteira de clientes, anteriormente já reconhecidas em PECLD. para os títulos com vencimento superior a 5 anos e sem condições de cobrança.

6. Estoques

Estão representados como segue:

Descrição	2023	2022
Estoque de Insumos Agrícolas	–	1.213
Estoque de Sêmen	–	65
Estoque de Sal/Rações e Suplem. Minerais	–	33
Estoque de Café	–	9.298
Café em formação	–	2.884
Total	**–**	**13.493**

7. Ativos biológicos

Estão representados como segue:

Descrição	2023	2022
Bovinos	–	585
Total	**–**	**585**

Os ativos biológicos correspondem à criação de bovinos a pasto e em semiconfinamento e são reconhecidos pelo valor de custo de aquisição ou formação.

8. Tributos a recuperar

Estão representados como segue:

Descrição	2023	2022
IRRF a Recuperar	462	462
FGTS a Recuperar	7	2
IRPJ a Recuperar	321	321
CSLL a Recuperar	183	183
Total	**973**	**968**

O valor de IRRF a Recuperar, refere-se a PERDCOMP 07419.16331.230622.1.2.04-0052 solicitado o pedido de restituição por pagamento em indevido na filial do colégio Arquidiocesano.

9. Adiantamentos

Estão representados como segue:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos de Férias	11.020	9.191
Créditos de Funcionários	15	4
Outros Adiantamentos	20	27
Adiantamentos a Fornecedores	268	1.217
Adiantamentos de Viagens	9	18
Total	**11.332**	**10.457**

10. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:

Descrição	2023	2022
Entidades Controladas		
Juros sobre Capital Próprio		
Editora FTD S/A	221	208
Residencial Champagnat	–	763
Total	**221**	**971**

No ano de 2022, a Associação Brasileira de Cultura recebeu distribuição de lucros da empresa Loteamento Residencial Champagnat SPE Ltda. oriundos da participação societária adquirida em 2021. A demonstração do investimento está contida na nota explicativa 13.

11. Outros créditos

Estão representados como segue:

Descrição	2023 Circulante	2023 Não Circulante	2022 Circulante	2022 Não Circulante
Locações - Imóveis Próprios	2.956	–	2.145	–
Outros Créditos a Receber	352	345	3.345	1.124
Despesas a Recuperar	70	–	91	–
Valores Mobiliários	13	–	15	–
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.785)	–	(1.367)	–
Total	**1.606**	**345**	**4.229**	**1.124**

12. Despesas antecipadas

Estão representados como segue:

Descrição	2023 Circulante	2023 Não Circulante	2022 Circulante	2022 Não Circulante
Licenças	19	–	975	–
Antecipação de Locação	300	887	300	1.187
Seguros de Veículos a Apropriar	–	–	-	–
Abono Salarial a apropriar	–	–	535	–
Total	**319**	**887**	**1.810**	**1.187**

13. Investimentos

São compostos por investimentos em outras entidades e propriedades destinadas à renda, cujos saldos estão representados como segue:

Movimentação da participação em outras entidades em 31/12/2022

Descrição	Quantidade de quotas	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Editora FTD S/A.	2.504	1,00	662.533	6.624	867
Residencial Champagnat SPE	55	55,00	3.791	2.086	536
Outras	10	99,00	1	1	–
Total			**666.325**	**8.711**	**1.403**

Movimentação da participação em outras entidades em 31/12/2023

Descrição	Quantidade de quotas	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Editora FTD S/A.	2.504	1,00	732.623	7.325	922
Outras	10	99,00	1	1	–
Total			**732.624**	**7.326**	**922**

Movimentação das propriedades destinadas a renda em 31/12/2022

Descrição	2021 Custo	Adições	Baixas	Transferências	2022 Custo
Terrenos	105.356	–	–	–	105.356
Edificações de Renda	34.364	–	–	–	34.364
Obras de Arte	126	–	–	–	126
Total	**139.846**	**–**	**–**	**–**	**139.846**

Descrição	Taxa % - a.a.	2021 Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	2022 Depreciação
Edificações de Renda	0 a 4%	(16.072)	(429)	–	–	(16.501)
Total		**(16.072)**	**(429)**	**–**	**–**	**(16.501)**
Total líquido		**123.774**	**(429)**	**–**	**–**	**123.345**

Movimentação das propriedades destinadas à renda em 31/12/2023

Descrição	2022 Custo	Adições	Baixas	Transferências	2023 Custo
Terrenos	105.356	2.569	(104.803)	–	3.122
Edificações de Renda	34.364	–	(25.649)	–	8.715
Obras de Arte	126	–	–	–	126
Total	**139.846**	**2.569**	**(130.452)**	**–**	**11.963**

Descrição	Taxa % - a.a.	2022 Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	2023 Depreciação
Edificações de Renda	0 a 4%	(16.501)	(253)	13.637	–	(3.117)
Total		**(16.501)**	**(253)**	**13.637**	**–**	**(3.117)**
Total líquido		**123.345**	**2.316**	**(116.815)**	**–**	**8.846**

14. Imobilizado

O imobilizado está representado como segue:

Movimentação do imobilizado de 2021 a 2022

Descrição	2021 Custo	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	2022 Custo
Equipamentos	41.372	3.167	(646)	–	–	43.893
Móveis	69.053	6.010	(79)	2	–	74.986
Edificações	15.438	–	–	–	–	15.438
Veículos	6.465	1.118	(558)	–	–	7.025
Equipamentos de Informática	29.559	6.918	(507)	(2)	–	35.968
Acervo Bibliográfico	5.438	64	–	–	–	5.502
Instrumentos Musicais	1.659	10	–	–	–	1.669
Imobilizado em Andamento	5.169	47.574	(30)	(36.511)	–	16.202
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	110.599	1.412	(7)	36.511	–	148.515
Terrenos	1.508	46.400	–	–	–	47.908
Imobilizado de Terceiros (Convênios - Subvenções)	979	313	(12)	–	–	1.280
Total	**287.239**	**112.986**	**(1.839)**	**–**	**–**	**398.386**

Descrição	Taxa % - a.a.	2021 Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	2022 Depreciação
Equipamentos	10%	(30.898)	(2.075)	645	–	–	(32.328)
Móveis	10%	(51.910)	(3.128)	72	(1)	–	(54.967)
Edificações	0 a 4%	(8.583)	(364)	–	–	–	(8.947)
Veículos	20%	(5.682)	(579)	558	–	–	(5.703)
Equipamentos de Informática	20%	(23.733)	(3.374)	499	1	–	(26.607)
Acervo Bibliográfico	10%	(3.508)	(328)	–	–	–	(3.836)
Instrumentos Musicais	10%	(1.400)	(48)	–	–	–	(1.448)
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0% a 4%	(19.861)	(4.159)	–	–	–	(24.020)
Imobilizado de Terceiros (Convênios - Subvenções)	0% a 20%	(233)	(137)	12	–	–	(358)
Outros (contabil. fornec., provis., florest., etc.)	0% a 4%	(46)	–	–	–	–	(46)
Total		**(145.854)**	**(14.192)**	**1.786**	**–**	**–**	**(158.260)**
Total líquido		**141.385**	**98.794**	**(53)**	**–**	**–**	**240.126**

continua ★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

→★ continuação

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ABEC

CNPJ nº 60.982.352/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imobilizado de 2022 a 2023

Descrição	2022 Custo	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	2023 Custo
Equipamentos	43.893	3.364	(8.702)	(3)	–	38.552
Móveis	74.986	7.820	(1.091)	15	–	81.730
Edificações	15.438	1.597	(21.745)	6.306	–	1.596
Veículos	7.025	457	(3.792)	18	–	3.708
Equipamentos de Informática	35.968	3.686	(1.561)	–	–	38.093
Acervo Bibliográfico	5.502	116	–	–	–	5.618
Instrumentos Musicais	1.669	86	(17)	–	–	1.738
Imobilizado em Andamento	16.202	40.338	–	(50.882)	–	5.658
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	148.515	131	–	44.563	–	193.209
Terrenos	47.908	–	(47.908)	–	–	–
Imobilizado de Terceiros (Convênios - Subvenções)	1.280	14	(3)	(17)	–	1.274
Total	**398.386**	**57.609**	**(84.819)**	**–**	**–**	**371.176**

Descrição	Taxa % - a.a.	2022 Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	2023 Depreciação
Equipamentos	10%	(32.328)	(2.681)	6.195	17	–	(28.797)
Móveis	10%	(54.967)	(3.845)	894	–	–	(57.918)
Edificações	0 a 4%	(8.947)	(316)	11.468	(2.338)	–	(133)
Veículos	20%	(5.703)	(515)	3.099	(18)	–	(3.137)
Equipamentos de Informática	20%	(26.607)	(3.613)	1.526	–	–	(28.694)
Acervo Bibliográfico	10%	(3.836)	(325)	–	–	–	(4.161)
Instrumentos Musicais	10%	(1.448)	(48)	17	–	–	(1.479)
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0% a 4%	(24.020)	(5.743)	–	2.338	–	(27.425)
Imobilizado de Terceiros (Convênios - Subvenções)	0% a 20%	(358)	(170)	2	1	–	(525)
Outros (contabil. fornec., provis., florest., etc)	0% a 4%	(46)	–	–	–	–	(46)
Total		(158.260)	(17.256)	23.201	–	–	(152.315)
Total líquido		**240.126**	**40.353**	**(61.618)**	**–**	**–**	**218.861**

Avaliação do valor recuperável de ativos (*Impairment*): Conforme a Resolução CFC nº 1.110/2007, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, anualmente é necessário ajustar o valor líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na Entidade, são realizados os testes de recuperabilidade ao fim de cada exercício social. Em 2023 o teste de recuperabilidade foi realizado, porém não houve indícios e reconhecimento de desvalorizações, em razão de os bens estarem totalmente depreciados ou por não atingirem o mínimo da materialidade exigida para os ativos.

15. Ativos Biológicos

Estão representados como segue:

Movimentação dos ativos biológicos de 2021 a 2022:

Descrição	2021 Custo	Adições	Baixas	Transferências	2022 Custo
Semoventes	504	150	–	–	654
Lavoura de Café	5.597	–	–	198	5.795
Lavoura de Café em Andamento	198	–	–	(198)	–
Total	**6.299**	**150**	**–**	**–**	**6.449**

Descrição	Taxa % - a.a.	2021 Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	2022 Depreciação
(–) Semoventes	20%	(310)	(70)	–	–	(380)
(–) Lavoura de Café	20%	(4.934)	(154)	–	–	(5.088)
Total		(5.244)	(224)	–	–	(5.468)
Total líquido		**1.055**	**(74)**	**–**	**–**	**981**

Movimentação dos ativos biológicos de 2022 a 2023:

Descrição	2022 Custo	Adições	Baixas	Transferências	2023 Custo
Semoventes	654	70	(724)	–	–
Lavoura de Café	5.795	5.532	(11.327)	–	–
Total	**6.449**	**5.602**	**(12.051)**	**–**	**–**

Descrição	Taxa % - a.a.	2022 Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	2023 Depreciação
(–) Semoventes	20%	(380)	(37)	417	–	–
(–) Lavoura de Café	20%	(5.088)	(4.979)	10.067	–	–
Total		**(5.468)**	**(5.016)**	**10.484**	**–**	**–**
Total líquido		**981**	**586**	**(1.567)**	**–**	**–**

16. Intangível

Está representado como segue:

Movimentação do intangível de 2021 a 2022

Descrição	2021 Custo	Adições	Baixas	Transferências	2022 Custo
Marcas e Patentes	–	–	–	–	–
Goodwill	27.862	–	(73)	–	27.789
Sistemas Aplicativos - Softwares	10.831	22	–	–	10.853
Franquias	550	–	–	–	550
Total	**39.243**	**22**	**(73)**	**–**	**39.192**

Descrição	Taxa % - a.a.	2021 Amortização	Adições	Baixas	Transferências	2022 Amortização
Goodwill	6%	(4.006)	(2.500)	43	–	(6.463)
Sistemas Aplicativos - Softwares	20%	(7.653)	(723)	–	–	(8.376)
Franquias	20%	(460)	(40)	–	–	(500)
Total		**(12.119)**	**(3.263)**	**43**	**–**	**(15.339)**
Total líquido		**27.124**	**(3.241)**	**(30)**	**–**	**23.853**

Movimentação do intangível de 2022 a 2023

Descrição	2022 Custo	Adições	Baixas	Transferências	2023 Custo
Goodwill	27.789	–	–	–	27.789
Sistemas Aplicativos - Softwares	10.853	–	(4)	–	10.849
Franquias	550	–	–	–	550
Total	**39.192**	**–**	**(4)**	**–**	**39.188**

Descrição	Taxa % - a.a.	2022 Amortização	Adições	Baixas	Transferências	2023 Amortização
Goodwill	6%	(6.463)	(2.436)	–	–	(8.899)
Sistemas Aplicativos - Softwares	20%	(8.376)	(665)	4	–	(9.037)
Franquias	20%	(500)	(40)	–	–	(540)
Total		**(15.339)**	**(3.141)**	**4**	**–**	**(18.476)**
Total líquido		**23.853**	**(3.141)**	**–**	**–**	**20.712**

17. Direito de Arrendamento

Está representado como segue:

Movimentação do direito de arrendamento de 2021 a 2022

Descrição	2021 Custo	Adições	Baixas	2022 Custo
Edificações	13.691	28.393	(28.273)	13.811
Total	**13.691**	**28.393**	**(28.273)**	**13.811**

Descrição	Taxa % - a.a.	2021 Depreciação	Adições	Baixas	2022 Depreciação
Edificações	10% a 100%	(259)	(3.612)	3.550	(321)
Total		**(259)**	**(3.612)**	**3.550**	**(321)**
Total líquido		**13.432**	**24.781**	**(24.723)**	**13.490**

Movimentação do direito de arrendamento de 2022 a 2023

Descrição	2022 Custo	Adições	Baixas	2023 Custo
Edificações	13.811	23.847	(27.616)	10.042
Total	**13.811**	**23.847**	**(27.616)**	**10.042**

Descrição	Taxa % - a.a.	2022 Depreciação	Adições	Baixas	2023 Depreciação
Edificações	10% a 100%	(321)	(5.086)	4.969	(438)
Total		**(321)**	**(5.086)**	**4.969**	**(438)**
Total líquido		**13.490**	**18.761**	**(22.647)**	**9.604**

18. Fornecedores

Estão representados como segue:

Descrição	2023 Circulante	2023 Não Circulante	2022 Circulante	2022 Não Circulante
Fornecedores	17.256	9.047	28.132	10.448
(-) Ajustes a Valor Presente	–	–	(8)	–
Total	**17.256**	**9.047**	**28.124**	**10.448**

O cálculo do ajuste a valor presente aplicado em 2023 na carteira de fornecedores resultou na ocorrência de juros e/ou encargos. Em 31 de dezembro 2023, as contas a pagar aos fornecedores correspondem, basicamente, à compra do Colégio Anjo da Guarda e aos gastos corporativos com as Entidades Maristas, a saber:

Descrição	2023	2022
Escola Anjo da Guarda	9.047	10.340
Associação Paranaense de Cultura	3.361	3.510
Outros	13.895	24.722
Total	**26.303**	**38.572**

19. Fornecedores de Arrendamento

Estão representados como segue:

Descrição	2023 Circulante	2023 Não Circulante	2022 Circulante	2022 Não Circulante
Fornecedores	5.552	9.308	6.854	14.407
(–) Encargos a transcorrer	(1.482)	(1.719)	(2.398)	(3.380)
Total	**4.070**	**7.589**	**4.456**	**11.027**

20. Contratos a Apropriar

Os contratos a apropriar estão representados como segue:

Descrição	2023	2022
Mensalidades Rede de Colégios	570.236	518.439
Atividades Complementares	92.729	72.432
Material Didático	40.415	37.242
Total	**703.380**	**628.113**

São compostos pelos contratos de serviços prestados, sendo estes registrados integralmente no ato da assinatura e apropriados conforme a execução.

21. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão representados como segue:

Modalidade	Encargos Financeiros	2023 Circulante	2023 Não Circulante	2022 Circulante	2022 Não Circulante
BNDES Automático - Anjo da Guarda (I)	TJLP + 3,85%aa	1.016	1.426	1.011	2.410
KGIRO (II)	CDI + 1,45% a.a	5.155	17.768	5.644	22.910
Total		**6.171**	**19.194**	**6.655**	**25.320**

(I) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Programa Automático para construção do prédio do colégio Anjo da Guarda. O total aprovado para a operação de financiamento foi de R$ 5.9MM, o recebimento desse valor ocorreu parte em agosto/18 no valor de R$ 3.6MM e o saldo de R$ 2.3MM foi recebido em setembro/18, a condição contratual aprovada foi a taxa de TJLP+3,85%aa no prazo de 8 anos com 2 anos de carência e como garantia a hipoteca de Imóvel (Imóvel Colégio Santa Maria). (II) Capital de Giro para projetos de expansão dos colégios Arquidiocesano, Chapecó e Criciúma, a condição contratual aprovada foi de CDI + 1,45%. Os vencimentos correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2023, são os seguintes:

Exercício	R$	Percentual
2024	6.171	24,33%
2025	6.837	26,95%
2026	6.261	24,68%
2027	5.627	22,18%
2028 em diante	469	1,85%
	25.365	**100,00%**

22. Impostos e contribuições a recolher

Os Impostos e contribuições a recolher estão representados como segue:

Descrição	2023	2022
IRRF a Recolher - Terceiros	33	27
ISS a Recolher	39	60
CSRF a Recolher	100	108
INSS de Terceiros PJ a Recolher	84	270
Total	**256**	**465**

23. Obrigações sociais e trabalhistas

Estão representadas como segue:

Descrição	2023	2022
Rescisões	58	60
FGTS - Folha Mensal	3.232	2.883
Férias a Pagar	71	–
Provisões	34.047	32.426
Seguro de Vida	–	191
Sindicato Desconto Funcionários	41	23
INSS a Recolher	2.417	2.039
IRRF a Recolher	6.117	5.271
Pensão Alimentícia	4	–
Salários e Ordenados a Pagar	283	256
Abono Salarial a Pagar	–	719
Total	**46.270**	**43.868**

24. Receitas antecipadas

Estão representadas como segue:

Descrição	2023 Circulante	2023 Não Circulante	2022 Circulante	2022 Não Circulante
Mensalidades Colégios	10.499	–	9.323	–
Fidelização em Contratos e Parcerias	830	2.629	830	3.324
Recebimento à restituir ou compensar	2.023	–	2.685	–
Alienação de Ativos	53.455	–	53.455	–
Total	**66.807**	**2.629**	**66.293**	**3.324**

O valor demonstrado em alienação de ativos é decorrente da venda de ativo imobilizado para a Associação Paranaense de Cultura no valor de R$ 51MM.

25. Subvenções à Realizar

Estão representadas como segue:

Descrição	2023	2022
Receitas Diferidas sobre Subvenções	705	857
Subvenções a Realizar	67.217	56.530
(-) Subvenções a Realizar - em aprovação	(56.939)	(50.002)
Total	**10.983**	**7.385**

As subvenções são compostas:

Origem	Concedente	2023	2022
Priv. Internacional	Fundação Rei Balduíno	246	35
Priv. Nacional	Fundação Salvador Arena	270	141
Púb. Estadual	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social	61	77
	Secretaria de Estado da Justica, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU	209	177
	Secretaria de Estado do desenvolvimento Social e Familia - SEDEF	124	–
Púb. Federal	Banco do Brasil S.A.	91	29
	Ministério da Cidadania	4.740	3.745
	Ministério do Turismo	198	197
	Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura	318	253
	Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural	820	–
Púb. Municipal	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Criciúma	28	17
	Prefeitura de Caçador	155	95
	Prefeitura de Criciúma	2	1
	Prefeitura de Curitiba	38	37
	Prefeitura de Florianópolis	26	23
	Prefeitura de Dourados	26	–
	Prefeitura de Londrina	273	285
	Prefeitura de Ribeirão Preto	38	37
	Prefeitura de Santos	405	96
	Prefeitura de São Paulo	2.675	2.087
	Secretaria Municipal de Assistência Social	52	–
	Secretaria Municipal de Assistência Social de Criciúma	75	16
	Fundacao de Ação Social FAS	113	37
Total		**10.983**	**7.385**

26. Obrigações tributárias

Estão representados como segue:

Descrição	2023	2022
FGTS DL 194/67	131	127
Total	**131**	**127**

A conta FGTS - D.L. 194/67 no montante de R$ 131 mil dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

27. Provisões para contingências

A Associação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na expectativa anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e consideradas como provável, como segue:

Composição dos saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	240	66
Trabalhistas (b)	1.835	589
Tributárias (c)	148	596
Saldo total	**2.223**	**1.251**

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	213	74
Trabalhistas (b)	1.697	638
Tributárias (c)	125	577
Saldo total	**2.035**	**1.289**

As regras estabelecidas para a constituição da provisão são: **a) Cíveis** - A assessoria jurídica realizou revisão da estimativa de mensuração dos riscos e dos percentuais de perdas em ações cíveis, fundamentada, em especial, de duas formas: 1- Para a provisão das ações individuais é utilizado a Taxa de Perda (histórico dos últimos 36 meses de processos encerrados o valor encontrado pela fórmula, Valor Pago nas ações Trabalhistas Puras dividido pelo Risco Total das mesmas ações). 2- Demais Processos Cíveis com particularidades próprias (Ação Civis Públicas, Ações Coletivas, Entidades de Classe, Autarquias Municipais, Estaduais e Federais, Ibama, Ministério Público, DCEs, Procon entre outros) são regidas pelas seguintes premissas: Processos em que a última decisão seja Procedente ou Procedente em Parte, como segue: a- Em Conhecimento, quando provável provisionar 40%; b- Em primeira instância ou em segunda instância, provisionar 60% do risco analisado dos pedidos classificados como provável; c- Em terceira instância ou no Supremo Tribunal Federal, provisionar 70% do risco analisado dos pedidos classificados como provável; d- Processos em fase de Execução, provisionar 80% do risco analisado para os pedidos classificados como provável; **b) Trabalhistas** - A assessoria jurídica realizou revisão da estimativa de mensuração dos riscos e dos percentuais de perdas em ações trabalhistas, fundamentada, em especial, de três formas: 1- Reclamações trabalhistas puras, ou seja, empregado versus empregador, na qual é utilizada para a provisão a Taxa de Perda (histórico dos últimos 36 meses de processos encerrados o valor encontrado pela fórmula, Valor Pago nas ações Trabalhistas Puras dividido pelo Risco Total das mesmas ações). 2- Ações Coletivas e Ações Civis Públicas estando em primeira ou segunda instância com pedido classificado como provável, provisionado 60% do risco analisado; estando em terceira instância ou no Supremo Tribunal Federal com pedido classificado como provável, provisionado 70% do risco analisado; e em fase de Execução com pedido classificado como provável, provisionado 80% do risco analisado. **c) Tributário** - A provisão Tributária será realizada conforme regra abaixo: Será provisionado 100% do valor do risco nos processos judiciais em que o pedido da última decisão seja classificado como provável. Os pedidos que estiverem classificados como Possível e Remoto não serão provisionados. **Probabilidade possível:** Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível em 2023 no montante de R$ 4.495 MM e R$ 5.690 MM (2022) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas financeiras adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

28. Patrimônio líquido

O Patrimônio Social refere-se ao superávit ou déficit apurado em cada exercício, para manutenção dos objetivos sociais da Fundação. O eventual superávit ou déficit do período conforme ITG 2002 R1 é no ano subsequente transferido definitivamente para a conta do Patrimônio Social. **28.1 Cisão Parcial:** A Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC cindiu parcialmente para a União Catarinense de Educação - UCE ativos e passivos ligados as operações das filiais Centro Rural Águas da Prata e do Recanto Champagnat, bem como investimentos, imobilizado e demais passivos da operação. Para Entidade Associação Paranaense de Cultura - APC foram cindidos parcialmente valores relativos à caixa e equivalentes de caixa.

Segue representado os efeitos patrimoniais:

Ativo	Em reais	Passivo	Em reais
Circulante	**275.034.788,36**	**Circulante**	**553.745,39**
Caixa e Equivalentes de Caixa	263.931.948,44	Fornecedores	138.406,94
Mensalidades e Outros Recebíveis	74.110,00	Impostos e Contribuições a Recolher	810,26
Adiantamentos	146.579,91	Obrigações Sociais e Trabalhistas	407.371,03
Estoques	9.777.421,36	Outras Obrigações	7.157,16
Ativo Biológico	534.178,44		
Outros Créditos	570.550,21		
Não Circulante	**176.906.674,85**	**Não Circulante**	**811,30**
Investimentos	114.548.701,00	Obrigações Tributárias	811,30
Imobilizado	61.477.530,35		
Ativo Biológico	880.443,50		
		Patrimônio Líquido	451.386.907
		Cisão Parcial	451.386.906,52
Total do Ativo	**451.941.463,21**	**Total do Passivo**	**451.941.463,21**

Ainda neste mesmo exercício em 29/09/2023, foi deliberado nova cisão parcial, sendo a data do evento 30/11/2023 vertendo valores relativos a Investimentos e intangível os quais foram incorporados pela União Catarinense de Educação - UCE. Segue representado os efeitos patrimoniais:

Ativo	Em reais	Passivo	Em reais
Circulante	–	**Circulante**	–
Não Circulante	**4.304.379,86**	**Não Circulante**	–
Investimentos	4.304.379,84	**Patrimônio Líquido**	4.304.379.86
Intangível	0,02	Cisão Parcial	4.304.379.86
Total do Ativo	**4.304.379,86**	**Total do Passivo**	**4.304.379,86**

29. Receita operacional líquida

Está representada como segue:

Receita Operacional	2023	2022
Receita Operacional Mensalidades Escolares	702.678	612.890
Atividades Período Ampliado	43.958	33.931
Atividades Complementares	120.494	87.002
Subvenções	7.687	7.820
Doações e Contribuições	4.194	3.723
Receita Operacional Bruta	**879.011**	**745.366**
(–) Deduções da Receita Operacional Bruta		
(–) Bolsa Gratuidade	(106.253)	(95.296)
(–) Outras Bolsas não Sociais	(31.867)	(27.544)
(–) Desconto Comercial	(49.066)	(42.027)
	(187.186)	**(164.867)**
Receita Operacional Líquida	**691.825**	**580.499**

30. Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

Estão representados como segue:

Descrição	2023	2022
Gastos com Pessoal e Encargos	(262.772)	(241.585)
Gastos Administrativos	(41.075)	(33.442)
Depreciação/Amortização/Impairment	(6.342)	(6.772)
Revenda de Produtos e Mercadorias	(42.249)	(29.133)
Total	**(352.438)**	**(310.932)**

31. Outras receitas e despesas

Estão representados como segue:

Descrição	2023	2022
Receitas		
Receitas Patrimoniais	565	40
Receitas Eventuais	2.109	690
Receita com Fidelização em Contratos e Parcerias	695	843
Receita com Royalties	121	237
Receitas com Imóveis de Renda - Intercompany	279	419
Receita de Aluguéis com Imóveis de Renda	4.264	5.652
	8.033	**7.881**
Despesas		
Resultado na Alienação/Baixa do Imobilizado	2.606	663
Despesas com Imóveis de Renda - Intercompany	(300)	(300)
Despesas com Royalties	(15.527)	(13.812)
Outras Despesas Operacionais	(35.158)	(29.330)
	(48.379)	(42.779)
Total	**(40.346)**	**(34.898)**

Em outras despesas, de maneira preponderante, estão reconhecidos os valores de serviços corporativos.

32. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro está representada como segue:

Descrição	2023	2022
Receitas Financeiras		
Descontos Obtidos	113	28
Juros Ativos	5.622	5.303
Receitas com Taxas	584	339
Rendimentos em Aplicação Financeira	20.144	33.539
Rebate sobre operações financeiras	49	27
Ajuste a Valor Presente	(8)	(46)
	26.504	**39.190**
Despesas Financeiras		
Multas e Juros	(4.003)	(4.962)
Descontos Concedidos	(1)	–
Despesas Bancárias	(1.125)	(842)
Comissão s/Contratos Financeiros	(17)	(27)
Variações Cambiais Passivas	(49)	(27)
Despesas com Cartões	(113)	(229)
Juros de Arrendamento	(2.449)	(1.851)
	(7.757)	(7.938)
Total	**18.747**	**31.252**

33. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade possui cobertura de seguros parcial contra riscos para os bens do ativo imobilizado e propriedades destinadas a renda. Os valores segurados e contratados são com bases técnicas para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

Natureza	Tipos de Cobertura	2023	2022
Bens Patrimoniais	Incêndio, raios, desmoronamento, equipamentos, explosão de qualquer natureza e outros	223.138	268.098
Frotas	Danos materiais, corporais a terceiros e morais, acidente por passageiro	103.366	660
Responsabilidade Civel Geral	Estabelecimentos Comerciais/ Industriais, empregador, danos morais exclusivos de furto		1.000
Acidentes Pessoais Escolar	Morte acidental, invalidez, despesas médicas, hospitalares e odontológicas	500	530
Responsabilidade Cível de Administradores e Diretores	Responsabilidade Civel de Administradores e Diretores	10.000	10.000
Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	–	10.000

34. Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Entidade. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade. **a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. **b) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **c) Empréstimos e financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem taxas que se aproximam do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, que são linhas comuns disponíveis no mercado e, por isso, não apresentam diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado. **d) Composição de saldos:** Em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo Contábil Consolidado	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos	25.365	25.365
Mensalidades e Outros Recebíveis	725.863	725.863
Aplicações Financeiras	39.942	39.942
Fornecedores	26.303	26.303
Disponibilidades	1.547	1.547
Outros Créditos	1.951	1.951
Total	**820.971**	**820.971**

e) Risco de liquidez: É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar as operações da Entidade. **f) Derivativos:** A Entidade tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas com instrumentos que permitam controles desses riscos.

g) Gerenciamento de riscos: Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Entidade podem ser considerados como: • Risco de taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Entidade incorrer em ganhos/perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações, para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. • Risco de crédito: Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo sua carteira de clientes pulverizada. • Risco cambial: A Administração da Entidade optou por não realizar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*swap*), para proteger seu passivo ou a exposição líquida em moeda estrangeira dos efeitos de eventuais variações cambiais.

35. Gratuidade

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS: A Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), expedido pelo Ministério da Educação, ativo e regular até 31 de dezembro de 2018, deferido por meio da Portaria n° 963, de 2 de setembro de 2021. A Entidade requereu a renovação do CEBAS por meio dos protocolos indicados a seguir, os quais encontram-se aguardando análise:

Número do Processo	Finalidade	Status do Processo	Data do Protocolo	Período solicitado
11.088/59	Inscrição	–	–	–
71010.004026/ 2009-01	Renovação	Portaria MEC/ SESU n° 480, de 26/10/2010	–	Triênio 2010/2012
23000.009084/ 2012-94	Renovação	Portaria n° 1.231, de 30/11/2017	–	Triênio 2013/2015
23000.025310/ 2015-27	Renovação	Portaria n° 963, de 02/09/2021	18/12/2015	Triênio 2016/2018
23000.039916/ 2018-92	Renovação 1	Em análise	06/12/2018	Triênio 2019/2021
23000.030130/ 2021-13	Renovação 1	Aguardando análise	17/11/2021	Triênio 2022/2024

1. Os processos de renovação, enviados tempestivamente, encontram-se aguardando análise pelo Ministério da Educação.

A Entidade comprova sua condição de certificada conforme disposto no § 2° do Art. 37, da Lei Complementar n° 187, de 16 dezembro de 2021 e de acordo com o Art. 14, do Decreto n° 11.791, de 21 de novembro de 2023, possuindo desta forma direito às imunidades das Contribuições Sociais previstas no Art. 195 da CF/88, uma vez que cumpre o Art. 3°, da Lei Complementar n° 187, de 16 dezembro de 2021 combinado com o fato de que se houver decisão desfavorável de seus requerimentos de renovação de certificação, somente produzirá qualquer efeito a partir da publicação da decisão. **Forma como a Instituição busca sua condição de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS:** A ABEC possui atuação nas áreas da Educação Básica e Assistência Social. No que tange à Certificação CEBAS, se caracteriza enquanto “Entidade com Atuação em Mais de Uma Área” com preponderância na área da educação. A entidade requer a renovação da Certificação CEBAS, trienalmente, ao Ministério da Educação conforme prevê Art. 35, da Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021; observando o Art. 7°, Decreto n° 11.791, de 21 de novembro de 2023 que dispõe acerca dos requisitos e obrigações para as entidades com atuação em mais de uma área. Também encaminha anualmente ao referido Ministério o “Relatório de Execução Anual” em atendimento ao Art. 65, Decreto n° 11.791, de 21 de novembro de 2023 e ao Art. 57, Portaria Normativa n° 15, de 11 de agosto de 2017, relativo aos serviços prestados à sociedade no ano anterior, em cumprimento das metas previstas no plano de atendimento vigente, contendo informações sobre as bolsas de estudo e benefícios concedidos, devidamente acompanhadas dos demonstrativos contábeis e financeiros, conforme modelo constante do Anexo V da referida Portaria. Em atendimento ao requisito de aplicação em gratuidade na Educação, para fins de manutenção da Certificação CEBAS junto ao órgão regulador, a Entidade comprova a oferta de 1 (uma) bolsa integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, conforme disposto na Seção III (Da Educação) da Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, no que se aplica à Educação Básica. Na Educação Básica, para fins de cálculo da proporção 1/5, a entidade reconhece como linha de corte, tanto para levantamento da base de alunos matriculados quanto para reconhecimento de bolsas concedidas, o número total de alunos matriculados no último mês do período letivo (parágrafo 2°, Art. 25, Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021 e parágrafo 1°, Art. 52, Decreto n° 11.791, de 21 de novembro de 2023). Contabilmente considera integralmente os valores aplicados na concessão de bolsas constantes nos sistemas de informação da Entidade ao final do exercício fiscal. **Gratuidades concedidas custeadas com recursos próprios e recursos de terceiros:** A ABEC em cumprimento à Resolução CFC n° 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprova a ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, contabiliza de forma segregada, por área de atuação, as gratuidades concedidas. As gratuidades concedidas, nas áreas de Educação e Assistência Social, são apresentadas a seguir. **Educação:** A ABEC atua na Educação Básica nos níveis da educação infantil - creche, educação infantil - pré-escola, ensino fundamental - anos iniciais, ensino fundamental - anos finais, ensino médio e educação profissional técnica de nível médio (concomitante); credenciada junto aos órgãos reguladores da política da educação nos âmbitos estadual e municipal. Comprova, para fins de renovação da Certificação CEBAS, os requisitos aplicáveis nos Art. 18 a 28, da Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021; dentre eles, a OFERTA de 1 (uma) bolsa integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, conforme prevê o Art. 20, para a Educação Básica. A proporção 1/5 será demonstrada conforme prevê o Art. 16, da Portaria MEC n° 15, de 11 de agosto de 2017, de acordo com os critérios de cálculo constantes dos Anexos VIII-A e VIII-B, da referida Portaria. As bolsas de estudo integrais, de 100%, são concedidas a alunos com renda familiar bruta mensal per capita de até 1 e ½ salários-mínimos e as bolsas de estudos parciais, de 50%, a alunos com renda familiar bruta mensal per capita de até 3 salários-mínimos em atendimento ao disposto no Art. 19, da Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021. **Educação básica:** O Programa de Concessão de Bolsas Sociais na Educação Básica é desenvolvido com o objetivo de promover o acesso e a permanência de crianças, adolescentes e jovens na Educação Básica e apresenta a seguinte conformação: a) Concessão de bolsas integrais na Educação Básica: refere-se à concessão de bolsas sociais (gratuidade em educação) na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) integrais, ou seja, de 100%, a alunos com renda familiar bruta mensal per capita não excedente a 1 e ½ (um e meio) salários-mínimos. b) Concessão de bolsas parciais na Educação Básica: refere-se à concessão de bolsas sociais (gratuidade em educação) na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) parciais, ou seja, de 50%, a alunos com renda familiar bruta mensal per capita não excedente a 3 (três) salários-mínimos. **Aplicação em gratuidade na educação básica (R$):** Em 2023, a concessão de bolsas na Educação Básica com recursos próprios alcançou o montante de R$ 93.179 (em milhares de reais) conforme demonstrado a seguir:

Etapa	Período	Tipo De Bolsa	Bolsas (Qt) [1]	Valores (R$) [2]
		Bolsas Integrais	603	9.154
		Bolsas Parciais	–	–
Educação Infantil (Creche)	Ano	**Subtotal**	**603**	**9.154**
		Bolsas Integrais	632	7.228
		Bolsas Parciais	5	31
Educação Infantil (Pré-escola)	Ano	**Subtotal**	**637**	**7.259**
		Bolsas Integrais	4.053	52.538
Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais (Nível I e Nível II)		Bolsas Parciais	318	2.583
	Ano	**Subtotal**	**4.371**	**55.121**
		Bolsas Integrais	1.363	19.238
Ensino Médio (Ensino Médio e Ensino Médio Integrado)		Bolsas Parciais	234	2.407
	Ano	**Subtotal**	**1.597**	**21.645**
Total [3]			**7.208**	**93.179**

1. Na Educação Básica, a entidade reconhece como linha de corte, tanto para levantamento da base de alunos matriculados quanto para reconhecimento de bolsas concedidas, o número total de alunos matriculados no último mês do período letivo conforme previsto no parágrafo 2°, Art. 25 da Lei Complementar n° 187/2021. 2. Totalidade de gratuidades concedidas com recursos próprios enquadradas nos critérios previstos no Art. 19, Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021 (perfil socioeconômico) reconhecidos contabilmente, no ano de 2023.

Além da aplicação em gratuidades com recursos próprios, demonstradas anteriormente, a oferta em ações assistenciais na Educação conta também com recursos de terceiros, na forma de subvenção, parcerias e doações conforme quadro abaixo:

Unidades de Educação (FILIAIS)

CNPJ	Unidade	Área de Atuação	Valores (R$) [1]
60.982.352/0009-79	Centro Educacional Marista Curitiba	Educação	3.630
60.982.352/0024-08	Centro Educacional Marista Ir. Rui	Educação	467
60.982.352/0026-70	Centro Educacional Marista Santa Mônica	Educação	336
60.982.352/0033-07	Centro Social Marista Lar Feliz	Educação	1.123
60.982.352/0037-22	Escola Ecológica Marcelino Champagnat [2]	Educação	314
60.982.352/0039-94	Centro Educacional Marista Ir. Acácio	Educação	151
60.982.352/0040-28	Centro Educacional Marista Ir. Lourenço	Educação	93
60.982.352/0047-02	Centro Educacional Marista Champagnat (Cascavel)	Educação	267
60.982.352/0048-85	Centro Social Marista Robru	Educação	2.482
60.982.352/0052-61	Centro Social Marista Ir. Justino	Educação	2.901
60.982.352/0056-95	Centro Educacional Marista Ir. Walmir	Educação	174
60.982.352/0060-71	Centro Educacional Marista Lucia Mayvorne	Educação	192
60.982.352/0063-14	Centro de Educação Infantil Marista Enf. Anita Cordeiro	Educação	149
60.982.352/0065-86	Escola Marista Ir. Henri	Educação	212
60.982.352/0075-58	Centro Educacional Marista São José	Educação	554
60.982.352/0046-13	Centro Social Marista Caçador	Educação	29
		TOTAL	**13.074**

1. Totalidade de gratuidades concedidas com recursos de terceiros reconhecidos contabilmente, no ano de 2023. 2. Devido a modalidade contratual, não considera-se a parceria Belga.

Aplicação em gratuidade na educação básica (quantidade): A ABEC, para fins de atendimento ao requisito do Art.20, Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021, demonstração da Proporção de 1/5, ou seja, 1 (uma) bolsa integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes no conjunto de seus estabelecimentos de Educação Básica; reconhece como linha de corte, tanto para levantamento da base de alunos matriculados quanto para reconhecimento de bolsas concedidas, o número total de alunos matriculados no último mês do período letivo (parágrafo 2°, Art. 25, Lei Complementar n° 187, de 16 de dezembro de 2021 e parágrafo 1°, Art. 52, Decreto n° 11.791, de 21 de novembro de 2023). O cálculo para verificação do atendimento à Proporção mínima de bolsas de estudo foi realizado conforme Anexo VIII-A da Portaria MEC n° 15, de 11 de agosto de 2017:

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

→★ continuação

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ABEC

CNPJ nº 60.982.352/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Anexo VIII-A Portaria MEC nº 15/2017	2023	2022
N	Número de **alunos pagantes** = total de alunos matriculados, excluindo-se os inadimplentes (Art. 13-C - § 2) e os bolsistas integrais que recebam bolsa integral mas não atendam a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º.	36.867	30.822
I^d	Número de alunos com **bolsa integral**, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º e que **tenham deficiência** declarada no censo da educação básica.	164	117
I^t	Número de alunos com **bolsa integral**, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º e matriculados na educação básica **em tempo integral.**	993	1.721
I^o	Número de alunos com **bolsa integral**, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º, e que **não** possuem **deficiência** declarada no censo da educação básica e que **não** estejam matriculados na educação básica em **tempo integral.**	5.494	3.545
$I=I^d+I^t+I^o$	Número de alunos com bolsa integral, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º.	6.651	5.383
P	Número de alunos com bolsa parcial de 50% e que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, § 1º.	557	572
B^c	Bolsas Integrais equivalentes a benefícios, calculado segundo fórmula auxiliar.	Não se aplica	Não se aplica
	Regra para alcance da Proporção 1/9	**2023**	**2022**
	$I \geq \frac{N}{10}$	**3.687**	**3.082**
		6.651 ≥	**5.383 ≥**
	Demonstração do alcance da Proporção 1/9	**3.687**	**3.082**
	Regra para alcance da Proporção 1/5	**2023**	**2022**
	$N \leq 6 I_0 + 7 I^d + 8 I^t + 2{,}5 P + 5 B^c$	**43.449**	**37.287**
		36.867 ≤	**30.822 ≤**
	Demonstração do alcance da Proporção 1/5	**43.449**	**37.287**

Assistência social: Na área da Assistência Social a ABEC atua na proteção social básica nos níveis de atendimento, de forma gratuita, contínua, permanente e planejada, a quem dela necessitar, conforme Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social). Os serviços e ações ofertados estão enquadrados na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 e estão inscritos junto aos conselhos municipais de assistência social dos municípios em que atuam. Anualmente a entidade encaminha Relatório de Atividades e Plano de Ação aos referidos conselhos na forma da Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014. Para fins de renovação da Certificação CEBAS, atende, especificamente os Incisos II, III, parágrafo 1º, Art. 74, Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023. As gratuidades concedidas com recursos próprios no exercício 2023, na área de Assistência Social, são apresentadas a seguir (em milhares):

Unidades de Assistência Social (FILIAIS)

Unidade	Atendimento e/ou Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos	Pessoas atendidas [1] (Qt)	Valores [2] (R$)
Centro Educacional Marista Ir. Acácio	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	409	1.080
Centro Social Marista Ir. Justino	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	145	324
Total		**554**	**1.404**

1. Considera o total de pessoas atendidas (matriculados); 2. Totalidade de gratuidades concedidas com recursos próprios reconhecidos contabilmente, no ano de 2023.

Além da aplicação em gratuidades com recursos próprios, demonstradas anteriormente, a oferta em ações assistenciais na Assistência Social conta também com recursos de terceiros, na forma de subvenção, parcerias e doações conforme quadro abaixo (em milhares):

Unidades de Assistência Social (FILIAIS)

CNPJ	Unidade	Área de Atuação	Valores [1] (R$)
60.982.352/0039-94	Centro Educacional Marista Ir. Acácio	Assistência Social	912
60.982.352/0052-61	Centro Social Marista Ir. Justino	Assistência Social	0
		Total	**912**

1. Totalidade de gratuidades concedidas com recursos de terceiros reconhecidos contabilmente, no ano de 2023.

36. Imunidade usufruída das contribuições sociais

A Entidade está amparada pelo artigo 150, capítulo VI, alínea C da CF/88; é considerada imune do Imposto de Renda e das Contribuições para a Seguridade Social (Contribuição Social Sobre o Lucro-CSSL), isenta do pagamento de COFINS e PIS sobre faturamento e sobre salários, bem como do pagamento da Cota Patronal do INSS) conforme lei.

37. Informações por segmento de negócio

A Administração da Entidade utiliza três segmentos operacionais e respectivos gastos corporativos, que são alocados aos segmentos, para analisar e tomar suas decisões estratégicas, e revisados pelo Conselho de Administração da Entidade. O Conselho de Administração analisa e aprova os dados, segmentando-os pelos produtos oferecidos nas áreas de educação, assistência social e outros negócios suplementares. **Informações sobre o superávit/déficit líquido, por segmento reportável:** As informações por segmento de negócios, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são as seguintes:

	2023				2022			
	Educação	Assistência Social	Outros Negócios	Total	Educação	Assistência Social	Outros Negócios	Total
Receita Operacional Bruta	862.068	1.091	15.852	879.011	741.895	1.392	2.079	745.366
Deduções da Receita Operacional Bruta	(187.186)	–	–	(187.186)	(164.867)	–	–	(164.867)
Receita Operacional Líquida	**674.882**	**1.091**	**15.852**	**691.825**	**577.028**	**1.392**	**2.079**	**580.499**
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	(333.166)	(6.561)	(12.711)	(352.438)	(297.242)	(5.088)	(8.602)	(310.932)
(Despesas) Receitas Operacionais	(230.194)	(1.500)	(22.620)	(254.314)	(209.435)	(1.065)	(496)	(210.996)
Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros	111.522	(6.970)	(19.479)	85.073	70.351	(4.761)	(7.019)	58.571
Resultado Financeiro	18.727	(21)	41	18.747	31.325	(4)	(69)	31.252
Superávit do Período	**130.249**	**(6.991)**	**(19.438)**	**103.820**	**101.676**	**(4.765)**	**(7.088)**	**89.823**

38. Eventos subsequentes

Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, não foi constatada, nem é de conhecimento da Administração da Entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que, eventualmente, pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nas demonstrações financeiras.

São Paulo, 31 de dezembro de 2023

A Administração

PRESIDENTE

Vanderlei Siqueira dos Santos - CPF nº 014.873.339-51

CONTADOR

Loecir Anderson de Andrade - 1PR 054023/O-7 - CPF nº 034.580.289-60

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da **Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC,** em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da AJCA Auditores Independentes S/S, datado de 21 de março de 2024, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Associados.

Curitiba, 01 de abril de 2024

Ir. Lino Alfonso Jungbluth - Presidente do Conselho Fiscal

Everson Ismael de Oliveira - Membro do Conselho Fiscal

Ir. Pedro João Wolter - Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da:
Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002).

Ênfase

a) Em continuidade a seu processo de reestruturação, em 17/04/2023 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, a intenção da administração em realizar a cisão parcial da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, relativo a valores de caixa e equivalentes de caixa, mensalidades e Outros Recebíveis, Adiantamentos, Estoques, Ativo Biológico, Outros Créditos, Investimentos, Imobilizado e Intangível, assim como do Grupo do Passivo, Fornecedores, Imposto e Contribuições a Recolher, Obrigações sociais e Trabalhistas, Obrigações Tributárias e Outras Obrigações na data de evento de 31/05/2023. O Patrimônio vertido foi incorporado pela Associação Paranaense de Cultura - APC e a União Catarinense de Cultura - UCE. Em complemento ao processo de reestruturação, em 29/09/2023 foi deliberado nova cisão parcial, sendo a data do evento 30/11/2023, onde ocorreram novas movimentações patrimoniais complementares vertendo Ativos relativos a Investimentos e intangível os quais foram incorporados pela União Catarinense de Educação - UCE. Os efeitos patrimoniais da cisão parcial encontram-se demonstrados na nota 28.1.

b) As demonstrações financeiras da empresa em que a auditada participa com investimentos relevantes, conforme disposto na nota explicativa nº 12, que demandaram cálculo da equivalência patrimonial, não foi por nós auditada, sendo por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, na data de 07 de março de 2024. Nossa opinião não se modifica em razão do assunto enfatizado.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração dos valores adicionados, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Entidade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024

AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC/PR - 005288/O-6

Antonio Justichechem
CRC/PR - 037.469/O-4

Serra Negra Empreendimentos Turísticos S.A.

CNPJ 44.846.236/0001-19

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Srs. Acionistas da Cia a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 30/04/2024, às 10:00h. Na sede social sita à Praça João Pessoa, 143, Serra Negra-SP, a fim de discutirem e deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; b) Destinação do lucro líquido do exercício; c) Eleição do Conselho Fiscal; d) Outros Assuntos de interesses da companhia. Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, no endereço da sede, todos os documentos e demonstrativos previstos em Lei. Serra Negra, 13/04/2023. (a) Sra. **Maria Elizabete Mendes de Toledo Bulk -** Diretora Presidente.

CONCRETO REDIMIX DO BRASIL S.A.

CNPJ/ME 27.701.564/0001-08 - NIRE 33 3 0000911 6

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem no dia 26 de abril de 2024, às 08:00 horas em chamada única e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo constar nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **1.** Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **2.** Eleição dos membros da diretoria para mandato no período de 30 de abril de 2024 a 29 de abril de 2027. **3.** Instalação de conselho fiscal e eleição de seus membros.

São Paulo, 18 de Abril de 2024

Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente.

Combio Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.376.555/0001-96 - NIRE 35.300.358.813

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Combio Energia S.A. ("Companhia"), com sede social em SP/SP, R. Fradique Coutinho nº 30, 3º, Conjuntos 31 a 36, Pinheiros, ("Local da Assembleia"), convoca os acionistas representando a totalidade de seu capital social, para se reunirem em AGO, no dia **29/04/2024,** às 09h, em 1ª convocação, considerando o quórum de instalação previsto no estatuto social da Companhia e dos acordos de acionistas celebrados pelos acionistas, e às 10:30hs, em 2ª convocação, considerando o quórum de instalação previsto no estatuto social da Companhia e dos acordos de acionistas celebrados pelos acionistas, para deliberar sobre os assuntos da Ordem do Dia abaixo. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** aprovação do relatório da administração, das contas da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicadas em 28/03/2024, nas págs. B156 e 207 das versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial, respectivamente, e erratas publicadas em 16/04/2024, nas págs. B23 e 41 das versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial, respectivamente; e **(ii)** destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Conselho de Administração -** Roberto Lombardi de Barros; Marcos Tobler Brant de Carvalho; Fabio Tobler Brant de Carvalho; Adilson Serrano da Silva; Gustavo Gava Verdelli Costa; Edson Gustavo Georgette Peli.

VALID SOLUÇÕES S.A.

Valid Trust is Power

CNPJ Nº 33.113.309/0001-47

Edital de Segunda Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Valid Soluções S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em segunda convocação no dia 29 de abril de 2024, às 14:00, **de forma exclusivamente digital**, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/22"), por meio da plataforma digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia:** (i) A proposta de alteração e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma da proposta divulgada pela administração da Companhia ("Proposta da Administração"). **Informações Gerais:** 1. A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE" ou "Assembleia") será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/22 e do Manual para Participação, divulgado pela Companhia no endereço eletrônico www.ri.valid.com. 2. Em decorrência do disposto no parágrafo acima, a participação do acionista ocorrerá mediante o acesso da plataforma digital ("Plataforma Digital"), disponibilizada através do link (https://assembleia.ten.com.br/018149836) também disponível no site de relações com Investidores da Companhia www.ri.valid.com. 2.1. O acionista que desejar participar via Plataforma Digital, poderá: (a) participar da Assembleia, independentemente de ter enviado ou não o boletim de voto a distância ("Boletim"); ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que quanto ao Acionista que tenha enviado o Boletim e que, caso vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio do Boletim serão desconsideradas pela mesa, seguindo o disposto no Art. 28, parágrafo 2º, inciso II, da Resolução CVM 81/22. 2.2. Com relação ao procedimento para participar via Plataforma Digital da Assembleia, o Acionista, ao acessar a página citada acima, deverá preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para habilitar sua participação e/ou voto na Assembleia, com no mínimo de 2 (dois) dias de antecedência da data designada para realização da Assembleia, ou seja, 25 de abril de 2024. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá por meio do e-mail utilizado para o seu cadastro, o login e senha individual para acessar a Plataforma Digital. 3. A Companhia esclarece que na forma do parágrafo único do art. 49 da Resolução CVM 81/22, as instruções de voto referentes à ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária recebidas pela Companhia por meio de boletim de voto à distância por ocasião da realização da referida Assembleia em primeira convocação serão validamente consideradas para a realização da AGE em segunda convocação. 4. Encontram-se à disposição dos acionistas, no site de Relações com Investidores (http://ri.valid.com/pt-br/), bem como no site da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias previstas na Ordem do Dia acima. São Paulo, 17 de abril de 2024. **Sidney Levy -** Presidente do Conselho de Administração.

Alfa África Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ/ME nº 12.217.396/0001-02 - NIRE nº 35.2.2450011-1

Ata de Reunião de Sócio-Quotista (Resumo) Redução de Capital. Aos 8 de abril de 2024, às 11:15 horas, sócio quotista representando a totalidade do capital social da **Alfa África Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.** deliberou e aprovou por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406 de 10.01.2002, no valor de R$ 75.699,00, passando o capital social de R$ 85.183,00, para R$ 9.484,00, mediante a restituição do valor reduzido à única sócia. São Paulo, 8 de abril de 2024. Mesa: Presidente – Milena Roale Braga; Secretária - Desirée Vianna dos Santos Pires; Sócio Quotista Presente: MDL Realty Incorporadora S.A. - assinado digitalmente por Milena Roale Braga.

Alfa Venezuela Incorporadora SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 16.875.022/0001-35- NIRE nº 35.2.2688732-3

Ata de Reunião de Sócios Quotistas (Resumo) Redução de Capital. Aos 8 de abril de 2024, às 11:45 horas, sócios quotistas representando a totalidade do capital social da **Alfa Venezuela Incorporadora SPE Ltda.** deliberaram e aprovaram por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406 de 10.01.2002, no valor de R$ 2.024.590,00, passando o capital social de R$ 6.697.298,00, para R$ 4.672.708,00, mediante a restituição do valor reduzido à sócia MDL Realty Incorporadora S.A. São Paulo, 8 de abril de 2024; Mesa: Presidente - Milena Roale Braga; Secretária - Desirée Vianna dos Santos Pires; Sócios Quotistas Presentes: MDL Realty Incorporadora S.A. - assinado digitalmente por Milena Roale Braga; e OAK Investimentos Participações Ltda. - assinado digitalmente por André Faria de Azevedo.

Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores

CNPJ nº 65.913.436/0001-17 - NIRE 35.300.131.177

Edital de Convocação - AGOE

Ficam convocados os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará via conferência eletrônica através de link a ser disponibilizado previamente pela Companhia, conforme permitido pela Lei nº 14.010 de 10/06/20, em 29 de abril de 2024, às 11h, para: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar conhecimento das contas da administração e demonstrações financeiras da Companhia, para exame, discussão e votação do relatório da administração, das demonstrações financeiras, bem como do relatório do auditor independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Aumentar o capital social da Companhia no montante de até R$ 23.252.388,60 (vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), por meio da emissão de até: (a) 15.883 (quinze mil, oitocentas e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R$ 963,55 (novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) e (b) 8.249 (oito mil, duzentas e quarenta e nove) ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R$ 963,55 (novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). As ações não subscritas no âmbito do direito de preferência no prazo de 32 (trinta e dois) dias corridos serão objeto de subscrição em período de sobras de 3 (três) dias corridos, a ser comunicado em assembleia, e as Ações remanescentes não subscritas serão canceladas; **(ii)** Alterar a redação do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para refletir o novo capital social após o aumento de capital e exercício do direito de preferência; **(iii)** Autorizar os diretores da Companhia a realizar todos os atos necessários à formalização e execução das deliberações a serem tomadas, incluindo, mas não se limitando, à instrução do processo ao Banco Central do Brasil, bem como a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações ordinárias ou preferenciais emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que a cópia autenticada dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes sejam encaminhados à Companhia até a data que anteceder a realização da assembleia, aos cuidados do Departamento Jurídico (societario@guide.com.br ou Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 12º andar, Jardim Paulistano, São Paulo/SP). São Paulo, 19/04/24. **Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores.**

Opencred Tecnologia e Serviços Ltda.

CNPJ/MF nº 47.658.509/0001-90 - NIRE 35.300.184.645

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Ficam os senhores sócios da **Opencred Tecnologia e Serviços Ltda.** ("Sociedade") convocados para se reunir em Reunião de Sócios da Sociedade ("Reunião de Sócios"), a ser realizada às 14:00 horas do dia 02 de maio de 2024, exclusivamente de forma digital, possibilitando a participação dos sócios por meio da plataforma eletrônica Google Meet, com base na Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, conforme alterada, e na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** dissolução da sociedade, na forma do artigo 1.033, III, do Código Civil, e eleição do liquidante, na forma do artigo 1.038 do mesmo diploma legal; **(ii)** alternativamente, alteração do quadro de administradores da Sociedade, diante da renúncia do Sr. Rafael Faleck Rejtman, ao cargo de Administrador da Sociedade, conforme Termo de Renúncia recebido pela Sociedade em 16 de abril de 2024; e **(iii)** ratificação e/ou eleição dos novos administradores e a consequente alteração das respectivas cláusulas do Contrato Social da Sociedade, conforme aplicável, inclusive para alterar o parágrafo segundo da cláusula terceira, com a finalidade de permitir a representação da sociedade por um único administrador; Da modalidade de reunião e orientações para participação: Em cumprimento ao Artigo 1º da IN DREI 79/2020, a reunião de sócios será realizada sob a modalidade digital, devendo os sócios participar e votar a distância, via atuação remota, mediante sistema eletrônico de videoconferência Google Meet, de acesso através do seguinte link a ser enviado oportunamente aos sócios por e-mail. A sala virtual será aberta 30 (trinta) minutos antes do horário da primeira convocação e será gravada pela própria ferramenta Google Meet. Dos documentos exigidos para a participação: Em cumprimento ao Artigo 3º da IN DREI 79/2020, os sócios deverão, em até 30 (trinta) minutos antes da abertura dos trabalhos da reunião de sócios da Sociedade, apresentar cópias de seus documentos de identidade com foto ou, conforme o caso, instrumentos de procuração e documentos de identidade com foto dos procuradores, sob pena de a presença não ser computada. Os referidos documentos deverão ser enviados no prazo para o seguinte e-mail: guilhermesilvestre@adv.oabsp.org.br.

São Paulo, 02 de maio de 2024

Cristian Van Westering de Lima - Administrador

Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os acionistas da **Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.** ("**Companhia**"), cf. Art. 124 da Lei 6.404/76 ("**Lei das S.A.**"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em **29 de abril de 2024, às 10:00 horas,** na sede da Companhia, localizada na Av. das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, Bloco C, 4º andar, conj. 401, Brooklin, CEP 04578-000, São Paulo/SP, para deliberarem sobre as seguintes matérias: **(i)** ratificar e aprovar a aquisição, pela Companhia, e subsequente cancelamento, sem redução do capital social, de suas próprias ações preferenciais das seguintes classes: **MP12, MP46, MP93, MP110, MP-AB02, JVPd84** e **JVPd101; (ii)** aprovar a criação das seguintes novas classes de ações preferenciais: **MP161** e **MP-AB23**, de acordo com o plano de expansão da Companhia; **(iii)** alterar a nomenclatura das classes de ações preferenciais "**JVPd84**" e "**JVPd101**" para **"JVPa84"** e "**JVPa101**", respectivamente; **(iv)** aprovar um novo aumento do capital social no valor de até **R$ 25.543.165,00,** mediante a emissão de *(a)* novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, e *(b)* novas ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade na distribuição de dividendos fixos; todas pelo preço de emissão de R$ 1,43244 por ação; **(v)** aprovar a alteração das respectivas cláusulas do Estatuto Social para refletir as deliberações aprovadas pelos acionistas, conforme o caso; **(vi)** aprovar a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração; e **(vii)** aprovar a consolidação do Estatuto Social. Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. O acionista que desejar ser representado por procurador, na forma do Art. 126, §1º da Lei das S.A., deverá depositar a respectiva procuração na sede da Companhia em até 24 horas antes da realização da assembleia ora convocada. São Paulo, 18 de abril de 2024. **Mauro Guardabassi Martins -** Diretor.

Alfa Antártida Incorporadora SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 12.217.186/0001-14- NIRE nº 35.2.2450012-0

Ata de Reunião de Sócio Quotista (Resumo) Redução de Capital

Aos 8 de abril de 2024, às 11:30 horas, sócio quotista representando a totalidade do capital social da **Alfa Antartida Incorporadora SPE Ltda.** deliberou e aprovou por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406 de 10.01.2002, no valor de R$ 996.900,00, passando o capital social de R$ 6.740.191,00, para R$ 5.743.291,00, mediante a restituição do valor reduzido à única sócia. São Paulo, 8 de abril de 2024. Mesa: Presidente - Milena Roale Braga; Secretária - Desirée Vianna dos Santos Pires; Sócio Quotista Presente: MDL Realty Incorporadora S.A. - assinado digitalmente por Milena Roale Braga.

Jardins de Orleans Incorporadora SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 09.366.830/0001-01- NIRE nº 35.2.2203668-0

Ata de Reunião de Sócio Quotista (Resumo) Redução de Capital. Aos 8 de abril de 2024, às 14:15 horas, sócio quotista representando a totalidade do capital social da **Jardins de Orleans Incorporadora SPE Ltda.** deliberou e aprovou por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406 de 10.01.2002, no valor de R$ 1.290.262,00, passando o capital social de R$ 5.666.459,00, para R$ 4.376.197,00, mediante a restituição do valor reduzido à única sócia. São Paulo, 8 de abril de 2024. Mesa: Presidente – Milena Roale Braga; Secretária - Desirée Vianna dos Santos Pires; Sócio Quotista Presente: MDL Realty Incorporadora S.A. - assinado digitalmente por Milena Roale Braga.

Catraca Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 16.950.557/0001-23- NIRE nº 3522695536-1

Ata de Reunião de Sócio Quotista (Resumo) Redução de Capital. Aos 8 de abril de 2024, às 12:45 horas, sócio quotista representando a totalidade do capital social da **Catraca Empreendimentos Imobiliários Ltda.** deliberou e aprovou por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406 de 10.01.2002, no valor de R$ 2.520.660,00, passando o capital social de R$ 10.050.717,00, para R$ 7.530.057,00, mediante a restituição do valor reduzido à única sócia. São Paulo, 8 de abril de 2024. Mesa: Presidente – Milena Roale Braga; Secretária - Desirée Vianna dos Santos Pires; Sócio Quotista Presente: MDL Realty Incorporadora S.A. - assinado digitalmente por Milena Roale Braga.

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 15.561.610/0001-31- NIRE nº 3530043824-8

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação. Ficam os acionistas da Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("Companhia") convocados para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia a serem realizadas às 15h do dia 30 de abril de 2024, na sede da Companhia localizada na Rua Helio Smidt, s/n, 3º andar, Aeroporto Internacional de São Paulo Guarulhos – Gov. André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100, para deliberarem **(i)** Em Assembleia Geral Ordinária: **(a)** Tomada de contas da administração, exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2023; **(b)** Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2023; **(c)** Eleição de membros do Conselho de Administração; e **(ii)** Em Assembleia Geral Extraordinária: **(a)** Eleição do Presidente do Conselho de Administração; e **(b)** Fixação da remuneração global anual dos administradores. Guarulhos, 18 de abril de 2024.**Marcus Vinicius Figur da Rosa -** Presidente do Conselho de Administração.

Sugoi S/A

CNPJ/MF 13.584.310/0001-42 NIRE 35.300.489.276 **("Companhia")**

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Sugoi S/A, convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária, na modalidade exclusivamente presencial, que será realizada em sua sede, localizada à Avenida das Nações Unidas, nº 11633, 8º Andar, Sala Subarashi, no dia 29 de Abril de 2024, segunda-feira, às 13h00m, em primeira convocação, com a presença do quórum legal e, às 13h30m, em segunda convocação, com qualquer quórum, para tratar da seguinte **Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do Lucro líquido do Exercício e distribuição de dividendos; (iii) Deliberar acerca da renúncia do Conselheiro Alexandre Macedo; (iv) Deliberar acerca da eleição de membros do Conselho de Administração; (v) Deliberar acerca do montante global anual da remuneração dos administradores; e (vi) Deliberar acerca da aprovação e ratificação de todos os atos realizados pela Diretoria e Conselho de Administração no período compreendido entre de Janeiro de 2024 e 29/04/2024, data da AGOE. A Companhia informa que os documentos relacionados à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas conforme publicação do dia 12 de abril 2024, no Jornal Diário Comercial, bem como no endereço eletrônico:<Disponível em: https://sugoisa.com.br/ri/> , de autoria da Sugoi S/A. São Paulo, 18 de abril de 2024. Ronaldo Yoshio Akagui - Membro Efetivo do Conselho de Administração

MARRECO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/MF nº 13.078.194/0001-90- NIRE nº 35.2.250.22841

Ata de Reunião de Sócios Quotistas (Resumo) Redução de Capital. Aos 8 de abril de 2024, às 15:00 horas, sócios quotistas representando a totalidade do capital social da **Marreco Empreendimentos Imobiliários Ltda.** deliberou e aprovou por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406 de 10.01.2002, no valor de R$ 934.036,00, passando o capital social de R$ 935.036,00, para R$ 1.000,00, mediante a restituição do valor reduzido a sócia MDL Realty Incorporadora S.A. São Paulo, 8 de abril de 2024. Mesa: Presidente – Milena Roale Braga; Secretária - Desirée Vianna dos Santos Pires; Sócio Quotista Presente: MDL Realty Incorporadora S.A. - assinado digitalmente por Milena Roale Braga; Tiziu Empreendimentos Imobiliários Ltda. - assinado digitalmente por Fernando Gomes Labanca e Luiz Eduardo Michaeli de Abreu da Costa, e OAK Investimentos Participações Ltda. - assinado digitalmente por Andre Faria de Azevedo.

Cacatu Empreedimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 14.594.400/0001-87- NIRE nº 35.2.2529410-8

Ata de Reunião de Sócio Quotista (Resumo) Redução de Capital. Aos 8 de abril de 2024, às 12:30 horas, sócio quotista representando a totalidade do capital social da **Cacatu Empreedimentos Imobiliários Ltda.** deliberou e aprovou por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406 de 10.01.2002, no valor de R$ 7.520.332,00, passando o capital social de R$ 14.612.257,00, para R$ 7.091.925,00, mediante a restituição do valor reduzido à única sócia. São Paulo, 8 de abril de 2024. Mesa: Presidente – Milena Roale Braga; Secretária - Desirée Vianna dos Santos Pires; Sócio Quotista Presente: MDL Realty Incorporadora S.A. - assinado digitalmente por Milena Roale Braga.

Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A

CNPJ nº 44.615.216/0001-37

Edital de Chamamento - Cemitério Quarta Parada

A **Consolare Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE S/A, Notifica** os cessionários e possíveis sucessores dos terrenos situados no cemitério **Quarta Parada,** os quais foram identificados como estando em estado de **Abandono,** para comparecerem à administração do referido cemitério e realizar os procedimentos necessários para regularização das concessões afetadas. **Cemitério Quarta Parada**: localizado Av. Lacerda Franco, 2012 - Cambuci, São Paulo - SP, 01536-001. **Abandono: Quadra/Terreno:** Q 94 - T 107; Q 99 - T 205; Q 100 - T 01; Q 101 - T 24-D; Q 101 - T 74; Q 101 - T 271; Q 101 - T 272; Q 101 - T 273; Q 101 - T 276; Q 104 - T 185; Q 105 - T 2-C; Q 105 - T 95-B; Q 106 - T 5; Q 106 - T 40; Q 106 - T 48; Q 106 - T 83; Q 106 - T 84; Q 106 - T 285; Q 106 - T 286; Q 106 - T 295; Q 106 - T 372; Q 106 - T 393; Q 106 - T 403; Q 106 - T 430; Q 106 - T 436; Q 107 - T 82; Q 107 - T 175; Q 107 - T 196; Q 107 - T 229; Q 107 - T 350; Q 108 - T 39; Q 106 - T 79; Q 107 - T 459; Q 108 - T 117; Q 108 - T 315;

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

CNPJ 20.430.599/0001-00 - NIRE 35300466284

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, os acionistas da **Acessopar Investimentos e Participações S.A.**, com sede em São Paulo-SP, na Av. Rebouças, 1.368 (parte), Pinheiros, CEP 05402-100, CNPJ 20.430.599/0001-00 ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, exclusivamente de modo digital, conforme orientações abaixo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do resultado; **(iii)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia; e **(iv)** ratificar o jornal de grande circulação no qual a Companhia realiza as publicações previstas na legislação. Os documentos objeto da Assembleia foram disponibilizados no website: https://openfinance.bankly.com.br/demonstracoes-contabeis. Orientações Gerais: O acionista que desejar participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço: governanca@bancovotorantim.com.br, preferencialmente com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema. Caso o acionista tenha interesse em enviar boletim de voto à distância, também será considerado presente à Assembleia. Para tanto, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, no e-mail acima informado para as instruções correspondentes. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Acessopar Investimentos e Participações S.A.**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

CRÉDITO

Banco do Brasil cria hub Financeiro com espaço físico em Belém, no Pará

O Banco do Brasil vai lançar uma estrutura para injetar crédito na sociobioeconomia da Amazônia. O chamado Hub Financeiro terá um espaço físico em Belém, e será implementado ainda no primeiro semestre deste ano. O objetivo é centralizar ações e iniciativas relacionadas à bioeconomia, e o banco acredita que os impactos podem chegar a mais de 2 milhões de pessoas.

"O Hub Financeiro vai injetar novos recursos para a região, contribuindo para geração de 11 mil empregos e preservando mais de 1 milhão de toneladas de CO2, contribuindo para a manutenção da floresta em pé", diz em nota a presidente do banco, Tarciana Medeiros.

Ainda de acordo com ela, o banco poderá reforçar a atuação em linhas de crédito destinadas à agricultura familiar, como as do Pronaf, dar mais ênfase a negócios ligados à energia renovável e também no financiamento à exportação. Avançar nestes negócios está entre os focos estratégicos da gestão da executiva à frente do BB.

Inicialmente, o Hub utilizará a estrutura do banco e, à frente, deve ser a base para que agentes de crédito e correspondentes bancários especializados levem os produtos e serviços a mais regiões. Além dos produtos financeiros, a iniciativa deve ainda fornecer assistência técnica, quando necessário.

Os atendimentos serão prestados por funcionários do BB, com o auxílio de correspondentes e agentes de crédito rural. As assistências serão prestadas por empresas cadastradas nos sistemas do banco, o que inclui nomes como a Conexus, que atua em agro.

"A iniciativa visa solucionar as dificuldades reportadas pelos clientes em adequar seus cadastros no sistema do BB. Além de auxiliar na obtenção de documentos diversos como: comprovantes de renda, títulos de propriedade da terra, declaração de aptidão do Pronaf, dentre outros", afirma o vice-presidente de Negócios de Governo e Sustentabilidade Empresarial do banco, José Ricardo Sasseron.

Divulgação

O objetivo é centralizar ações e iniciativas relacionadas à bioeconomia, e o banco acredita que os impactos podem chegar a mais de 2 milhões de pessoas.

Além de lançar o Hub, o BB formalizou, em evento realizado na capital do Pará, acordos com o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Clima e Sociedade (ICS), além de uma operação de US$ 250 milhões (R$ 1,3 bilhão) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para aplicação em financiamentos sustentáveis na Amazônia.

Comercial Ticazo Hirata S.A.

CNPJ nº 55.615.538/0001-00

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos à V.Sas as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 da Comercial Ticazo Hirata S/A que serão submetidas à Assembleia Geral Ordinária para aprovação. O desempenho da sociedade cresceu neste exercício 8,50% em relação ao exercício anterior, a inflação medida pelo IPCA acumulado em 2023 foi 4,62%. Para o exercício de 2024 esta administração deverá investir na substituição de alguns equipamentos da loja, para um melhor atendimento aos clientes. **Atenciosamente, A Administração.**

Balanço Patrimonial	Notas	2023	2022
Ativo/Circulante		**17.913.573**	**15.131.375**
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.061.627	6.254.970
Contas a receber	5	4.936.657	4.290.195
Estoques	6	4.580.568	4.440.783
Impostos a recuperar		175.359	29.734
Adiantamentos		137.543	106.384
Depósitos Judiciais		12.296	–
Despesas antecipadas		9.523	9.309
Ativo Não Circulante		**12.839.849**	**13.191.121**
Realizável a Longo Prazo			
Aplicações financeiras	7	38.209	10.007
Imobilizado	8	12.801.639	13.181.115
Total do Ativo		**30.753.421**	**28.322.496**

Balanço Patrimonial	Notas	2023	2022
Passivo/Circulante		**7.737.557**	**7.210.860**
Empréstimos financiamentos		–	3.047
Fornecedores	9	5.530.193	5.032.548
Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.060.721	999.878
Obrigações tributárias	11	485.170	436.595
Dividendos a pagar	12	48.865	33.817
Juros sobre capital a pagar	12	590.609	669.247
Outras contas a pagar	12	22.000	35.728
Passivo Não Circulante		**3.622.336**	**3.776.193**
Exigível a Longo Prazo			
Provisões	3k	78.000,00	79.500,00
Impostos diferidos	8	3.544.336	3.696.693
Patrimônio Líquido		**19.393.528**	**17.335.444**
Capital social	13	1.687.640	1.687.640
Ações em tesouraria		(30.000)	(30.000)
Reserva incentivos fiscais		10.896	10.896
Ajuste da Avaliação patrimonial	8	6.880.181	7.175.933
Reserva legal	13	337.529	337.529
Reserva retenção de lucros		10.507.282	8.153.446
Total do Passivo		**30.753.421**	**28.322.496**

Demonstração do Resultado do Exercício

	Notas	2023	2022
Receitas Operacionais			
Receita líquida de mercadorias	14	69.719.838	64.087.708
(–) Custos das mercadorias vendidas	15	(55.373.873)	(51.477.808)
Lucro Bruto		**14.345.966**	**12.609.900**
Despesas Operacionais			
Despesas comerciais	16	(6.158.087)	(5.645.796)
Despesas administrativas	17	(4.972.289)	(4.693.408)
Despesas financeiras	18	(1.493.841)	(1.166.225)
Receitas financeiras	19	931.582	651.132
Outras receitas	20	569.624	540.382
		(11.123.011)	**(10.313.914)**
Lucro Líquido antes dos Impostos		**3.222.955**	**2.295.986**
Provisão para IRPL e CSLL correntes	21	(1.268.362)	(943.298)
Lucro Líquido do Exercício		**1.954.593**	**1.352.688**
Lucro líquido por ação		1,16	0,80

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	2023	2022
Outros resultados abrangentes	–	–
Relacionados ao resultado abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	**1.954.593**	**1.352.688**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	**1.954.593**	**1.352.688**
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades:		
Depreciação e amortização	771.902	726.642
Baixa do ativo imobilizado	–	4.878
Baixa de investimentos	–	1.733
Constituição (reversão) de Provisão	(1.500)	79.500
Resultado nas atividades de financiamento	562.259	515.092
Lucro Líquido Ajustado	**3.287.253**	**2.680.534**
(Aumento) ou redução das contas do ativo:		
Contas a receber	(646.462)	(373.810)
Estoques	(139.786)	(414.453)
Outros ativos	(189.294)	(100.638)
Aumento ou (redução) das contas do passivo:		
Fornecedores e contas a pagar	497.645	521.406
Obrigações sociais e trabalhistas	60.842	72.191
Obrigações Tributárias	48.575	116.347
Outros passivos	(13.728)	2.191
Caixa Proveniente nas Atividades Operacionais	**2.905.046**	**2.503.767**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Resgate (aplicações) financeiras de longo prazo	(28.203)	979
Aquisição para o ativo imobilizado	(392.426)	(80.252)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento	**(420.629)**	**(79.273)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de financiamentos	(3.047)	(52)
Pagamento de dividendos exercício anterior	(33.817)	(27.490)
Juros sobre o capital do exercício a pagar	(78.638)	390.709
Pagamento de despesas financeiras	(1.493.841)	(1.166.225)
Recebimento de receitas financeiras	931.582	651.132
Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamento	**(677.761)**	**(151.927)**
Fluxo de caixa do exercício	**1.806.657**	**2.272.568**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	6.254.970	3.982.402
No final do exercício	8.061.627	6.254.970
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.806.657**	**2.272.568**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva Incent. Fiscais	Ajuste Aval. Patrimonial	Reserva Legal	Reserva retenção lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.687.640**	**(30.000)**	**10.896**	**7.447.038**	**337.528**	**6.423.809**	**15.876.911**
Realização do ajuste da avaliação patrimonial	–	–	–	(410.766)	–	410.766	–
Impostos sobre ajuste da avaliação patrimonial	–	–	–	139.660	–	–	139.660
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	1.352.688	1.352.688
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(33.817)	(33.817)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.687.640**	**(30.000)**	**10.896**	**7.175.932**	**337.528**	**8.153.446**	**17.335.443**
Realização do ajuste da avaliação patrimonial	–	–	–	(448.108)	–	448.108	–
Impostos sobre ajuste da avaliação patrimonial	–	–	–	152.357	–	–	152.357
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	1.954.593	1.954.593
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(48.865)	(48.865)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.687.640**	**(30.000)**	**10.896**	**6.880.181**	**337.528**	**10.507.282**	**19.393.528**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023

1 - Informações Gerais: A Comercial Ticazo & Hirata S/A (Casa Hirata) com sede na cidade de Lins - SP tem por objetivo a comercialização no varejo de produtos alimentícios e outros que completam a linha de supermercado. **2 - Base e Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis da Comercial Ticazo & Hirata S/A referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional do Supermercado é o real, sendo esta utilizada na elaboração e a apresentação nas demonstrações contábeis. **c) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que estão registrados pelo seu valor justo, conforme descritos nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** O Supermercado reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Supermercado se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Supermercado deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Supermercado transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Supermercado nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Supermercado tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Supermercado não designou qualquer ativo financeiro de valor não significativo a valor justo por meio do patrimônio líquido no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Supermercado gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Supermercado. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Passivos financeiros não derivativos:** O Supermercado reconhece obrigações emitidas inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Supermercado se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, transferidas, canceladas ou vendidas. O Supermercado classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** O Supermercado não possui qualquer operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de alta liquidez imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação. **c) Contas a receber de clientes:** São registradas e mantidas no balanço pelos valores de vendas. As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. **d) Estoques:** Os Estoques estão contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição. **e) Outros recebíveis:** Outros recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os outros recebíveis abrangem os créditos com governo, funcionários e valores adiantados a fornecedores por conta de entrega futura de mercadorias ao Supermercado. **f) Imobilizado:** Os ativos estão demonstrados ao custo de aquisição e instalação. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de operação do Supermercado. **g) Fornecedores e Contas a Pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. **h) Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas de mercadorias compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Supermercado. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre elas. **i) Reconhecimento de outras receitas operacionais:** Outras receitas compreendem a verba cooperada de fornecedores decorrente do atendimento a volume de compras, proteção de preços, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade. O reconhecimento dessas receitas ocorre no momento do efetivo recebimento e registradas diretamente em contas de custos e de outras receitas operacionais no resultado do exercício. **j) Tributação: Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social correntes, ativos e passivos, referente ao exercício atual, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sendo calculada no regime do lucro real segundo às alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e a 10% adicionais sobre o que exceder R$ 240 mil em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9% no caso da CSLL. As despesas com impostos são registradas no resultado do exercício. Outros impostos**:** As receitas de vendas estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), calculados com base nas alíquotas vigentes no Estado de São Paulo, a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas são apresentados líquidos da receita de vendas. **k) Provisões:** Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2023	2022
Caixa	378.538	311.235
Bancos conta movimento	156.054	151.088
Aplicações financeiras	7.527.034	5.792.647
	8.061.627	**6.254.970**

Valores em caixa referem-se a recebimentos de vendas da loja que serão realizados nos primeiros dias do exercício seguinte. As aplicações financeiras se referem substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDBs) Renda Fixa e aos Fundos de Investimentos, remunerados em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), aplicados em bancos de primeira linha. **5. Contas a Receber:** As contas a receber estavam assim compostas na data dos balanços:

	2023	2022
Cartões de crédito e débito	3.734.648	3.136.356
Cheques a depositar	569.659	583.036
Tickets a receber	660.665	573.786
Convênios	145.396	130.980
Aluguéis	9.431	9.431
Contas a receber de fornecedores	107.243	71.925
(–) Provisão para perdas de crédito	(193.500)	(153.749)
	5.033.543	**4.351.764**

6. Estoques: Os estoques na data dos balanços estavam compostos por mercadorias para revenda R$ 4.580.468 e R$ 4.440.783 em 2022.

	2023	2022
Estoques de mercadorias para revenda	4.580.568	4.440.783

7. Aplicações Financeiras Longo Prazo: Os investimentos em aplicações financeiras de longo no montante de R$ 38.209 (R$10.007 em 2022) referem-se a títulos de capitalização.

8. Imobilizado:

Imobilizado em operação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Balsas	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	270.187			270.187
Terrenos avaliação	3.426.521	–	–	3.426.521
Prédios	2.383.801	–	–	2.383.801
Prédios avaliação	7.164.581	–	–	7.164.581
Instalações	8.045	36.333		44.378
Máquinas, aparelhos equipamentos	2.979.230	297.964	–	3.277.195
Móveis e utensílios	1.015.227	23.176	–	1.038.403
Móveis e utensílios avaliação	692.290	–	–	692.290
Computadores e periféricos	364.430	34.952	–	399.382
Sistemas aplicativos	235.753	–	–	235.753
Veículos	125.161	–	(25.022)	100.139
	18.665.224	**392.426**	**(25.022)**	**19.032.629**

Depreciação e amortização	Taxa	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Prédios	4%	931.296	60.546	–	991.842
Prédios avaliação	4%	264.094	288.102	–	552.196
Instalações	10%	53.981	54.751		108.732
Máquinas, aparelhos equipamentos	10%	2.484.126	121.241	–	2.605.367
Móveis e utensílios	20%	905.859	38.438	–	944.298
Móveis e utensílios avaliação	20%	146.671	160.006	–	306.677
Computadores e periféricos	20%	360.153	25.833	–	385.986
Sistemas aplicativos	20%	235.753	–	–	235.753
Veículos	20%	102.177	22.984	(25.022)	100.139
		5.484.109	**771.902**	**(25.022)**	**6.230.990**
Imobilizado líquido		**13.181.115**			**12.801.639**

No exercício de 2021 a sociedade fez a adoção inicial do Pronunciamento Contábil CPC-27 - Ativo imobilizado reconhecendo avaliação patrimonial de seus ativos, registrando em conta de ajuste da avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido, deduzidos os impostos diferidos de imposto de renda e contribuição social provisionados no passivo não circulante. Anualmente, a Sociedade realiza o estudo de impairment para verificar se há necessidade de reduzir o valor contábil ao valor justo. O estudo realizado na data do balanço não resultou em qualquer ajuste. **9. Fornecedores:** Os saldos devedores a fornecedores em 31 de dezembro estavam assim compostos:

	2023	2022
Fornecedores para revenda	5.108.073	4.724.131
Fornecedores diversos	215.549	127.539
Fornecedores produtos rurais	206.571	180.878
	5.530.193	**5.032.548**

	2023	2022
Fornecedores - Saldo contábil	5.530.193	5.032.548
Fornecedores - Relatório Contas a Pagar	5.530.193	5.032.548
Divergência de conciliação	–	–

10. Obrigações Sociais e Trabalhistas: Os saldos a pagar das obrigações trabalhistas e as provisões trabalhistas em 31 de dezembro são assim demonstrados:

	2023	2022
Ordenados e salários	189.604	181.263
INSS	153.622	144.011
FGTS	42.222	38.671
Funrural	3.246	2.674
Provisão para férias e encargos	672.027	633.260
	1.060.721	**999.878**

11. Obrigações Tributárias: O passivo tributário estava assim composto em 31 de dezembro:

	2023	2022
ICMS	216.218	204.705
PIS	7.351	5.443
COFINS	34.605	25.793
ISS	235	28
Impostos retidos	63.883	52.437
Provisão para imposto de renda	47.209	74.780
Provisão contribuição social sobre lucro líquido	115.669	73.410
	485.170	**436.595**

12. Dividendos, juros sobre capital e partes relacionadas:

	2023	2022
Juros sobre o capital a pagar	590.609	669.247
Dividendos obrigatórios	48.865	33.817
	639.474	**703.064**

Juros sobre o capital:	2023	2022
Saldo inicial	669.247	278.538
Pagamento aos acionistas	(669.247)	–
Apropriação	590.609	390.709
Saldo final	**590.609**	**669.247**

Dividendos a pagar	2023	2022
Saldo inicial	33.817	27.490
Pagamento aos acionistas	(33.817)	(27.490)
Dividendos sobre lucros do exercício	48.865	33.817
Saldo final	**48.865**	**33.817**

Cálculo do dividendo mínimo obrigatório	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.954.593	1.352.688
Base para dividendos obrigatórios	1.954.593	1.352.688
Percentual estatutário: 2,5%	48.865	33.817
Dividendos a serem aprovados na AGO	48.865	33.817
Saldo de dividendos a pagar	**48.865**	**33.817**

13. Patrimônio Líquido: Capital social: O capital social em 31 de dezembro é de 1.687.640 quotas de capital com valor nominal de R$ 1,00 cada perfazendo R$ 1.687.640,49, totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas, todos eles pessoas físicas. **Remuneração dos acionistas e da administração:** O Supermercado tem como política remunerar os acionistas e seus administradores por meio de honorários, dividendos e pagamento de juros sobre o capital. As despesas relativas à remuneração do pessoal e juros são reconhecidas como despesas no resultado do exercício. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados com base em 2,5% do lucro líquido do exercício. Os Juros sobre o Capital não compõem o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados com base no artigo 9º da Lei no. 9.249/95. **Reserva legal:** Do Lucro líquido do exercício 5% é destinado a constituição da Reserva legal, até o montante de 20% do capital social.

14. Receita Líquida:	2023	2022
Receita operacional bruta	76.523.354	70.526.236
Deduções da receita bruta	(6.803.516)	(6.438.528)
Receita operacional líquida	**69.719.838**	**64.087.708**

Nota 15. Custo das Mercadorias Vendidas:	2023	2022
Estoque inicial	4.440.783	4.026.330
Compras de mercadorias	59.117.730	55.116.397
Compras de embalagens	759.377	758.452
(–) Impostos creditados	(4.764.943)	(4.376.237)
Bonificações	320.770	325.224
Fretes e carretos	80.725	68.424
Estoque final	(4.580.568)	(4.440.783)
	55.373.873	**51.477.808**

16. Despesas Comerciais:	2023	2022
Despesas com pessoal e encargos	4.825.744	4.444.020
Serviços prestados - Pessoa Física	175.362	143.967
Serviços prestados - Pessoa Jurídica	275.880	235.871
Marketing	242.639	228.229
Material de uso e consumo	289.267	262.989
Perdas de crédito	65.549	90.880
Despesas com veículos	34.042	34.418
Manutenção e conservação	249.604	205.423
	6.158.087	**5.645.796**

17. Despesas Administrativas:	2023	2022
Despesas com pessoal	2.120.788	1.965.595
Honorários da diretoria e conselho	560.634	633.957
Seguros Prédio	21.226	13.362
Ocupação	59.630	54.189
Depreciação	771.902	726.642
Gastos gerais	459.091	325.633
Água e energia elétrica	783.049	754.001
Comunicação	25.264	24.097
Impostos e taxas	170.707	102.516
	4.972.289	**4.599.992**

18. Despesas Financeiras:	2023	2022
Taxa de administração de cartões	763.546	680.269
Juros sobre capital próprio	694.834	459.657
Juros passivos e despesas bancárias	35.461	26.298
	1.493.841	**1.166.224**

19. Receitas Financeiras:	2023	2022
Receita de aplicação financeira	843.752	569.617
Juros ativos e variação monetária	41.022	48.450
Descontos obtidos	46.808	33.065
	931.582	**651.132**

20. Outras Receitas:	2023	2022
Rendas eventuais	435.988	435.723
Aluguéis	108.656	99.333
Ganho na venda de imobilizado	16.000	–
Recuperação de crédito	8.980	5.326
	569.624	**540.382**

21. Imposto de Renda e Contribuição Social:	2023	2022
Lucro líquido antes dos impostos	3.222.955	2.389.401
Adições definitivas	578.224	455.592
Exclusões definitivas	–	–
Lucro real	3.801.179	2.844.993
Contribuição social a 9%	342.106	256.049
Imposto de renda a 15%	570.177	426.749
Imposto de renda a 10%	356.118	260.499
Total dos impostos sobre o lucro	**1.268.401**	**943.298**

22. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Casa Hirata restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e contas a receber, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na nota 3. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são Caixa, bancos e aplicações financeiras. **Risco de crédito:** A Casa Hirata somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Casa Hirata possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Casa Hirata ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. **Operações com instrumentos derivativos:** A Casa Hirata não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2023, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos. **23. Seguros (não auditados):** A Casa Hirata possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Diretoria:

Paulo Henrique Rodrigues da Silva - Gerente Adm/Financeiro

Marco Antonio Nunes Francisco - Diretor Comercial

Contadora:

Aparecida Jeremias Gaviola - Contadora CRC 1SP229122/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

C6 BANK

CARBON HOLDING FINANCEIRA S.A.

CNPJ nº 29.267.972/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor, A Carbon Holding Financeira S.A. ("Carbon Holding Financeira" ou "Companhia") é uma holding situada em São Paulo, acionista indireta do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para **pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas**. Além da participação no C6 Bank, a Carbon Holding Financeira participa, indiretamente, da C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., do Banco C6 Consignado S.A. e demais investidas do C6 Bank. Juntas, as empresas somavam cerca de três mil e quatrocentos funcionários em 31 de dezembro de 2023. **Apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício:** Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações financeiras individuais em IFRS da Carbon Holding Financeira, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Desempenho Financeiro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Carbon Holding Financeira possuía R$ 1,2 bilhões de patrimônio líquido (31 de dezembro de 2022 - R$ 1,4 bilhões) e R$ 1,2 bilhões de total de ativos (31 de dezembro de 2022 - R$ 1,4 bilhões). O prejuízo foi de R$ 259 milhões (31 de dezembro de 2022 - R$ 1,4 bilhões). A Carbon Holding Financeira tem como atividade preponderante a participação societária em instituições financeiras. O prejuízo no período decorre substancialmente da atualização de seus investimentos diretos e indiretos, e reflete os resultados do C6 Bank e suas subsidiárias, de acordo com seus percentuais de participação ao longo dos exercícios de 2023 e 2022. **Auditores Independentes:** A política da Carbon Holding Financeira e suas afiliadas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

(Aprovada pela administração em 25 de março de 2024)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.759	3.483
Outros ativos		2.798	2.846
Ativos fiscais	11	72.020	72.020
Investimento em coligadas	6	1.146.333	1.342.211
Total do ativo		**1.224.910**	**1.420.560**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Outros passivos		630	324
Total do passivo		**630**	**324**
Patrimônio líquido	9		
Capital Social		1.768.148	1.768.148
Reservas de capital		2.673.511	2.705.069
Outros resultados abrangentes		3.027	(91.207)
Lucros ou prejuízos acumulados		(3.220.406)	(2.961.774)
Total do patrimônio líquido		**1.224.280**	**1.420.236**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.224.910**	**1.420.560**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Dívida conversível	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**618.148**	**525.000**	**946.476**	**(75.331)**	**(1.526.556)**	**487.737**
Aumento de capital	9	1.150.000	–	–	–	–	1.150.000
Redução de capital	7	–	(525.000)	–	–	–	(525.000)
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas		–	–	–	(15.876)	–	(15.876)
Resgate de ações	9	–	–	(104.670)	–	–	(104.670)
Constituição de reserva	9	–	–	1.863.263	–	–	1.863.263
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(1.435.218)	(1.435.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**1.768.148**	**–**	**2.705.069**	**(91.207)**	**(2.961.774)**	**1.420.236**
Ajustes de avaliação patrimonial - coligadas		–	–	–	94.234	–	94.234
Ajustes de reservas reflexas - coligadas	9	–	–	(31.558)	–	–	(31.558)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(258.632)	(258.632)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**1.768.148**	**–**	**2.673.511**	**3.027**	**(3.220.406)**	**1.224.280**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Carbon Holding Financeira S.A. ("Carbon Holding Financeira" ou "Companhia"), fundada em 2 de abril de 2018, é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede localizada na Avenida Nove de Julho nº 3186, no Estado de São Paulo, e, tem como atividade preponderante a participação, como sócia ou acionista de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Carbon Holding Financeira é acionista direta da N7 Holding S.A. e indireta do Banco C6 S.A. e suas controladas ("C6 Bank"), que oferece uma plataforma de atendimento bancário para pessoas físicas e pequenas e médias empresas. A Carbon Holding Financeira é uma controlada direta da Carbon Holding S.A. e indireta da Csixers 3 Holding S.A. e da Csixers Holding S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional e de apresentação da Carbon Holding Financeira. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil). A administração aprovou estas demonstrações financeiras para emissão em 25 de março de 2024. **2.1. Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com CPC e IFRS requer que a Administração faça julgamentos e aplique estimativas que afetam os valores registrados reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas adotadas são monitoradas continuamente, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, ajustando-se prospectivamente. Essas estimativas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados. **2.2. Adoção de alterações e novas normas e interpretações:** No exercício iniciado em 1° de janeiro de 2023 não houve adoção de alterações ou novas normas e interpretações com impactos materiais. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2023 e ainda não foram adotadas: Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: as alterações têm o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações ao IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Alteração ao IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Alteração ao IFRS 16 - Arrendamentos: esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. A Administração não espera que a adoção das normas e interpretações descritas acima tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Carbon Holding Financeira. **3. Aquisição, alienação e eventos societários:** Em 20 de janeiro de 2022, a Carbon Holding Financeira subscreveu 606.195.360 ações ordinárias de emissão da N7 Holding S.A., e integralizou mediante a contribuição da totalidade das ações de emissão do Banco C6 S.A. e do Banco C6 Consignado S.A. de sua titularidade, no valor total de R$1.505.514, conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária da N7 Holding S.A. de 20 de janeiro de 2022 e seus respectivos anexos. Desta forma, a Carbon Holding Financeira deixou de deter participação direta no Banco C6 S.A. e no Banco C6 Consignado S.A. e passou a ter participação direta apenas na N7 Holding S.A. Em 3 de fevereiro de 2022, foi aprovado o resgate integral das 45.956.457 ações preferenciais de emissão da Carbon Holding Financeira, à conta de reserva de capital e, portanto, sem redução do seu capital social, mediante cancelamento e extinção das referidas ações. O preço total do resgate das ações preferenciais, no valor de R$ 104.670, foi pago pela Companhia à Csixers Holding (titular das ações resgatadas) mediante entrega de 50.848.181 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal de emissão da N7 Holding. Em 4 de fevereiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital da controlada N7 Holding S.A., de R$ 2.550.178 para R$ 7.550.178, mediante a emissão de 338.987.871 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço total de emissão de R$5.000.000. Essas ações foram subscritas e integralizadas à vista pela acionista ingressante JP Morgan Investimentos e Finanças Ltda. O C6 Bank e o JPMorgan Chase concluíram em 4 de fevereiro de 2022 o investimento estratégico que representava uma participação indireta do JPMorgan Chase de 40% no C6 Bank. O fechamento do negócio ocorreu após a obtenção das aprovações regulatórias cabíveis tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Em conexão com a conclusão do investimento estratégico descrito acima, a Carbon Holding Financeira realizou, na mesma data, o pagamento antecipado em dinheiro das obrigações decorrentes de debêntures, nota de crédito bancário e instrumento de capital conversível que compunham seu passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, de acordo com os termos de pré-pagamento contratados. Não ocorreram eventos societários no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **4. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis adotadas pela Carbon Holding Financeira são aplicadas de maneira consistente ao longo do período apresentado nestas Demonstrações Financeiras. **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui saldos de caixa, contas correntes (depósitos) e aplicações no mercado aberto com vencimento original não superior a 90 dias do reconhecimento inicial, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **4.2. Investimento:** Após aquisição, investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional da Carbon Holding Financeira nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e, quando aplicável, a participação proporcional na movimentação das reservas é reconhecida no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. O investimento é testado anualmente para fins de avaliação de redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio, se existente, alocado à unidade e, posteriormente, aos demais ativos da unidade, proporcionalmente ao valor de registro de cada um de seus ativos. **4.3. Imposto de renda e Contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social do período compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, ou reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente na proporção em que estiverem relacionados com esses itens. Os encargos de Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social (9%) correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **4.4. Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. A Carbon Holding Financeira possui substancialmente receitas e despesas de equivalência patrimonial de seus investimentos e outros ganhos de capital de suas controladas. **4.5. Capital:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidade em moeda local	2	5
Aplicações em Certificados de Depósito Bancários	3.757	3.478
Total	**3.759**	**3.483**

As aplicações em Certificado de depósito bancário (CDB) apresentam características de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

6. Investimentos:

	31/12/2022	Movimentação dos investimentos: Aquisição/ aporte	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação	Alienação/Baixa/ Transferência	31/12/2023
No país						
N7 Holding S.A.	1.342.211	–	62.677	(258.555)	–	1.146.333
Total	**1.342.211**	**–**	**62.677**	**(258.555)**	**–**	**1.146.333**

	31/12/2021	Aquisição/ aporte	Ajustes patrimoniais	Resultado de participação	Alienação/Baixa/ Transferência	31/12/2022
No país						
Banco C6 Consignado S.A.	685.878	–	759	4.717	(691.354)	–
Banco C6 S.A.	527.973	–	(12.753)	(43.346)	(471.874)	–
N7 Holding S.A.	(55.823)	1.163.228	962.594	(727.788)	–	1.342.211
Total	**1.158.028**	**1.163.228**	**950.600**	**(766.417)**	**(1.163.228)**	**1.342.211**

Resumo das informações de coligadas:

	31/12/2023			31/12/2022		
	% de participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	% de participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício
No país						
N7 Holding S.A.	29,88%	3.836.627	(865.310)	29,88%	4.492.175	(2.420.385)

Conforme descrito nas Notas 3 e 9, a Carbon Holding Financeira realizou movimentações em sua participação na N7 Holding S.A., incluindo aumento de capital com a contribuição de ativos (ações do C6 Bank e do Banco C6 Consignado S.A.) que resultaram em uma participação de 29,88% na N7 Holding em 31 de dezembro de 2022. Nesse contexto a Carbon Holding Financeira deixou de deter participações diretas no C6 Bank e no Banco C6 Consignado S.A., em 20 de janeiro de 2022. Em 4 de fevereiro de 2022, a Carbon Holding Financeira realizou a alienação de 151.188.590 ações da N7 Holding S.A., resultando em um ganho de capital de R$ 1.437.883. A Carbon Holding Financeira avalia o investimento para teste de redução ao valor recuperável e em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foi identificada nenhuma indicação de redução ao valor recuperável. **7. passivos financeiros ao custo amortizado:** Em conexão com a conclusão do investimento estratégico em 4 de fevereiro de 2022, a Carbon Holding Financeira realizou, na mesma data, o pagamento antecipado em dinheiro das obrigações dos instrumentos de dívida conversíveis e não conversíveis, e de capital conversível, de acordo com os termos de pré-pagamento contratados. A liquidação desses instrumentos, em conjunto com a liquidação do instrumento de capital, resultou em despesas de R$ 1.878.098, de acordo com os termos de pré-pagamento contratados para liquidação antecipada em 4 de fevereiro de 2022. **8. Provisões, ativos e passivos contingentes:** A Carbon Holding Financeira não possuía passivos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **9. Patrimônio líquido: Capital social e reservas de capital:** O capital social da Carbon Holding Financeira é de R$ 1.768.148 (R$ 1.768.148 em 31 de dezembro de 2022) totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, composto por 535.912.237 ações (535.912.237 ações em 31 de dezembro de 2022), todas ordinárias e nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais, direito ao recebimento de dividendos e a todos os direitos previstos na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social. A composição e a mudança nas ações do capital integralizado da Carbon Holding Financeira no início e no final do exercício são mostradas abaixo:

	Ações
Ações em 31 de dezembro de 2021	**457.526.509**
Ações resgatadas	(45.956.457)
Ações emitidas	124.342.185
Ações em 31 de dezembro de 2022	**535.912.237**
Ações emitidas (resgatadas)	–
Ações em 31 de dezembro de 2023	**535.912.237**

Em 16 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Carbon Holding Financeira, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 25.826.228 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela TIM S.A., pelo preço de emissão total de R$ 1,00, em razão do exercício de bônus de subscrição nº 1 pela TIM S.A. Em 4 de fevereiro 2022 foi aprovado aumento do capital social da Carbon Holding Financeira, de R$618.148 para R$1.768.148, um aumento, portanto, no valor total de R$1.150.000, mediante emissão de 98.515.957 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço total de emissão de R$1.150.000, subscritos pela Csixers Holding S.A., controladora indireta da Carbon Holding Financeira. Em 3 de fevereiro de 2022, foi aprovado o resgate integral das 45.956.457 ações preferenciais, à conta de reserva de capital e, portanto, sem redução do capital social da Carbon Holding Financeira, mediante cancelamento e extinção das referidas ações. O preço total do resgate das ações preferenciais de R$ 104.670 foi pago pela Companhia à Csixers Holding mediante entrega de 50.848.181 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal de emissão da N7 Holding. **Reservas legais:** Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos. **Reserva de capital:** Constituída de forma reflexa das reservas de capital de subsidiárias em decorrência das avaliações dos investimentos em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial. Transações de capital, que incluem mudanças na participação acionária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle, e qualquer diferença entre o valor pago e o valor contábil do acionista não controlador de investidas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, em reserva de capital. **Dividendos:** De acordo com o estatuto da Carbon Holding Financeira, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram pagos dividendos devido à existência de prejuízo no exercício. **10. Prejuízo por ação:** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		434	347
Despesas financeiras	7	(149)	(1.878.098)
Resultado líquido de juros		**285**	**(1.877.751)**
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas	6	(258.555)	(766.418)
Outras despesas administrativas		(338)	(2.043)
Despesas tributárias		(24)	(18)
Outras receitas operacionais	6	–	1.437.883
Outras despesas operacionais	7	–	(231.382)
Resultado antes dos impostos e contribuições		**(258.632)**	**(1.439.729)**
Imposto de renda e contribuição social	11	**–**	**4.511**
Prejuízo do exercício		**(258.632)**	**(1.435.218)**
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R$)	10	(0,48)	(2,84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(258.632)**	**(1.435.218)**
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas		
Outros resultados abrangentes de coligadas	94.234	(15.876)
(=) Resultado abrangente total	**(164.398)**	**(1.451.094)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		**(258.632)**	**(1.435.218)**
Ajustes ao prejuízo líquido			
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas	6	258.555	766.418
Constituição do imposto diferido		–	(4.511)
Outros		(1)	–
Resultado ajustado		**(78)**	**(673.311)**
Variação de ativos e passivos			
Redução de Títulos e valores mobiliários		–	750.000
Redução de Outros ativos financeiros ao custo amortizado		–	11.382
(Aumento)/redução de outros ativos		48	(1.267)
(Redução) de Recursos de aceites e emissão de títulos		–	(959.464)
(Redução) de Empréstimos		–	(539.999)
Aumento/(redução) de Outros passivos		306	(1.329)
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais		**276**	**(1.413.988)**
Atividades de investimento			
Aumento (redução) de investimento em coligadas e controladas	3	–	792.117
Caixa proveniente das atividades de investimento		**–**	**792.117**
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	9		1.150.000
Aumento (redução) de resultado abrangente	9		(525.000)
Caixa proveniente das atividades de financiamento		**–**	**625.000**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	3.483	354
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	3.759	3.483
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**276**	**3.129**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Prejuízo básico e diluído por ação*:*

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(258.632)**	**(1.435.218)**
Quantidade média ponderada de ações	535.912.237	505.981.501
Prejuízo por ação (em R$)	**(0,48)**	**(2,84)**

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Demonstração das despesas de IRPJ e CSLL:	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos e contribuições	(258.632)	(1.439.729)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Vigentes	**87.935**	**489.508**
Efeitos no cálculo dos tributos decorrentes de:		
Participação em coligadas e controladas	(87.909)	(260.582)
Crédito Tributário não Ativado	(26)	(224.415)
Encargos sobre efeitos no cálculo dos tributos	**(87.935)**	**(484.997)**
Imposto de Renda e Contribuição Social no período	**–**	**4.511**
Constituição/(Realização) de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	**–**	**4.511**

Movimentação dos ativos fiscais diferidos:

	31/12/2022	Constituição	Realização	31/12/2023
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	72.020	–	–	72.020
Total dos Créditos Tributários Ativados	**72.020**	**–**	**–**	**72.020**
Imposto de Renda	52.955			52.955
Contribuição Social	19.065			19.065

Expectativa de realização do crédito tributário:

	31/12/2023
Em 2024	–
Em 2025	46.708
Em 2026	20.891
Em 2027	4.421
Total de créditos tributários	**72.020**
Valor presente	61.844

Os impostos diferidos ativos (créditos fiscais) são constituídos pela aplicação das taxas de imposto em vigor nas respectivas bases. Para a constituição e manutenção dos ativos fiscais diferidos, são observados critérios amparados por estudo técnico de realização dos créditos tributários elaborado pela Administração, com base nos cenários atual e futuro. As principais premissas utilizadas nas projeções foram macroeconomia, custo dos empréstimos e realização dos ativos. A administração concluiu que os ativos fiscais diferidos ativados serão recuperáveis utilizando a estimativa de lucro tributável futuro com base nos planos de negócios e orçamentos aprovados. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Carbon Holding Financeira detém um saldo de crédito não ativado no valor de R$ 224.441 (R$ 224.415 em 31 de dezembro de 2022). O saldo será reconhecido contabilmente, apenas, quando atender aos aspectos para sua ativação e apresentar perspectiva de realização de acordo com os cenários econômicos projetados pela administração, documentados no estudo de realização do crédito tributário. **12. Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

Operação/Partes relacionadas	31/12/2023 Ativo/ (Passivo)	31/12/2023 Receita/ (Despesa)	31/12/2022 Ativo/ (Passivo)
Coligadas e Controladas	**(626)**	**–**	**(331)**
Depósitos bancários - Banco C6 S.A.	1	–	4
Valores a pagar a sociedades ligadas - Banco C6 S.A.	(627)	–	–

Os saldos de investimento e resultado que refletem a participação societária em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 6. Não existem outros saldos de contas a pagar ou a receber decorrentes desses investimentos. **13. Gerenciamento de riscos:** A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital da Carbon Holding Financeira reflete a estratégia e o modelo de negócios do grupo, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações e produtos. A gestão de risco e capital é realizada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, a independência de suas operações. O grupo gerencia de forma proativa os riscos inerentes às suas atividades, por entender que a continuidade dos seus negócios no longo prazo está diretamente relacionada ao adequado processo de controle desses riscos. A filosofia do grupo é investir esforços significativos no entendimento da natureza e dos potenciais efeitos dos riscos assumidos, visando definir práticas adequadas à gestão dos negócios. A gestão de riscos é disseminada a todos os níveis da organização, de forma que todos os colaboradores, a qualquer momento, possam identificar os potenciais riscos, assegurando, dessa forma, que estes sejam devidamente avaliados e geridos nas diferentes áreas do grupo.

Diretor Presidente: Marcelo Kalim

Contadora: Solange Pereira Andrade - CRC 1SP-261621/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Carbon Holding Financeira S.A.: Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Carbon Holding Financeira S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador - CRC 1SP241313/O-3

Diário Comercial

O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

DOCWAY APLICATIVO PARA SERVIÇOS EM SAÚDE S.A.

CNPJ/ME nº 23.826.796/0001-31 NIRE nº 35300503961. **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2024. Data, Hora e Local**: Em 08 de março de 2024, às 14h, por meio de videoconferência. **Presença**: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação**: Dispensada nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76. **Mesa**: Presidente: Marcello de Alvarenga Santiago. Secretária: Fernanda Bezerra. **Ordem do Dia**: I. Aprovar a alteração do endereço sede da Companhia, com o consequente ajuste do art. 2º do Estatuto Social da Companhia; II. Aprovar a extinção do Conselho de Administração da Companhia; III. Consignar a renúncia do Diretor Presidente da Companhia; IV. Aprovar a extinção do cargo de Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente da Companhia; V. Aprovar a alteração nas formas de representação da Companhia; VI. Aprovar a exclusão do capital autorizado da Companhia; VII. Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia; VIII. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; IX. Eleger os novos membros da Diretoria da Companhia; e X. Consignar a atual composição da Diretoria da Companhia. **Deliberações**: Matérias aprovadas pela única acionista da Companhia. I. Aprovada a alteração do endereço da sede da Companhia **da** Avenida das Nações Unidas, nº 12901, Torre Norte, 23º andar - salas 103, 105, 107 e 108, Brooklin Paulista, São Paulo/SP, CEP 04578-000, **para** Alameda Santos, nº 2.101 - 3º andar, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01419-911, com a consequente alteração do art. 2º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 2.101 - 3º andar, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01419-911, podendo, por deliberação da Diretoria, criar, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.*" II. Aprovar a extinção do Conselho de Administração da Companhia, com a devida exclusão da Seção II do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, ficando os seus membros automática e imediatamente destituídos de seus cargos, passando a administração a ser exercida pela Diretoria da Companhia. III. Tomar conhecimento da renúncia, a partir desta data, do Sr. Fábio Luís Pinto Tiepolo ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, conforme carta apresentada pelo mesmo, devidamente arquivada na sede da Companhia. IV. Aprovada a extinção do cargo de Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente da Companhia. V. Aprovada a alteração da forma de representação legal da Companhia. VI. Aprovar a exclusão do capital autorizado, disposto no art. 6º do Estatuto Social da Companhia. VII. Em decorrência das mudanças aprovadas nos tens acima, aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia. VIII. Aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que constitui o Anexo I desta ata. IX. Eleger, para o mandato em curso que terminará em data coincidente com a da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024, como Diretores sem designação especial da Companhia: (i) **Jefferson Klock**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade n° 4464195 (SSP-SC), inscrito no CPF/ME sob o n° 051.515.249-84, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço profissional na Alameda Santos, nº 2.101, Cerqueira César, São Paulo, SP; (ii) **Jonas Berbert Pulcheri**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade n° 127.180 (OAB-RJ), inscrito no CPF/ME sob o n° 086.702.467-40, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço profissional na Alameda Santos, nº 2.101, Cerqueira César, São Paulo, SP; e (iii) **Raquel Dourado Imbassahy Conrad**, brasileira, casada, médica, identidade n° 03.900.002-80 (SSP/BA), CPF nº 794.912.435-00, residente e domiciliada em São Paulo – SP, com endereço profissional na Alameda Santos, nº 2.101, Cerqueira César, São Paulo, SP, os quais declaram estar desimpedidos na forma da lei para o exercício dos respectivos cargos, tendo apresentado as respectivas declarações requeridas pela lei, as quais foram devidamente arquivadas na sede da Companhia. X. Consignar a atual composição da Diretoria da Companhia, sendo: Diretores sem designação especial: **Jefferson Klock**, **Jonas Berbert Pulcheri**, **Marcello de Alvarenga Santiago** e **Raquel Dourado Imbassahy Conrad**. **Documento anexo**: Estatuto Social consolidado. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal não foi ouvido por não se encontrar instalado e encerrou os trabalhos lavrando-se a presente ata, na forma de sumário, no livro próprio, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes. São Paulo, 08 de março de 2024. **Assinaturas:** Marcello de Alvarenga Santiago, Presidente da Assembleia; Fernanda Bezerra, Secretária da Assembleia. Acionista: Saepar Serviços e Participações S.A., representada por sua procuradora Fernanda Bezerra, advogada. JUCESP nº 129.075/24-3 em 26/03/2024. Secretária Geral Maria Cristina Frei. **ANEXO I DOCWAY APLICATIVO PARA SERVIÇOS EM SAÚDE S.A.** CNPJ/ME nº 23.826.796/0001-31 NIRE nº 35300503961 **ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO. Artigo 1º.** A **DOCWAY APLICATIVO PARA SERVIÇOS EM SAÚDE S.A.** (a "Companhia") é uma Sociedade Anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis (em especial, a Lei nº 6.404/1976, a "Lei das S.A."). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 2.101 - 3º andar, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01419-911, podendo, por deliberação da Diretoria, criar, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços relacionados com a gestão e a melhoria da saúde e do bem-estar das pessoas por meio de (i) atividades de apoio à gestão de saúde, somente na área médica; (ii) portais, provedores de conteúdo, serviços de informação na Internet, tratamento de dados, serviços de aplicação, hospedagem na Internet, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, somente na área médica; (iii) fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio; e (iv) a prestação de serviços de telemedicina, por si ou por terceiros; (v) provimento de soluções digitais para a aproximação entre profissionais da saúde e pacientes, incluindo agendamento de consultas a domicílio por meio de aplicativos e (vi) outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente, somente na área médica. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES. Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$44.996.285,20 (quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos), divididos em 357.145 (trezentas e cinquenta e sete mil, cento e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º.** Cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **CAPÍTULO III. ASSEMBLEIA GERAL. Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social e/ou a lei exigirem. **§1º.** Sem prejuízo do disposto no artigo 123, parágrafo único, da Lei das S.A., a Assembleia Geral será convocada pela Diretoria. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, mediante a presença de acionistas titulares da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas presentes. **§2º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A. **Artigo 8º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais serão presididas por um Diretor ou, em sua ausência, outra pessoa eleita pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá, dentre os presentes, o Secretário da Mesa. **CAPÍTULO IV. ADMINISTRAÇÃO. Artigo 10.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 (dois) a 11 (onze) membros, todos sem designação especial, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no país ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição. **§1°.** A remuneração global e anual da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral, podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação. **§2°.** Além da remuneração de que trata o §1° acima, os Diretores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos deste estatuto e observado o disposto no artigo 152, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. **§3°**. Os Diretores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar qualquer garantia em razão do exercício de suas funções. **§4º**. O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **§5°.** No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor ausente ou impedido temporariamente indicará, dentre os membros da Diretoria, aquele que o substituirá. **§6º.** No caso de vacância de cargo de Diretor, a Assembleia Geral poderá eleger novo Diretor para o restante do mandato, devendo sempre fazê-lo quando se tratar de recomposição do número mínimo de membros da Diretoria, em reunião a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. **Artigo 11.** A Diretoria, quando em reunião conjunta de seus membros, tem plenos poderes para resolver quaisquer assuntos ou negócios de interesse da Companhia, salvo os previstos em lei ou no estatuto social como de competência privativa da Assembleia Geral. Desta forma, compete à Diretoria, dentre outros assuntos: I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II. aprovar o orçamento geral anual da Companhia; III. aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia, fixar os níveis de vencimentos, salários e outras vantagens dos empregados, podendo cometer a um dos Diretores quaisquer dessas atribuições; IV. autorizar a aquisição, doação, alienação e oneração de bens do ativo permanente, constituição de ônus reais sobre os mesmos, bem como a cessão de direitos reais, ou a renúncia de direitos, dos quais a Companhia seja titular; V. decidir sobre a abertura ou encerramento de filiais, sucursais, agências e escritórios dentro e fora do país; e VI. indicar o representante legal da Companhia perante a Receita Federal do Brasil. **Art. 12.** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião. **Art. 13.** A Companhia será representada por quaisquer 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em ambos os casos agindo em conjunto, exceto nas hipóteses mencionadas nos §§ 1° e 2° abaixo. **§1°.** A Companhia poderá ser representada por 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto, na celebração de transações de natureza bancária ou financeira, realizadas com instituições financeiras ou entidades a elas equiparadas, públicas ou privadas, sempre dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração. **§2°.** A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, agindo isoladamente, na prática dos seguintes atos, este último sempre dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração: I. representação ativa e passiva da Companhia perante órgãos e entes da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; II. representação da Companhia na qualidade de acionista, quotista ou debenturista, em assembleias gerais, assembleias de debenturistas ou reuniões de sócios de sociedades nas quais participe; III. representação da Companhia perante associações civis e sindicatos patronais; IV. representação da Companhia em juízo; V. representação da Companhia em atos relacionados à demissão e à admissão de empregados, realização de anotações em carteiras de trabalho e na contratação de estagiários e aprendizes; e VI. assinatura de documentos de rotina que não gerem quaisquer responsabilidades para a Companhia ou renunciem a direitos da Companhia. **§3°**. O representante legal perante a Receita Federal do Brasil será indicado pela Diretoria da Companhia e ficará investido dos poderes gerais para o cumprimento das obrigações fiscais e acessórias da Companhia, em especial para requerer a obtenção e/ou renovação do certificado digital da Companhia, podendo, para tanto, requerer, registrar, peticionar, prestar esclarecimentos, juntar e retirar documentos e guias, cumprir exigências, acompanhar processos, receber notificações e intimações, solicitar certidões de qualquer natureza, assinar solicitações (termos de titularidade e responsabilidade), bem como participar de qualquer outro evento relacionado às atividades aqui mencionadas. **§4°.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, devendo especificar os poderes outorgados. Salvo as procurações *ad judicia* e para a defesa de processos administrativos, todas as demais deverão ser limitadas ao prazo de 1 (um) ano. As procurações outorgadas a empregados da Companhia serão automaticamente revogadas com o término dos seus respectivos contratos de trabalho. **§5°.** É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia. **SEÇÃO I Responsabilidade dos Administradores Art. 14.** Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente estatuto. **Art. 15.** A Companhia assegurará aos Diretores e Conselheiros Fiscais, caso instalado, a defesa técnica jurídica, em processos judiciais e administrativos, que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais no curso normal dos negócios, podendo a Companhia manter o contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos. **§1°.** A garantia de defesa será assegurada mesmo após os administradores terem, por qualquer motivo, deixado o cargo ou cessado o exercício da função. **§2°.** A Companhia e o administrador interessado deverão escolher em conjunto o responsável pela defesa dos interesses do último, podendo a mesma ser patrocinada pelos advogados integrantes do quadro funcional da Companhia, desde que não haja conflito de interesses. **§3°.** Além da defesa técnica jurídica, a Companhia arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **§4°.** O administrador que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse social. **CAPÍTULO V. CONSELHO FISCAL. Artigo 16.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, com as atribuições e competências previstas em lei, que somente será instalado quando por solicitação dos acionistas, na forma da lei. **§1º.** O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o Regimento Interno a ser aprovado pela Assembleia Geral e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. **§2º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, devendo a Companhia reembolsá-los pelas despesas razoáveis de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções. **§3º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal, que serão assinadas pelos membros do Conselho Fiscal que estiverem presentes. **CAPÍTULO VI. EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DE RESULTADOS. Artigo 17.** O exercício social corresponderá ao ano civil, devendo a Companhia elaborar as demonstrações financeiras de que tratam o artigo 176 da Lei nº. 6.404/76 ao término de cada exercício social, podendo ser levantados balanços em períodos menores observados os critérios da regulamentação em vigor. **§1°.** A Diretoria poderá, obedecidos os limites legais, declarar dividendos intercalares à conta do lucro apurado nos balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores, os quais poderão ser imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **§2°.** A Diretoria também poderá deliberar por creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Artigo 18.** Levantado o balanço, com observação das prescrições legais, apurado o resultado do exercício, feitas as deduções e a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, poderá autorizar a compensação de eventuais prejuízos acumulados e observadas as disposições legais vigentes, o pagamento de participação nos lucros aos empregados e administradores, distribuindo o lucro da seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, destinada a garantir a integridade do capital social, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 193 da Lei das S.A.; (ii) O necessário, quando for o caso, para constituição de reservas para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) O necessário para a eventual constituição de reserva dos lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A.; (iv) O necessário para a distribuição de dividendos aos acionistas, conforme decidir a Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, observadas as disposições legais e estatutárias; e (v) Observadas as destinações dos itens anteriores, o saldo do lucro líquido para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei das S.A., e que tem por finalidade (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (b) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (c) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. **Parágrafo único.** O saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais não poderá ultrapassar o capital social. A Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento de capital ou distribuição de dividendos aos acionistas. **Art. 19.** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, fica assegurado aos acionistas dividendo obrigatório igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **Art. 20.** Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório. **Art. 21.** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **CAPÍTULO VII. Acordo de Acionistas. Art. 22.** Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Companhia, que, dentre outras pactuações, estabeleçam cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e por sua administração. **Parágrafo único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista ou pelo Conselheiro em contrariedade com os termos de tais acordos, ou ainda, no caso de ausência ou abstenção de acionistas ou Conselheiros, os outros acionistas prejudicados ou Conselheiros eleitos pelos acionistas prejudicados poderão votar com as ações ou votos pertencentes aos acionistas ou Conselheiros ausentes ou omissos, conforme o caso, nos termos do artigo 118, §§ 8º e 9º da Lei n° 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01. **CAPÍTULO VIII. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO. Artigo 23.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. (Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 08 de março de 2024).

Concreto Redimix do Brasil S/A

C.N.P.J.(MF) nº 27.701.564/0001-08

Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais)*

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas., na sede social, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria

Balanço Patrimonial

	2023	2022		2023	2022
Ativo/Circulante	**41.582.834,81**	**44.832.545,83**	**Passivo/Circulante**	**175.837.228,65**	**171.518.404,45**
Caixa e Bancos	550.062,50	258.592,76	Fornecedores	36.491.853,24	39.093.346,91
Aplicações Financeiras	60.145,85	60.517,96	Contas a Pagar	1.997.830,19	1.990.810,19
Clientes	17.346.067,47	17.182.348,59	Obrigações Trabalhistas	61.801.109,85	58.205.325,91
Estoques	313.681,59	208.813,08	Impostos a Recolher	66.266.795,51	63.008.421,98
Adtos. a Fornecedores	17.932.903,25	21.780.411,43	Salários a Pagar	4.919.221,06	5.098.940,88
Outros Créditos	4.359.100,72	4.320.988,58	Adiantamento Clientes	4.360.418,80	4.121.558,58
Impostos a Recuperar	1.020.873,43	1.020.873,43	**Não Circulante**	**89.875.495,59**	**74.581.345,29**
Não Circulante	**136.918.650,37**	**123.545.752,72**	Empréstimo Bancário	1.055.342,54	1.055.342,54
Depósitos e Cauções	6.545.341,60	6.544.875,18	Dividendos Pendentes	97.088,77	97.088,77
Consórcio	1.472.843,57	1.472.843,57	Receitas Diferidas	116.000,00	116.000,00
Contratos de Leasing	13.381.617,30	13.381.617,30	Obrigações REFIS	35.441.043,58	35.000.025,84
CDC - Cred. Direto	113.336,75	113.336,75	Coligadas	53.166.020,70	38.312.888,14
Imobilizado	67.303.664,37	67.447.604,56	**Patrimônio Líquido**	**(87.211.239,06)**	**(77.721.451,19)**
Intangível	2.134.680,94	2.134.680,94	Capital Social	21.000.000,00	21.000.000,00
Coligadas	45.967.165,84	32.450.794,42	Resultado Acumulado	(108.211.239,06)	(98.721.451,19)
Ativo Total	**178.501.485,18**	**168.378.298,55**	**Passivo Total**	**178.501.485,18**	**168.378.298,55**

Demonstração de Resultado

	2023	2022
Receita Operac. Bruta	40.342.890,24	34.650.906,46
(–) Impostos Incidentes	(5.137.112,89)	(4.553.370,00)
Vendas Canceladas	–	–
Receita Líquida	**35.205.777,35**	**30.097.536,46**
Custo dos Serv. Prestados	(39.409.904,06)	(32.767.997,91)
Resultado Operacional	(5.686.697,42)	(5.378.915,94)
Resultado Não Operacional	**734.083,04**	**119.883,55**
Resultado Financeiro	(333.046,78)	(112.957,34)
Lucro Operacional	**(9.489.787,87)**	**(8.042.451,18)**
Resultado ant. IRPJ e CSLL	**(9.489.787,87)**	**(8.042.451,18)**
Provisão p/CSLL	–	–
Provisão p/IRPJ	–	–
Resultado Líquido	**(9.489.787,87)**	**(8.042.451,18)**
Resultado por Ações	(3,77)	(3,19)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Social	Resultado Acumulado	Saldos Finais
Saldo em 31.12.2022	21.000.000,00	(98.721.451,19)	(77.721.451,19)
Resultado do Exercício	–	(9.489.787,87)	(9.489.787,87)
Saldo em 31.12.2023	**21.000.000,00**	**(108.211.239,06)**	**(87.211.239,06)**
Resultado Acum. por Ações	**(42,94)**	–	–

Notas Explicativas

1 - Práticas Contábeis: As demonstrações foram elaboradas conforme a Lei 6.404/76 e princípios contábeis geralmente aceitos, adota o regime de competência. Os valores realizáveis e exigíveis, com prazo de vencimento superiores a um ano, estão registrados no Não Circulante. Os estoques estão registrados pelo custo médio e o imobilizado pelo custo histórico de aquisição; a depreciação é calculada linearmente pela aplicação das taxas legais. **2 - Capital:** O capital social integralizado é representado por 2.520.314 (dois milhões quinhentas e vinte mil e trezentos e quartoze) ações nominativas, sem valor nominal.

Diretoria

Eneida Melo Cruz - Presidente **Eunice Melo Cruz -** Diretora **Aquira Sakanaka -** Diretor

Contador

Élis César Dias dos Santos - Contador- CRC 1SP320051/O-9

SOMAFEL - ENGENHARIA E OBRAS FERROVIÁRIAS S.A.

CNPJ - 17.285.773/0001-64 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO (valores expressos em reais)

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	-	6	Fornecedores	126	1.100
Adiantamento a fornecedores	340	980	Partes relacionadas	169.632	169.129
Tributos a recuperar	-	1.252	**Total do passivo circulante**	**169.758**	**170.229**
Total do ativo circulante	**340**	**2.238**	**Patrimônio líquido**		
			Capital social	50.000	50.000
			Prejuízos acumulados	(219.418)	(217.991)
			Total do patrimônio líquido	**(169.418)**	**(167.991)**
Total do ativo	**340**	**2.238**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**340**	**2.238**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (valores expressos em reais)

	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais:		
Administrativas e gerais	(315)	(1.465)
Tributárias	(207)	(195)
Outras receitas (despesas) operacionais	400	17.367
	(122)	**15.707**
(Prejuízo)/lucro antes das despesas e receitas financeiras	**(122)**	**15.707**
Resultado financeiro	**(1.315)**	**(969)**
Receitas financeiras	-	2
Despesas financeiras	(1.305)	(971)
(Prejuízo)/lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	**(1.427)**	**14.738**
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	**(1.427)**	**14.738**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia tem por objetivo a realização de estudos, projetos, empreitadas e obras públicas na área de engenharia, construção, renovação e conservação de vias ferroviárias ou instalações conexas, sua exploração ou concessão.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as disposições contidas na lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas respectivas alterações (Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09). Essas leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergências das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade. Com o advento destas legislações, novas normas e procedimentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. PARTES RELACIONADAS
A conta Partes relacionadas apresentada no Passivo Circulante é composta por dívidas com empresas do mesmo grupo econômico sediadas no Brasil e em Portugal, totalizando, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 169.632 (R$ 169.129 em 2022).

4. CAPITAL SOCIAL
O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$50.000,00 está totalmente integralizado pela empresa matriz Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias S.A. sediada em Lisboa – Portugal.

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Durante o período de janeiro a dezembro de 2023, a Companhia efetuou a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social, por meio do lucro real anual, com base em balanços de suspensão. Foi apurado um prejuízo fiscal de R$ 1.427 (R$ 14.738 em 2022 de lucro).

São Paulo, 31 de dezembro de 2023

José Jorge Lisboa Santos Rosa - **Diretor - CPF: 019.401.026-00**
Daniel de Souza Joaquim - **Contador - CRC: 1SP219226/O-1**

Congregação Missionária da Imaculada

CNPJ: 44.373.520/0001-15

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2021 - (Em Milhares de Reais)

Balanço Patrimonial de 01/01/2021 a 31/12/2021

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	**437.055,35**	**Passivo Circulante**	**6.130,22**
Caixa	23.549,44	Empréstimos	6.130,22
Bancos Conta Movimentos	11,00	**Patrimônio Líquido**	
Aplicações a Curto Prazo	413.494,91	Superávits Acumulados	2.903.939,19
Ativo Permanente	**2.249.295,26**	Déficit do Exercício	(223.718,80)
Imóveis	2.920.629,16	Total Superávits	**2.680.220,39**
Móveis e Utensílios	106.350,53	**Total do Passivo**	**2.686.350,61**
Máquinas e Equipamentos	34.351,80		
Veículos	111.500,03		
Depreciação Acumulada	(923.536,26)		
Total do Ativo	**2.686.350,61**		

Reconhecemos a exatidão do presente **BALANÇO PATRIMONIAL**, levantado em 31/12/21, que soma a importância de 2.686.350,61 (dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais e sessenta e um centavos).

Bragança Paulista, 31 de Dezembro de 2021
Regina da Costa Pedro - Presidente
Luiz M. Sperandio - Contador CRC 1SP119134/O-5

Demonstração do Resultado Encerrado em 31/12/2021

Receita Operacional Bruta	
Receitas Eventuais	72.421,11
Receitas de Aluguel	205.400,00
Receitas de Doações	669.256,86
Receitas Financeiras	14.470,90
Res. Oper. Bruto	**961.548,87**
Despesas Operacionais	
Desp. Adm. Sede Provincial	(464.906,37)
Desp. Adm. Casa Provincial	(194.559,93)
Desp. Adm. Com. Vl. Missionária	(38.478,12)
Desp. Adm. Com. Bragança Pta.	(223.995,53)
Desp. Adm. Com. Registro	(46.203,35)
Desp. Adm. Feira de Santana	(70.678,45)
Desp. Adm. Independência	(9.500,50)
Desp. Admin. Depr. Acum.	(136.945,42)
	(1.185.267,67)
Result. Operacional Líquido	(223.718,80)
Result. do Exercício anterior	2.903.939,19
	2.680.220,39

Congregação Missionária da Imaculada

CNPJ: 44.373.520/0001-15

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2022 - (Em Milhares de Reais)

Balanço Patrimonial de 01/01/2022 a 31/12/2022

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	**426.793,51**	**Passivo Circulante**	**6.130,22**
Caixa	26.768,88	Empréstimos	6.130,22
Bancos Conta Movimentos	11,00	**Patrimônio Líquido**	
Aplicações a Curto Prazo	400.013,63	Superávits Acumulados	2.680.220,39
Ativo Permanente	**2.249.295,26**	Déficit do Exercício	(10.261,84)
Imóveis	2.920.629,16	**Total Superávits**	**2.669.958,55**
Móveis e Utensílios	106.350,53	**Total do Passivo**	**2.676.088,77**
Máquinas e Equipamentos	34.351,80		
Depreciação Acumulada	(812.036,23)		
Total do Ativo	**2.676.088,77**		

Reconhecemos a exatidão do presente **BALANÇO PATRIMONIAL**, levantado em 31/12/22, que soma a importância de R$ 2.676.088,77 (dois milhões, seiscentos e setenta e seis mil , oitenta e oito reais e setenta e sete centavos).

Bragança Paulista, 31 de Dezembro de 2022
Regina da Costa Pedro - Presidente
Luiz M. Sperandio - Contador CRC 1SP119134/O-5

Demonstração do Resultado Encerrado em 31/12/2022

Receita Operacional Bruta	
Receitas Eventuais	14.990,00
Receitas de Aluguel	526.309,60
Receitas de Doações	794.503,64
Receitas Financeiras	24.695,68
Res. Oper. Bruto	**1.360.498,92**
Despesas Operacionais	
Desp. Adm. Sede Provincial	(630.189,20)
Desp. Adm. Casa Provincial	(220.260,91)
Desp. Adm. Com. Bragança Pta.	(391.313,10)
Desp. Adm. Feira de Santana	(89.799,05)
Desp. Adm. Independência	(39.198,50)
	(1.370.760,76)
Result. Operacional Líquido	(10.261,84)
Result. do Exercício Anterior	2.680.220,39
	2.669.958,55

Congregação Missionária da Imaculada

CNPJ: 44.373.520/0001-15

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2023 - (Em Milhares de Reais)

Balanço Patrimonial de 01/01/2023 a 31/12/2023

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	**538.422,96**	**Passivo Circulante**	**6.130,22**
Caixa	26.637,55	Empréstimos	6.130,22
Bancos Conta Movimentos	511,00	**Patrimônio Líquido**	
Aplicações a Curto Prazo	511.274,41	Superávits Acumulados	2.669.958,55
Ativo Permanente	**2.337.609,23**	Déficit do Exercício	199.943,42
Imóveis	2.920.629,16	Total Superávits	**2.869.901,97**
Móveis e Utensílios	106.350,53	**Total do Passivo**	**2.876.032,19**
Máquinas e Equipamentos	34.351,80		
Veículos	88.313,97		
Depreciação Acumulada	(812.036,23)		
Total do Ativo	**2.876.032,19**		

Reconhecemos a exatidão do presente **BALANÇO PATRIMONIAL**, levantado em 31/12/23, que soma a importância de 2.876.032,19 (dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trinta e dois reais e dezenove centavos).

Bragança Paulista, 31 de dezembro de 2023
Regina da Costa Pedro - Presidente
Luiz M. Sperandio - Contador CRC 1SP119134/O-5

Demonstração do Resultado Encerrado em 31/12/2023

Receita Operacional Bruta	
Receitas Eventuais	4.471,05
Receitas de Aluguel	561.386,77
Receitas de Doações	958.995,87
Receitas Financeiras	38.253,84
Res. Oper. Bruto	**1.563.107,53**
Despesas Operacionais	
Desp. Adm. Sede Provincial	(507.373,40)
Desp. Adm. Casa Provincial	(166.475,75)
Desp. Adm. Com. Bragança Pta.	(529.006,64)
Desp. Adm. Brasilândia	(49.465,12)
Desp. Adm. Feira de Santana	(65.010,81)
Desp. Adm. Independência	(45.832,39)
	(1.363.164,11)
Result. Operacional Líquido	199.943,42
Result. do Exercício anterior	2.669.958,55
	2.869.901,97

Centro de Formação Ir. Rita Cavenaghi

CNPJ: 01.409.519/0001-90

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2021 - (Em Milhares de Reais)

Balanço Patrimonial de 01/01/2021 a 31/12/2021

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	**105.671,72**	**Patrimônio Líquido**	
Caixa	10,00	Superávits Acumulados	146.300,24
Bancos Conta Movimentos	105.661,72	Déficit do Exercício	(7.893,14)
Ativo Permanente	**32.735,38**	**Total Superávits Acumulados**	138.407,10
Imóveis	238.489,39	**Total do Passivo**	**138.407,10**
Móveis e Utensílios	117.785,22		
Máquinas e Equipamentos	11.845,54		
Depreciação Acumulada	(335.384,77)		
Total do Ativo	**138.407,10**		

Reconhecemos a exatidão do presente **BALANÇO PATRIMONIAL,** levantado em 31/12/21, que soma a importância de R$ 138.407,10 (cento e trinta e oito mil, quatrocentos e sete reais e dez centavos).

Bragança Paulista, 31 de Dezembro de 2021
Regina da Costa Pedro - Presidente
Luiz M. Sperandio - Contador CRC 1SP119134/O-5

Demonstração do Resultado Encerrado em 31/12/2021

Receita Operacional Bruta	
Receitas Convênio Prefeitura	622.457,34
Receitas com Donativos	50.772,31
Receitas Financeiras	5.052,56
Res. Oper. Bruto	**678.282,21**
Despesas Operacionais	
Desp. Administrativas	(40.021,83)
Desp. Recursos Humanos	(90.973,93)
Desp. Financeiros	(2.587,27)
Desp. Adm. Conv. CEI	(552.592,32)
	(686.175,35)
Result. Operacional Líquido	(7.893,14)
Result. do Exercício Anterior	146.300,24
	138.407,10

Babilônia Holding S.A.

CNPJ/ME n° 26.680.187/0001-05 - NIRE 35.300.498.755

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/04/2024

Data, Hora e Local da Realização: realizada em 17/04/2024, às 11h, na sede social da **Babilônia Holding S.A.**, sociedade anônima fechada, situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, n° 116, 6° Andar, Conjunto 61, Sala F, Itaim Bibi, CEP 01.453-050 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4°, da Lei n° 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** a Acionista única indicou para presidir a mesa o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Ruy de Sousa Pereira Lima, e, como secretário, o Diretor sem designação específica, Sr. Daniel Eduardo Araque Prada, nos termos do Estatuto Social da Companhia e 128 da Lei das S.A. **Ordem do Dia:** deliberar sobre ***(i.)*** redução do capital social da Companhia; e tratar da ***(ii.)*** publicação da presente ata, em observação ao artigo 174, *caput* e §1° da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, §1°, do Código Civil. **Deliberações:** após a leitura, análise e discussão da matéria constante da ordem do dia e dos documentos pertinentes, devidamente colocados à disposição da Acionista, a Acionista única da Companhia, representando a totalidade do capital social, por unanimidade de votos, e sem qualquer reserva e/ou ressalva, decidiu: ***(i.)*** nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das S.A., aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **até** R$ 55.000.000,00, considerado excessivo ao objeto social da Companhia - montante este a ser confirmado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente -, o qual será restituído integralmente à Acionista única da Companhia, à vista ou em parcelas, sem cancelamento de ações, desde que cumpridas as seguintes condicionantes: (i) decurso do prazo legal de 60 dias previsto no artigo 174 da Lei das S.A., o qual terá início após a publicação desta ata; (ii) aprovação da redução de capital pelos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Companhia, nos termos do Art. 174, § 3° da Lei das Sociedades por Ações, (iii) aprovação da redução de capital pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") nos termos do contrato de financiamento mediante abertura de crédito n° 17.2.0402.01, celebrado em 25/09/2017 ("Contrato de Financiamento") e (iv) obtenção de demais aprovações ou consentimentos que possam se verificar necessários para efetivar a referida redução de capital. Por consequência, se confirmado, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente, o montante máximo pré-aprovado pela presente deliberação, o capital social da Companhia passará dos atuais R$ 132.047.792,44 para R$ 77.047.792,44; e ***(ii.)*** que fica a diretoria da Companhia encarregada de providenciar a publicação da presente ata, em atendimento ao artigo 174, *caput* e §1°, da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, § 1°, do Código Civil. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no artigo 130, §1°, da Lei das S.A., a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. **Assinaturas:** Mesa: Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: **Astic IE Participações S.A.** A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, Estado de São Paulo, 17/04/2024. **Mesa: Ruy de Sousa Pereira Lima -** Presidente; **Daniel Eduardo Araque Prada -** Secretário. **Acionista: Astic IE Participações S.A. - Por:** Ruy de Sousa Pereira Lima - **Cargo:** Diretor Presidente, **Por:** Daniel Eduardo Araque Prada - **Cargo:** Diretor sem designação específica.

Central Eólica Babilônia I S.A.

CNPJ/ME n° 13.346.095/0001-41 - NIRE 35.300.536.380

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/04/2024

Data, Hora e Local da Realização: realizada em 17/04/2024, às 10h, na sede social da **Central Eólica Babilônia I S.A.**, sociedade anônima fechada, situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, n° 116, 6° Andar, Conjunto 61, Sala G, Itaim Bibi, CEP 01.453-050 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4°, da Lei n° 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** a Acionista única indicou para presidir a mesa o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Ruy de Sousa Pereira Lima, e, como secretário, o Diretor sem designação específica, Sr. Daniel Eduardo Araque Prada, nos termos dos artigos 9° do Estatuto Social da Companhia e 128 da Lei das S.A. **Ordem do Dia:** deliberar sobre ***(i.)*** redução do capital social da Companhia; e tratar da ***(ii.)*** publicação da presente ata, em observação ao artigo 174, *caput* e §1° da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, §1°, do Código Civil. **Deliberações:** após a leitura, análise e discussão da matéria constante da ordem do dia e dos documentos pertinentes, devidamente colocados à disposição da Acionista, a Acionista única da Companhia, representando a totalidade do capital social, por unanimidade de votos, e sem qualquer reserva e/ou ressalva, decidiu: ***(i.)*** nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das S.A., aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **até** R$ 8.000.000,00 considerado excessivo ao objeto social da Companhia - montante este a ser confirmado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente - o qual será restituído integralmente à Acionista única da Companhia, à vista ou em parcelas, sem cancelamento de ações, desde que cumpridas as seguintes condicionantes: (i) decurso do prazo legal de 60 dias previsto no artigo 174 da Lei das S.A., o qual terá início após o a publicação desta ata; (ii) aprovação da redução de capital pelos debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Acionista única da Companhia, nos termos do Art. 174, §3° da Lei das Sociedades por Ações, (iii) aprovação da redução de capital pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") nos termos do contrato de financiamento mediante abertura de crédito n° 17.2.0402.01, celebrado em 25 de setembro de 2017 ("Contrato de Financiamento") e (iv) obtenção de demais aprovações ou consentimentos que possam se verificar necessários para efetivar a referida redução de capital. Por consequência, se confirmado, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente, o montante máximo pré-aprovado pela presente deliberação, o capital social da Companhia passará dos atuais R$ 41.860.000,84 para R$ 33.860.000,84; e ***(ii.)*** que fica a diretoria da Companhia encarregada de providenciar a publicação da presente ata, em atendimento ao artigo 174, *caput* e §1°, da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, §1°, do Código Civil. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no artigo 130, §1°, da Lei das S.A., a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. **Assinaturas:** Mesa: Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: **Babilônia Holding S.A..** A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, Estado de São Paulo, 17/04/2024. **Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário. **Acionista: Babilônia Holding S.A. Por:** Ruy de Sousa Pereira Lima - **Cargo:** Diretor Presidente **Por:** Daniel Eduardo Araque Prada - **Cargo:** Diretor sem designação específica.

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

MG4 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.265.100/0001-57 - NIRE: 35300507797 ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Fevereiro de 2024

Data, local e hora: Em 26 de fevereiro de 2024, às 14:00 horas, na sede social, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Lavandisca, nº 741, Moema, CEP 04515-011. **Convocação e Presença:** Dispensadas e sanadas todas as formalidades de convocação, publicação de anúncios e documentos, e observância de prazos, face à presença da acionista representando 100% (cem por cento) das ações com direito a voto de emissão da Companhia, conforme assinaturas constantes no final desta ata e de acordo com o disposto do artigo 124, parágrafo 4ª, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a saber: **(i) Taciana Rocca Fernandes**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 31/01/1974, Bióloga, portadora da cédula de identidade RG nº 22.964.518-5 expedida pela SSP/SP e do CPF/MF nº 262.777.368-25, residente e domiciliada à Rua Alameda Arapanés, 631, Torre 3, Apto. 51, Moema, São Paulo/SP, CEP 04524-001. **Mesa:** Presidente: Sra. **Taciana Rocca Fernandes;** Secretária: Sra. **Bianca Xavier Franco Castro. Ordem do dia:** Deliberar sobre a (i) Aumento de capital social da Companhia; (ii) Inclusão de atividades no objetivo social da Companhia; (iii) Adequação do endereço da Companhia; (iv) a reforma do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Por deliberação sem ressalva da acionista presente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, decide por: (i) Aprovar o aumento de capital social da Companhia de R$ 4.501.000,00 (quatro milhões, quinhentos e um mil reais) para R$ 8.501.000,00 (oito milhões, quinhentos e um mil reais), mediante a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), totalmente subscritas, conforme boletim de subscrição anexo. (ii) Aprovar a inclusão das atividades de Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis (CNAE 6821-8/01) e Aluguel de imóveis próprios (CNAE 6810-2/02) no objeto social da Companhia. (iii) Aprovar a adequação do endereço da Companhia, a saber: Avenida Lavandisca, nº 741, Edifício New Office Center, conjunto 123, Moema, São Paulo/SP, CEP 04515-910. (iv) Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia, em virtude das deliberações aprovadas acima, passando a este a vigorar com a redação constante do Anexo II à presente ata; e (v) Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. A presente Assembleia Geral foi realizada na sede da Companhia com a coleta das assinaturas dos acionistas, por meio da plataforma D4SIGN (credenciada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001). Os membros da Mesa e a acionista presentes reconhecem e concordam com a assinatura através da referida plataforma, atestando sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. As partes também concordam que a assinatura eletrônica desta Assembleia Geral não obsta ou prejudica sua exequibilidade. Esta Assembleia Geral produz efeitos para todas as partes a partir da data abaixo indicada, ainda que uma ou mais partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. A presente ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 26 de fevereiro de 2024. **Mesa: Taciana Rocca Fernandes -** Presidente; **Bianca Xavier Franco Castro -** Secretária. **Acionista:** Taciana Rocca Fernandes. **Advogada:** Dra. Bianca Xavier Franco Castro - OAB/SP: 411.615 - CPF: 430.777.828-63. **JUCESP** nº 150.800/24-1 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo II - Estatuto Social - MG4 Empreendimentos e Participações S.A. -** CNPJ/MF nº 20.265.100/0001-57 - NIRE: 35300507797. **Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto:** Artigo 1º - A **MG4 Empreendimentos e Participações S.A.,** é uma sociedade anônima, de capital fechado, que reger-se-á pelas leis por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto as atividades de: a) Outras sociedades de participação, exceto holdings (CNAE 6463-8/00); b) Incorporação de empreendimentos imobiliários (CNAE 4110-7/00); c) Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis (CNAE 6821-8/01) e d) Aluguel de imóveis próprios (CNAE 6810-2/02). Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Avenida Lavandisca, nº 741, Edifício New Office Center, conjunto 123, Moema, São Paulo/SP, CEP 04515-910. Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da sua administração, abrir e encerar filiais, escritórios e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e do exterior, desde que obedecidas as disposições legais e as contidas neste Estatuto Social. Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia será por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 25/07/2017. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R$ 8.501.000,00 (oito milhões, quinhentos e um mil reais) divididos em 8.501.000 (oito milhões quinhentas e vinte e uma mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto a instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. Parágrafo Segundo - Cada ação ordinária confere ao seu titular um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Parágrafo Terceiro - A propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular e serão registradas no "Livro de Registro de Ações Nominativas" da Companhia. Parágrafo Quarto - As ações são indivisíveis perante a Companhia. Parágrafo Quinto - As ações preferenciais da Companhia não terão direito de voto, consistindo sua preferência em propriedade no reembolso do Capital Social na eventualidade de liquidação da Companhia em prêmio de qualquer espécie. Parágrafo Sexto - A responsabilidade dos acionistas, é, na forma da legislação em vigor, limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. Parágrafo Sétimo - As bonificações e dividendos serão distribuídos aos acionistas em razão de suas participações no capital social da Companhia. Parágrafo Oitavo - Os acionistas terão preferência para subscrição de ações nos aumentos do capital social conforme definido em lei, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados da publicação Assembleia Geral que tiver aprovado o aumento do capital, ou do edital que consubstancie as deliberações da Assembleia Geral, respeitada a mesma espécie e classe das ações, nas proporções das que possuírem. Parágrafo Nono - O direito de preferência de que cuida o parágrafo sétimo acima, não alcança os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures e demais títulos previstos no artigo 171, parágrafo 3º da Lei 6404/76. Parágrafo Décimo - A Companhia apenas emitirá ações ordinárias nominativas de classe única e ações preferenciais, nominativas de classe única e sem direito a voto. **Capítulo III - Assembleia Geral:** Artigo 6º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo convocada, instalada e realizada para os finas e na forma prevista em lei, tomando-se as deliberações com o quórum legalmente previsto. Parágrafo Primeiro - todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta do capital social da Companhia, exceto se o quórum maior for exigido nos termos da lei ou deste Estatuto Social. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre os assuntos da ordem do dia, constantes no respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica. Artigo 7º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pela Diretora Presidente e, em falta ou impedimento, por um ou outro membro da Diretoria ou ainda, na falta destes, por qualquer dos acionistas presentes. Parágrafo Primeiro - A Presidente da Assembleia escolherá um ou mais secretários. Parágrafo Segundo - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais, por procuradores nomeados na forma do Artigo 126, § 1º, da Lei 6404/76. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo Terceiro - As deliberações da Assembleia Geral, tomadas regularmente, obrigam o cumprimento, por todos os acionistas, ainda que ausentes ou dissidentes, dentro das disposições da Lei e do presente Estatuto. Artigo 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas em lei e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. Artigo 9º - Compete à Assembleia Geral: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e sua distribuição aos acionistas. c) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; d) eleger e destituir membros da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalados; e) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; f) suspender o exercício de direitos dos acionistas, na forma do disposto no Artigo 120 da Lei 6404/76; g) deliberar sobre a incorporação da Companhia, ou das ações de sua emissão em outras sociedades, sua fusão, cisão, transformação ou dissolução; h) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, e i) fiscalização a gestão dos Diretores. Artigo 10º - As matérias abaixo relacionadas somente poderão ser aprovadas pela Assembleia Geral da Companhia, mediante a aprovação de acionistas que representem a maioria absoluta dos votos: a) aprovação do Orçamento Anual e suas modificações; b) pedido voluntário de falência ou recuperação judicial; c) cisão, fusão, incorporação e transformação da Companhia ou qualquer outra forma de reestruturação societária; d) incorporação, pela Companhia, de outra sociedade ou de parcela do patrimônio de outra Sociedade; e) contratação de empréstimos, financiamento, arrendamento mercantil e a realização de operações afins que, individualmente ou consideradas em conjunto quando de mesma natureza, impliquem em obrigação para a Companhia em valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), exceto se previsto no orçamento anual; f) despesas não previstas no Orçamento Anual em valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais); g) alienação, oneração ou aquisição de bens do ativo permanente da Companhia ou de qualquer direito de propriedade intelectual vinculado ao seu objeto social; h) constituição de garantia de qualquer espécie pela Companhia em favor de terceiros, salvo para dívidas da própria Companhia; i) a celebração pela Companhia de qualquer acordo, contrato ou documento de qualquer natureza que gere obrigações para a Companhia com qualquer de seus acionistas ou pessoa por eles controlada, controladora ou da qual participe direta ou indiretamente, qualquer dos acionistas da Companhia; j) alteração das políticas de dividendos da Companhia; k) dissolução e/ou liquidação e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia; l) participação em grupo de sociedade ou em consórcios; m) criação pela Companhia de novas classes de ações; n) alteração do dividendo obrigatório da Companhia; o) atribuição a terceiros (inclusive empregados) de participação nos lucros da Companhia; p) mudança no objeto da Companhia; q) aumento ou redução do capital social da Companhia; r) aquisição pela Companhia de participações societárias em outras sociedades; s) criação pela Companhia de partes beneficiárias; t) emissão pela Companhia de debêntures conversíveis ou não em ações e/ou bônus de subscrição; u) alterações nas preferências, vantagens, e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais da Companhia, caso existentes, ou criação de classe mais favorecida; v) inclusão, exclusão ou alteração no Estatuto Social de qualquer disposição estabelecendo quórum qualificado para aprovação de determinadas matérias; w) fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva; x) modificação do Estatuto Social da Companhia que afete os direitos dos acionistas. **Capítulo IV - Administração da Companhia:** Artigo 11º - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta um Diretor, sendo um Diretor Presidente, residente no País, eleito pela Assembleia, com mandato unificado original de 3 (três) anos, mantendo-se no cargo nos termos da Lei, até que seja realizada nova eleição de Diretoria. Parágrafo Primeiro - A Companhia será representada, isoladamente, pelo Diretor Presidente, nos seguintes atos: a) representação da Companhia, na forma estatutária, em juízo ou fora dele, observadas as limitações da lei em atos que impliquem a assunção de obrigações perante terceiros para a Companhia; b) nomeação de procuradores ad negotia ou ad judicia, sendo que a procuração somente será válida se outorgada com prazo determinado e poderes específicos. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral também estabelecerá a remuneração fixa de cada membro da Diretoria e distribuirá, quando for o caso, a participação nos lucros fixados no âmbito desta. Parágrafo Terceiro - Compete fundamentalmente aos Diretores zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social. Parágrafo Quarto - A Diretora Presidente cabe especialmente coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes, o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais, ou nas suas próprias reuniões, administrar, gerir e superintender os negócios sociais, emitir e aprovar instruções, regulamentos internos que julgar uteis ou necessários. Parágrafo Quinto - Ocorrendo a vacância no cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá a Assembleia Geral eleger o novo Diretor ou designar substituto, fixando, em qualquer dos casos, prazo da gestão e os respectivos vencimentos. Parágrafo Sexto - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e sua convocação caberá aa Diretora Presidente, que também presidirá a reunião. Parágrafo Sétimo - A reunião instalar-se-á com a presença da totalidade dos Diretores. Parágrafo Oitavo - As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. Parágrafo Nono - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura de respectivo termo, lavrado em livro próprio. Parágrafo Décimo - Os mandatos serão sempre assinados pelo Diretor Presidente e serão outorgados para fins específicos e por prazos determinados, salvo os que contemplarem os poderes da cláusula ad judicia. Nos casos em que o prazo de validade for omitido das procurações, as mesmas serão consideradas válidas pelo período de 1 (um) ano. **Capítulo V - Conselho Fiscal:** Artigo 12º - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, que só será instalado a pedido dos acionistas que representem o mínimo, um décimo das ações ordinárias nominativas da Companhia e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir a sua instalação. Artigo 13º - Na eventual instalação do Conselho Fiscal, serão observadas as seguintes normas: a) será composto de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, acionistas ou não diplomados em curso de nível universitário, ou que tenha exercido, pelo prazo mínimo de três anos, cargo de Administrador de Empresas ou Conselheiros Fiscal, eleitos pela Assembleia Geral que o constituir; b) os acionistas minoritários desde que em conjunto representem 10% (dez por cento) ou mais das ações ordinárias nominativas da Companhia, poderão eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente; e c) os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição e poderão ser reeleitos. Artigo 14º - Dentro dos limites legais, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será atribuída pela Assembleia Geral que o instalar, assim como os deveres e responsabilidades de seus membros fixados em Lei. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Resultados:** Artigo 15º - O exercício social terá início no primeiro dia do mês de janeiro e término no último dia do mês de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia. Parágrafo Único - A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do lucro líquido ou absorção de prejuízos apurados de cada exercício social, observado o disposto no artigo 202 da Lei 6404/76. Artigo 16º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em Lei. Parágrafo Primeiro - Por deliberação da Assembleia geral, poderão também ser declarados dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral poderá determinar montante a ser pago ou creditado aos acionistas, a titulo de juros sobre o capital próprio, de acordo com o Artigo 9º da Lei 9249/95, alterada pela Lei 9430/96. Parágrafo Terceiro - Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. Artigo 17º - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da Lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Parágrafo Único - os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos contados da data em que tenha sido posto à disposição dos acionistas e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VII - Liquidação:** Artigo 18º - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, ou em virtude da deliberação da Assembleia Geral e se extinguirá pelo encerramento da liquidação. **Capítulo VIII - Disposições Gerais:** Artigo 19º - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na forma do Artigo 118 da Lei 6404/76, cabendo a respectiva Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e a Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos. **Visto da Advogada:** Dra. Bianca Xavier Franco Castro - OAB/SP: 411.615 - CPF: 430.777.828-63.

São Eutiquiano Participações S.A.

grupo maringá

CNPJ nº 12.125.536/0001-12 - NIRE nº 35.300.417.577

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da São Eutiquiano Participações S.A. ("Companhia") devidamente convocados a participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 30/04/2024, às 09:00h, na Rua Joaquim Floriano, 466, 6º andar, Conjuntos 601 e 602, Sala 1, Torre Office, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04534-002, com a seguinte ordem do dia: em **Assembleia Geral Ordinária** (a) prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 2023; (b) deliberação sobre a destinação do lucro líquido; e (c) fixação da remuneração anual global dos Administradores. Na forma autorizada pela Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, as Assembleias ocorrerão de forma semipresencial, facultando-se aos acionistas comparecerem no endereço indicado acima ou então participarem de forma virtual por meio da plataforma digital Microsoft/Teams. Os acionistas que desejarem acessar a assembleia digitalmente deverão encaminhar comunicação para o endereço eletrônico ri@grupomaringa.com.br, até 30 (trinta) minutos antes do horário de início das assembleias, contendo nome completo, RG e CPF ou CNPJ, conforme o caso; os representantes legais e procuradores de acionistas deverão também informar nome completo, RG e CPF e documento confirmando validade de sua representação na mesma comunicação. Adicionalmente, deverá ser indicado o(s) endereço(s) de e-mail que acessará(ão) a plataforma e para o(s) qual(is) a Companhia encaminhará o link de conexão. A sala virtual será aberta com 15 (quinze) minutos de antecedência do horário designado para o início das assembleias. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei Federal nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 2023. **A Diretoria.**

Galgo Sistemas de Informações S.A.

CNPJ: 25.197.090/0001-83 - NIRE: 35300493206

Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária - Edital de Convocação

Conforme disposto no parágrafo 2º da Lei 6404/76, instituído pela Medida Provisória 931, de 30 de março de 2020, e em conformidade com o disposto na IN nº 81 do Departamento de Registro Empresarial e Integração, publicada em 15 de junho de 2020, ficam convocados os acionistas da **Galgo Sistemas de Informações S.A.** (**Galgo S.A.**) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia **25 de abril de 2024**, às 15:30 horas, em formato digital, na rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico **https://galgosistemas.webex.com/meet/institucional**, a fim de deliberarem sobre: **Em AGO:** (i) a realização da Assembleia Geral Ordinária em formato digital, conforme previsto na IN nº 81 do Departamento de Registro Empresarial e Integração. (ii) o "Relatório da Administração" e as "Demonstrações Financeiras" do exercício de 2023 da **Galgo S.A.,** conforme requerido no inciso (i) do Parágrafo 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da companhia. (iii) a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023, conforme requerido no Artigo 33 do Estatuto Social da companhia. (iv) a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024, conforme requerido no inciso (iv) do Parágrafo 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da companhia. (v) eleição dos membros do Conselho de Administração e suplentes da Companhia, com mandatos unificados de 2 (dois) anos. (vi) nomeação do Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Observamos que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 da **Galgos S.A.** encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da companhia, podendo ser disponibilizados por meio digital, mediante requerimento para o endereço eletrônico (e-mail) governanca@galgosistemas.com.br. **Em AGE:** (i) a realização da Assembleia Geral Extraordinária em formato digital, conforme previsto na IN nº 81 do Departamento de Registro Empresarial e Integração. (ii) o "Plano de Negócios - visão 2024" da **Galgo S.A.,** conforme requerido no inciso (i) do Artigo 24 do Estatuto Social da companhia. Observamos que o Plano de Negócios - Visão 2024 da **Galgo S.A.** encontra-se à disposição das Acionistas na sede da companhia, podendo ser disponibilizado por meio digital, mediante requerimento para o endereço eletrônico (e-mail) governanca@galgosistemas.com.br. Os Acionistas deverão enviar as respectivas Procurações com a indicação de seu(s) representante(s) legal(is) para o endereço eletrônico (e-mail) governanca@galgosistemas.com.br, juntamente com uma cópia digital do documento de identificação do referido representante legal, até o dia 23 de abril de 2024. Informamos antecipadamente que a reunião da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será gravada, a fim de registrar a efetiva participação, as manifestações e votos dos Acionistas durante sua realização. São Paulo, 25 de março de 2024. Roberto Paolino - Presidente do Conselho de Administração.

SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.

CNPJ: 03.112.879/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimentos às determinações legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Controladora 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)	Consolidado 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.140	149	8	3.223	175	37
Títulos e valores mobiliários	-	79.313	2.382	8.773	82.928	9.852
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.389	131	-	1.363	131
Contas a receber de clientes	46.069	49.864	51.623	59.515	62.009	63.788
Estoques	18.983	22.376	24.492	52.070	74.204	64.618
Tributos a recuperar	1.495	9.396	27.968	15.722	27.533	40.314
Adiantamento a fornecedor	10.960	15.861	-	23.284	27.126	-
Despesas antecipadas	8.370	6.052	6.101	8.498	6.065	6.150
Outros ativos	3.871	2.603	10.458	4.294	2.197	19.020
Total do ativo circulante	92.888	187.003	123.163	175.379	283.600	203.910
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	7.746	5.738
Tributos diferidos	-	-	-	9.779	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.296	-	-	3.296	-
Despesas antecipadas	6.101	5.744	3.571	6.101	5.747	3.583
Dividendos a receber	-	-	99			
Depósitos compulsórios e judiciais	7.065	7.171	7.806	7.065	7.247	7.806
	13.166	16.211	11.476	22.945	24.036	17.127
Investimentos	93.294	88.068	89.398	-	-	-
Imobilizado	424.981	392.496	346.491	417.416	381.957	333.428
Ativos de direito de uso	11.314	13.790	13.246	12.345	14.371	13.246
Intangível	1.687.639	1.616.402	1.529.456	1.739.906	1.665.462	1.578.103
	2.217.228	2.110.756	1.978.591	2.169.667	2.061.790	1.924.777
Total do ativo não circulante	2.230.394	2.126.967	1.990.067	2.192.612	2.085.826	1.941.904
Total do ativo	2.323.282	2.313.970	2.113.230	2.367.991	2.369.426	2.145.814

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Controladora 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)	Consolidado 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Circulante						
Fornecedores	86.223	114.035	114.054	77.951	104.776	107.095
Fornecedores risco sacado	11.454	15.845		12.250	15.845	4.029
Passivo de arrendamento	7.295	6.360	4.029	8.030	6.748	-
Instrumentos financeiros derivativos	13.163	-	42	13.052	-	42
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	20.496	18.115	27.732	24.449	21.316	31.928
Partes relacionadas	2.419	-	450.533	35.296	54.528	476.291
Tributos a pagar	12.122	10.815	9.748	12.826	11.477	10.331
Aquisições societárias a pagar	-	-	2.713	8.480	3.549	7.227
Receitas diferidas	-	-	-	288	502	
Dividendos a pagar	-	94	-	-	94	2.713
Outros passivos	3.155	7.203	5.874	8.006	9.141	7.564
Total do passivo circulante	156.327	172.467	614.725	200.628	227.976	647.220
Não circulante						
Passivo de arrendamento	6.038	9.442	9.915	6.383	9.655	9.915
Instrumentos financeiros derivativos	28.211	-	-	28.211	-	-
Provisões para contingências	18.928	11.524	27.688	18.991	11.873	27.982
Partes relacionadas	943.563	941.215	325.691	943.563	941.215	325.691
Tributos a pagar	5.706	4.900	4.484	5.706	4.900	4.484
Aquisições societárias a pagar	-	-	-	-	7.605	5.678
Tributos diferidos	29.186	32.591	10.765	29.186	24.371	5.014
Outros passivos	-	-	394	-	-	262
Total do passivo não circulante	1.031.632	999.672	378.937	1.032.040	999.619	379.026
Total do passivo	1.187.959	1.172.139	993.662	1.232.668	1.227.595	1.026.246
Patrimônio líquido						
Capital social	1.144.872	1.144.872	1.144.872	1.144.872	1.144.872	1.144.872
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.304)	(7.304)	(7.304)	(7.304)	(7.304)	(7.304)
Reserva legal	5.626	5.626	3.161	5.626	5.626	3.161
Reserva de lucros	-	-	8.139	-		8.139
Prejuízos acumulados	(7.871)	(1.363)	(29.300)	(7.871)	(1.363)	(29.300)
Total do patrimônio líquido	1.135.323	1.141.831	1.119.568	1.135.323	1.141.831	1.119.568
Total do passivo e patrimônio líquido	2.323.282	2.313.970	2.113.230	2.367.991	2.369.426	2.145.814

Demonstração do resultado exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	738.582	701.440	775.147	740.516
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(392.802)	(346.462)	(405.983)	(371.956)
Lucro bruto	345.780	354.978	369.165	368.560
(Despesas) receitas operacionais				
Gerais e administrativas	(78.955)	(81.625)	(88.635)	(89.332)
Comerciais	(93.016)	(93.257)	(97.788)	(96.740)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	898	14.947	3.628	15.663
Participação nos resultados de controlada	5.226	(1.032)	-	(147)
Resultado operacional	179.933	194.011	186.369	198.004
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(316.838)	(133.553)	(327.215)	(142.339)
Receitas financeiras	104.919	14.835	107.332	17.026
Variações cambiais, líquidas	22.072	(4.175)	22.041	(4.042)
Despesas financeiras, líquidas	(189.847)	(122.893)	(197.842)	(129.355)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.914)	71.118	(11.473)	68.649
Impostos de renda e contribuição social				
Impostos de renda e contribuição social diferido	3.406	(21.826)	4.965	(19.357)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.508)	49.292	(6.508)	49.292

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(6.508)	49.292	(6.508)	49.292
Total do resultado abrangente do exercício	**(6.508)**	**49.292**	**(6.508)**	**49.292**

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
1º de janeiro de 2022	1.144.872	(7.304)	3.161	8.139	-	1.148.868
Ajustes de exercícios anteriores - correção de erros	-	-	-	-	(29.300)	(29.300)
Saldo de abertura ajustado	1.144.872	(7.304)	3.161	8.139	(29.300)	1.119.568
Pagamento de dividendos referente 2021	-	-	-	(8.139)	-	(8.139)
Antecipação dividendos 2022	-	-	-	-	(18.890)	(18.890)
Resultado do exercício	-	-	-	-	49.292	49.292
Constituição reserva legal	-	-	2.465	-	(2.465)	-
Em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado	1.144.872	(7.304)	5.626	-	(1.363)	1.141.831
Resultado do exercício					(6.508)	(6.508)
Em 31 de dezembro de 2023	1.144.872	(7.304)	5.626	-	(7.871)	1.135.323

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.914)	71.118	(11.473)	68.649
Ajustes				
Depreciação e amortização	239.925	197.608	234.155	192.581
Amortização do valor justo	-	-	1.223	1.930
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	6.519	571	6.831	571
Juros e variações monetárias e cambiais	75.272	120.713	81.565	126.545
Juros sobre operações de derivativos	63.709	-	63.709	-
Resultado de equivalência patrimonial	(5.226)	1.032	-	147
Provisão para redução de estoques ao valor recuperável	6	(1.156)	2.402	(2.550)
Reversão e provisão para contingências	8.211	(15.748)	8.001	(15.769)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.480	20.080	18.027	20.508
Atualização aquisição societária a pagar	-	-	868	1.007
Atualização aplicação financeira	(4.905)	(793)	(6.107)	(1.995)
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	44.505	(2.996)	44.142	(3.144)
Amortização de direito de uso	6.732	6.342	7.800	7.235
	450.228	325.653	462.616	327.066
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(11.685)	(18.321)	(34.173)	(34.624)
Estoques	3.387	3.273	20.274	(7.036)
Tributos a recuperar	7.900	18.572	11.812	12.764
Despesas antecipadas	(2.675)	(2.124)	(2.786)	(2.080)
Receitas diferidas	-	-	(215)	502
Fornecedores	(25.273)	11.346	(4.850)	24.942
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	2.380	(9.617)	3.133	(10.612)
Tributos a pagar	2.114	1.483	2.156	1.563
Contingências e depósitos judiciais	(700)	219	(700)	219
Outros ativos e passivos de curto e longo prazos	(414)	(7.073)	605	(9.117)
	(24.966)	(2.243)	(4.744)	(23.480)
Caixa gerado nas operações	415.348	394.528	446.399	372.235
Juros pagos	(97.274)	(68.135)	(101.085)	(68.136)
Juros derivativos pagos	(61.103)	-	(61.103)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	256.971	326.393	284.211	304.099
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(175.085)	(147.346)	(171.730)	(143.468)
Aquisições de bens do ativo intangível	(182.010)	(179.303)	(187.852)	(183.022)
Dividendos recebidos	-	298	-	298
Pagamento de aquisições societárias	-	-	(3.542)	(2.758)
Aplicação/resgate de títulos e valores mobiliários	84.218	(76.138)	88.008	(73.088)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(272.877)	(402.489)	(275.116)	(402.038)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(94)	(29.549)	(94)	(29.946)
Pagamento de arrendamentos	(8.452)	(6.774)	(9.630)	(7.788)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(1.053)	(1.600)	(825)	(1.426)
Recebimento de empréstimos de partes relacionadas	54.077	680.154	54.816	(577.365)
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas	(25.581)	(565.994)	(50.314)	714.602
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	18.897	76.237	(6.047)	98.077
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	2.991	141	3.048	138
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	149	8	175	37
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.140	149	3.223	175

DIRETOR GERAL: Boanerges Corado Neto

DIRETOR FINANCEIRO: Ricardo Chen

CONTROLLER: Ângela Maria Marques Essig - CRC/RS 060017/O – 9 "T" SP

As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela PWC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com parecer sem ressalvas datado de 17/04/2023, e encontram-se disponíveis em formato integral na sede da Companhia.

Central Eólica Babilônia II S.A.

CNPJ/ME nº 13.346.161/0001-83 - NIRE 35.300.536.169

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/04/2024

Data, Hora e Local da Realização: realizada em 17/04/2024, às 10h, na sede social da **Central Eólica Babilônia II S.A.,** sociedade anônima fechada, situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, nº 116, 6º Andar, Conjunto 61, Sala H, Itaim Bibi, CEP 01.453-050 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** a Acionista única indicou para presidir a mesa o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Ruy de Sousa Pereira Lima, e, como secretário, o Diretor sem designação específica, Sr. Daniel Eduardo Araque Prada, nos termos dos artigos 9º do Estatuto Social da Companhia e 128 da Lei das S.A. **Ordem do Dia:** deliberar sobre ***(i.)*** redução do capital social da Companhia; e tratar da ***(ii.)*** publicação da presente ata, em observação ao artigo 174, *caput* e §1º da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, §1º, do Código Civil. **Deliberações:** após a leitura, análise e discussão da matéria constante da ordem do dia e dos documentos pertinentes, devidamente colocados à disposição da Acionista, a Acionista única da Companhia, representando a totalidade do capital social, por unanimidade de votos, e sem qualquer reserva e/ou ressalva, decidiu: ***(i.)*** nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das S.A., aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **até** R$ 13.500.000,00, considerado excessivo ao objeto social da Companhia - montante este a ser confirmado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente -, o qual será restituído integralmente à Acionista única da Companhia, à vista ou em parcelas, sem cancelamento de ações, desde que cumpridas as seguintes condicionantes: (i) decurso do prazo legal de 60 dias previsto no artigo 174 da Lei das S.A., o qual terá início após publicação desta ata; (ii) aprovação da redução de capital pelos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Acionista única da Companhia, nos termos do Art. 174, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, (iii) aprovação da redução de capital pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") nos termos do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 17.2.0402.01, celebrado em 25/09/2017 ("Contrato de Financiamento") e (iv) obtenção de demais aprovações ou consentimentos que possam se verificar necessários para efetivar a referida redução de capital. Por consequência, se confirmado, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente, o montante máximo pré-aprovado pela presente deliberação, o capital social da Companhia passará dos atuais R$ 40.860.000,22 para R$ 27.360.000,22; e ***(ii.)*** que fica a diretoria da Companhia encarregado de providenciar a publicação da presente ata, em atendimento ao artigo 174, *caput* e §1º, da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, § 1º, do Código Civil. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no artigo 130, §1°, da Lei das S.A., a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. **Assinaturas:** Mesa: Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: **Babilônia Holding S.A.** A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, Estado de São Paulo, 17/04/2024. **Mesa: Ruy de Sousa Pereira Lima -** Presidente; **Daniel Eduardo Araque Prada -** Secretário. **Acionista: Babilônia Holding S.A. - Por:** Ruy de Sousa Pereira Lima - **Cargo:** Diretor Presidente, **Por:** Daniel Eduardo Araque Prada - **Cargo:** Diretor sem designação específica.

Central Eólica Babilônia III S.A.

CNPJ/ME nº 13.346.102/0001-05 - NIRE 35.300.536.142

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/04/2024

Data, Hora e Local da Realização: realizada em 17/04/2024, às 10h, na sede social da **Central Eólica Babilônia III S.A.,** sociedade anônima fechada, situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, nº 116, 6º Andar, Conjunto 61, Sala I, Itaim Bibi, CEP 01.453-050 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** a Acionista única indicou para presidir a mesa o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Ruy de Sousa Pereira Lima, e, como secretário, o Diretor sem designação específica, Sr. Daniel Eduardo Araque Prada, nos termos dos artigos 9º do Estatuto Social da Companhia e 128 da Lei das S.A. **Ordem do Dia:** deliberar sobre ***(i.)*** redução do capital social da Companhia; e tratar da ***(ii.)*** publicação da presente ata, em observação ao artigo 174, *caput* e §1º da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, §1º, do Código Civil. **Deliberações:** após a leitura, análise e discussão da matéria constante da ordem do dia e dos documentos pertinentes, devidamente colocados à disposição da Acionista, a Acionista única da Companhia, representando a totalidade do capital social, por unanimidade de votos, e sem qualquer reserva e/ou ressalva, decidiu: ***(i.)*** nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das S.A., aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **até** R$ 10.500.000,00, considerado excessivo ao objeto social da Companhia - montante este a ser confirmado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente -, o qual será restituído integralmente à Acionista única da Companhia, à vista ou em parcelas, sem cancelamento de ações, desde que cumpridas as seguintes condicionantes: (i) decurso do prazo legal de 60 dias previsto no artigo 174 da Lei das S.A., o qual terá início após a publicação desta ata; (ii) aprovação da redução de capital pelos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Acionista única da Companhia, nos termos do Art. 174, §3º da Lei das Sociedades por Ações; (iii) aprovação da redução de capital pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") nos termos do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 17.2.0402.01, celebrado em 25/09/2017 ("Contrato de Financiamento"); e (iv) obtenção de demais aprovações ou consentimentos que possam se verificar necessários para efetivar a referida redução de capital. Por consequência, se confirmado, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente, o montante máximo pré-aprovado pela presente deliberação, o capital social da Companhia passará dos atuais R$ 42.860.000,98 para R$ 32.360.000,98; e ***(ii.)*** que fica a diretoria da Companhia encarregada de providenciar a publicação da presente ata, em atendimento ao artigo 174, *caput* e §1º, da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, §1º, do Código Civil. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. **Assinaturas:** Mesa: Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: **Babilônia Holding S.A.** A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, Estado de São Paulo, 17/04/2024. **Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário. **Acionista: Babilônia Holding S.A. por:** Ruy de Sousa Pereira Lima - **Cargo:** Diretor Presidente; **Por:** Daniel Eduardo Araque Prada - **Cargo:** Diretor sem designação específica.

Central Eólica Babilônia IV S.A.

CNPJ/ME nº 13.346.039/0001-07 - NIRE 35.300.536.479

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/04/2024

Data, Hora e Local da Realização: realizada em 17/04/2024, às 10h, na sede social da **Central Eólica Babilônia IV S.A.**, sociedade anônima fechada, situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, n° 116, 6º Andar, Conjunto 61, Sala J, Itaim Bibi, CEP 01.453-050 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** a Acionista única indicou para presidir a mesa o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Ruy de Sousa Pereira Lima, e, como secretário, o Diretor sem designação específica, Sr. Daniel Eduardo Araque Prada, nos termos dos artigos 9º do Estatuto Social da Companhia e 128 da Lei das S.A. **Ordem do Dia:** deliberar sobre ***(i.)*** redução do capital social da Companhia; e tratar da ***(ii.)*** publicação da presente ata, em observação ao artigo 174, *caput* e §1º da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, §1º, do Código Civil. **Deliberações:** após a leitura, análise e discussão da matéria constante da ordem do dia e dos documentos pertinentes, devidamente colocados à disposição da Acionista, a Acionista única da Companhia, representando a totalidade do capital social, por unanimidade de votos, e sem qualquer reserva e/ou ressalva, decidiu: ***(i.)*** nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das S.A., aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **até** R$ 6.000.000,00, considerado excessivo ao objeto social da Companhia - montante este a ser confirmado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente -, o qual será restituído integralmente à Acionista única da Companhia, à vista ou em parcelas, sem cancelamento de ações, desde que cumpridas as seguintes condicionantes: (i) decurso do prazo legal de 60 dias previsto no artigo 174 da Lei das S.A., o qual terá início após a publicação desta ata; (ii) aprovação da redução de capital pelos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Acionista única da Companhia, nos termos do Art. 174, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, (iii) aprovação da redução de capital pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") nos termos do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 17.2.0402.01, celebrado em 25/09/2017 ("Contrato de Financiamento") e (iv) obtenção de demais aprovações ou consentimentos que possam se verificar necessários para efetivar a referida redução de capital. Por consequência, se confirmado, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente, o montante máximo pré-aprovado pela presente deliberação, o capital social da Companhia passará dos atuais R$ 41.860.489,22 para R$ 35.860.489,22; e ***(ii.)*** que fica a diretoria da Companhia encarregada de providenciar a publicação da presente ata, em atendimento ao artigo 174, *caput* e §1º, da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, § 1º, do Código Civil. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no artigo 130, §1°, da Lei das S.A., a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. **Assinaturas:** Mesa: Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: **Babilônia Holding S.A.** A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, Estado de São Paulo, 17/04/2024. **Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário. **Acionista: Babilônia Holding S.A. - Por:** Ruy de Sousa Pereira Lima - **Cargo:** Diretor Presidente, **Por:** Daniel Eduardo Araque Prada - **Cargo:** Diretor sem designação específica.

Central Eólica Babilônia V S.A.

CNPJ/ME Nº 13.346.108/0001-82 - NIRE 35.300.536.151

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/04/2024

Data, Hora e Local da Realização: realizada em 17/04/2024, às 10h, na sede social da **Central Eólica Babilônia V S.A.**, sociedade anônima fechada, situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. José Gonçalves de Oliveira, nº 116, 6º Andar, Conjunto 61, Sala K, Itaim Bibi, CEP 01.453-050 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Composição da Mesa**: a Acionista única indicou para presidir a mesa o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Ruy de Sousa Pereira Lima, e, como secretário, o Diretor sem designação específica, Sr. Daniel Eduardo Araque Prada, nos termos dos artigos 9º do Estatuto Social da Companhia e 128 da Lei das S.A. **Ordem Do Dia**: deliberar sobre ***(i.)*** redução do capital social da Companhia; e tratar da ***(ii.)*** publicação da presente ata, em observação ao artigo 174, *caput* e §1º da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, §1º, do Código Civil. **Deliberações**: após a leitura, análise e discussão da matéria constante da ordem do dia e dos documentos pertinentes, devidamente colocados à disposição da Acionista, a Acionista única da Companhia, representando a totalidade do capital social, por unanimidade de votos, e sem qualquer reserva e/ou ressalva, decidiu: ***(i.)*** nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das S.A., aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de **até** R$17.000.000,00, considerado excessivo ao objeto social da Companhia - montante este a ser confirmado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente -, o qual será restituído integralmente à Acionista única da Companhia, à vista ou em parcelas, sem cancelamento de ações, desde que cumpridas as seguintes condicionantes: (i) decurso do prazo legal de 60 dias previsto no artigo 174 da Lei das S.A., o qual terá início após o a publicação desta ata; (ii) aprovação da redução de capital pelos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Acionista única da Companhia, nos termos do Art. 174, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, (iii) aprovação da redução de capital pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") nos termos do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 17.2.0402.01, celebrado em 25/09/2017 ("Contrato de Financiamento") e (iv) obtenção de demais aprovações ou consentimentos que possam se verificar necessários para efetivar a referida redução de capital. Por consequência, se confirmado, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada posteriormente, o montante máximo pré-aprovado pela presente deliberação, o capital social da Companhia passará dos atuais R$ 41.860.489,22 para R$ 24.860.489,22; e ***(ii.)*** que fica a diretoria da Companhia encarregado de providenciar a publicação da presente ata, em atendimento ao artigo 174, *caput* e §1º, da Lei das S.A., e ao artigo 1.152, § 1º, do Código Civil. **Encerramento**: nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. **Assinaturas:** Mesa: Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente da Mesa; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário; Acionista: **Babilônia Holding S.A.** A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, Estado de São Paulo, 17 de abril de 2024. **Mesa:** Ruy de Sousa Pereira Lima - Presidente; Daniel Eduardo Araque Prada - Secretário. **Acionista: Babilônia Holding S.A. - Por:** Ruy de Sousa Pereira Lima - **Cargo:** Diretor Presidente, **Por:** Daniel Eduardo Araque Prada - **Cargo:** Diretor sem designação específica.

Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação

CNPJ/MF nº 97.528.044/0001-20 - NIRE 35.300.394.054

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Reunião Acontecerá no Dia 29 de Abril de 2024

1. Ficam convocados os senhores acionistas da **Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação,** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 12 do Estatuto a realizar-se no dia 29 (vinte e nove) de abril de 2024, às 10h em 1ª convocação e, em 2ª convocação, às 10h30 na sede da empresa localizada na Rua Marco Giannini, nº 533, Jardim Gilda Maria, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo - CEP 05550-000, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (b) compra do imóvel localizado na Rua Joaquim Lapas Veiga, nº 713, Jardim Gilda Maria, na cidade de São Paulo/SP, objeto da matrícula sob o nº 254.505, do 18º Oficial de Registro de Imóveis; (c) outros assuntos de interesse geral. **Informações Gerais**: I - Os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo ser entregues, na sede da empresa em até 03 (três) dias antes da realização da Assembleia Geral, os instrumentos de procuração com reconhecimento de firma do outorgante. II - A companhia informa aos seus acionistas, em observância ao artigo 133 da LSA, que os seguintes documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia encontram-se à disposição na sede social da Companhia,(1) relatório anual da administração; (2) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (3) relatório do parecer dos auditores independentes. São Paulo, 10 de abril de 2024. **Willamys da Silva Bezerra - Presidente.**

Maringá Ferro-Liga S.A.

grupo maringá

CNPJ/MF nº 61.082.988/0001-70 - NIRE 35.3.0001745-5

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da Maringá Ferro-Liga S.A. ("Companhia") devidamente convocados a participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que se realizarão em 30.04.2024, às 10:00h, na Rua Joaquim Floriano, 466, 6º andar, Conjuntos 601 e 602, Sala 2, Torre Office, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04534-002, com a seguinte ordem do dia: em **Assembleia Geral Ordinária:** (a) prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2023; (b) deliberação sobre a destinação do lucro líquido; (c) deliberação sobre orçamento de capital; e (d) fixação da remuneração anual global dos Administradores, e, em **Assembleia Geral Extraordinária** (a) Deliberação sobre aumento de capital por incorporação de saldos de lucros retidos e/ou reserva de lucros. Na forma autorizada pela Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 devidamente alterada, as Assembleias ocorrerão de forma semipresencial, facultando-se aos acionistas comparecerem no endereço indicado acima ou então participarem de forma virtual por meio da plataforma digital Microsoft/Teams. Os acionistas que desejarem acessar a assembleia digitalmente deverão encaminhar comunicação para o endereço eletrônico ri@grupomaringa.com.br, até 30 (trinta) minutos antes do horário de início das assembleias, contendo nome completo, RG e CPF ou CNPJ, conforme o caso; os representantes legais e procuradores de acionistas deverão também informar nome completo, RG e CPF e documento confirmando validade de sua representação na mesma comunicação. Adicionalmente, deverá ser indicado o(s) endereço(s) de e-mail que acessará(ão) a plataforma e para o(s) qual(is) a Companhia encaminhará o link de conexão. A sala virtual será aberta com 15 (quinze) minutos de antecedência do horário designado para o início das assembleias. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei Federal nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 2023. **A Diretoria.**

Acesso Holding Ltda.

CNPJ/MF nº 30.083.374/0001-89 / NIRE 35.235.218.09-9

Ata de Reunião de Quotistas

Compareceu em 18/04/2024, na sede da Sociedade na Rua Nova Prata, 97, Vila Maria, CEP 02122-090, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, os sócios **Paulo Roberto Sesso, Leonardo Domingues Ramos Sesso, Paulo Roberto Sesso Filho** e **Lígia Ramos Sesso Albejante,** representando a totalidade do capital social, para deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao objeto social nos termos do inciso II do artigo 1.082 do Código Civil, passando de R$8.429.490,00 (oito milhões, quatrocentos e vinte nove mil, quatrocentos e noventa reais) para R$ 8.379.990 (oito milhões, trezentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa reais), assim uma redução no valor de R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais). Conforme artigo 1.084 do Código Civil, o montante reduzido do capital social será restituído ao sócio Paulo Roberto Sesso. Os credores poderão apresentar oposição à redução aqui aprovada, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação da presente. **Paulo Roberto Sesso; Leonardo Domingues Ramos Sesso; Paulo Roberto Sesso Filho** e **Ligia Ramos Sesso Albejante.**

Carbon Holding Financeira S.A.

CNPJ/MF: 29.267.972/0001-29 - NIRE: 35.300.511.344

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Carbon Holding Financeira S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"), a realizar-se presencialmente no dia 30 de abril de 2024, às 08:45 horas (horário de Brasília), na sede da Companhia, localizada na Avenida Nove de Julho, 3186, Jardim Paulista, CEP 01406-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia, conforme previsto no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976. O acionista ou o seu representante legal deverá comparecer à AGO com todos os documentos de identificação próprios e, se for o caso, com instrumento de mandato com poderes especiais de representação do acionista.

São Paulo, 22 de abril de 2024

Marcelo Kalim - Presidente do Conselho de Administração

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

J&F Investimentos

J&F Investimentos S.A.

CNPJ nº 00.350.763/0001-62

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) - **(*) (Reapresentado)**

Balanços patrimoniais

	Nota	Controladora 31.12.22 (*)	31.12.21 (*)	01.01.21 (*)	Consolidado 31.12.22 (*)	31.12.21 (*)	01.01.21 (*)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	**1.652.176**	650.203	1.411.049	**15.419.535**	24.362.838	21.562.642
Contas a receber de clientes	6	**–**	–	–	**21.692.506**	21.458.903	14.410.139
Dividendos a receber	21	**27.670**	–	936.406	**–**	–	–
Estoques	7	**–**	–	–	**28.826.223**	26.835.537	17.800.192
Ativos biológicos	8	**–**	–	–	**9.710.693**	7.409.092	5.115.720
Impostos a recuperar	9	**77.317**	65.484	28.442	**5.696.264**	3.491.836	2.960.108
Créditos com empresas ligadas	12	**34.259**	6.799	2.013	**3.192**	6.803	1.032
Derivativos a receber		**–**	–	25.354	**591.969**	535.828	254.194
Ativos disponíveis para venda	10	**–**	–	–	**–**	8.673	–
Outros ativos circulantes		**21.936**	8.222	15.448	**2.572.263**	3.279.681	1.153.402
Total do circulante		**1.813.358**	**730.708**	**2.418.712**	**84.512.645**	**87.389.191**	**63.257.429**
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Empréstimos e recebíveis	6				**98.956**		
Ativos disponíveis para venda	10	**4.210.140**	2.475.060	1.946.631	**14.830.024**	12.590.192	12.868.927
Créditos com empresas ligadas	12	**2.456.215**	2.196.756	653.265	**3.165.098**	2.924.687	1.145.807
Ativos biológicos	8	**–**	–	–	**2.619.066**	2.245.019	1.778.565
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**–**	–	–	**3.584.844**	1.880.776	–
Impostos a recuperar	9	**28.410**	28.410	42.127	**9.361.372**	8.038.735	8.709.834
Títulos a receber	11	**236.430**	304.891	457.981	**236.430**	304.891	457.981
Propriedades para investimentos		**21.339**	22.363	40.996	**21.339**	22.363	40.996
Investimentos em controladas, joint ventures e outros	13	**25.391.648**	23.627.444	19.391.432	**861.928**	780.333	1.338.709
Imobilizado	14	**358.809**	217.521	497	**64.428.156**	57.919.731	47.450.676
Direito de uso de arrendamento mercantil	15	**633**	455	731	**8.996.365**	7.851.662	5.805.632
Intangível	16	**422.358**	422.047	422.047	**11.434.057**	12.767.949	8.468.331
Ágio	17	**182.326**	182.326	182.326	**31.445.770**	33.609.577	30.264.300
Outros ativos não circulantes		**4.585.767**	1.165.728	1.610.596	**6.034.192**	2.922.092	2.761.148
Total do não circulante		**37.894.075**	**30.643.001**	**24.748.629**	**157.117.597**	**143.858.007**	**121.090.906**
Total do ativo		**39.707.433**	**31.373.709**	**27.167.341**	**241.630.242**	**231.247.198**	**184.348.335**

	Nota	Controladora 31.12.22 (*)	31.12.21 (*)	01.01.21 (*)	Consolidado 31.12.22 (*)	31.12.21	01.01.21 (*)
Passivo e patrimônio liquido							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	19	**1.169.431**	750.843	506.575	**10.683.865**	14.502.356	5.411.736
Acordo de Leniência	2	**–**	–	422.225	**–**	–	422.225
Fornecedores	18	**24.091**	15.114	23.543	**34.845.849**	33.172.949	24.691.632
Débitos com empresas ligadas	12	**54.513**	–	–	**337**	–	–
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	**65.307**	59.880	40.685	**7.869.148**	8.968.673	6.698.733
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	15	**664**	250	240	**1.972.058**	1.634.956	1.299.367
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	21	**–**	95.604	–	**221**	95.759	663.672
Compromissos com terceiros para investimentos	22	**–**	–	–	**115.255**	37.187	45.622
Derivativos a pagar		**–**	3.641	3.143	**690.949**	852.253	290.679
Outros passivos circulantes		**22.097**	21.026	39.347	**2.560.918**	2.765.320	2.833.403
Total do circulante		**1.336.103**	**946.358**	**1.035.758**	**58.738.600**	**62.029.453**	**42.357.069**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	19	**5.378.866**	2.445.511	2.920.991	**90.870.544**	83.164.655	64.585.919
Passivos classificados como mantidos para venda	10	**–**	–	–	**6.654.394**	7.844.454	9.166.227
Acordo de Leniência	2	**2.771.093**	2.839.228	2.754.322	**2.771.093**	2.839.228	2.754.322
Débitos com empresas ligadas	12	**488.848**	–	–	**3.907**	–	11.305
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	21	**963.382**	963.382	–	**963.382**	963.382	–
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	**–**	–	–	**3.154.697**	3.512.561	4.968.629
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	15	**–**	300	546	**7.719.621**	6.789.683	4.827.374
Compromissos com terceiros para investimentos	22	**–**	–	–	**237.582**	54.047	78.668
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**224.151**	226.930	203.719	**7.569.225**	7.065.252	4.822.276
Provisão para riscos processuais	24	**9.049.074**	8.557.638	7.780.727	**11.409.524**	11.398.316	9.334.784
Obrigações para desmobilização de ativos	25	**–**	–	–	**228.962**	–	–
Derivativos a pagar		**–**	–	–	**77.160**	41.071	–
Outros passivos não circulantes		**218.316**	123.188	2.050.288	**643.006**	888.725	2.651.211
Total do não circulante		**19.093.730**	**15.156.177**	**15.710.593**	**132.303.097**	**124.561.374**	**103.200.715**
Patrimônio líquido	26						
Capital social		**8.627.982**	8.627.982	8.627.982	**8.627.982**	8.627.982	8.627.982
Transações de capital		**(3.197.500)**	(2.223.302)	734.074	**(3.197.500)**	(2.223.302)	734.074
Reserva de reavaliação		**17.955**	19.422	21.007	**17.955**	19.422	21.007
Reserva de lucros		**12.383.243**	4.470.129	–	**12.383.243**	4.470.129	–
Outros resultados abrangentes		**1.445.920**	4.376.943	4.114.835	**1.445.920**	4.376.943	4.114.835
Prejuízos acumulados		**–**	–	(3.076.908)	**–**	–	(3.076.908)
Atribuído à participação dos acionistas controladores		**19.277.600**	**15.271.174**	**10.420.990**	**19.277.600**	**15.271.174**	**10.420.990**
Participação dos acionistas não controladores		**–**	**–**	**–**	**31.310.945**	29.385.197	28.369.561
Total do patrimônio líquido		**19.277.600**	**15.271.174**	**10.420.990**	**50.588.545**	**44.656.371**	**38.790.551**
Total do passivo e patrimônio líquido		**39.707.433**	**31.373.709**	**27.167.341**	**241.630.242**	**231.247.198**	**184.348.335**

Demonstrações do resultado

	Nota	Controladora 2022 (*)	2021 (*)	Consolidado 2022 (*)	2021 (*)
Receita líquida	27	**26.504**	14.769	**378.970.102**	353.953.807
Custo dos produtos vendidos	31	**(459)**	(406)	**(318.008.943)**	(286.720.043)
Lucro bruto		**26.045**	**14.363**	**60.961.159**	**67.233.764**
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais	31	**(224.837)**	(246.468)	**(12.356.771)**	(15.593.579)
Com vendas	31	**(79.253)**	(41.223)	**(24.690.405)**	(19.586.673)
Outras receitas (despesas)	32	**(62.576)**	2.629.876	**1.019.183**	3.132.644
(Despesas) receitas operacionais		**(366.666)**	**2.342.185**	**(36.027.993)**	**(32.047.608)**
Resultado operacional		**(340.621)**	**2.356.548**	**24.933.166**	**35.186.156**
Receita financeira	28	**671.340**	458.375	**3.819.753**	2.861.968
Despesa financeira	28	**(1.752.064)**	(1.735.364)	**(11.823.888)**	(9.276.540)
		(1.080.724)	**(1.276.989)**	**(8.004.135)**	**(6.414.572)**
Resultado de equivalência patrimonial	13	**7.542.268**	9.459.550	**90.075**	(296.646)
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social		**6.120.923**	**10.539.109**	**17.019.106**	**28.474.938**
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	**–**	(13.716)	**(2.662.431)**	(7.588.493)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**2.779**	(22.958)	**460.735**	876.355
Lucro líquido das operações continuadas		**6.123.702**	**10.502.435**	**14.817.410**	**21.762.800**
Lucro líquido de operações descontinuadas		**1.787.944**	445.061	**3.542.864**	892.632
Lucro líquido		**7.911.646**	**10.947.496**	**18.360.274**	**22.655.432**
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores				**7.911.646**	10.947.496
Participação dos acionistas não controladores				**10.448.628**	11.707.936
				18.360.274	**22.655.432**
Lucro (Prejuízo) por ações R$ - Básico e diluído	29	**64,67**	89,48		

Demonstrações dos resultados abrangentes

		Controladora 2022 (*)	2021 (*)	Consolidado 2022 (*)	2021 (*)
Lucro líquido	DMPL	**7.911.646**	10.947.496	**18.360.274**	22.655.432
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	DMPL	**(51.135)**	179.031	**(51.135)**	179.031
Ajuste acumulado de conversão em controladas e variação cambial em controladas	DMPL	**(2.879.888)**	83.075	**(2.879.888)**	83.075
Outros resultados abrangentes		**(2.931.023)**	**262.106**	**(2.931.023)**	**262.106**
Total do resultado abrangente do período		**4.980.623**	**11.209.602**	**15.429.251**	**22.917.538**
Total do resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas da Companhia		**4.980.623**	**11.209.602**	**4.980.623**	11.209.602
Não controladores		**–**	–	**10.448.628**	11.707.936
		4.980.623	**11.209.602**	**15.429.251**	**22.917.538**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Transações de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Legal	Estatutária	Outros resultados Abrangentes: AAP [1]	AAC [2]	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**8.627.982**	**734.074**	**21.007**	**–**	**–**	**(58.623)**	**4.173.458**	**(3.519.958)**	**9.977.940**	**28.369.561**	**38.347.501**
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	–	–	–	–	443.051	**443.051**	–	**443.051**
Saldos em 01 de janeiro de 2021 - (*)	**8.627.982**	**734.074**	**21.007**	**–**	**–**	**(58.623)**	**4.173.458**	**(3.076.908)**	**10.420.990**	**28.369.561**	**38.790.551**
Lucro líquido								10.947.496	**10.947.496**	11.707.936	**22.655.432**
Outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	–	179.031	83.075	–	**262.106**	–	**262.106**
Total de resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**179.031**	**83.075**	**10.947.496**	**11.209.602**	**11.707.936**	**22.917.538**
Transações de capital	–	(2.957.375)	–	–	–	–	–	–	**(2.957.375)**	–	**(2.957.375)**
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(1.585)	–	–	–	–	1.585	**–**	–	**–**
Reserva legal	–	–	–	393.609	–	–	–	(393.609)	**–**	–	**–**
Reserva estatutária para investimento	–	–	–	–	4.076.520	–	–	(4.076.520)	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	(3.437.312)	**(3.437.312)**	–	**(3.437.312)**
Dividendos prescritos	–	–	–	–	–	–	–	35.268	**35.268**	–	**35.268**
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**	(10.692.300)	**(10.692.300)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - (*)	**8.627.982**	**(2.223.302)**	**19.422**	**393.609**	**4.076.520**	**120.408**	**4.256.535**	**–**	**15.271.174**	**29.385.197**	**44.656.371**
Lucro líquido								7.911.646	**7.911.646**	10.448.628	**18.360.274**
Outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	–	–	(51.135)	(2.879.888)	–	**(2.931.023)**	–	**(2.931.023)**
Total de resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(51.135)**	**(2.879.888)**	**7.911.646**	**4.980.623**	**10.448.628**	**15.429.251**
Transações de capital	–	(974.198)	–	–	–	–	–	–	**(974.198)**	**–**	**(974.198)**
Realização da reserva de reavaliação	–	–	(1.467)	–	–	–	–	1.467	**–**	**–**	**–**
Reserva legal	–	–	–	395.509	–	–	–	(395.509)	**–**	**–**	**–**
Reserva estatutária para investimento	–	–	–	–	7.517.605	–	–	(7.517.605)	**–**	**–**	**–**
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**	(8.522.880)	**(8.522.880)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - (*)	**8.627.982**	**(3.197.500)**	**17.955**	**789.118**	**11.594.125**	**69.273**	**1.376.647**	**–**	**19.277.600**	**31.310.945**	**50.588.545**

[1] Ajustes de avaliação patrimonial. [2] Ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimentos no exterior.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2022 (*)	2021 (*)	Consolidado 2022 (*)	2021 (*)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido das operações continuadas		**6.123.702**	10.502.435	**14.817.410**	21.762.800
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	8, 14 e 16	**13.324**	365	**10.219.808**	9.247.836
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa		**–**	–	**47.380**	65.569
Provisões		**374.544**	199.875	**801.910**	4.791.014
Resultado de equivalência patrimonial	13	**(7.542.268)**	(9.459.550)	**(90.075)**	296.646
Atualização de valor justo de ativo		**–**	–	**(92.504)**	(142.645)
Resultado na venda de imobilizado		**–**	–	**(93.093)**	(25.948)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	**–**	13.716	**2.662.431**	7.588.493
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	**(2.779)**	22.958	**(460.735)**	(876.355)
Resultado financeiro líquido	28	**1.080.724**	1.276.989	**8.004.135**	6.414.572
Plano de opções de ações		**–**	–	**39.125**	63.426
Impactos tributários extemporâneos		**–**	–	**–**	(101.073)
Resultado na alienação de investimentos		**–**	(2.630.405)	**–**	(2.630.405)
Ganho por compra vantajosa		**–**	–	**(416.959)**	–
Variação cambial sobre conversões		**–**	–	**76.594**	(22.920)
Impactos da investigação no âmbito do acordo de leniência		**(230.115)**	(178.284)	**(190.590)**	(213.333)
		(182.868)	**(251.901)**	**35.324.837**	**46.217.677**
Variações nos ativos e passivos Redução (aumento) no ativo:					
Contas a receber		**–**	–	**(1.083.636)**	(5.443.744)
Estoques		**–**	–	**(2.666.836)**	(7.965.968)
Impostos a recuperar		**(11.833)**	(37.042)	**(3.715.918)**	(167.093)
Ativos biológicos		**–**	–	**(4.442.720)**	(3.899.421)
Títulos a receber		**163.537**	(22.739)	**163.537**	(22.739)
Outros ativos circulantes e não circulantes		**(13.715)**	125.720	**566.509**	(1.054.423)
Aumento (redução) no passivo:					
Fornecedores e fornecedores risco sacado		**158.438**	(8.428)	**1.601.092**	6.457.854
Parcelamentos fiscais, trabalhistas e sociais		**–**	–	**(402.813)**	(345.775)
Débitos com empresas ligadas		**(435.602)**	(1.461.395)	**(435.602)**	(1.461.389)
Pagamento de acordos de Leniência, DOJ e Antitruste		**–**	(457.347)	**(873.107)**	(4.606.415)
Outros passivos circulantes e não circulantes		**9.953**	875	**(252.855)**	563.159
Imposto de renda e contribuição social pagos		**–**	–	**(5.330.149)**	(6.089.477)
Variações em ativos e passivos operacionais		**(129.222)**	**(1.860.356)**	**(16.872.498)**	**(24.035.431)**
Juros pagos		**(441.949)**	(86.599)	**(5.459.016)**	(4.094.199)
Juros recebidos		**71.046**	36.341	**850.255**	351.277
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(682.993)**	**(2.162.515)**	**13.843.578**	**18.439.324**
Caixa líquido gerado pelas atividades de operações descontinuadas		**–**	**–**	**2.830.959**	**2.884.524**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições de ativo imobilizado		**(154.570)**	(217.173)	**(11.787.423)**	(9.879.136)
Alienação de ativo imobilizado		**46**	–	**46**	–
Adições de ativo intangível		**(418)**	(34)	**(44.044)**	(53.189)
Baixa de intangível		**17**	–	**255**	–
Recebimento na venda de ativo imobilizado		**–**	–	**253.249**	234.665
Alienação de Investimentos		**321.893**	1.011.956	**–**	815.893
Recebimento de dividendos		**1.844.367**	2.838.676	**–**	33.021
Recebimento de juros sobre capital próprio		**46.511**	–	**–**	–
Amortização de cotas		**4.750**	266.068	**–**	–
Aquisição de controladas, líquido o caixa obtido na aquisição		**–**	–	**(2.843.373)**	(9.352.876)
Adições nos investimentos em joint-ventures e controladas		**(25.004)**	–	**(22.716)**	(6.243)
Transações com partes relacionadas		**–**	(1.375)	**57.232**	(228.039)
Desconsolidação de controladas		**–**	–	**(557.312)**	98.070
Aumento de capital em controladas		**–**	(44.700)	**6.372**	(42.975)
Outros		**803**	1.794	**(133.944)**	(102.265)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**2.038.395**	**3.855.212**	**(15.071.658)**	**(18.483.074)**
Caixa líquido gerado pelas atividades de operações descontinuadas		**–**	**–**	**(854.959)**	**(845.473)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos captados		**4.868.600**	580.000	**48.133.265**	56.695.017
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		**(1.733.600)**	(985.600)	**(41.844.876)**	(36.157.733)
Derivativos recebidos (pagos)		**–**	–	**(1.342.179)**	181.018
Caixa margem		**–**	–	**570.288**	(730.185)
Pagamentos de dividendos		**–**	(2.075.000)	**(2.252.778)**	(6.198.214)
Créditos com acionistas		**(3.515.080)**	–	**(3.515.080)**	–
Pagamentos de dividendos não controladores		**–**	–	**(25.872)**	–
Juros sobre capital próprio		**–**	–	**(5)**	–
Aplicação financeira		**–**	–	**60.908**	(60.908)
Alienação de ações em tesouraria JBS		**–**	–	**824.250**	–
Constituição de reserva de capital		**–**	–	**16.632**	–
Aquisição de ações de emissão própria		**–**	–	**(4.614.026)**	(10.604.975)
Adiantamento para futuro aumento de capital		**–**	–	**17.995**	55.875
Pagamentos de arrendamento mercantil		**(854)**	(381)	**(2.347.860)**	(1.941.376)
Outros		**–**	–	**(53.352)**	(9.454)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		**(380.934)**	**(2.480.981)**	**(6.372.690)**	**1.229.065**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos de operações descontinuadas		**–**	**–**	**(1.898.171)**	**(2.233.593)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		**27.505**	**27.438**	**(1.420.362)**	**1.809.423**
Variação líquida no período		**1.001.973**	(760.846)	**(8.943.303)**	2.800.196
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**650.203**	1.411.049	**24.362.838**	21.562.642
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		**1.652.176**	**650.203**	**15.419.535**	**24.362.838**

Transação não-caixa:	Controladora 2022 (*)	2021 (*)	Consolidado 2022 (*)	2021 (*)
Novos contratos CPC 6	**840**		**3.165.633**	3.450.712
Exercício de opções de ações	**–**	–	**–**	1.798
Dividendos prescritos	**–**	35.268	**15**	35.277
Transferência investimento negativo	**173.236**	123.186	**173.236**	123.186
Reclassificação de carteira de clientes para intangíveis	**–**	–	**–**	(8.720)
Juros capitalizados	**–**	–	**(369.155)**	(199.812)
Compensação de Multa	**(101.960)**	–	**(101.960)**	–
Hedge accounting - MTM derivativos designados e lançados em outros resultados abrangentes	**–**	–	**–**	432.258
Hedge accounting - Transferência Outros resultados abrangentes para estoque	**–**	–	**–**	(219.349)
Hedge accounting - Imposto diferido	**–**	–	**–**	(72.389)
Aumento de capital oriundo de JCP	**–**	–	**–**	22.374
Aquisição de projeto Centrais Elétricas	**–**	–	**342.622**	–
Cancelamento de ações em tesouraria	**–**	–	**(5.851.685)**	(7.862.199)
Encerramento de contratos de arrendamento	**–**	–	**(2.098)**	–
Parcelamentos fiscais	**–**	–	**181.455**	–
Compensação de impostos a pagar com saldo de PER/DCOMP	**–**	–	**13.279**	–
Juros sobre capital próprio distribuído	**–**	–	**(46.550)**	–
Imposto de renda retido sobre JCP	**–**	–	**4.889**	–
Total	**72.116**	**158.454**	**(2.490.319)**	**(4.296.864)**

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2022 (*)	2021 (*)	Consolidado 2022 (*)	2021 (*)
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**29.452**	16.502	**383.202.552**	358.167.404
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	**(292.691)**	2.451.592	**1.157**	2.583.175
Recuperação (perda) estimada com crédito de liquidação duvidosa	**–**	–	**(47.380)**	(65.569)
Insumos adquiridos de terceiros	**(263.239)**	**2.468.094**	**383.156.329**	**360.685.010**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(459)**	(406)	**(230.291.058)**	(206.977.797)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(226.623)**	(268.896)	**(69.845.777)**	(64.583.958)
Perda/Recuperação de valores ativos	**–**	–	**40.008**	(6.140)
Outras	**–**	–	**150.720**	1.042
	(227.082)	**(269.302)**	**(299.946.107)**	**(271.566.853)**
Valor adicionado bruto	**(490.321)**	**2.198.792**	**83.210.222**	**89.118.157**
Depreciação e amortização	**(13.324)**	**(365)**	**(10.219.808)**	**(9.247.836)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia				
Valor adicionado recebido em transferência	**(503.645)**	**2.198.427**	**72.990.414**	**79.870.321**
Resultado de equivalência patrimonial	**7.542.268**	9.459.550	**90.075**	(296.646)
Receitas financeiras	**422.355**	458.375	**3.569.861**	2.861.955
Resultado de operações descontinuadas	**1.787.944**	445.061	**3.542.864**	892.632
Outras	**–**	–	**829.607**	122.239
Valor adicionado total a distribuir	**9.248.922**	**12.561.413**	**81.022.821**	**83.450.501**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	**70.295**	60.170	**36.278.614**	33.220.746
Benefícios	**1.373**	820	**7.078.069**	6.592.172
FGTS	**1.875**	1.402	**466.429**	403.782
	73.543	**62.392**	**43.823.112**	**40.216.700**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	**(213.616)**	(159.459)	**3.218.852**	7.175.191
Estaduais	**783**	553	**2.328.330**	2.625.389
Municipais	**148**	136	**26.123**	22.157
	(212.685)	**(158.770)**	**5.573.305**	**9.822.737**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	**1.475.733**	1.709.990	**10.239.502**	8.502.106
Aluguéis	**685**	305	**736.141**	602.634
Outras	**–**	–	**2.291.700**	1.650.892
	1.476.418	**1.710.295**	**13.267.343**	**10.755.632**
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	**–**	–	**54.725**	–
Dividendos	**–**	–	**4.436.233**	4.884.805
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	**7.911.646**	10.947.496	**3.419.475**	6.062.691
Participação de não controladores nos lucros retidos	**–**	–	**10.448.628**	11.707.936
	7.911.646	**10.947.496**	**18.359.061**	**22.655.432**
Valor adicionado total distribuído	**9.248.922**	**12.561.413**	**81.022.821**	**83.450.501**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A J&F Investimentos S.A. (J&F ou Companhia), com sede no Brasil no estado de São Paulo, é uma sociedade anônima fechada, que tem como propósito a gestão e investimentos estratégicos, focada em aquisições, consolidação e gestão de empresas de diversos setores. A Companhia tem como objetivo principal maximizar o valor para os acionistas por meio da identificação de oportunidades de investimentos promissores e no fornecimento de recursos financeiros e de gestão necessários para impulsionar o crescimento e a eficiência das empresas adquiridas que se encontram em fase de desenvolvimento. Com uma estratégia de investimentos diversificada, a Companhia concentra-se em empresas que possuem potencial de crescimento significativo, os setores de atuação incluem, mas não estão limitados a alimentos, energia, bens de consumo, mineração, papel e celulose, serviços financeiros e imobiliário. As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais da Companhia no Brasil, as atividades de suas controladas. **2. Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A.:** Em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da J&F, assumiram obrigações no Acordo de Colaboração Premiada firmado com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). **2.1 Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A. (controladora e controladas):** Em junho de 2017, a J&F, celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017. O Acordo firmado em 2017 previa o pagamento a título de ressarcimento mínimo o valor de R$ 8,0 bilhões, no prazo de 25 anos, sendo R$ 50 milhões em 05 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, bem como a realização e execução de projetos sociais no valor de R$ 2,3 bilhões. Adicionalmente, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente, formado por 3 (três) membros independentes de reputação ilibada com o objetivo de supervisionar as auditorias realizadas na controladora e controladas. Em outubro de 2020, a Companhia celebrou acordo com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América ("Acordo DOJ") que abrange alguns fatos e condutas que foram objeto do acordo de leniência e colaboração acima mencionados. O Acordo DOJ põe fim a qualquer exposição criminal nos Estados Unidos da J&F e de todas as suas afiliadas relacionadas às Condutas. Em abril de 2020, a Companhia concluiu, com base em estudos conduzidos com consultorias independentes, ilegalidades na aplicação da metodologia do cálculo do ressarcimento e descumprimento das premissas prevista na Lei 12.846/2013 "Lei anti-corrupção". Em setembro de 2021, a J&F ingressou com pedido administrativo e judicial de revisão para adequação legal dos critérios aplicados na composição da obrigação pecuniária do Acordo de Leniência. Diante deste pedido de revisão, a J&F foi autorizada a apresentar seguro garantia referente a parcela de 2021 e 2022 até conclusão do procedimento judicial. Conforme determinação da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em 19 de julho de 2023, o Acordo de Leniência foi aditado e o valor corrigido para R$ 3,5 bilhões, a ser pago em 8 parcelas anuais a partir da data de assinatura do aditamento. Ainda que a J&F reconheça a razoabilidade dos valores do Aditamento do Acordo de Leniência, a Companhia continua em diálogo com os órgãos competentes e acredita que eventuais desdobramentos decorrentes dessas discussões terão efeito prospectivo nas demonstrações financeiras da Companhia. Apesar das determinações anteriores e da decisão favorável emitida pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em 19 de julho de 2023, que determinou a redução do Acordo, questionamentos subsequentes de órgãos competentes emergiram sobre tal decisão proferida. Em conformidade com os procedimentos técnicos especificados no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia reconheceu como passivo contingente a diferença entre o aditamento do Acordo e o Acordo inicial. A J&F e as suas subsidiárias entendem que estão cumprindo com as obrigações assumidas nos Acordos acima mencionados. Assim, as demonstrações contábeis em 01 de janeiro de 2021, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 foram ajustadas para corresponder a estes impactos de ajustes verificados, após as informações mencionadas no 5º Aditamento, conforme demonstrado na nota explicativa.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Passivo de Leniência	3.587.457	3.721.824	3.882.088	4.057.455	4.465.678	4.724.010
(–) Pagamentos realizados	50.000	150.000	250.000	560.856	560.856	560.856
(–) Créditos de multas e correções	5.319	60.984	613.091	742.277	1.065.594	1.392.061
Passivo Líquido Leniência	**3.532.138**	**3.510.840**	**3.018.997**	**2.754.323**	**2.839.228**	**2.771.093**
Passivo Contingente Leniência	**6.867.884**	**7.125.119**	**7.431.930**	**7.767.655**	**8.549.164**	**9.043.719**
Total Leniência	**10.400.022**	**10.635.959**	**10.450.927**	**10.521.978**	**11.388.392**	**11.814.812**

Como resultado dessas correções, a J&F identificou a necessidade de efetuar ajustes nos resultados apresentados referente os exercícios de 2017 a 2022 no montante de R$ 900.622 (novecentos milhões e seiscentos e vinte e dois mil reais), sendo: i. (R$ 9.590) referente ao exercício de 2017; ii. R$ 74.208 referente ao exercício de 2018; iii. R$ 432.185 referente ao exercício de 2019; iv. (R$ 521) referente ao exercício de 2020; v. R$ 219.537 referente ao exercício de 2021 e vi. R$ 184.804 referente ao exercício de 2022. Além das multas e correções destacadas acima, existe também um saldo de R$ 687.446 (seiscentos e oitenta e sete milhões e quatrocentos e quarenta e seis mil reais) em multas ainda não contabilizadas e corrigidas, pois ainda estão em curso para pagamento, estando fora do exercício apresentado, bem como o pagamento realizado no ano de 2023 no valor de R$ 608.183 (seiscentos e oito milhões e cento e oitenta e três mil reais), o qual está sendo demonstrado nas demonstrações contábeis de 2023. **3. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações. As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado". A fim de proporcionar um entendimento de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis: **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário. **3.2 Transações e saldos em moeda diferente de sua moeda funcional:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, conforme descrito abaixo: i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período; ii. as contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio do encerramento de cada período; iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente sob a rubrica "Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controladas". iv. os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **3.3 Demonstrações contábeis individuais:** Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio. **3.4 Demonstrações contábeis consolidadas e investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures"):** A Companhia consolida todas as empresas controladas. A Companhia controla uma entidade quando assume os riscos e benefícios ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir. Os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados. A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **3.5 Contabilização de combinação de negócios, teste de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis:** A Companhia e suas controladas realizaram aquisições que geraram ágio de rentabilidade futura e ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida. De acordo com as Normas Internacionais de contabilidade (IFRS) 3 "Combinações de Negócios", o excesso pago da contraprestação, o valor de qualquer participação minoritária na adquirida (quando aplicável) e o valor justo, data da aquisição, de qualquer participação detida na adquirida sobre o valor justo líquido do ativo identificável adquirido nessa data é registrada como ágio. O preço de aquisição consiste no caixa pago, o valor justo do capital e o justo valor da contraprestação contingente. O IFRS 3 não permite que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura, bem como os ativos intangíveis com vida útil indefinida sejam amortizados contabilmente, entretanto, eles devem ter o seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente. A Companhia e suas controladas reconhecem seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, e também para a determinação de sua vida útil. O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos. Os ativos e passivos são inicialmente registrados em nossa melhor estimativa de valor justo. Usualmente são contratados avaliadores terceiros para auxiliar na avaliação dos ativos e passivos adquiridos. Quando terceiros estão envolvidos no desenvolvimento dessas estimativas, a Administração avalia a adequação das premissas significativas utilizadas nas estimativas de avaliação, o que muitas vezes envolve um processo interativo com os avaliadores. Também são avaliadas as qualificações e a reputação dos avaliadores e a razoabilidade das premissas do valor justo global através da comparação com outras aquisições. Através deste processo, são obtidas informações suficientes para verificar se as metodologias de avaliação utilizadas estão em conformidade com a IFRS 13 "Mensuração do Valor Justo". As estimativas do valor justo de ativos adquiridos e dos passivos assumidos são ajustadas durante o período de mensuração (que não deve exceder um ano, a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos são reconhecidos refletindo novos fatos e circunstâncias existentes após a data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos. Estes ajustes não são frequentes e historicamente, não foram significativos. Nos testes de impairment, os ativos são segregados em grupos que geram entradas de caixa, que são em sua maioria independentes das entradas de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGC). O ágio gerado devido a uma combinação de negócios é alocado em uma UGC ou grupos de UGC, as quais se esperam benefício entre sinergias da combinação. As UGC (s) têm seu valor recuperável testado anualmente, ou sempre que hajam eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos o custo de venda ou o valor em uso. A Companhia estima, em primeiro lugar, o valor em uso das UGC e, se for menor que o valor contábil, a Companhia estimará o valor justo menos o custo de venda. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nossas estimativas do valor em uso dos grupos da UGC excederam seus valores contábeis e, portanto, não foram determinadas as estimativas de valor justo menos custo de venda. Nossas estimativas de valor em uso envolvem a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos demonstradas na nota 17 das demonstrações contábeis completas. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. **3.6 Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que serão adotados pela Companhia: a. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia: IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** A partir de 1 de janeiro de 2022, as alterações especificam quais custos a Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). A Companhia analisou os contratos vigentes e entende que as alterações da norma não são aplicáveis as suas demonstrações contábeis consolidadas. **b. Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados pela Companhia IAS 1/CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis:** A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações esclarecem quais passivos possuem direito de postergar liquidação e se esses direitos existem na data de encerramento das demonstrações contábeis e, ainda, se a classificação entre circulante e não circulante impactaria a entidade de exercer o direito de postergação. As alterações também tratam que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio, os termos de um passivo não afetariam sua classificação. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração. **IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações fornecem esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, de forma à aplicação correta da norma. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração. **IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro:** A partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações buscam limitar a abrangência do escopo da Isenção de Reconhecimento Inicial ("IRI") de modo que a IRI não seja mais aplicável às transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Assim, um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido deverão ser reconhecidos para as diferenças temporárias geradas no momento do reconhecimento inicial de um arrendamento ou uma provisão de passivo para desmontagem e remoção dos equipamentos arrendados. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração. **IFRS 17/CPC 50 - Contratos de seguro:** A partir de 1º de janeiro de 2023, entra em vigor uma nova norma contábil aplicável a todos os tipos de contrato de seguros, incluindo reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação, especialmente para entidades seguradoras. Essa norma não é aplicável a Companhia e suas subsidiárias. Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis. **3.7 Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas:** A elaboração das demonstrações contábeis exige que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos, passivos, receita e despesas. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Administração. Julgamentos: Informações sobre os julgamentos efetuados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos mais significativos nas quantias reconhecidas nestas demonstrações contábeis consolidadas é incluída nas seguintes notas das demonstrações contábeis completas: a. Receita líquida - transferência de controle (nota 27); b. Imposto de renda corrente e diferido - posições fiscais incertas (nota 23). Premissas e incertezas de estimativas: Informações sobre as premissas e incertezas de estimativas na data de encerramento das demonstrações contábeis que têm um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas das demonstrações contábeis completas: j7. IAS 1 e IFRS Practice Statement 2, Divulgação de Políticas Contábeis Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Julgments (documento de natureza educativa emitido pelo IASB e não publicado pelo CPC no Brasil), em que fornece orientação e exemplos para auxiliar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de política contábil. Essas alterações visam auxiliar as entidades a fornecer divulgações de política contábil que são mais úteis, substituindo a exigência de que as entidades divulguem suas políticas contábeis "significativas" por uma exigência de divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. a. Mensuração do valor justo dos ativos biológicos (nota 8); b. Reconhecimento de impostos diferidos ativos (nota 23); d. Impairment de ativos financeiros (nota 5 e 11); e. Principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade do ágio, ativo imobilizado e ativos intangíveis (notas 17, 14 e 16); f. Principais premissas utilizadas na elaboração das estimativas de riscos processuais (nota 24); g. Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting (nota 33). A Companhia revisa tempestivamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. **3.8 Reapresentação das demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia, reavaliou os critérios de reconhecimento e mensuração do registro contábil do acordo de leniência, registrado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e constatou que, baseado em fatos conhecidos e estudos realizados por consultoria especializada na data de encerramento do exercício e de divulgação demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, parte do montante registrado como acordo de leniência não representava um passivo irrefutável, logo era possível, naquela época, concluir a existência de incertezas sobre a provável saída de caixa. Diante do exposto, a Companhia procedeu as reclassificações nos balanços patrimoniais, nas demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, originalmente emitidas em 12 de abril de 2023, 14 de abril de 2022 e 10 de junho de 2021, respectivamente, demonstrados nas demonstrações completas, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23/IAS 18 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". Adicionalmente além destes impactos, a Companhia identificou a necessidade de efetuar ajustes no cálculo dos impostos a recuperar referentes aos anos 2019, 2020 e 2021 e como resultado dessas correções, o efeitos nos resultados apresentados nestes anos foi uma despesa de (R$ 66.947) (sessenta e seis milhões, novecentos e quarenta e sete mil reais). **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras e outros equivalentes de caixa com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um imaterial risco de valor.

	Controladora 31.12.22	31.12.21	Consolidado 31.12.22	31.12.21
Caixa e bancos	**499**	1.534	**6.125.498**	17.305.107
CDB e títulos públicos	**1.650.404**	648.669	**9.292.764**	7.057.731
Fundos de investimentos	**1.273**	–	**1.273**	–
	1.652.176	**650.203**	**15.419.535**	**24.362.838**

Os CDBs são mantidos em instituições financeiras, rendem juros com base em taxas variáveis e estão atrelados à taxa de empréstimo interbancário overnight (Certificado de Depósito Interbancário - CDI). Os títulos

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis da J&F Investimentos S.A.

públicos (Tesouro Selic) são títulos adquiridos de instituições financeiras com condições e características semelhantes às CDBs. **5. Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. O aging do contas a receber assim como a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e o ajuste a valor presente são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Duplicatas a vencer:*				
Mercado Interno [1]	–	–	**12.664.712**	12.507.445
Mercado Externo	–	–	**5.087.849**	6.138.726
	–	–	**17.752.561**	**18.646.171**
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	–	–	**2.531.116**	2.109.894
De 31 a 60 dias	–	–	**593.875**	391.861
De 61 a 90 dias	–	–	**349.245**	140.951
Acima de 90 dias	–	5.093	**1.071.684**	660.726
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD [2]	–	(5.093)	**(462.961)**	(465.274)
Ajuste a valor presente - AVP	–	–	**(44.058)**	(25.425)
	–	–	**4.038.901**	**2.812.732**
	–	–	**21.791.462**	**21.458.903**

[1] O saldo consolidado em 31.12.22 da Companhia possui um montante de R$ 838.656 de contas a receber não faturado conforme detalhamento abaixo: Após liberação da ANEEL a controlada Âmbar Energia operou e efetivamente e entregou a energia contratada, porém teve um saldo retido no valor total de R$ 98.956 pela CCEE, como forma de quitação parcial dos débitos atribuídos a controlada no âmbito da liquidação de Energia de Reserva de junho de 2022, porém independente da preservação dos CERs, é incontroverso que no período citado, a Âmbar Energia efetivamente entregou a energia contratada fazendo jus ao recebimento de receita de venda. Considerando análise dos departamentos regulatório e jurídico, eventos de excludentes de responsabilidade, a conclusão da implantação da usina, a ausência de prejuízo ao sistema em razão da falta de disponibilização de energia das UTEs para o SIN, a controlada permanece convicta de que os contratos de energia continuam válidos, sem qualquer previsão de rescisão e revogação, bem como não haverá condenação no pagamento das multas em razão das excludentes de responsabilidade e não haverá perda financeira da operação realizada em maio e junho de 2022. Desta forma, mantivemos o saldo do recebível sem provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), mas o classificamos no ativo não circulante em virtude previsão de recebimento. A subsidiária da controlada Âmbar Energia, Âmbar Uruguaiana possui um contas a receber não faturado de R$ 739.689 decorrente de geração de energia que está em âmbito jurídico. De acordo com as análises minuciosas realizadas pelo jurídico, a prolação de sentença favorável do TRF da 1ª Região, bem como o acórdão proferido no STJ não conhecendo a SLS da União Federal, estamos convictos que não haverá perdas financeiras referentes a geração de energia não faturada de competência dezembro de 2021 (Portaria nº 17/2021 - Ministério de Minas Energia - MME) e seu recebimento ocorrerá ainda em 2023. Desta forma, a Companhia manteve o saldo do recebível sem provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). No decorrer do exercício de 2022, o departamento regulatório da controlada Âmbar Energia buscou entender o não registro pela CCEE, do montante de R$ 27.327 referente a parte da receita de 2021. No 4º trimestre de 2022, amparada, por meio de respaldo técnico, a subsidiária entendeu que essas perdas deveriam ser refletidas, como novas informações e atualizações, como uma mudança de estimativa dessa receita e seus reflexos atribuídos em 2022. **Contratos de venda a preços provisórios -** Em seu consolidado a Companhia está exposta ao risco do preço do minério de ferro, onde o preço final de venda destas commodities é calculado com base no período de cotação estipulado nos contratos de venda, que geralmente é posterior a data de reconhecimento da receita. Portanto, a Companhia reconhece a receita incialmente com base em uma fatura provisória e o contas a receber dos produtos com preços provisórios são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 33), sendo estas alterações no valor do contas a receber registradas na receita de vendas da Companhia. **Ajuste a valor presente -** Os recebíveis são ajustados a valor presente utilizando as taxas de juros diretamente relacionadas ao perfil de crédito aos clientes, sendo a contabilização do ajuste a valor presente é reconhecida em contrapartida da receita de vendas. No âmbito do contas a receber de clientes, a diversidade da carteira de clientes contribui significativamente para a redução do risco de crédito, porém foram estabelecidos parâmetros que limitam a quantidade de crédito concedida aos clientes com base nos índices financeiros mínimos exigidos e análises das operações dos clientes, assim como referências a entidades de monitoramento de crédito. As perdas estimadas são calculadas com base na análise do "aging list" e uma provisão é registrada para itens de longa data e duplicatas vencidas, considerando as perdas avaliadas como prováveis com base em análises históricas. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, bem como suas reversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Despesas com vendas". A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Saldo inicial	**(5.093)**	**(5.093)**	**(465.275)**	**(419.759)**
Aquisição em combinações de negócios [1]	–	–	**(26.064)**	(107)
Ativos mantidos para venda	–	–	**(47.546)**	(65.673)
Variação cambial	–	–	**21.818**	45.121
Baixas	–	–	**54.106**	(24.856)
Saldo final	**(5.093)**	**(5.093)**	**(462.961)**	**(465.273)**

[1] Refere-se à aquisição da BMF (Bait Almakoolat Food Industries), realizada no segundo trimestre de 2021, pela subsidiária direta da controlada JBS, Seara Alimentos conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios. **6. Estoques:** São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no princípio do primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS). No caso dos produtos acabados e dos produtos em processo, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal. Os ativos biológicos são transferidos para o estoque no momento do abate, com base em seus valores contábeis, que é o custo histórico ou o valor de mercado, dependendo das políticas contábeis da Companhia.

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Produtos acabados	**17.676.490**	17.028.540
Produtos em processo	**2.730.386**	2.042.101
Matéria-prima	**4.984.966**	3.586.806
Almoxarifado	**3.434.381**	4.178.090
	28.826.223	**26.835.537**

7. Impostos a recuperar:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.22	31.12.21 Reapresentado	01.01.21 Reapresentado	31.12.22 Reapresentado	31.12.21 Reapresentado	01.01.21 Reapresentado
ICMS/IVA/VAT/ GST	–			**5.333.618**	4.421.436	3.572.244
PIS e COFINS	**17.622**	22.763	19.547	**2.945.495**	2.764.110	3.051.276
IRRF/IRPJ a recuperar	**88.048**	71.089	50.999	**6.487.291**	4.069.685	4.567.666
Outros	**57**	42	23	**291.232**	275.340	478.756
	105.727	**93.894**	**70.569**	**15.057.636**	**11.530.571**	**11.669.942**
Desmembramento:						
Ativo circulante	**77.317**	65.484	28.442	**5.696.264**	3.491.836	2.960.108
Ativo não circulante	**28.410**	28.410	42.127	**9.361.372**	8.038.735	8.709.834
	105.727	**93.894**	**70.569**	**15.057.636**	**11.530.571**	**11.669.942**

ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços: Advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas. Considerando que os créditos não expiram, a Companhia tem expectativa de recuperar referidos créditos integralmente, seja para compensar impostos em vendas no mercado interno, seja na aquisição de ativos imobilizados, embalagens, energia elétrica, venda para terceiros e outros. **PIS e COFINS:** Refere-se a crédito não cumulativo incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo. Tais créditos não expiram e poderão ser recuperados mediante compensação de outros impostos de âmbito Federal, ou ainda, através de ressarcimento em espécie, por via administrativa ou judicial. Através da Lei nº 13.670, a Controlada JBS, que possui esses créditos, passou a compensar os créditos de PIS e Cofins gerados, a partir de agosto de 2018 com débitos previdenciários. **IRPJ e IRRF:** Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, estoque residual de imposto de renda pago pelas controladas e suas subsidiárias no exterior e antecipações de imposto de renda e contribuição social pagos por estimativa, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre os lucros. **IPI - Imposto sobre produtos industrializados:** Refere-se ao imposto incidente na aquisição de matérias-primas e materiais de embalagens de produtos nacionais e estrangeiros (importação). As alíquotas podem variar de acordo com o tipo de produto, volume ou preço de venda. Os créditos não expiram e podem ser usados para pagar outros tributos federais ou reembolsados. **8. Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures":** Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findos em 31 de dezembro de 2022:

Em controladas:	Total de ativos	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
JBS [1]	208.110.628	48,83%	23.576.206	46.344.165	374.851.601	16.201.254
Âmbar Energia	4.992.245	100,00%	1.019.760	1.454.755	1.892.808	3.266
FIC FIP JMF	3.564.902	99,50%	6.808	3.557.477		1.125.479
J&F Mineração	2.394.292	100,00%	17.813	(18.348)	615.957	(37.507)
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. [2]	1.747.934	84,90%	750.901	862.370	1.793.969	89.813
Fundo de Invest. em Participações Caixa Milão [3]	566.281	100,00%	349.714	565.987	–	35.659
Fundo Invest. Dir. Credit. N. P. - CERES	473.361	100,00%	5.361	473.331	–	(395)
Fundo de Investimento em Participações Colorado	272.556	49,95%	223.988	272.456	–	25.868
Flora Urbanismo	173.448	100,00%	24.150	81.593	27.462	42.903
GasOcidente Mato Grosso Ltda. [4]	162.885	100,00%	61.559	126.166	27.999	10.013
Anglo alimentos	34.488	100,00%	121.788	22.509	–	(14)
Original Corp. Corretora	16.562	80,00%	259.935	12.559	111.082	(285)
J&F Investimentos Ltd.	10.376	100,00%	24.331	10.370	–	(4.324)
Futura Venture	238	100,00%	2.204	231	–	(4)
Globe Investimentos	22	99,90%	1	(83.282)	–	(24)
Fazenda Botas	2	99,90%	13	–	–	(2)
Em "Joint ventures":						
J&F Cayman	1.556.032	36,36%	454.803	(197.164)	–	(89.205)

[1] Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na JBS.
[2] Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na Flora.
[3] Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na GasOcidente Mato Grosso.
[4] Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui no FIP Caixa Milão.

Na Controladora	Saldo em 31.12.21	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Dividendos	Equivalência patrimonial No Patrimônio Líquido (ii)	Equivalência patrimonial No Resultado do Período	Saldo em 31.12.22
JBS	**17.781.370**	(228.211)	–	(1.844.367)	(3.024.057)	6.388.355	**19.073.090**
FIC FIP JMF	**3.032.952**	4.757	–		(619.460)	1.121.435	**3.539.684**
Âmbar Energia	**1.522.276**	–	–	(54.719)	(16.007)	2.861	**1.454.411**
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.	**572.821**	–	–	(32.553)	–	62.809	**603.077**
Fundo Invest. Dir. Credit. N.P. - CERES	**506.224**	290	–	(4.750)	–	(41.027)	**460.737**
Fundo de Investimento em Participações Colorado	**115.994**	620	–	–	–	12.827	**129.441**
Flora Urbanismo	**40.715**	–	–	–	–	40.879	**81.594**
Anglo alimentos	**22.523**	–	–	–	–	(14)	**22.509**
J&F Investimentos Ltd.	**15.869**	–	(1.015)	–	(160)	(4.324)	**10.370**
Original Corp. Corretora	**10.300**	–	–	–	–	(228)	**10.072**
Fundo de Investimento Participações Caixa Milão	**5.411**	(93)	–	–	(37)	357	**5.638**
Gasocidente Mato Grosso Ltda.	**750**	–	–	(29)	–	74	**795**
Futura Venture	**234**	–	–	–	–	(4)	**230**
Fazenda Botas	**2**	–	–	–	–	(2)	**–**
J&F Holding GMBH	**(40.012)**	20.014	6.042	–	19.118	(5.162)	**–**
J&F Mineração	**–**	17.813	–	–	(4.975)	(31.186)	**(18.348)**
J&F Cayman	**–**	(18.618)	–	–	(47.713)	(5.358)	**(71.689)**
Globe Investimentos	**(83.175)**	–	–	–	–	(24)	**(83.199)**
Subtotal	**23.504.257**	**(203.428)**	**5.027**	**(1.936.418)**	**(3.693.291)**	**7.542.268**	**25.218.412**
Provisão para perdas de investimentos (iii)	**123.187**	–	–	–	–	–	**173.236**
Total	**23.627.444**	**(203.428)**	**5.027**	**(1.936.418)**	**(3.693.291)**	**7.542.268**	**25.391.648**

(i) Conforme definido no IAS 21/CPC 2 R2 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão". (ii) Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão e transações de capital, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia. (iii) Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes.

No consolidado:	Saldo em 31.12.21	Adição (Baixa)	Distribuição de dividendos	Transferência Ativo disponível para venda	Equivalência patrimonial No Patrimônio Líquido (ii)	Equivalência patrimonial No Resultado do Período	Saldo em 31.12.22
TMT	**261.399**	–	–	–	(5.529)	22.963	**278.833**
VSB	**223.753**	–	–	–	(8.160)	21.831	**237.424**
Meat Snacks Partners Ltda.	**169.050**	–	(14.000)	–	–	54.042	**209.092**
JBS Ontário	**74.140**	–	–	–	(4.892)	6.472	**75.720**
Figueiras do Parque	**36.472**	–	(3.203)	–	(278)	2.287	**35.278**
Swiss Park Empresarial	**15.310**	–	–	–	–	–	**15.310**
Birla Societá Agrícola Srl	–	10.811	–	–	(786)	–	**10.025**
Outros	**209**	90	–	–	–	–	**299**
Cachoeira	–	33	–	689	–	(710)	**12**
São Caetano I	–	32	–	678	–	(701)	**9**
Bom Jesus	–	31	–	699	–	(721)	**9**
Pitimbu	–	44	–	876	–	(917)	**3**
São Caetano	–	34	–	694	–	(734)	**(6)**
São Galvão	–	145	–	5.124	–	(5.349)	**(80)**
Total	**780.333**	**11.220**	**(17.203)**	**8.760**	**(19.645)**	**98.463**	**861.928**
J&F Holding GMBH (*)	**(40.012)**	20.014	–	–	–	–	**(19.998)**
J&F Cayman (*)	–	(18.618)	–	–	(44.683)	(8.388)	**(71.689)**
	740.321	**12.616**	**(17.203)**	**8.760**	**(64.328)**	**90.075**	**770.241**

(*) Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes **9. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo em condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente. Os custos subsequentes, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens de substituição ou manutenção, são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Companhia e suas controladas testam a recuperabilidade dos seus ativos sempre que eventos ou mudanças significativas indiquem que o valor contábil deste ativo pode não ser recuperável. Quando os fluxos de caixa futuros não descontados estimam ser insuficientes para recuperar o valor contábil do ativo, a Companhia compara o valor dos fluxos de caixa futuros do ativo, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto ajustada ao risco e ao valor atual e reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável do ativo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado ou UGCs são imediatamente baixados após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado. O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens. Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados por (i) custos diretos e indiretamente atribuídos à construção da planta da mina; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de bens utilizados na construção; (iv) estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade; e (v) outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Sociedade de concluir o projeto). A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Reservas minerais e vida útil das minas - As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Companhia. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de redução ao valor recuperável de ativos não circulantes. Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos ("custo de remoção estéril" ou "stripping costs") incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo imobilizado em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque. Os custos de remoção de estéril são mensurados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a sua remoção e, quando aplicável, é deduzido de eventual impairment, nos mesmos moldes adotados para a unidade geradora de caixa no qual pertence.

Consolidado	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31.12.22	Líquido 31.12.21
Imóveis	**5 a 50 anos**	30.038.337	(10.130.798)	**19.907.539**	19.644.726
Terra nua e terrenos	**–**	5.603.636		**5.603.636**	5.331.262
Máquinas e equipamentos	**5 a 25 anos**	45.809.467	(25.372.655)	**20.436.812**	20.303.562
Instalações	**5 a 30 anos**	6.016.628	(2.841.260)	**3.175.368**	2.847.105
Equipamentos de informática	**2 a 7 anos**	1.934.276	(1.315.107)	**619.169**	682.951
Veículos	**2 a 14 anos**	3.337.158	(1.506.235)	**1.830.923**	1.011.375
Obras em andamento	**–**	11.599.753		**11.599.753**	7.049.305
Ativos Minerários	**Produção**	89.006	(53.009)	**35.997**	–
Desmobilização de ativos	**4 a 44 anos**	198.355	(136.458)	**61.897**	–
Outros	**5 a 15 anos**	2.852.005	(1.694.943)	**1.157.062**	1.049.445
		107.478.621	**(43.050.465)**	**64.428.156**	**57.919.731**

Movimentação do ativo imobilizado

Consolidado	31.12.21 (*)	Aquisições em combinações de negócios [1]	Adições/ transferências	Baixas	Impairment [2]	Depreciação	Variação cambial	31.12.22
Imóveis	19.644.726	716.597	1.863.465	(22.319)	–	(1.221.025)	(1.073.905)	**19.907.539**
Terra nua e terrenos	5.331.262	456.568	133.401	(28.164)	–	–	(289.431)	**5.603.636**
Máquinas e equipamentos	20.303.562	561.896	3.848.806	(33.659)	–	(2.999.416)	(1.244.377)	**20.436.812**
Instalações	2.847.105	62.854	451.834	(548)	23.582	(208.319)	(1.140)	**3.175.368**
Equipamentos de informática	682.951	12.105	212.484	(21.303)	–	(215.877)	(51.191)	**619.169**
Veículos	1.011.375	441.179	694.383	(38.326)	–	(219.120)	(58.568)	**1.830.923**
Obras em andamento	7.049.305	179.369	4.724.038	(5.325)	–		(347.633)	**11.599.754**
Ativos Minerários	–	32.792	3.278	–	–	(182.284)	(65.509)	**(211.723)**
Desmobilização de ativos	–	71.669	2.991	–	–	(73)	–	**74.587**
Outros	1.049.445	41.671	324.536	(13.264)	2.466	(12.763)	–	**1.392.091**
	57.919.731	**2.576.700**	**12.259.216**	**(162.908)**	**26.048**	**(5.058.877)**	**(3.131.754)**	**64.428.156**

(*) A controlada JBS revisou o saldo comparativo de 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 51.050, referente à alocação final de ágio da Huon conforme CPC15 - Combinação de negócios, o ajuste é de apresentação retrospectiva. [1] Refere-se aos ajustes de combinação de negócios da aquisição da King's e Rivalea adquiridas durante o exercício de 2022 e da International Food Company Seara LLC. adquiridas durante o exercício de 2021. Devido a imaterialidade, os ajustes foram realizados na movimentação do primeiro semestre de 2022. [2] Refere-se as aquisições realizadas durante o exercício de 2022, sendo King's e Rivalea, realizadas no primeiro trimestre, BioTech no segundo trimestre, MCR no terceiro trimestre e TriOak . no quarto trimestre, conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios das demonstrações contábeis completas. **10. Intangível:** Ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos basicamente por marcas e patentes, carteira de clientes, direitos de exploração, softwares e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando o método de amortização linear ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis que são amortizados são testados a impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil não é recuperável. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos custos de alienação de um ativo e seu valor em uso. O valor contábil de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que se referem a marcas e patentes e direitos de exploração do uso da água, tem seu valor recuperável testado anualmente ou quando ocorre eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem perda no valor recuperável desses ativos. Se existir perda de valor recuperável ela é reconhecida contra o valor contábil do ativo. A Companhia considera que certas marcas e patentes possuem vida útil indefinida em virtude do histórico, e da expectativa de uso pela Companhia. As marcas adquiridas não têm limites legais, ou contratuais ligados a sua utilização, e não dependem da vida útil de qualquer ativo ou grupo de ativos que existam de forma independente por um tempo considerável antes das aquisições e, tais marcas não estão relacionadas com setores sujeitos a obsolescência tecnológica ou outras formas de deterioração de valor. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo determinado através de premissas e técnicas de mensuração que são executadas por consultores terceiros que possuem experiência para calcular fluxos de caixa descontados. Os ativos intangíveis estão apresentados a seguir:

	Vida útil dos ativos intangíveis	Controladora 31.12.22	Controladora 31.12.21	Consolidado 31.12.22	Consolidado 31.12.21
Marcas e patentes [1]	Indefinida	**422.000**	422.000	**6.239.425**	6.943.441
Marcas e patentes	2 a 20 anos	**–**	–	**1.648.336**	1.871.992
Softwares	2 a 15 anos	**358**	47	**112.741**	94.181
Direito de exploração do uso da água	Até 17 anos	**–**	–	**59.205**	64.706
Carteira de clientes	4 a 20 anos	**–**	–	**2.868.194**	3.604.072
Contrato de suprimentos de fornecedores	5 a 20 anos	**–**	–	**159.187**	183.974
Outros intangíveis	2 a 15 Anos	**–**	–	**346.969**	5.583
		422.358	**422.047**	**11.434.057**	**12.767.949**

[1] Em dezembro de 2016 a Companhia adquiriu do Banco Original a titularidade de todos os direitos, títulos e interesses sobre a marca ORIGINAL e nome de domínios: www.original.com.brewww.bancooriginal.com.br, incluindo os direitos decorrentes de sua criação, anterioridade, pedidos de registro e titularidade, perante o INPI no Brasil, e demais órgãos competentes no exterior. O valor da transação pactuado entre as partes, foi apurado por especialistas externos e independentes no montante de R$ 422.000. **Evento subsequente:** Em março de 2023 a J&F Investimentos celebrou acordo de cessão de transferência da marca com o Banco Original no valor de R$ 422.000, os quais serão pagos de acordo com o cronograma definido neste instrumento. **Movimentação do ativo intangível:**

Consolidado	31.12.21	Aquisição em combinações de negócios [1]	Adição	Baixas	Transferências	Amortização	Variação Cambial	31.12.22
Amortizável:								
Marcas e patentes	1.871.992	110.374	28	12	–	(114.717)	(219.329)	**1.648.336**
Softwares	94.181	2.181	41.956	(284)	(90)	(24.236)	(967)	**112.741**
Carteira de clientes	3.604.072	14.739			5.410	(397.157)	(358.870)	**2.868.194**
Contrato de suprimentos de fornecedores	183.974	–	–	–	–	(19.478)	(5.309)	**159.187**
Outros intangíveis	5.583	3.121	342.821	–	–	(3.887)	(669)	**346.969**
Não amortizável:								
Marcas e patentes	6.943.441	19.948	1.652	(17)	3.848	–	(729.447)	**6.239.425**
Direito de exploração do uso da água	64.706	–	–	–	–	–	(5.501)	**59.205**
	12.767.949	**150.363**	**386.457**	**(313)**	**9.168**	**(559.475)**	**(1.320.092)**	**11.434.057**

(*) A controlada JBS S.A revisou o saldo comparativo de 31 de dezembro de 2021 no montante de R$220.443, referente à alocação final de ágio da Huon conforme CPC15 - Combinação de negócios, o ajuste é de apresentação retrospectiva. [1] Refere-se as aquisições realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo King's, realizada no primeiro trimestre, BioTech no segundo trimestre e MCR no terceiro trimestre e aos ajustes de combinação de negócios da aquisição da King's e Rivalea adquiridas durante o exercício de 2022 e International Food Company Seara LLC. adquiridas durante o exercício de 2022 e International Food Company Seara LLC. adquiridas durante o exercício de 2021. **Teste para verificação de perda do valor recuperável:** Anualmente, em 31 de dezembro, a Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indícios de impairment. **11. Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, caso aplicável. Após o registro inicial, podem ser acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda corrente do referido país de origem. Todos empréstimos que não possuem a mesma moeda de apresentação da Companhia, são reavaliados em cada período corrente. Os gastos com prêmios, descontos e custos de transação são amortizados para despesa financeira utilizando o método de juros efetivos.

Controladora

Modalidade	Taxa média anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante 31.12.22	Circulante 31.12.21	Não circulante 31.12.22	Não circulante 31.12.21
Em moeda nacional								
Capital de Giro - Reais	**17,63%**	**BRL**	**CDI**	**2027**	**1.169.431**	750.843	**5.378.866**	2.445.511
					1.169.431	**750.843**	**5.378.866**	**2.445.511**

Consolidado

Modalidade	Taxa média anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante 31.12.22	Circulante 31.12.21	Não circulante 31.12.22	Não circulante 31.12.21
Em moeda estrangeira								
ACC - Adiantamento contrato de câmbio	**4,75%**	**USD**	**SOFR**	**2023 - 25**	**2.452.773**	5.736.093	**396.838**	1.124.259
Pré-pagamento	**5,00%**	**USD**	**Libor e SOFR**	**2023 - 24**	**2.074.077**	818.234	**1.974.791**	1.909.535
FINIMP	**4,47%**	**USD e EUR**	**Libor e Euribor**	**2024 - 25**	**525.112**	401.071	**15.867**	44.890
Linha de crédito - White Stripe	**6,33%**	**USD e CAD**	**–**	**2023**	**15.757**	18.332	**–**	–
Capital de giro - Dólares Americanos	**8,10%**	**USD**	**Libor e SOFR**	**2030**	**242.832**	1.853	**636.250**	17.513
CRA - Certificado Recebíveis Agronegócio	**3,53%**	**USD**	**–**	**2027**	**484**	–	**66.564**	7.651
Linha de crédito - Scott Technology	**4,97%**	**USD**	**–**	**2024**	**–**	–	**9.361**	–
Loan4131	**3,50%**	**USD**	**–**	**2024**	**488**	–	**–**	–
Nota de crédito - exportação	**–**	**USD**	**–**	**2022**	**–**	427.540	**–**	–
					5.311.523	**7.403.123**	**3.099.671**	**3.103.848**
Em moeda nacional								
FINAME	**5,48%**	**BRL**	**–**	**2023 - 25**	**4.713**	6.025	**2.370**	7.125
FINEP		**BRL**	**–**	**2025**	**4.643**	4.634	**7.277**	11.784
Pré-pagamento		**GBP**	**SOFR**	**2023**	**49.792**	–	**–**	–
Notas 2,50% JBS Lux 2027	**2,50%**	**USD**	**–**	**2027**	**58.339**	15.114	**5.124.220**	5.471.002
Notas 5,13% JBS Lux 2028		**USD**	**–**	**2028**	**123.675**	–	**4.611.232**	–
Notas 5,75% JBS Lux 2028		**USD**	**–**	**2028**	**–**	108.295	**–**	4.154.385
Notas 6,75% JBS Lux 2028		**USD**	**–**	**2028**	**–**	124.306	**–**	4.984.921
Notas 6,50% JBS Lux 2029	**6,50%**	**USD**	**–**	**2029**	**5.218**	101.565	**406.297**	7.815.714
Notas 3,00% JBS Lux 2029		**USD**	**–**	**2029**	**37.567**	–	**3.044.523**	–
Notas 5,50% JBS Lux 2030	**5,50%**	**USD**	**–**	**2030**	**160.429**	172.650	**6.460.823**	6.915.881
Notas 3,75% JBS Lux 2031	**3,75%**	**USD**	**–**	**2031**	**6.793**	7.556	**2.581.447**	2.766.014
Notas 3,63% JBS Lux 2032	**3,63%**	**USD**	**–**	**2032**	**84.589**	112.385	**5.126.840**	5.485.833
Notas 3,00% JBS Lux 2032	**3,00%**	**USD**	**–**	**2033**	**17.829**	12.093	**5.102.849**	5.455.469
Notas 5,75% JBS Lux 2033		**USD**	**–**	**2033**	**316.062**	–	**10.422.947**	–
Notas 4,38% JBS Lux 2052		**USD**	**–**	**2052**	**82.179**	–	**4.626.984**	–
Notas 6,50% JBS Lux 2052	**6,50%**	**USD**	**–**	**2052**	**36.508**	–	**7.966.046**	–
Notas 5,88% PPC 2027	**5,88%**	**USD**	**–**	**2027**	**62.247**	67.345	**4.393.351**	4.689.557
Notas 4,25% PPC 2031	**4,25%**	**USD**	**–**	**2031**	**43.735**	47.434	**5.125.076**	5.483.528
Notas 3,50% PPC 2032	**3,50%**	**USD**	**–**	**2032**	**52.506**	56.157	**4.644.343**	4.973.945
Term loan JBS Lux 2026		**USD**	**Libor**	**2026**	**–**	123.502	**–**	10.153.296
Linha de crédito PPC - Term Loan		**USD**	**Libor**	**2026**	**139.459**	144.753	**2.359.382**	2.666.419
Capital de giro - Reais	**17,43%**	**BRL**	**CDI e TJLP**	**2023 - 28**	**1.345.455**	860.469	**5.410.881**	2.650.837
Capital de giro - Euros		**EUR**	**Euribor**	**2023 - 24**	**60.867**	43.668	**9.929**	3.569
Nota de crédito - exportação	**15,66%**	**BRL**	**CDI**	**2023 - 24**	**757.171**	2.076.285	**1.538.653**	823.772
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	**8,81%**	**BRL**	**–**	**2023 - 24**	**41.315**	109.329	**3.268**	38.196
Custeio pecuário	**15,81%**	**BRL**	**CDI**	**2024**	**4.176**	60.959	**5.834**	–
Custeio Pecuário - Pré	**11,00%**	**BRL**	**–**	**2023**	**185.020**	582.549	**–**	–
CCB - Cédula de Crédito Bancário	**17,07%**	**BRL**	**CDI**	**2023**	**157.115**	97.465	**–**	–
Debêntures	**14,15%**	**BRL**	**CDI**	**2023**	**49.996**	295.487	**–**	–
Linha de crédito - Scott Technology	**4,00%**	**AUD, EUR e USD**	**–**	**2023 - 24**	**70.168**	42.568	**209**	335
Linha de crédito - Beardstown Pace	**3,50%**	**USD**	**–**	**2035 - 50**	**38.741**	2.349	**328.553**	126.856
Acordo Confinamento JBS Austrália	**7,00%**	**AUD**	**–**	**2023 - 24**	**1.346**	–	**175.273**	201.774
CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	**6,77%**	**BRL**	**CDI e IPCA**	**2023 - 37**	**981.175**	674.690	**7.766.410**	5.029.891
Linha de crédito local		**EUR**	**Euribor**	**2023**	**10.772**	–	**–**	–
Notas comerciais		**BRL**	**CDI**	**2025**	**344.722**	–	**431.242**	–
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	**14,10%**	**BRL**	**–**	**2024 - 26**	**1.452**	–	**886**	–
CGA - Crédito com Garantia de Automóvel	**18,85%**	**BRL**	**CDI**	**2026**	**537**	–	**2.662**	–
Notas promissórias comerciais		**BRL**	**CDI**	**2022**	**–**	1.116.139	**–**	47.543
Outros	**3,68%**	**Diversos**	**Diversos**	**2024 - 31**	**36.031**	33.462	**91.066**	103.161
					5.372.342	**7.099.233**	**87.770.873**	**80.060.807**
					10.683.865	**14.502.356**	**90.870.544**	**83.164.655**

(*) Saldos de empréstimos classificados no circulante que têm seus vencimentos até os próximos doze meses subsequentes ao encerramento dessas demonstrações contábeis. **Taxa Média Anual:** Refere-se ao custo médio ponderado nominal de juros na data-base. Os empréstimos e financiamentos são corrigidos por taxa fixa ou indexados às taxas: CDI, TJLP, LIBOR, EURIBOR, SOFR e entre outros. **Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários:** De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 48 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam. O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora 31.12.22	Consolidado 31.12.22
2024	**2.034.219**	**6.073.314**
2025	**1.495.423**	**2.739.130**
2026	**1.770.301**	**4.497.803**
2027	**78.923**	**10.190.831**
2028	**–**	**5.249.823**
Vencimentos após 2028	**–**	**62.119.643**
	5.378.866	**90.870.544**

Eventos subsequentes: Em janeiro e fevereiro de 2023, a controladora captou um total de empréstimos de R$ 988,5 milhões, com vencimentos para 2024 e 2027 e com taxa média de CDI mais 2,53% ao ano. Em janeiro de 2023, a subsidiária da controlada J&F Mineração, MCR captou um montante de R$ 305,6 milhões entre empréstimos e financiamentos à uma taxa média de 8,20% ao ano com vencimentos para 2025 e 2027. **Restrições contratuais e covenants - Controladora:** A Companhia possui covenants em seus contratos de empréstimos e notas promissórias dentro dos padrões de mercado. **12. Patrimônio líquido a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 8.627.982, representado 122.342.554 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 61.190.255 ações ordinárias e 61.152.299 ações preferenciais. **b. Reservas de Capital: b1. Transações de capital:** De acordo com o IFRS 10/CPC 36 R3-Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não-controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado. Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado). **b2. Reserva de reavaliação;** Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa. **c. Reservas de lucro: c1. Legal:** Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício. **c2. Reserva Estatutária para Investimento:** Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais. **c3. Dividendos:** O saldo refere-se à parcela de dividendos propostos em 2021 e não distribuídos no exercício de 2022. **c4. Outros resultados abrangentes:** Composto por ajustes de avaliação patrimonial reflexa de controladas e ajustes acumulados de conversão referente à variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis das controladas. **13. Receita líquida:** A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes bem como na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas de devolução em seus resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, tipo de transação e características de cada contrato. A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios do produto são transferidos para o cliente, no local de expedição ou na entrega dos produtos. Essas condições podem variar a cada cliente, de acordo com os termos de venda. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo. A Companhia segrega sua receita por (i) vendas no mercado interno, (ii) vendas do mercado externo, (iii) informações por segmento: (i) Mercado interno referem-se às vendas internas de cada localização geográfica; (ii) Mercado externo referem-se às vendas externas de cada localização geográfica; (iii) Informações por segmento divulgadas na nota explicativa 30.

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita Bruta				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	**29.452**	16.502	**292.165.532**	273.866.119
Mercado externo	**–**	–	**99.153.740**	91.151.063
Prestação de serviço	**–**	–	**370.466**	244.457
	29.452	**16.502**	**391.689.738**	**365.261.639**
Deduções de Vendas				
Devoluções e descontos	**–**	–	**(8.487.186)**	(7.094.235)
Impostos sobre as vendas	**(2.948)**	(1.733)	**(4.232.450)**	(4.213.597)
	(2.948)	**(1.733)**	**(12.719.636)**	**(11.307.832)**
Receita Líquida	**26.504**	**14.769**	**378.970.102**	**353.953.807**

Contratos de venda a preços provisórios - Em seu consolidado a Companhia está exposta ao risco do preço das commodities decorrente da volatilidade dos preços do minério de ferro. O preço de venda desses produtos, podem ser mensurados confiavelmente no período, uma vez que o preço é cotado em um mercado ativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. **14. Aprovação das demonstrações contábeis:** A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024.

Conselho de Administração

Presidente do Conselho: Márcio Antonio Teixeira Linares | **Vice-Presidente:** Francisco de Assis e Silva | **Membro do Conselho:** Sergio Roberto Caldas Juniori | **Membro do Conselho:** Erico de Arruda Holanda

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1°, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Diretoria Executiva

Aguinaldo Ramos Filho - Presidente | **André Alcântara Ocampos -** Diretor de Administração e Controle

Contador

Danilo dos Reis - CRC SP: 299039/O-8

Relatório dos Auditores Independentes Resumido

Aos Srs. Diretores e Acionistas **J&F Investimentos S.A. -** São Paulo - SP. 17 de abril de 2024. O Relatório dos Auditores Independentes Resumido, foi elaborado a partir do Relatório do Auditor Independente completo, que se encontra devidamente divulgado em endereço eletrônico referenciado na publicação resumida. O Relatório do auditor independente resumido foi preparado em conformidade com as alterações no artigo 289, I e II, da Lei 6.404/76, introduzidas pela Lei 13.818/2019, com vigência a partir de janeiro de 2022, e Parecer de orientação CVM nº 39 de 20 de dezembro de 2021, no que tange **a publicação das demonstrações financeiras de forma resumida**, **apresentados de forma condensada**, vimos apresentar declaração sobre a existência de um relatório das demonstrações financeiras de forma completa, juntamente com as notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e Relatório do auditor independente de forma completa. O relatório de auditoria de forma resumida contempla: 1. Opinião sem ressalva (modificação); 2. Declaramos a existência de um relatório sobre as demonstrações financeiras completas; 3. O relatório do auditor independente completo se encontra disponível no endereço eletrônico referenciado na publicação resumida; 4. O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2022, foi emitido em 28/03/2024; Verificamos que as informações publicadas de forma condensada, se encontram em consonância com as demonstrações financeiras completas auditadas e com o relatório de auditoria completo emitido pelo auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, em linha com o disposto no artigo 25, I da Resolução CVM nº 23/2021. Presidente Prudente/SP, 17 de abril de 2024. **Approach Auditores Independentes -** S/S CRC 2SP023119/0-0. **Leandro Antonio Marini Pires -** Sócio Contador - CRC 1 SP185232/0-3.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.jfinvest.com.br/demonstracoes-financeiras-jf-investimentos/

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1EB9-A27D-7608-5895.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1EB9-A27D-7608-5895 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1EB9-A27D-7608-5895

Hash do Documento

E670755568E39DC4FA5E72601810660F380331384114BC8669063D603D1C5319

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 22/04/2024 08:59 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03